

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

MARIA DO PERPETUO SOCORRO CASTELO BRANCO SANTANA

**HISTÓRIA DAS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO PIAUÍ (1940 - 1960)**

**MARÍLIA – SP
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

MARIA DO PERPETUO SOCORRO CASTELO BRANCO SANTANA

**HISTÓRIA DAS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO PIAUÍ (1940 - 1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação no Brasil.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

**MARÍLIA – SP
2024**

S232h

SANTANA, Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco
História das Escolas Normais Regionais e a Formação de
Professores no Piauí (1940-1960) / Maria do Perpétuo Socorro Castelo
Branco SANTANA. -- Marília, 2024
232 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Rosa Fátima de Souza CHALOPA

1. Educação Rural. 2. Escola Normal Regional. 3. Formação de
Professores. 4. Cultura Escolar. 5. Políticas Educacionais. I. Título.

MARIA DO PERPETUO SOCORRO CASTELO BRANCO SANTANA

**HISTÓRIA DAS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO PIAUÍ (1940 - 1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação no Brasil

Aprovado em: 31 de Março de 2023.

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba
(FFC-Unesp-Marília)

1ª Examinadora: Profº Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes
(UFPI-Teresina/PI)

2º Examinador: Profa. Drª. Jane Bezerra de Sousa
(UFPI-Teresina/PI)

3º Examinador: Profa. Drª. Thaís Bento Faria
(SEDUC/PR)

4º Examinador: Profa. Drª. Nilce Vieira Campos Ferreira
(UFMT- Cuiabá)

**MARÍLIA – SP
2023**

Aos meus pais, Raimundo Nonato Santana (In
memoriam) e Arcângela Santana, com todo
meu carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

“João, o livro acabou...”¹

Ao pesquisar, analisar e escrever uma tese, passamos por diversas etapas: momentos de indecisões e decisões, de tristezas, angústias, ansiedades, inseguranças, emoções e alegrias que, além de serem vividas subjetivamente, também são compartilhadas com as pessoas e instituições que, no decorrer do trabalho, cercaram-me de atenção, carinho, paciência e compreensão, as quais me fez lembrar que, apesar de ser um trabalho solitário, eu não estava sozinha, como muitas vezes imaginava estar. Por isso, é muito bom ter um espaço para agradecer às pessoas que comigo compartilharam esta etapa da minha vida. Então, primeiramente agradeço:

A Deus, por ter me dado força e sabedoria para cursar e concluir o doutorado em Educação e também ter me proporcionado momentos de novas aprendizagens.

Ao meu pai e à minha mãe – Raimundo Nonato Santana (In Memoriam) e Arcangela Castelo Branco Santana. Pai e mãe, muito obrigada por compreenderem meus momentos de “impaciência” e de ausência devido aos estudos e por sempre me apoiarem quando preciso.

À minha Orientadora, Professora Doutora Rosa Fátima de Souza Chaloba, a quem tenho enorme respeito e admiração, e que, com sabedoria e dedicação, auxiliou-me nesse processo, inspirando-me sempre a não desistir.

À minha querida e pequenina irmã Márcia Castelo Branco, que de uma maneira bem especial, acompanhou toda a minha trajetória acadêmica, tendo a paciência de ouvir meus choros e minhas dúvidas e se emocionando junto comigo a cada nova descoberta na pesquisa. “Cinha”, muito obrigada por tudo, não tenho palavras para lhe agradecer.

Às minhas irmãs, Agda Santana e Nazaré Garcia, por me apoiarem nessa caminhada com suas orações, para que sempre tivesse força e resistisse aos obstáculos impostos na minha vida. Aos meus irmãos – Raimundo Santana Filho, Carlos (In Memoriam), Dário, Mário (In Memoriam) e Maurício Castelo Branco – que sempre me apoiaram no crescimento dos meus estudos. Às minhas cunhadas, Francisca Ilza, Angélica, Maura e Jaqueline Castelo Branco, por

¹Sou tia-avó de João Lucas Leal Santana, filho de uma sobrinha minha. Acompanho ele desde seu nascimento. Hoje ele tem 9 anos. Durante meu doutorado ele sempre pedia para usar meu notebook e eu dizia que não podia porque estava escrevendo e ele perguntava se eu estava escrevendo era um livro e quando iria acabar. Assim início o agradecimento dizendo “João o livro acabou...”.

me apoiarem e sempre me confortarem, dizendo que tudo daria certo. Ao meu cunhado, Jorge Capadócia – um irmão querido – que sempre me apoiou e me socorreu nos momentos difíceis desta caminhada.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, por compreenderem que a minha ausência era temporária e por estarem sempre dizendo uns para os outros: “Silêncio, que a tia Corrinha tá estudando!”. As minhas sobrinhas prematuras, Maria Cecília e Lavínia Maria, as quais tive a honra de acompanhar suas caminhadas iniciais. “Mamãe Socorro ama muito vocês”.

Agradeço à UESPI, por ter me liberado durante quatro anos para esse processo de qualificação e aos funcionários do Arquivo Público, Casa Anísio Brito e das Câmaras Municipais de Floriano e Gilbués.

De forma especial, queria agradecer às minhas sobrinhas (Conceição de Maria, Jussara, Stephanie e Virna) que em diferentes momentos me ajudaram durante a trajetória da pesquisa de doutoramento. Assim, como gostaria de agradecer a duas pessoas que passaram a fazer parte da minha vida e também me ajudaram nessa etapa e que costumo chamar de meus “anjinhos”: Eulina e Tiago Silva, obrigada por estarem presentes na minha vida, e em especial, durante a etapa de pesquisa do doutorado.

À minha amiga, Edilene Lima, com quem compartilho minhas “aventuras no mundo da pesquisa”, desde a Graduação e aos meus amigos, Flávio França e Rosângela Assunção, por terem compreendido minhas falas de negação aos momentos de diversão e pelo apoio dado em toda minha trajetória. Pessoas especiais que me acompanham desde a graduação torcendo pela minha trajetória acadêmica.

Aos professores que compõem o quadro do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP de Marília, pelos momentos de aprendizagem e ensino compartilhado. Aos meus amigos e amigas do curso de doutorado em Educação, Leonardo, Thamires, Paulo e Marcelo, por terem me proporcionado momentos gratificantes de aprendizagem durante as disciplinas cursadas. Agradeço de uma forma bem carinhosa “às meninas” (como costumo chamar Kaline Laira e Manuela Garcia, quando estamos reunidas) pelos momentos de apoio, orações e amizade sincera e duradoura que se constituiu nesse doutorado e permanecerá durante toda minha vida.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Adriana Carvalho, Prof^o. Dr. Mike Melo e Prof^o. Dr. Leonel Oliveira (amigos de vida e da UESPI), por compreenderem minhas ausências na amizade, por torcerem por essa caminhada e pôr ainda, por não ter conhecido o Pedro, o Vinicius e o Antony.

À minha “psicóloga” particular, Francislene Santos (Kininha) e minha amiga, Odaléia Costa, por entenderem minha ausência e compreenderem minhas eternas falas “Hoje não posso, estou ocupada”. Adoro nossas conversas acadêmicas e não acadêmicas. Agradeço também de forma bem carinhosa a Ana Gabriela Fernandes, Juliana Brito, Samara Viana (amigas do mestrado para vida) e Juliana Assunção (ex-orientanda da graduação) pelas risadas e compreensão das ausências durante essa trajetória.

Agradeço às minhas psicólogas, Adrielly Filizardo, Valéria Macêdo e Fabiana Oliveira, por me auxiliarem durante esse processo, ajudando-me a superar momentos difíceis e a encontrar novos caminhos. De forma especial, agradeço à Dr^a Darcy Passos, por me ajudar a superar diferentes medos que a vida me impôs.

Agradeço, principalmente, às minhas entrevistadas, por terem compartilhado comigo suas experiências de vida pessoal e profissional, o que possibilitou a construção de uma parte deste trabalho.

Agradeço também a todos os meus amigos e amigas não mencionados, que com certeza sempre acreditaram e me apoiaram no decorrer desta caminhada. Para mim, sempre foi e será um privilégio conviver com todos vocês.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo reconstituir a história da formação de professores rurais, por meio do estudo das Escolas Normais existentes no Estado do Piauí, entre o período de 1940 a 1960, problematizando a relevância dessas instituições para os municípios piauienses. Trata-se, portanto, de um estudo histórico, em uma perspectiva teórica metodológica da história cultural. A problemática central desta pesquisa se dá em torno da formação docente desenvolvida pelas Escolas Normais Regionais no Piauí durante o processo de constituição dessas instituições no Estado, nos anos de 1940 a 1960. O recorte inicial (1940) foi justificado pelo fato de ser o período de criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), conforme o boletim N°. 40 do INEP, que versa sobre o financiamento da construção de prédios escolares para o ensino primário e, conseqüentemente, a institucionalização da formação de professores de ensino primário rural por meio da construção de prédios para escolas normais rurais. Justifica-se, ainda, por ser nesse mesmo período promulgada as Leis Orgânicas de Ensino, em 1946, em especial, a Lei Orgânica do Ensino Normal, por meio do Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946. A década de 1960 foi escolhida para o recorte final da pesquisa por ser o período de extinção da Escola Normal Regional de Floriano – a primeira Escola Normal Regional do Piauí – por meio da incorporação pela Lei 2. 878 da sede da Escola Normal Monsenhor Lindolfo Uchôa a sede do Ginásio Pedagógico e extinguindo nessa instituição o nível de 1º ciclo. A pesquisa se deu a partir da análise de um levantamento bibliográfico, documental (Mensagens Governamentais, Relatório da Instrução Pública, Leis e Decretos) e de entrevistas temáticas com cinco alunas que frequentaram essas escolas. A análise foi fundamentada em Alberti (2005), Bezerra (2015), Bosi (1994), Burker (1994), Freitas (2002), Lourenço Filho (2001), Lopes (1996; 2001) Santana (2008; 2011). Os resultados das análises das fontes documentais e das entrevistas, permitiram visualizar que a formação recebida pelas discentes nas Escolas Normais Regionais, a nível de 1º ciclo, possibilitou mudanças no que se refere ao desenvolvimento educacional, uma vez que o discurso desenvolvimentista estava ligado ao crescimento da escolarização da população. Constatou-se ainda, que no recorte de 1940 a 1960, esse quadro educacional fez com que no Piauí houvesse a ampliação de mais instituições de ensino, tanto na zona urbana como na rural, diminuindo de 80% para 50%, a ausência de escolas rurais nesse local. Sendo assim, entre as décadas de 1950 e 1960, ocorreu uma maior demanda por instituições escolares secundárias que correspondiam aos ginásios, como forma de aumentar a escolarização da população piauiense. Desse modo, temos como tese que as políticas de formação de professores nas Escolas Normais Regionais no Piauí funcionaram como estratégia para aumentar a escolarização da população, que não tinha condições financeiras de se deslocar para outros estados em busca do Ensino Secundário. O Piauí teve três Escolas Normais Regionais. Elas tinham em seus três primeiros anos, uma formação mais geral e no último ano, tinham disciplinas voltadas para o contexto de formação de professores primários. Entretanto, mesmo as escolas não formando professores para atuarem na zona rural, elas formaram professores regentes de ensino primário, amenizando a ausência de professores formados no Estado. Portanto, este trabalho foi de suma relevância, uma vez que contribui com as discussões sobre a história da formação e a importância da implantação das Escolas Normais Regionais no Piauí, durante o referido período.

Palavras-Chave: Educação Rural. Escola Normal Regional. Formação de Professores. Cultura Escolar. Políticas educacionais.

ABSTRACT

This research aimed to reconstitute the history of rural teacher training, through the study of Normal Schools existing in the state (PIAUI), between the period 1940 to 1968, problematizing the relevance of these institutions for the municipalities of Piauı. . It is, therefore, a historical study, in a methodological theoretical perspective of cultural history. The central issue of this research revolves around teacher training developed by Escolas Normais Regionales in Piauı in the process of constituting these institutions in the state from 1940 to 1968. The initial cut (1940) was justified by the fact that it was the period of creation of the National Primary Education Fund (FNEP), according to bulletin N°. 40 of INEP, which deals with the financing of the construction of school buildings for primary education and, consequently, the institutionalization of the training of rural primary education teachers through the construction of buildings for normal rural schools. It is also justified by the promulgation of the Organic Laws of Education in 1946, in special, the Organic Law of Normal Education, through Decree-Law n. 8,530, of January 2, 1946. The 1960s were chosen for the final cut of the research because it was the period of extinction of the Escola Normal Regional de Floriano – the first Escola Normal Regional do Piauı – created by Law 2. 878 the state education network extinguishing the level of education in that institution. 1st cycle. The research was based on the analysis of a bibliographic and documentary survey (Government Messages, Public Instruction Report, Laws and Decrees) and thematic interviews with five students who attended these schools. The analysis was based on Alberti (2005), Bezerra (2015), Bosi (1994), Burker (1994), Freitas (2002), Lourenço Filho (2001), Lopes (1996; 2001) Santana (2008; 2011). The results point out that the analysis of the documentary sources and the interviews allowed us to visualize that the formation received by the students in the Regional Normal Schools at the 1st cycle level made possible changes in what refers to the educational development, since the developmental discourse was linked to the growth of the population's schooling. With this, it was also noticed that, in the period from 1940 to 1960, this educational framework meant that in Piauı there was an expansion by more educational institutions, both in the urban and rural areas, reducing the absence of schools from 80% to 50%. rural areas in that location. Thus, between the 1950s and 1960s, there was a greater demand for secondary school institutions that corresponded to gymnasiums, as a way to increase the schooling of the Piauı population. In this way, the teacher training policies in Regional Normal Schools in Piauı worked as a strategy to increase the schooling of the population that did not have the financial conditions to move to other states in search of Secondary Education. Piauı had three Regional Normal Schools. They had in their first three years a more general education and the last year with disciplines focused on the context for primary teacher education. However, even though the schools did not train teachers to work in rural areas, they did train leading primary school teachers, easing the lack of trained teachers in the state. Therefore, the work contributed to discussions about the history of training and the importance of the implementation of Regional Normal Schools in Piauı in determined period.

Keywords: Rural Education. Regional Normal School. Teacher training. School Culture. Educational policies.

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objetivo reconstituir la historia de la formación de profesores rurales, por medio de estudio de las Escuelas Normales existentes en el estado, entre el período 1940 a 1968, problematizando la relevancia de estas instituciones para los municipios de Piauí. Se trata, por tanto, de un estudio histórico, en una perspectiva teórico metodológica de la historia cultural. La problemática central de esta investigación se da en torno a la formación docente desarrollada por las Escuelas Normales Regionales en Piauí en el proceso de constitución de estas instituciones en el estado de 1940 a 1968. El corte inicial (1940) se justificó por ser el período de creación del Fondo Nacional de Enseñanza Primaria (FNEP), según boletín N°. 40 del INEP, que versa sobre el financiamiento de la construcción de edificios escolares para la enseñanza primaria y, en consecuencia, la institucionalización de la formación de maestros de enseñanza primaria rural por medio de la construcción de predios para escuelas normales rurales. También se justifica por ser, en este mismo periodo, promulgada las Leyes Orgánicas de Enseñanza en 1946, en particular, la Ley Orgánica de Enseñanza Normal, a través del Decreto-Ley n. 8530, del 2 de enero de 1946. La década de 1960 fue elegida para el corte final de la investigación por ser el período de extinción de la Escola Normal Regional de Floriano – la primera Escola Normal Regional de Piauí – incorporada por la Ley 2. 878 la red estadual de enseñanza extinguiendo en esta institución el nivel de 1º ciclo. La investigación se dio a partir del análisis de un levantamiento bibliográfico, documental (Mensajes Gubernamentales, Informe de Instrucción Pública, Leyes y Decretos) y de entrevistas temáticas con cinco alumnas que frecuentaban estas escuelas. El análisis se basó en Alberti (2005), Bezerra (2015), Bosi (1994), Burker (1994), Freitas (2002), Lourenço Filho (2001), Lopes (1996; 2001) Santana (2008; 2011). Los resultados apuntan que los análisis de las fuentes documentales y las entrevistas permitieron visualizar que la formación recibida por las estudiantes en las Escuelas Normales Regionales a nivel de 1º ciclo posibilitó cambios en lo que se refiere al desarrollo educativo, ya que el discurso desarrollista estuvo ligado al crecimiento de la escolarización de la población. Con eso, se percibió también que, en el período de 1940 a 1960, ese marco educativo ha llevado a que en Piauí hubiera la ampliación de más instituciones de enseñanza, tanto en la zona urbana como rural, disminuyendo del 80% para 50% la ausencia de escuelas rurales en este local. Así que, entre las décadas de 1950 y 1960, ocurrió una mayor demanda de instituciones Escolares Secundarias que correspondían a gimnasios, como forma de aumentar la escolarización de la población de Piauí. De esto modo, las políticas de formación docente en las Escuelas Normales Regionales de Piauí funcionaron como estrategia para aumentar la escolarización de la población que no tenía condiciones financieras para trasladarse a otros estados en busca de la Enseñanza Secundaria. En Piauí había tres Escuelas Normales Regionales. Ellas tuvieron en sus primeros tres años una formación más general y el último año con disciplinas enfocadas en el contexto para la formación de maestros de primaria. Sin embargo, aunque las escuelas no formaron a los maestros para actuar en la zona rural, ellas formaron maestros regentes de enseñanza primaria, suavizando la ausencia de maestros formados en el estado. Por lo tanto, el trabajo contribuyó con las discusiones sobre la historia de la formación y la importancia de la implementación de las Escuelas Normales Regionales en Piauí en ese período.

Palabras clave: Educación Rural. Escuela Normal Regional. Formación de Maestros. Cultura Escolar. Políticas educativa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curso de Formação de Professores em Campo Maior década de 1960.....	77
Figura 2 - Ginásio Nossa Sr ^a das Graças, em Parnaíba/PI, década de 1950.....	107
Figura 3 - Ginásio Municipal Oeirense, 1952.....	108
Figura 4 - Colégio Demóstenes Avelino – Teresina/PI, década de 1950.....	108
Figura 5 - Subvenções para manutenção do Ensino Normal em Parnaíba e Floriano.....	114
Figura 6 - Escola Normal Regional de Floriano.....	129
Figura 7 - Previsão Orçamentária para Escola Normal Regional de Floriano de 1956.....	130
Figura 8 - Registro fotográfico da inauguração do prédio da Escola Normal Regional de Floriano.....	138
Figura 9 - Unidade Escolar Lindolfo Uchôa (antiga Escola Normal Regional de Floriano)..	131
Figura 10 - Capa do Livro de Matrícula da Escola Normal Rural de Piriipiri.....	135
Figura 11 - Terceira folha do livro de matrícula da ENR de Piriipiri.....	135
Figura 12 - Sede da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus.....	137
Figura 13 - Turmas de Alunas da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus década de 1950/1960.....	139
Figura 14 - Ofício para informações ao INEP.....	143
Figura 15 - Fotografia referente à construção da sede própria da ENR de Gilbués.....	144
Figura 16 - Prédio da Escola Normal Regional “Dom Inocêncio” em Gilbués.....	173
Figura 17 - Instalação da Escola Normal Regional de Floriano.....	174
Figura 18 - Boletim de Frequência da Escola Normal Regional “Dom Inocêncio” de 1959..	179
Fotografia 19 - Professores de Canto orfeônico entre 1947 e 1968.....	187
Figura 20 - Documentos escolares das discentes das ENR’s de Piriipiri e Gilbués, na década de 1950.....	191
Figura 21- Formandas das Escolas Normais Regionais de Floriano e Gilbués de 1950 e 1960.....	204

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Professores nas primeiras décadas de 1930.....	45
Tabela 2 - Taxas regionais de urbanização.....	61
Tabela 3 - Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais- Brasil 1900/1970.....	62
Tabela 4 - Número de Estabelecimentos de Ensino Primário no Piauí.....	88
Tabela 5 - Matrícula Geral do Ensino Primário Estadual do Piauí.....	91
Tabela 6 - População piauiense presente, com indicação da instrução para pessoas 10 anos e mais.....	92
Tabela 7 - Evolução da Matrícula do Ensino Primário no Piauí, entre os anos de 1941 e 1961.....	93
Tabela 8 - Matrícula do Ensino Primário no Piauí.....	94
Tabela 9 - Escolas Ginásiais fundadas no Piauí até a década de 1930.....	99
Tabela 10 - Investimento pelo Estado nos ginásios piauienses de 1935 a 1941.....	101
Tabela 11 - Matrícula no Ensino Secundário de 1939 e 1941.....	103
Tabela 12 - Matrícula Inicial do ensino ginásial por Municípios, em 1958.....	104
Tabela 13 - Instituições de Ensino Normal no Piauí até a década de 1930.....	112
Tabela 14 - Matrícula do Ensino Normal, de 1940 a 1942.....	115
Tabela 15 - Matrícula da ENR Sagrado Coração de Jesus, de 1952 a 1959.....	138
Tabela 16 - Quantidade de cargos por classe no Município de Teresina.....	155
Tabela 17 - Corpo docente de professores primários do Piauí, em 1952/1953.....	157
Tabela 18 - Profissão dos responsáveis pelas alunas matriculadas na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, no período de 1952 a 1965.....	164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNEP - Fundo Nacional de Ensino Primário.....	17
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.....	18
UNESCO Organização das Nações Unidas Para Educação, Ciência e Cultura.....	18
CNR - Curso Normal Rural.....	22
ENR - Escola Normal Regional.....	31
PDP - Partido Democrático Piauiense.....	40
AL - Aliança Liberal.....	40
LOEP - Lei Orgânica do Ensino Primário.....	51
LOEN - Lei Orgânica do Ensino Normal.....	51
CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.....	53
PSD - Partido Social Democrático.....	53
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.....	61
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.....	61
FRIPISA - Frigorífico do Piauí S/A.....	64
BEP - Banco do Estado do Piauí S/A	64
CEPISA - Centrais Elétricas do Piauí S/A.....	64
AGRINPISA - Agroindústria do Piauí S/A.....	64
TELEPISA - Telecomunicações do Piauí S/A.....	64
AGESPISA - Águas e Esgotos do Piauí S/A.....	64
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural.....	66
DNE - Departamento Nacional de Educação.....	66
CRPE - Centros Regionais de Pesquisas Educacionais.....	67
SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.....	82
EAT - Escola Agrotécnica de Teresina.....	85
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	93
ENR - Ensino Normal Rural.....	111
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.....	136

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Escolas Normais no Piauí, na década de 1930.....	44
Mapa 2: Escolas Ginásiais no Piauí.....	106
Mapa 3: Escolas Normais do Piauí.....	120
Mapa 4: Escola Normais Regionais do Piauí.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro das fontes para o projeto de pesquisa de doutorado.....	31
Quadro 2: Escolas Normais Regionais do Piauí, de 1940 a 1960.....	73
Quadro 3: Distribuição dos estabelecimentos de ensino normal, segundo os ciclos didáticos do PI entre 1956 e 1957.....	118
Quadro 4: Disciplinas ofertadas nas Escolas Normais Regionais do Piauí, entre 1947 e 1959.....	146

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O PAÍS PRECISA DE PROFESSORES PRIMÁRIOS RURAIS: AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE DOCENTES NO BRASIL, DE 1940 A 1960	38
2.1 A Lei Orgânica de Ensino Normal e suas implicações na formação de professores no Piauí de 1940 a 1960.....	38
2.2 A política de formação para professores primários rurais, no Brasil e no Piauí, de 1940 a 1960.....	60
3 A DEMANDA PELA EXPANSÃO DO ENSINO E A FALTA DE ESCOLAS NO PIAUÍ, NOS ANOS DE 1940 A 1960	79
3.1 Em torno do ensino: o aumento das matrículas e o Ensino Primário rural, nos anos de 1940 a 1960.....	80
3.2 Por mais instituições ginasiais: a ampliação da escolarização no Piauí de 1940 a 1960....	96
4 DA CAPITAL AO INTERIOR: A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL NO PIAUÍ DE 1940 A 1960	109
4.1 O Ensino Normal e as Escolas Normais no Piauí: o avanço pelo interior do Estado de 1940 a 1960.....	110
4.2 As Escolas Normais Regionais no Piauí e a formação ofertada para os professores rurais.....	123
4.2.1 A Escola Normal Regional de Floriano: o “nascimento” do ensino regional no Piauí....	127
4.2.2 Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus” e a expansão do Ensino Normal de 1º ciclo.....	133
4.2.3 Escola Normal Regional Dom Inocêncio: a terceira e última ENR do Piauí.....	140
4.3 Professores primários, professores regentes de ensino e professores leigos: quem vai para as escolas primárias rurais no Piauí entre 1940 a 1960?.....	150
5 AS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS DO PIAUÍ COMO ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE CULTURA ESCOLAR	162
5.1 De onde vêm as normalistas?.....	163
5.2 A organização pedagógica das escolas normais regionais no Piauí.....	1711
5.3 Lembranças vão... Lembranças voltam: o cotidiano escolar das normalistas regionais do Piauí.....	181
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS	213

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1948, o Estado do Piauí, assinou, com o Ministério da Educação e Saúde, três acordos especiais, sendo uma para prosseguimento da Campanha de Educação de Adultos, iniciada em 1947; um para construção de 80 prédios destinados às Escolas Primárias Rurais, e um para construção e equipamento de Escolas Normais Rurais (PIAUI, p. 23, 1949).

Desde 1930, percebe-se nos discursos dos governadores do Estado do Piauí, por meio das mensagens governamentais, que a discussão sobre a formação de docentes estava presente não apenas no meio político, como também no meio intelectual. Ambos estavam preocupados com a expansão do Ensino Primário, que estava vinculada a esse fato, ou seja, o Ensino Primário só poderia se expandir se houvesse a formação de professores².

Nesse sentido, como aponta a mensagem do governador José da Rocha Furtado³, no final da década de 1940, emerge no país uma política educacional traçada por dois caminhos: ampliação do Ensino Primário, uma vez que este era colocado como elemento primordial para desenvolvimento do país; e formação de professores primários, devido ao déficit desse nível de ensino estar ligado a ausência de um corpo docente em número suficiente para atender a essa demanda.

Considerando o conjunto de políticas educacionais apresentadas para o Brasil na década de 1940, centralizou-se, neste trabalho, o olhar na efetivação das políticas de construções de Escolas Normais Rurais, mencionadas na mensagem da epígrafe deste texto. Isso deve-se ao fato de que essas edificações representariam a institucionalização e a ampliação da formação de professores no Ensino Normal para atuarem no ensino primário rural do Piauí.

No processo de aproximação com o objeto, percebeu-se que o Brasil passou por dificuldades na implantação de Escolas Normais, principalmente, Escolas Normais Regionais, que preparavam regentes de ensino para ministrarem aulas nos municípios de seus Estados. Segundo os jornais da década de 1940 no Piauí, essa falta de formação do professorado era um

² Na abordagem das políticas públicas da educação do Ensino Primário e Normal, optou-se, conforme as fontes documentais, a utilização do termo “professores” para se referir ao gênero masculino e feminino. No entanto, na análise das entrevistas, faz-se uso do termo “professoras”, considerando as experiências destas mulheres nas escolas, bem como sujeitos históricos ativos e produtores de seu tempo.

³ José da Rocha Furtado formou-se em medicina em 1932 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eleito governador do Piauí em janeiro de 1947, pelo Partido da União Democrática Nacional (UDN). Assumiu o governo piauiense em 28 de abril seguinte, sucedendo ao interventor interino Valdir de Figueiredo Gonçalves, que, por sua vez, havia substituído em março o interventor federal Teodoro Ferreira Sobral.

dos elementos que influenciou o abandono dos bancos escolares pelos alunos do meio rural, pois os professores não recebiam durante sua formação um preparo pedagógico adequado para atuarem nessas localidades. A partir da constatação desse aspecto, surgiu uma nova inquietação: Como se deu a história da formação dos professores rurais no Piauí, por meio do estudo das Escolas Normais Regionais existentes, entre o período de 1940 a 1960?

Em presença da inquietação e das particularidades presentes no objeto de estudo, a tese desdobrou-se em outras questões: Quais e quantas instituições destinadas à formação de professores primários rurais existiam no Piauí? Será que as instituições de ensino atenderam a uma demanda de formação de professor primário rural? Qual entendimento de “rural” foi difundido no Estado do Piauí, considerando os aspectos sociais, políticos e econômicos, e como estes influenciavam no processo de formação dos professores primários rurais? Quais foram os atores que influenciaram na implantação das políticas educacionais de formação de professores primários rurais no Piauí, nos anos de 1940 a 1960? Como se constituiu e se concretizou o projeto de formação de professores nas escolas normais em termos de: organização pedagógica; currículo; processo de ensino e aprendizagem e treinamento específicos para professores que iriam atuar especialmente nos municípios do interior piauiense?

Definiu-se como objetivo geral do trabalho, reconstituir a história da formação de professores rurais, por meio das Escolas Normais Regionais existentes no estado, entre o período de 1940 a 1960, assinalando a relevância dessas instituições para os municípios piauienses. Para os objetivos específicos, traçou-se: Identificar as instituições de Ensino Normal Regional instaladas no Piauí, apreendendo a forma como elas atenderam as demandas de escolarização existentes nos municípios; Refletir sobre as políticas educacionais para a formação de professores primários rurais no Piauí, observando as concepções sobre o rural e os agentes propulsores destas políticas educacionais e analisar o projeto de formação de professores nas Escolas Normais Regionais em termos de organização pedagógica, currículo, processo de ensino e aprendizagem e treinamento específico para professores que iriam atuar especialmente na zona rural.

O recorte temporal delimitado, de 1940 a 1960, dá-se devido ao fato dos anos de 1940 ser o momento de um maior investimento no Ensino Primário, com a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) pelo Decreto-Lei n. 4.958, de 14 de novembro de 1942, que também instituiu o Convênio Nacional do Ensino Primário para cooperação entre a União e os governadores dos Estados, Territórios e Distrito Federal para ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Nesse cenário, há um financiamento na construção de prédios

escolares para o ensino primário e, conseqüentemente, a institucionalização da formação de professores de ensino primário rural, por meio da construção de prédios para escolas normais rurais. Além disso, a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino: Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); e Decreto-Lei Federal n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal), que regulamentou esse nível de ensino.

Já a década de 1960 foi escolhida para o recorte final da pesquisa por ser o período de extinção da Escola Normal Regional de Floriano – a primeira Escola Normal Regional do Piauí – por meio da incorporação pela Lei 2. 878 da sede da Escola Normal Monsenhor Lindolfo Uchôa a sede do Ginásio Pedagógico e extinguindo nessa instituição o nível de 1º ciclo. Inserido nesse contexto, o presente estudo tem como tese central que as Escolas Normais existentes no Piauí serviram somente como meio de ampliação de escolarização a nível secundário (ginásio) deixando de lado a finalidade da formação a qual ela tinha sido destinada.

Entre os anos de 1940 e 1960, 80% da população brasileira vivia na zona rural, isto é, sendo assim, a maior parte da população dos 41.136.315, nos anos de 1940, além de residir na zona rural, tinha como atividade principal a agricultura (SANTANA,2011). Com isso, nesses vinte anos, tivemos três governos federais diferentes com forte influência do nacional desenvolvimentismo, sendo esta ideia propagada de forma diferente ao longo desses governos. Assim, o Brasil entra em uma nova fase de desenvolvimento, passando por transformações no âmbito político, econômico, social e educacional.

Esse cenário levou o poder público federal a centralizar suas ações no processo de industrialização do país, priorizando a capacitação de profissionais para atuar no crescimento econômico. Entre tantas prioridades, o Governo Federal voltou sua atenção para a educação – por acreditar que essa seria a base desse desenvolvimento – em especial, para o Ensino Primário que, no referido período, enfrentava diversas dificuldades, principalmente, no meio rural.

De acordo com o boletim n. 40 do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) (INEP, 1948), em meados da década de 1940, um dos obstáculos enfrentados pelo Ensino Primário no meio rural e que estava vinculado à falta de prédios escolares, era o reduzido número de professores que trabalhavam na zona rural brasileira. Além disso, a maioria dos professores que ministravam aulas no interior do Brasil não estavam habilitados para exercer a função pedagógica, sendo que muitos não tinham a formação pela Escola Normal. Segundo Lourenço Filho (2001)⁴, essa percepção da educação primária oferecida nos moldes que se tinha

⁴ O texto que trabalhei na tese refere a coletânea de texto que estão na Coleção Lourenço Filho 4, organizada por Ruy Lourenço Filho e diz respeito ao Estudo preparado por solicitação da Unesco, e por essa organização, publicado em francês e em inglês, na obra intitulada *La formation professionnelle du personnel enseignant primaire*.

nas décadas de 1940 e 1950, surgiu nos três últimos séculos. Desse modo, a discussão sobre a necessidade de um corpo docente rural qualificado se configurava como uma abordagem recente para a época.

Contudo, a discussão sobre o despreparo dos professores no meio rural, segundo Brasileiro (1994), surgiu desde os princípios da República, com a constituição do sistema público brasileiro e, como consequência, trouxe a transformação do antigo mestre. Esta mudança do ensino tornava ele em um profissional sem formação, agravando o quadro da educação rural no país. De acordo com Scheibe, isso ocorreu devido se ter

[...] uma concepção empirista na qual bastava que o professor dominasse o conteúdo a ser ensinado, a concepção de docência restringia sua formação à observação dos mestres mais experientes. A busca dos fundamentos científicos e de uma qualificação formal foi se estabelecendo apenas à medida que a educação passou a ser entendida como função pública, tornando-se um problema nacional e governamental (2008, p.41).

Tanuri (2000), assinala que as Escolas Normais destinadas à formação específica dos professores para atividade do magistério primário estavam vinculadas à institucionalização da educação pública no mundo moderno e ampliação do nível primário para todas as classes da população. O Ensino Normal foi classificado em dois ciclos: geral e profissional, o que possibilitou algumas reformulações e um considerável aumento dos estudos pedagógicos. No final da primeira República, as instituições de Ensino Normais ofertavam cursos mistos. Isto é, um curso com um currículo profissional reduzido e outro curso com um currículo de humanidades e ciências mais amplo (TANURI, 2000).

Conforme Tanuri (2000), entre as décadas de 1920 e 1930, as Escolas Normais não tinham uma organização fundada em diretrizes determinadas pelo Governo Federal, sendo esta responsabilidade dos Estados e, conseqüentemente, suas reformas deveriam ser promovidas por estes. Para resolver a questão da descentralização do ensino, o governo de Getúlio Vargas e o ministro da Educação, na época, Gustavo Capanema, lançaram reformas parciais nos diferentes níveis de ensino. Assim, no ano de 1946, foram promulgadas, no mesmo dia, a Lei Orgânica do Ensino Primário e a Lei Orgânica do Ensino Normal, que estruturam esse nível de ensino no primeiro e segundo ciclo do Curso Normal.

Sendo assim, a pesquisa se justifica, por ser um estudo que buscou compreender as persistências e rupturas presentes na formação de professores pelas Escolas Normais Regionais implantadas no Piauí, uma vez que estas escolas tinham como finalidade formar regentes do ensino primário, tanto para a zona urbana como para zona rural. Desse modo, o trabalho se mostra relevante, pois preencherá uma lacuna na construção de um olhar histórico em relação à História da Educação do Piauí, e mais especificamente, em relação à História da formação de professores rurais.

Nesta perspectiva, espera-se que a pesquisa seja referência junto aos estudos realizados em estados⁵ como: Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais, dentre outros, no tocante, a formação de professores nas Escolas Normais Regionais, colaborando com os estudos historiográficos realizados pela comunidade acadêmica sobre a formação de professores proposta por essas instituições, ademais suscitar outros questionamentos e compreensões sobre essa temática.

A história da formação de professores rurais foi mencionada em diversos estudos, mesmo que, em muitos deles, não tenha sido objeto de investigação central. Posto isto, as investigações que versam sobre essa formação seguem a seguinte linha de estudo: das instituições escolares, nas quais se localizam pesquisas que buscam estudar a formação de professores, mediante a história das Escolas Normais Regionais/Rurais, utilizando-se das memórias e das narrativas dos discentes e docentes que frequentavam as escolas.

O olhar investigativo com a historiografia foi essencial na nossa trajetória investigativa. Assim autores como Almeida (2007), Faria (2017), Daros (2020), foram leituras relevantes para aprendermos sobre a historiografia das Escolas Normais Regionais de outros estados. No referente a história da formação de professores no Piauí dialogamos com Martins (2016), Lopes (2001) e Brito (1996) que além de tratarem sobre a historiografia local versam sobre a formação de professores no Piauí nos levando a compreender a necessidade da institucionalização de escola de formação de professores, em especial, de professores rurais. No que tange a outros conceitos trabalhado na tese, autores como Burke (1992), Pesavento (2005), Delgado (2010), Bosi (1994), nos ajudaram a compreender a operacionalização de conceitos como história cultural, história oral e memória que trabalhamos durante o estudo.

⁵ A pesquisa integrou o projeto nacional temático intitulado “Formação e trabalho de professoras e professores rurais no Brasil: RS, PR, SP, MG, RJ, MS, MT, MA, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)”, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba, sendo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo n. 405240/2016-3, vigência entre 2017 e 2020.

Dóris Bittencourt Almeida pesquisou em sua tese “Memórias da Rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960)”, as memórias dos alunos que desenvolveram sua formação docente em uma Escola Normal Rural Pública no município de Osório. Por meio das memórias, foram construídas marcas de uma realidade vivenciada, bem como a descontinuidade e a impossibilidade de alcançar uma compreensão total do que já se passou. Para Almeida, estes alunos

São pessoas que, neste momento da vida, estão, de certa forma, afastadas e esquecidas pela sociedade, considerando-se várias questões. Estudaram para ser professores/as rurais, uma profissão que, gozava de um valor social, mas que, em pouco tempo, já na década de 1970, desapareceu do quadro de carreira do magistério público (ALMEIDA, 2007, p.55).

Ainda conforme a autora, a escola se estabeleceu como um marco significativo na vida de sua comunidade escolar, sendo um parâmetro para reconstituição de suas identidades. Nas suas reflexões iniciais, a falta de conhecimento dos professores era uma questão a ser resolvida com o acesso da maioria à escola.

O projeto republicano e os ideais de modernidade nascem com a proposta de resolver os problemas educacionais, por intermédio da ampliação da escolarização, elemento importante para as novas diretrizes econômicas e sociais, em um momento em que o país buscava deixar o agrário de lado e se tornar industrializado, impondo novas políticas públicas e novas iniciativas privadas. No meio rural, a educação passou a ser vista como uma forma que possibilita a aproximação com a modernização, porém, moldada conforme a cultura urbana (ALMEIDA, 2007).

Dentro da nova conjuntura de diretrizes para formação de homens e mulheres da zona rural, o meio urbano proporcionou ensinamentos aptos a serem operacionalizados para execução de atividades, como: conhecimento de saúde, saneamento, alimentação, técnica agrícolas e pastoris, práticas de higienização, ações próprias da sociedade daquele momento. Então, “Coube à escola preparar as populações camponesas para que pudessem melhor enfrentar as mudanças sociais e econômicas, enfim, fazê-las compreender as ideias de progresso e de modernidade representadas pelas grandes metrópoles do país” (ALMEIDA, 2007, p.85).

Com base nos estudos de Nóvoa (1992) e Samento (1994), Almeida (2007) aponta que as Escolas Normais Rurais, enquanto espaços de ensino, tornam-se um local singular para o fomento de pesquisa ao emergir como espaços de manifestação de relações entre os sujeitos, práticas constituídas e currículos escolares, sendo estas características que fazem parte do

cotidiano escolar e dos agentes educativos. E tornam-se, nesse aspecto, um local distinto para uma reflexão sobre a formação docente rural. A tese da autora, portanto, traça por meio da memória dos sujeitos que tiveram suas experiências na Escola Normal Rural de Osório, como se dava a formação e profissão docente no meio rural, visto que os currículos deveriam abranger saberes próprios do local, bem como saberes científicos, linguísticos e pedagógicos.

O trabalho de Thais Bento Faria intitulado “Paraná, Território de “vocação agrícola”? Interioriza o do Curso Normal Regional (1946-1968)”, voltou o olhar para a interioriza o do ensino normal rural buscando historiciz -lo no estado do Paraná, refletindo sobre os motivos e condicionantes da cria o, institucionaliza o, expansão, transforma o e extin o deste curso e como esse estado enfrentou os obstáculos presentes na forma o de professores para Escola Primária Rural entre os anos de 1946 e 1968.

Sua investiga o associa o surgimento do Curso Normal Regional ao contexto de nascimento das cidades do Paraná e a preocupa o com Educa o Rural e, conseqentemente, a expansão da Escola Primária nesse lugar. Tendo como ponto de partida a historiografia do Curso Normal Regional do Estado do Paraná, analisou a forma o de professores primários anteriormente   Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, apontando que, antes mesmo destas diretrizes, o Estado do Paraná optou pela dualidade, no que se refere   forma o de professores, concretizando esse fato a partir de 1946.

Faria (2017) associa, nos anos de 1950 e 1960, a oferta dos Cursos Normais aos outros cursos do Ensino Secundário. Nesse sentido, o Curso Normal Rural (CNR) no Paraná e a forma o de docente se interiorizaram contando com as a o es centralizadoras do Serviço de Ensino Normal, apresentando as estratégias para que o centro – no caso, Curitiba – adentrar nos interiores e, conseqentemente, nas escolas rurais, estabelecendo estratégias para espaços de diálogo e de forma o em serviço. A autora constitui a historiografia dos CNR por meio de um conjunto de documentos que normatizam esse ensino nesse período, percebendo suas táticas e estratégias para se constituírem enquanto uma institui o de ensino, apontando que “[...]as normativas são como os caminhos trilhados e os “novos caminhos a seguir”” (FARIA, 2017, p.152).

Configura-se, então, uma análise dos CNRs a partir do prescrito pelos documentos e o que foi praticado em três Cursos Normais Regionais do Norte do Paraná, identificando o tempo de existência deles, a importância das cidades onde se localizam as escolas e os municípios circunvizinhos. Outro ponto considerado por Faria (2017), diz respeito ao currículo praticado

no Curso Normal de Rolândia, sendo somente nesta instituição de ensino, que se apresentaram elementos suficientes para abordar tal assunto.

Faria (2017), corrobora com as pesquisas sobre CNRs, tanto no Paraná como no Brasil, ao apontar que a criação e a extinção desses cursos estavam vinculados às transformações do cenário político-educacional paranaense e ao brasileiro, destacando atores relevantes como Moysés Lupion, ruralista que exerceu forte influência na criação das escolas e Ney Braga, típico idealista do nacional-desenvolvimentista, e que fez uma gama de investimentos na industrialização e estabeleceu a fase de extinção dos cursos de formação docente, em especial, para o ensino rural ao apostar na imagem do supervisor, ações vinculadas ao professor leigo. Portanto, a autora defende o estado do Paraná, de “vocação agrícola”, confiou ao Curso Normal Regional, a finalidade de formar professor primário rural ao organizar diferentes estratégias de vivências e experiências nesses espaços entre o prescrito e o praticado.

A tese de Dilnei Abel Daros (2020) segue a linha de Almeida (2007), ao traçar os percursos formativos do Curso Normal Regional de São Francisco de Paula – Rio Grande do Sul – do ano de 1953 a 1962, por meio da memória e de documentos, estudando a institui o escolar citada anteriormente. Ao traçar o percurso formativo desses professores, Daros (2020) aborda conceitos que abarcam tempo, identidade e constitui o docente, além de forma o de professores, cultura escolar, representa o, prática e apropria es, culminando na aprecia o do processo formativo desenvolvido nas institui es de Ensino Normal Regional.

O autor historiciza o processo de organiza o da Escola Normal Regional na perspectiva da sua constitui o desde a segunda metade do século XIX e da relevância do CNR. Além disso, busca entender a demanda no período por uma forma o docente rural, mencionando as condi es locais, sociais, culturais, políticas e religiosas. Ao tempo que Daros (2020) descreve a história da escola, a partir da instala o do curso por meio da abertura, anúncios do evento, o início da matricula, os elementos políticos, a composi o da primeira turma de normalista entre outras, ele reflete sobre o processo formativo constituído pela institui o.

O autor demonstra, assim, que “ser normalista” no CNR, era experimentar processos diários de forma o que forjavam a fabrica o de uma identidade nos docentes para além da mera aparência de serem futuros professores, pois cada normalista construía suas estratégias e forma de resistência de sua prática.

Mediante essas constru es, o curso se projeta na cidade como um local de destaque ao ser o responsável pela forma o de uma identidade docente no município de São Francisco de Paula/RS. Essa situa o perdura até os dias atuais,   medida que, a importância social

reconhecida na região se relaciona à formação dos docentes, desde a década de 1950, conforme se evidenciou nos discursos dos documentos vinculados ao estabelecimento de ensino e na memória das egressas.

Nesta perspectiva, os trabalhos citados anteriormente e outros nessa mesma linha auxiliam a pensar um arcabouço teórico sobre o Ensino Normal Rural/Regional e, em como este, foi se constituindo nacionalmente. Também permite refletir sobre as singularidades e nuances para que se possa melhor aprender sobre a História da Formação de professores primários rurais no Piauí, nas décadas de 1940 a 1960 e a partir desses olhares, compreender o processo de formação de professores regentes de Ensino Primário implantados nessas escolas.

Dialogando com os autores da área da história da formação de professores no Piauí, temos o trabalho de Ana Maria Gomes de Sousa Martins, “A formação de professores primários no Piauí (1947-1961): entre as apropriações e mudanças decorrentes da Lei Orgânica do Ensino Normal”. Sua pesquisa aborda como se deu o processo de apropriação da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, desenvolvendo uma análise da formação dos professores do ensino primário a partir da conjuntura social e da Escola Normal Oficial do Piauí, à medida que, compreende que a Lei se apresenta como expressão de uma política nacional a ser adotada pelos estados brasileiros, no período de 1947 a 1961, e favorece alterações no processo formativo dos professores primários piauienses.

As análises da autora centram seu olhar no Ensino Primário e no Ensino Normal, uma vez que as ações governamentais estavam voltadas para esse campo educacional devido ao acelerado processo de modernização da sociedade brasileira vivenciado a partir da primeira metade do século XX. Identifica-se, a condução da discussão para um pensar de forma integrada à formação docente, bem como um pensar relacionado, historicamente, às representações e às práticas determinadas pela legislação da educação e às desenvolvidas na Escola Normal Oficial.

Martins (2016) discute a caracterização da organização, do funcionamento do Ensino Primário e Normal no Piauí, evidenciando as representações sobre eles, os saberes e as alterações em sua formação e suas atividades. Ao analisar a apropriação da Lei, a autora entrelaça as suas determinações com as práticas educativas desenvolvidas na Escola Normal Oficial do Estado, construtoras de transformações provocadas nela, no corpo de professores e alunos, no funcionamento e na organização do curso normal, conseqüentemente na formação do seu alunado. Ao ponderar sobre a prática estabelecida pela Lei Orgânica do Ensino Normal e seus meandros no interior da Escola Normal Oficial, configura as projeções realizadas para um modelo de formação local. Desse modo, a autora evidencia que:

[...]tornou-se imperativo pensar o contexto em que a reforma ocorreu, as alterações direcionadas ao ensino normal e os sujeitos envolvidos em sua elaboração, de forma a nos aproximarmos das ações dos reformadores e das modificações nas práticas educativas (MARTINS, 2016, p.36).

Seguindo o pensamento da autora, uma reforma educacional envolve alguns aspectos como: ideológicos, políticos, financeiros, legais, protagonistas, transformações e continuidades - elementos não tão claros nesse processo. A formação foi entendida na discussão sobre o docente, como um aspecto cultural, constituída pela relação mútua entre representações, práticas e apropriações e entre o modo de simbolizar, de fazer ou de inserir a cultura, fases consideradas como decorrentes das fomentações e das demandas sociais direcionadas aos professores primários do estado.

No Piauí, esta preocupação da normalista no interior do estado ficou mais forte com a oficialização da Escola Normal Livre, implantada em 1910. Apesar disso, Lopes (2001, p.80) aponta que “a interiorização da formação de professores teve, contudo, que esperar até 1927, sendo iniciativa não do Governo Estadual, mas de um município que procurava se modernizar: Parnaíba”. Assim, na segunda década da Primeira República, foram implantadas no interior do Piauí, as Escolas Normais, nas cidades de Parnaíba e Floriano, garantindo a interiorização desse nível de ensino e amenizando a situação de professores leigos no estado.

Nesse contexto, o estado do Piauí se insere na discussão da interiorização do Ensino Normal. Lopes (2001, p.75), afirma que “embora os professores normalistas houvessem ocupado os cargos de docentes primários em diversas localidades do estado, o modelo centralizado de formação de professores, revelou-se insuficiente para a expansão das escolas com docentes qualificados [...]”, uma vez que no estado, segundo os diários oficiais, enfatizam que no ano de 1942, ainda 449 professores sem o preparo necessário para estarem em sala de aula e9 no ano de 1952 – ano de implantação de uma das Escolas Normais Regionais no Piauí – ainda constavam 994 professores leigos. A maioria dos professores leigos estavam na zona rural do Piauí, fato este que levou a configuração da necessidade da institucionalização desse nível de ensino no interior do estado (SANTANA, 2011).

Brito (1996) salienta que as propostas de Escolas Normais Rurais no Piauí se inspiraram no modelo da Escola Normal da Fazenda do Rosário, localizada em Ibirité, Minas Gerais, cuja finalidade era a formação de professores para atuarem na zona rural. Dois prédios foram construídos para sediar as Escolas Normais Rurais do Piauí, um no município de Piripiri e outro em Campo Maior, mas estes não chegaram a funcionar enquanto Escola Normal Rural. Um dos

prédios foi transformado no Centro de Treinamento de Campo Maior, após servir por um longo período como quartel para um batalhão do Exército.

A proposta da construção de um terceiro prédio não se efetivou devido às brigas políticas pela definição de seu local, pois uns queriam que sua implantação acontecesse em Parnaíba e outros queriam em Picos. Esses prédios, além de terem aparelhos pedagógicos adequados, deveriam ser servidos de uma seção de internato que ofereceria uma melhor oportunidade aos candidatos ao magistério da zona rural (SANTANA, 2011).

Vale ressaltar que no Piauí, apesar da literatura citar a construção das instituições de Ensino Normal Rural, constatamos nas análises das fontes, que o funcionamento das escolas não aconteceu como previsto pela política educacional da década de 1940. Todavia, depois de 1947, no estado, funcionaram três estabelecimentos de ensino que recebiam a nomenclatura de Escola Normal Regional, de acordo com o indicativo da Lei Orgânica do Ensino Normal.

Como a finalidade principal deste estudo, foi reconstituir a história da formação docente primária rural no Piauí, a partir do que foi exposto sobre essa política, por meio das Escolas Normais Regionais, vinculou-se a tese, a linha de fundamentação teórico-metodológica da Nova História Cultural, uma vez que ela possibilita a ampliação das fontes e a incorporação de novos sujeitos que apenas os registros documentais não davam conta.

Autores, como Burke (1992) e Pesavento (2005), frisaram que a Nova História Cultural ampliou o campo de investigação, introduzindo a cultura e o cotidiano das pessoas, em geral, como objeto de desejo para novos estudos, necessitando de novas fontes de pesquisa, que antes eram constituídas somente pelos documentos oficiais. Dessa forma, a abordagem da Nova História Cultural abriu um leque de possibilidades, em relação a abertura para o estudo com abordagens sobre sujeitos e temas pouco explorados nas pesquisas históricas, com viés positivista ou marxista. A ampliação de fontes e problematizações, configurada na perspectiva da história cultural, permitiu dentro das pesquisas em História da Educação olhar para objetos, como as instituições escolares e a formação de professores. O reconhecimento dessa abordagem preenche, assim, lacunas existentes na memória dessas instituições, reunindo elementos que poderiam ser esquecidos.

Ao considerar as peculiaridades do objeto de estudo da pesquisa, verifica-se a mesma como sendo uma pesquisa histórica, visto que busca apreender os questionamentos particulares de uma determinada realidade. Essa modalidade de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que estão inseridas em um

determinado espaço e não poderiam ser reduzidos às reflexões somente de dados quantitativos. Moreira e Caleffe (2008) assinalam que

Na pesquisa histórica, o pesquisador sistematicamente investiga e analisa documentos e outras fontes de dados sobre um determinado problema, comportamento ou evento ocorrido no passado. O pesquisador assim o faz para determinar como a história influenciou as práticas atuais, para prever tendências ou para sugerir maneiras pelas quais as práticas atuais podem ser modificadas à luz de eventos da história. A moderna pesquisa histórica tende a enfatizar mais interpretação do que o mero relato (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 75).

O aporte documental e bibliográfico serviu de fonte de interlocução com os depoimentos orais, uma vez que os documentos oficiais não mais abarcavam os métodos da História Cultural. Assim, a História Oral tornou-se um instrumento significativo na (re)constituição e estudo do passado educacional, pois passou a ser usada como forma de ampliar o que se encontrava escrito nos documentos oficiais, sendo ela, considerada, segundo Delgado (2006):

[...] um procedimento metodológico que busca pela construção de fontes e documentos escritos para registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (DELGADO, 2006, p. 15).

A História Oral viabilizou um diálogo com sujeitos históricos ao tempo que suas recordações revelam ao pesquisador um conhecimento do passado e do presente, isto é, uma aprendizagem de tempos distintos. Burke (1992), afirma que as fontes orais não podem ser vistas como outra opção, pois muitas vezes estas dispõem de dados que uma documentação escrita tradicional não contempla e, desse modo, passam a se complementar.

Para Alberti (2005, p.18), a História Oral é “um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”. Existem dois tipos de entrevistas mais comuns em pesquisa: depoimentos de história de vida e entrevista temática (DELGADO, 2010). Nesse sentido, o presente estudo, em relação à História Oral, trabalhou com entrevistas temáticas e à luz da memória de nossas entrevistadas e percebeu como se deu a formação de professores primários nas Escolas Normais Regionais no Piauí.

Ante o exposto, compreendeu-se que a memória se torna fundamental para construção da História Oral, pois esta tem ligação direta com o passado, uma vez que traz à tona o que os

sujeitos pensam, guardam, lembram e representam do passado. Ou seja, essas memórias são constituídas por elas, seja pelo contato direto com o fato ocorrido ou pela convivência com os sujeitos que experimentaram o momento histórico.

Bosi (1994, p.55) enfatiza que “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Contudo, o indivíduo não é o único detentor da memória, mas a sociedade também, já que esta compartilha os valores, os símbolos, as ações pelos homens, o que ultrapassa seu fator individual. A reconstituição do passado é dependente da relação do indivíduo com um determinado grupo social, como ele partilha suas experiências. Para Bosi (1994, p. 408): “uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares e profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo”.

A escolha por trabalhar com a memória é justificada no presente estudo, por se acreditar na importância das narrativas construídas a partir da memória para construção da historiografia do processo de formação de professores das Escolas Normais Regionais de Florianópolis, Ilhópolis e Piripiri. As memórias dos participantes da pesquisa “guardam” as dificuldades, as ansiedades, as alegrias e os desafios da profissão docente, muitas vezes exercida sem uma formação institucionalizada.

Por isso, foi essencial ouvir os sujeitos que estavam presentes nas instituições escolares, enquanto espaços de formação de professores. Configurou-se no trabalho, uma reflexão sobre a importância que teve o curso no processo de formação dos docentes, em termos socioculturais e nos municípios contemplados por essas instituições, nos anos de 1940 a 1960.

Para melhor compreender a dinâmica do processo nas Escolas Normais Regionais, a partir das vivências e experiências elaboradas no dia a dia dessas escolas, trabalhou-se com o conceito de Cultura Escolar compreendendo as Escolas Normais Regionais como espaços únicos de produção cultural.

Esse conceito foi compreendido, segundo Julia (2001), como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, bem como um conjunto de práticas que permitem a transmissão dos conhecimentos e a incorporação dos comportamentos. Assim, pensar as Escolas Normais Regionais de Piripiri, Florianópolis e Ilhópolis a partir desse conceito tem como base o fato que estas escolas, diferentes de outras, possuem características próprias como: atores (família, professores, alunos e gestores), discursos e linguagens (modo de conversação e comunicação) e práticas consolidadas com o tempo.

Ao adentrar no universo das instituições, buscou-se analisar sua organização pedagógica, o currículo e o processo de ensino e aprendizagem, pois estes movimentos dentro das escolas influenciaram a formação docente da população desses municípios e das regiões vizinhas. Deste modo, ao se manusear essas fontes e os referenciais bibliográficos foi possível analisar o contexto em que ocorreu a criação e implantação das escolas, como também perceber a importância da formação docente naquele período, no contexto brasileiro e, em especial, no piauiense.

A investigação sobre a história da formação de professores rurais no Piauí, nas décadas de 1940 a 1960, ganhou mais força à medida que se direcionou o olhar aos espaços de formação. No Piauí, essas escolas seriam as Escolas Normais Regionais de Floriano, Gilbués e Piripiri, sendo estes estabelecimentos de ensino, objeto de estudo deste trabalho. O diálogo com os autores ajudou a apreender esse processo de interiorização da profissão docente e, conseqüentemente, a necessidade de institucionalização de um espaço de formação com a implantação da Lei Orgânica de Ensino Normal.

A primeira instituição de Ensino Normal Regional, localizou-se no município de Floriano, situado a 240 quilômetros da capital do Piauí, Teresina. A cidade de Floriano faz limite com o Estado do Maranhão e os municípios de Amarante, Nazaré do Piauí, Oeiras, Itaueira e Jerumenha. No ano de 1929, fundou-se o Liceu e anexo a ele, a Escola Normal Municipal de Floriano, dando início ao Ensino Normal neste município.

Em sua entrevista, Djalma Silva relata que “[...] O Liceu teve pouca duração. A Escola Normal, que teve o apóio integral do Dr. Osvaldo da Costa e Silva, então intendente de Floriano, em exercício, conseguiu sobreviver” (ZODÍACO, 1944, p. 63). Assim, a instituição destinada a ofertar o Ensino Normal em Floriano, de 1929 a 1946, formou muitos professores primários que atuaram nas escolas desses municípios e de municípios circunvizinhos. Posterior a esse período, por meio do Decreto-Lei Estadual 1.402/1947, a Escola Normal passou a funcionar como Escola Normal Regional. Isso representou para a cidade, um elemento a mais, uma vez que se torna uma escola completa com todas as séries.

A segunda Escola Normal Regional fundada no Piauí, instalou-se em Piripiri. Este município se distancia de Teresina 168 quilômetros, situando-se entre duas capitais do Nordeste: Teresina e Fortaleza. A cidade de Piripiri se delimita com os Municípios de Brasileira, Batalha, Barras, Boa Hora, Capitão de Campos, Pedro II, Lagoa de São Francisco e Domingos Mourão.

Apesar das ações para a formação dos professores rurais partirem de grupos de intelectuais e dos governantes, muitas delas foram coordenadas pela igreja, como foi o caso de duas das escolas aqui estudadas. A implantação da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus foi um esforço do Padre Raul Formiga e foi mantida pelo Patronato Santa Catarina Labouré, fundado no ano de 1948 e, no ano de 1952, foi fundada a Escola Normal Regional de Piripiri.

A última das três escolas, a qual se constitui *locus* para historicizar a formação do professor primário rural, estava localizada em Gilbués, que ficava na microrregião do Alto Médio Gurguéia, tendo como limites: Santa Filomena, Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Barreiras do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia, Riacho Frio e o Estado do Maranhão. A escola ficava a 797 quilômetros de distância da capital piauiense.

Nesta comunidade, uma das primeiras ações educacionais, deu-se pela igreja, que no ano de 1955, criou o Educandário São João Bosco. Esse ato foi feito sob a orientação do Padre José de Anchieta, vigário do município de Corrente e diretor do Ginásio São José. Devido à grande procura pela matrícula para o nível primário no Educandário São João Bosco, tornou-se necessário ter uma instituição de ensino com um maior nível educacional em Gilbués.

Assim, com a chegada do Padre Paulo Vieira de Azevedo à cidade⁶, deu-se início a luta pela implantação da Escola Normal Regional, que recebeu o nome de “Dom Inocêncio”, no ano de 1959, sendo esta de grande relevância para região, possibilitando aos que não podiam sair da cidade para estudarem em centros mais desenvolvidos, como por exemplo, Floriano, receber formação no seu próprio local de nascimento. Esse foi um elemento importante para ampliação do processo de escolarização da população piauiense.

Em relação às fontes, como forma de apreender a história da formação de professores primários rurais piauienses, optou-se por trabalhar com documentos oficiais como Diários Oficiais do Estado, Mensagens governamentais, Leis e Decretos, atas, livros de matrículas e outros, referentes ao funcionamento das Escolas Normais Regionais instituídas no Estado. Vale salientar, que segundo Moreira (2005, p.269), a pesquisa documental possibilita uma rica leitura em fontes históricas.

⁶ Informação retirada do Relatório mimeografado escrito por Genoveva de Freitas Lustosa e datado do dia 24 de agosto de 1991, a pedido da Irmã Miria, da congregação Divina Providência que esteve à frente da direção do Ginásio “Divina Pastora”, com a finalidade de servir como fonte informativa sobre o Educandário São João Bosco e a Escola Normal Regional Dom Inocêncio. A senhora Genoveva Lustosa foi professora do Educandário e da Escola Normal Regional Dom Inocêncio.

Contudo, é imprescindível ao pesquisador saber lidar com as diferentes fontes e, principalmente, elencar questionamentos para produzir conhecimentos necessários à temática estudada, uma vez que materializada a pesquisa documental, cabe a ele uma postura cuidadosa e investigativa no contato com os documentos e, ainda, a reflexão sobre as entrelinhas. Porém, é preciso compreender que a pesquisa documental não contempla somente os documentos oficiais escritos, como Leis e Regulamentos, mas também fotografias, diários, convites de formatura, documentários gravados e cartas.

Na trajetória de coleta das fontes, foi traçado como lócus da pesquisa documental, quatro campos diferentes: a Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus, em Piripiri; Escola Normal Regional Monsenhor Lindolfo Uchoa, em Floriano; Escola Normal Regional Dom Inocêncio, em Gilbués; as Secretarias de Educação Municipais de Floriano, Piripiri e Gilbués; a Secretaria Estadual de Educação do Estado; Câmaras Municipais; o Arquivo Público do Piauí (Casa Anísio Brito) e acervos particulares. As fontes foram mapeadas e, posteriormente, digitalizadas (como mostra o quadro abaixo), auxiliando na busca de respostas aos questionamentos presentes nessa tese, que foram organizadas da seguinte forma:

Quadro 1 - Quadro das fontes da pesquisa.

Arquivos das Escolas Normais Regionais do Piauí
Processos de alunos das ENRs de Gilbués e Piripiri; Livros de atas das escolas, com matrículas e notas finais dos alunos de Piripiri; Livro de portarias de funcionários da ENR de Floriano; Boletins de frequência dos alunos da ENR de Gilbués.
Arquivo Público de Teresina: Casa Anísio Brito
Mensagens Governamentais de 1940 a 1960; Diários Oficiais do Estado do Piauí de 1940 a 1960.
Acervos das Câmaras Municipais
Atas das assembleias de 1940 a 1970, as quais mencionam as Escolas Normais Regionais; Ofícios e processos, relatando sobre subvenção e solicitação de verbas para as escolas;
Acervos de outras Instituições como INEP e USP
Dados Estatísticos do Ensino Secundário 1º e 2º ciclos; Relatórios Estatísticos do Ensino Normal; Oportunidade de formação do Magistério Primário – PIAUÍ :1959; Boletim nº.40 – Novos prédios escolares no Brasil, em 1948; Relatório de atividades do setor da educação de 1952 e 1953; Questionário do Ensino Normal; Comentário sobre o Ensino primário de 1958; Levantamento sobre o Piauí; Dados do Ensino médio e superior no Brasil de 1948, 1949, 1957,1959 e 1961;

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1945, nº16;
Arquivos pessoais de ex-professores e ex-alunos
Convites de festas escolares, certificados e fotografias.

Fonte: Quadro organizado pela pesquisadora, 2019.

Por meio dos arquivos escolares das instituições de ensino, teve-se acesso aos processos de alunos das escolas de Gilbués e Piripiri, estes continham atestado de saúde, atestado de exame escolar, requerimentos solicitando a matrícula e o atestado de admissão, indicando que os alunos que iriam ingressar nessas escolas atendiam aos pré-requisitos elencados na Lei Orgânica do Ensino Normal. Nesses processos escolares, encontrou-se também, fichas de notas dos alunos, como por exemplo, da Escola Normal Regional de Gilbués, nas quais se procedeu com a identificação das disciplinas que faziam parte do currículo das ENRs.

Nos livros de atas de matrículas, observou-se a quantidade de pessoas matriculadas por turma e ano, data e de nascimento, quem era responsável pela realização da matrícula, qual a profissão dos pais e o local de nascimento deles. Com os livros de portaria da ENR de Floriano, foi possível perceber o movimento de ingresso e afastamento dos funcionários, como também os cargos ocupados por eles na escola. Já nos boletins de frequência dos alunos da ENR de Gilbués, foi possível perceber a notória assiduidade dos alunos, traduzidos como representação do compromisso e o respeito que eles tinham com a instituição.

Ressalta-se, que as fontes mapeadas nesses espaços de pesquisa apresentaram duas dificuldades: o armazenamento e a preservação, pois a maioria dos municípios do Estado, não tem o hábito de conservação dos documentos. Em razão disso, não foi possível o acesso a muitos processos escolares, atas de reuniões, livros de matrículas, livro de notas, dentre outros, uma vez que esses documentos, por motivos desconhecidos, foram extraviados, o que de certa forma, dificultou a análise e a construção da narrativa historiográfica da ENRs, em determinados ângulos.

No segundo espaço de pesquisa – Arquivo Público do Piauí “Casa Anísio Brito “– foram coletadas e digitalizadas, as mensagens governamentais e diários oficiais do Estado do Piauí, das décadas de 1940 a 1960. Nas mensagens dos governadores, encontrou-se registros das matrículas⁷ do Ensino Normal e as justificativas da carência econômica do Estado, que impedia um melhor desenvolvimento das escolas.

⁷ Vale ressaltar, que as matrículas abordadas nestas mensagens, referem-se ao Ensino Secundário normal de 2º ciclo, levando à uma análise de como estava se constituindo a formação dos professores primários no estado.

As mensagens e relatórios apresentaram, além desses elementos, outros dados como o número de normalistas e não normalistas, ampliação ou declínio no número de matrículas primárias na zona rural, construção e fiscalização de prédios escolares urbanos e rurais, ausência de inspeção escolar, menção de oferta de cursos de férias e bolsa de estudos pelo INEP.

Nos Diários Oficiais do Estado, identificou-se as Leis e Decretos que normatizam o Ensino Normal e a carreira dos professores e regentes de Ensino Primário. Vale ressaltar, que em muitos momentos, essa fonte também funcionava como jornal, propagando notícias sobre diversos assuntos no Estado, inclusive sobre a educação.

Os acervos das Câmaras Municipais foram o terceiro *locus* de coleta de fontes. À medida que se ia visitando as instituições de Ensino Normal Regional, buscava-se encontrar as Atas das assembleias⁸, verificando se mencionam ou não as ENRs. Foi observado nas Atas, que quando relatam sobre os colégios, era mencionado a aprovação de alguma verba ou doação de casa para abrigar a escola ou o corpo docente da instituição, uma vez que alguns professores eram de outras regiões.

A dificuldade encontrada nesses dois locais de pesquisa está relacionada ao fato do mundo está vivenciando a pandemia por Covid -19, o que impossibilitou o acesso a esses locais, uma vez que devido à propagação do vírus, os estabelecimentos ficaram fechados ao público, resultando no atraso da fase de coleta de dados. A Pandemia também inviabilizou a pesquisa na câmara municipal de Piripiri. No entanto, apesar das limitações na coleta das fontes, não se deixou de apreender o processo de formação dos professores primários da zona rural no Piauí, entre as décadas de 1940 a 1960.

Das instituições INEP e USP foram cedidos documentos⁹ como relatórios estatísticos de ensino de 1º e 2º ciclos e do Ensino Normal; Boletim do Inep; levantamento de dados sobre o Piauí; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, dentre outros, os quais ajudaram na compreensão sobre o Ensino Normal e a formação de professores regentes primários, que com a preparação específica das Escolas Normais Regionais atuavam na zona rural. Já nos arquivos pessoais de ex-alunos, teve-se contato com convites de festas escolares, certificados e fotografias, acervos estes, que possibilitaram adentrar no mundo escolar, o qual vai além de dados numéricos.

⁸ Destaca-se aqui, que foi pouco o número de Atas, de que se teve acesso, pois muitos desses espaços – Câmaras de Vereadores – não têm o hábito e nem condições financeiras e de espaços para conservação dos documentos produzidos por eles, desse modo, muitas dessas fontes não existiam.

⁹ Muitos desses documentos foram cedidos pelos pesquisadores Higo Meneses e Odaleia Alves da Costa, que em visita a esses locais ou, em contato, com pessoas desses lugares – como no INEP – lembravam da presente pesquisa e cediam esses documentos para esta autora.

Outra fonte que se optou por trabalhar, foram os depoimentos de professores e alunos das instituições de ensino do Piauí, que formaram os regentes de ensino primário, os quais posteriormente, iriam exercer o magistério no meio rural. Baseando-se nesses depoimentos, analisou-se as experiências dos sujeitos que participaram na constituição dessa historiografia. Logo, as entrevistas, aqui, foram percebidas como um esforço de aproximação, abordado por Freitas (2002) como uma metodologia que

[...] abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além, de nos possibilitar o conhecimento de diferentes ‘versões’ sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradição no discurso do depoente (FREITAS, 2002, p. 51).

As fontes orais possibilitam não somente a inserção do indivíduo no processo histórico, como também o seu papel ativo como sujeito e produtor da história de seu tempo. Nesse sentido, a princípio, foram entrevistados cinco participantes¹⁰, escolhidos aleatoriamente nos livros de matrículas ou por indicação de algum entrevistado anterior, sendo que poderia ser inserido mais participantes, conforme a necessidade de saturação do tema estudado na pesquisa. As alunas entrevistadas foram: Dália Coelho de Aquino¹¹, Diná Miranda Louzeiro Costa¹², Francisca Cruz

¹⁰ No projeto de doutorado, foi definido a participação de oito discentes para serem entrevistados. Todavia, devido ao contexto da pandemia por Covid-19, não foi possível a realização das outras três entrevistas, uma vez que uma possível entrevistada veio à óbito, em virtude, da Covid-19 e as outras duas desistiram de participar da pesquisa. Essa etapa da pesquisa foi feita toda on-line, via plataforma google meet e somente uma entrevista foi realizada de forma presencial.

¹¹ Dália Coelho de Aquino nasceu, em 04/02/1946, em Barra do Lança, localidade que faz parte do município de Jerumenha/PI. Frequentou a Escola Reunida Vicente Fonseca, em Jerumenha. Depois, ingressou na Escola Normal Regional de Floriano, onde se formou em regente de ensino primário. Logo após, retornou à cidade de Jerumenha, onde trabalhou no Grupo Escolar do município e, posteriormente, foi trabalhar numa escola rural, em Barra do Lança, como professora regente de Ensino Primário. Em seguida, voltou à Floriano e fez o Curso Normal. Quando retornou à Barra do Lança, foi efetivada como professora primária da localidade. Atualmente, é professora aposentada pelo governo do Estado e é comerciante.

¹² Diná Miranda Louzeiro Costa nasceu, em 25/11/ 1945, no município de Gilbués. Iniciou o Ensino Primário, em Teresina/PI, aos sete anos e depois retornou para Gilbués, onde terminou seu Ensino Primário e ingressou no Ensino Normal Regional. Após o término dessa formação, foi para Brasília/DF e cursou o Ensino Normal (2º Ciclo). Foi professora primária nesse estado, somente na zona urbana e, lá também, fez o curso de Pedagogia. Atualmente, é aposentada.

Melo¹³, Maria do Carmo Ribeiro da Silva¹⁴, Maria Josefina de Castro Andrade Melo¹⁵. As entrevistas possibilitaram a essas pessoas versarem sobre o tema escolhido, relatando as experiências e/ou processos específicos vividos ou testemunhados por elas.

Nessa etapa da pesquisa tivemos dificuldade na realização, uma vez que o período de coleta de dado era tempo de Pandemia da Covid 19 nos anos 2020 e 2021 o que dificultou o acesso aos participantes do estudo devido as restrições causadas pela pandemia evitando assim, que as pessoas se aproximassem uma das outras. Com isso, as entrevistas foram realizadas via googles meet ou por ligação de vídeo no telefone celular perdendo muito da essência das falas dos participantes que ficavam inseguros no momento dos relatos. Outra dificuldade nesse momento foi a perda de participantes para o vírus do covid 19 chegando a falecerem.

Após a coleta dos depoimentos orais, estes foram transcritos e analisados, a fim de perceber nas memórias dos participantes, suas vivências nas Escolas Normais Regionais de Piripiri, Floriano e Gilbués, com o intuito de apreender a formação docente primária instituída nas escolas. Para Delgado (2006), a entrevista é uma técnica de coleta de dados que permite ao pesquisador catalogar informações, resgatando e produzindo o conhecimento histórico.

Diante do exposto, no primeiro capítulo da tese, procurou-se construir uma narrativa a respeito da formação de professores no Piauí, nas décadas de 1940 a 1960, evidenciando a necessidade de professores primários formados atuarem na zona rural. Ressalta-se, que neste capítulo, fez-se necessário retroceder o recorte temporal para a década de 1930, com o objetivo de revelar como os governantes conceberam a questão da formação de professores primários no Estado, principalmente, em relação à educação na zona rural do Piauí.

Desse modo, constatou-se a necessidade de se pensar a organização desse processo, formação de professores, tendo como aporte uma leitura da Lei que orientasse essa fase de

¹³ Francisca Cruz Melo nasceu, em 17/10/1945, no município de Piripiri. cursou o Ensino Primário no Grupo Escolar Padre Freitas. Posteriormente, ingressou na Escola Normal Regional de Piripiri. Continuou seus estudos no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Teresina/PI, fazendo o Ensino Normal (2º Ciclo). Retornou à Piripiri e fez uma seleção para professora, exercendo a profissão no Grupo Escolar Cassiana Rocha e no Colégio Patronato Santa Catarina Laboré.

¹⁴ Maria do Carmo Ribeiro da Silva nasceu, em Piripiri, em 24/02/1939. Fez o Ensino Primário no Colégio Patronato Santa Catarina Laboré. Em 1953, ingressou na segunda turma da Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus”. Logo depois, foi cursar o 2º Ciclo do Ensino Normal, em Teresina/PI, no Colégio “Sagrado Coração de Jesus”. Ao retornar para o município, foi chamada pelas Irmãs para atuar como professora primária no Patronato e foi contratada para trabalhar no Grupo Escolar Padre Freitas. Posteriormente, mudou-se para Brasília/DF com seus pais, onde deu continuidade a seus estudos, formando-se em Letras/Português. Atualmente, é professora aposentada desse estado.

¹⁵ Maria Josefina de Castro Andrade Melo nasceu, em Piripiri, em 19/10/37. cursou o Ensino Primário no Grupo Escolar Padre Freitas e, posteriormente, ingressou na Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus”. Após o término do curso, a Senhora Josefina Melo se casou e foi morar em Belo Horizonte. Ela não exerceu a profissão docente.

institucionalização da formação. Para isso, analisou-se o processo de implantação da Lei Orgânica do Ensino Normal, em que contexto aconteceu sua constituição e promulgação, bem como os atores que colaboraram com esse processo.

Ainda nesse capítulo, trabalhou-se com as políticas de formação de professores para o meio rural no Brasil. Política, que na década de 1940, passa a ser financiada pelo Fundo Nacional de Ensino Primário. As políticas públicas educacionais simbolizam também, espaço e modo de produção histórico, principalmente, ao se considerar que os documentos, a organização e as políticas educacionais do Ensino Normal, com a criação das Escolas Normais Regionais, foram estruturadas por atores sociais, que experimentaram determinado contexto, reproduzindo seus anseios e questões socialmente determinadas como forma dessas políticas se efetivaram ou não, no Estado.

No segundo capítulo, dedicado ao Ensino Primário e Ensino Secundário no Piauí entre as décadas de 1940 a 1960, buscou-se retratar que o Estado passava por uma crise financeira, agravando os problemas educacionais, presentes tanto na zona urbana como na zona rural. O Piauí, nesse período, tinha a maioria da população, residindo na zona rural, o que possibilitou que o Estado aderisse ao discurso desenvolvimentista presente no Brasil, de forma mais específica.

Acreditou-se, que o Estado alcançaria seu crescimento econômico por meio da agricultura, mesmo essa atividade enfrentando vários obstáculos, como por exemplo, a ausência de financiamento, de maquinaria agrícola, de animais reprodutores, entre outros problemas, levando a população piauiense a praticar a agricultura de subsistência. Desse modo, neste capítulo, evidenciou-se o que se concebia como rural no Piauí e qual discurso ruralista estava presente nesse espaço.

Essa realidade afetou o setor educacional piauiense, ampliando a matrícula do Ensino Primário, o que possibilitou a redução do analfabetismo e aumentou a demanda pela construção de mais prédios escolares que pudessem ofertar esse nível de ensino. Ainda no segundo capítulo, constatou-se que devido ao crescimento da matrícula primária, ocorreu um anseio por parte da população por um maior nível escolar e se iniciou uma luta pela implantação de escolas e cursos ginasiais a nível secundário. Porém, as mensagens governamentais evidenciaram que a crise financeira não permitia ao Estado ofertar ou construir escolas secundárias, deixando esse nível de ensino entregue ao sistema privado.

Já no terceiro capítulo, as reflexões se voltam para a interiorização do Ensino Normal no Piauí, compreendendo como a formação de professores primários se institucionalizou no

Estado e como se deu a ampliação dessas instituições pelos municípios. Nesse sentido, trabalha-se as instituições destinadas a formar os professores que iriam atuar nas escolas primárias rurais no período estudado.

Aqui, a historiografia sobre a formação de professores primários no Estado foi constituída a partir da política que se efetivou nas cidades piauienses – as Escolas Normais Regionais. Sendo assim, a narrativa foi estruturada analisando a formação ofertada para professores rurais nessas escolas. Além disso, construiu-se uma narrativa refletindo sobre quem estava atuando nos estabelecimentos de ensino na zona rural, revelando que tanto o número de escolas normais de 2º ciclo, como as de 1º ciclos eram inferiores para atender a um maior número de escolas primárias tanto urbanas como rurais.

Por fim, o último capítulo da tese teve como ponto inicial as entrevistas. O passado das escolas, silenciado no decorrer do tempo, foi trabalhado sob a ótica das pessoas que vivenciaram o processo de implantação e criação das Escolas Normais Regionais ao experimentarem fatos peculiares dessa trajetória. Nesse sentido, as Escolas Normais Regionais de Gilbués, Floriano e Piripiri foram compreendidas, aqui também, como lugares de produção de uma cultura própria - a cultura escolar. Desse modo, evidenciou-se como se dava a prática educativa das instituições de formação de professores regentes de ensino, a relação aluno/professor e a organização e o cotidiano das escolas normais regionais existentes no Piauí.

2 O PAÍS PRECISA DE PROFESSORES PRIMÁRIOS RURAIS: AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE DOCENTES NO BRASIL, DE 1940 A 1960.

Em meados do século XX, no Brasil, aconteceu uma acelerada mudança em relação às questões educacionais. A escolarização atravessou uma expansão quantitativa na oferta de ensino, principalmente, no nível primário. Nos anos finais da década de 1940, houve uma interiorização da escola, que passou a ser vista como uma instituição fundamental para as mudanças que a sociedade vivenciou em sua experiência individual e coletiva.

A construção de prédios escolares e a interiorização no processo de escolarização, configura-se como um esforço realizado pelo Estado, entre as décadas de 1940 e 1960, com vistas a proporcionar uma relação direta entre a população das regiões rurais e os espaços de educação. Desse modo, o desenvolvimento do país se ampara a partir da ideia de que era tarefa fundamental do Governo Federal e de sua relação direta com os Governos Estaduais, consolidar o acesso da população à educação, para que esses objetivos fossem alcançados. O acesso da população rural à educação escolar tornou-se uma das frentes principais que o Ministério da Educação e da Saúde utilizavam na política de expansão da escolarização da sociedade brasileira.

As etapas para a construção desse quadro foram formuladas já nos primeiros anos do governo provisório de Getúlio Vargas, na década de 1930, e foram se consolidando a partir da reformulação do ensino primário com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Normal, da promulgação de decretos estaduais que atendem ao Decreto-Lei 8.530/1946. Isso implicou na qualificação de professores que atuavam no ensino primário por meio da criação dos Cursos Normais Regionais, que se institucionalizaram a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal.

As iniciativas institucionais, desde o governo Vargas, permeadas pela Lei Orgânica do Ensino Normal, referentes às políticas de qualificação dos professores mediante o Ensino Normal Regional e de ações que perpassam pela iniciativa de ofertas de bolsa e treinamento de professores leigos, são as questões discutidas a partir da compreensão de como se deu a construção de uma política de formação de docentes no Brasil, para que fosse possível uma melhor atuação do professor no Ensino Primário, atendendo as metas de crescimento projetadas para o Brasil.

2.1 A Lei Orgânica de Ensino Normal e suas implicações na formação de professores no Piauí de 1940 a 1960.

Entre as décadas de 1930 e 1960, quando o Brasil ainda era em sua maior parte rural, tanto em termos populacionais como em termos econômicos, foi possível identificar uma fase de desenvolvimento que exigia mudanças sociais, econômicas, políticas e educacionais. Diante deste contexto, o poder público federal passou a centralizar suas ações no processo de industrialização, dando início a um período que privilegiou a capacitação profissional e estimulou a população a se interessar por uma melhor qualificação.

Essa conduta levou os Governos Federal, Estadual e Municipal a voltarem sua atenção para o Ensino Primário e para a formação de professores em Escolas Normais, à medida que se configurava como um nível de ensino com diversas dificuldades, em especial, na zona rural. Isso foi possível de se perceber, tanto na legislação como nas atuações do Ministério da Educação e Saúde, com a oferta de cursos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e por outras políticas públicas.

Segundo Werle (2012, p. 37), “a formação de professores era uma necessidade e uma urgência[...]”, uma vez que uma das dificuldades no meio educacional, era a falta de professores formados tanto para a zona urbana como para a zona rural. Em relação ao Estado do Piauí, na mensagem governamental de 1930, o governo atribuiu o baixo índice na matrícula do Ensino Primário aos professores:

Sensivelmente maior seria a matrícula, não obstante a escassez dos nossos recursos financeiros, se fosse possível o provimento por normalistas de todas as cadeiras do interior, ou de sua maior parte, o que não está feito à falta de diplomadas nos municípios onde o ensino ainda está sendo ministrado por leigos (PIAUHY¹⁶, 1930, p. 17).

Nesse contexto conturbado, vivenciado pelo Ensino Primário, o governo João de Deus Pires Leal¹⁷, em diversos momentos da referida mensagem, ressaltou que além do Estado passar por dificuldades financeiras, este nível da educação apresentava graves problemas, principalmente, no que diz respeito aos professores formados para atuarem nos municípios. As análises das fontes apontam que, em virtude da crise financeira, o Estado não podia custear os honorários decorrentes aos direitos adquiridos na legislação relacionado a um acréscimo no salário dos professores normalistas. Assim, o governo apresentou como solução para amenizar

¹⁶ A escrita do nome do estado nesse período era essa, por esse motivo foi transcrita como tal.

¹⁷ João de Deus Pires Leal foi Bacharel em direito e agricultor. Foi governador do Piauí pelo Partido Democrático Piauiense(PDP) de 01.07.1928 a 4.10.1930, quando foi deposto e preso pelo movimento revolucionário (TITO FILHO, 1975, p.35).

a ausência de professores diplomados nesses espaços, a criação de uma classe especial – professores leigos¹⁸ – evidentemente recebendo menor valor.

No ano de 1930, o governo João de Deus Pires Leal registrou o total de 195 professores, sendo que 151 eram professores normalistas e 44 professores leigos (PIAUHY, 1930, p.21). No relatório, a maioria dos professores normalistas atuavam na zona urbana, acarretando uma escassez de profissionais, com diplomas de Curso Normal, na zona rural. Nesse sentido, era notável que a zona rural era um lugar carente de professores, especialmente, no que se referia à formação docente.

Muitas vezes, temporariamente, os professores leigos eram nomeados sem nenhuma prova de habilitação, o que levou o governo a decisão de criar e regulamentar a classe de professores leigos.

Seria o caso, como já vos fiz sentir o anno passado, dessa Assembleia regular o provimento das cadeiras nas escolas isoladas dos povoados e mesmo das villas, pela nomeação effectiva de professores não normalistas que fizessem um curso menor, em exames vagos, ainda que se creasse uma classe especial de professores, com os vencimentos menores, mas tendo a mesma garantia de estabilidade dos actuaes diplomados (PIAUHY, 1930, p.22).

Nesta perspectiva, percebe-se uma desvalorização da carreira docente na discussão sobre uma formação adequada para atuar no ensino primário. Outra questão que deve ser levantada, refere-se à defesa por parte dos governos estaduais, de uma formação geral para os professores. No Piauí, em nada se falava de um conhecimento específico que eles deveriam ter para atuarem no meio rural. O que se fazia necessário, segundo algumas autoridades do Estado, como governadores, deputados, vereadores e lideranças políticas, era tornar esse nível de ensino mais acessível a todas as pessoas que desejassem cursar o Ensino Normal.

No entanto, no governo João de Deus Pires Leal, essa medida tornou o estabelecimento do Ensino Normal uma casa de educação comum, trazendo prejuízos intelectuais aos discentes que ali frequentavam ou frequentariam. O governo, em 1930, enfatizou na defesa dessa ideia, a seguinte argumentação:

O que me parece necessário fazer nesse sentido escapa às minhas atribuições leaes. Depende de medidas legislativas de que já vos falei em mensagem

¹⁸ A denominação desses docentes no trabalho foi compreendida a partir da perspectiva de que eles não tinham a formação exigida para atuarem nas escolas, segundo a legislação da época, assim como, eram também vistos de forma marginalizada no processo de ensino e o que implicava em terem salários menores, bem como uma atuação profissional mais visível nas escolas primárias da zona rural (LOPES; FURTADO; AMORIM, 2020.)

anterior e agora espero não recusareis ao meu governo (PIAUHY, 1930, p.15).

O governo tomou para si algumas ações, que buscavam melhorar esse nível de ensino, como: limitação das matrículas, exigência do exame de vestibular e aumento do curso para cinco (5) anos, tendo maior exigências em relação ao tirocínio prático realizado pelas concludentes. Outro ponto percebido foi as contradições do discurso governamental, já que ele forma uma parte da população para atuar na zona rural, contudo no momento de manter eles nesse local com um salário correspondente a sua atividade profissão ele se utiliza do discurso das dificuldades financeiras.

Vale ressaltar, que foi nesse quadro, que o Ensino Normal chegou a uma das suas primeiras alterações com a Reforma de 1933¹⁹, sendo a mesma, como relata Brito (1996), uma mudança substancial na parte relativa à organização, à orientação do ensino e em menor proporção, na parte administrativa.

Corroborando com essas mudanças no Ensino Normal, o Decreto Estadual de n. 1.438/1933, publicado no governo Landry Sales Gonçalves²⁰, traz como objetivo do ensino primário para o discente, torná-lo não somente um manipulador de conteúdos, conforme preconizava a reforma, mas também, pelo menos na teoria, formá-lo com habilidades para exercer a cidadania, utilizando-se da educação moral como elemento principal para tal fim.

Em relação ao Ensino Normal, a reforma desenhou como principal mudança, novas maneiras de ensinar, contemplando uma nova cultura social ou complementando uma cultura anterior, de forma a atender às emergências de ampliação dos serviços públicos, como o da educação, para a população do Estado.

Com isso, o Regulamento Geral do Ensino do Piauí, de 1933, traz que o ensino normal tem como finalidade a formação de professores primários e que deveria ser ministrado na Escola Normal Oficial de Teresina ou em escolas equiparadas a ela. Além disso, seus ingressantes deveriam se preparar antes na escola de Adaptação, por dois anos, com o objetivo de terem uma formação de complementação do Ensino Primário e a realização de uma verificação sobre os tipos de vocação que possuíam.

¹⁹ A Reforma de 1933, constitui-se de alterações no ensino piauiense por meio do Decreto Nº 1.438 de 31.01.1933, que revê e altera disposições do Regulamento Geral do Ensino (PIAUHY, 1933, p.3).

²⁰ Landry Salles Gonçalves, era tenente, embora não tenha ligações com os grupos políticos do Estado, foi nomeado Interventor Federal pelo Presidente da República pelo partido político Aliança Liberal. Na década de 1930, os tenentes tinham enorme influência nas decisões do Governo Provisório de Vargas e ele fazia parte do Clube 3 de Outubro, organização tenentista que tinha grande influência no momento de imprecisão e crise política pelo qual passava o Brasil.

Brito (1996) afirma que, a organização curricular administrativa e didática, proposta para Escola Normal Oficial de Teresina, deveria ser seguida pelas escolas equiparadas a ela. Nesse sentido, a reforma de 1933 apresentou um currículo com disciplinas de cunho, principalmente, humanístico/propedêutico, em sua maioria, das séries iniciais, ficando as disciplinas relacionadas ao curso e a parte prática para o último ano. Situação que só gerava uma vivência para os discentes efetuarem as práticas profissionais, que compreendiam as técnicas metodológicas e as práticas do processo de ensino, somente nos últimos dois anos. Para o autor,

A prática profissional era feita na Escola Modelo, e no Jardim de Infância anexo ao curso normal, bem como na Escola de Adaptação e em outras unidades escolares previamente designadas para esse fim. [...] A prática profissional incluía: regência de classe; aulas modelos; elaboração de plano de aula; trabalho de administração escolar; correspondência e acentuação; elaboração e aplicação de testes psicológicos e pedagógicos, dentre outras atividades (BRITO, 1996, p. 98).

O que se ensinava eram práticas voltadas para o fazer técnico da formação de professores, sem qualquer indício de ser um tirocínio que fazia menção à formação docente para atuação no meio rural. Nas análises realizadas neste trabalho, os estabelecimentos de Ensino Normal eram poucos e, em sua maioria, concentravam-se na capital do Estado.

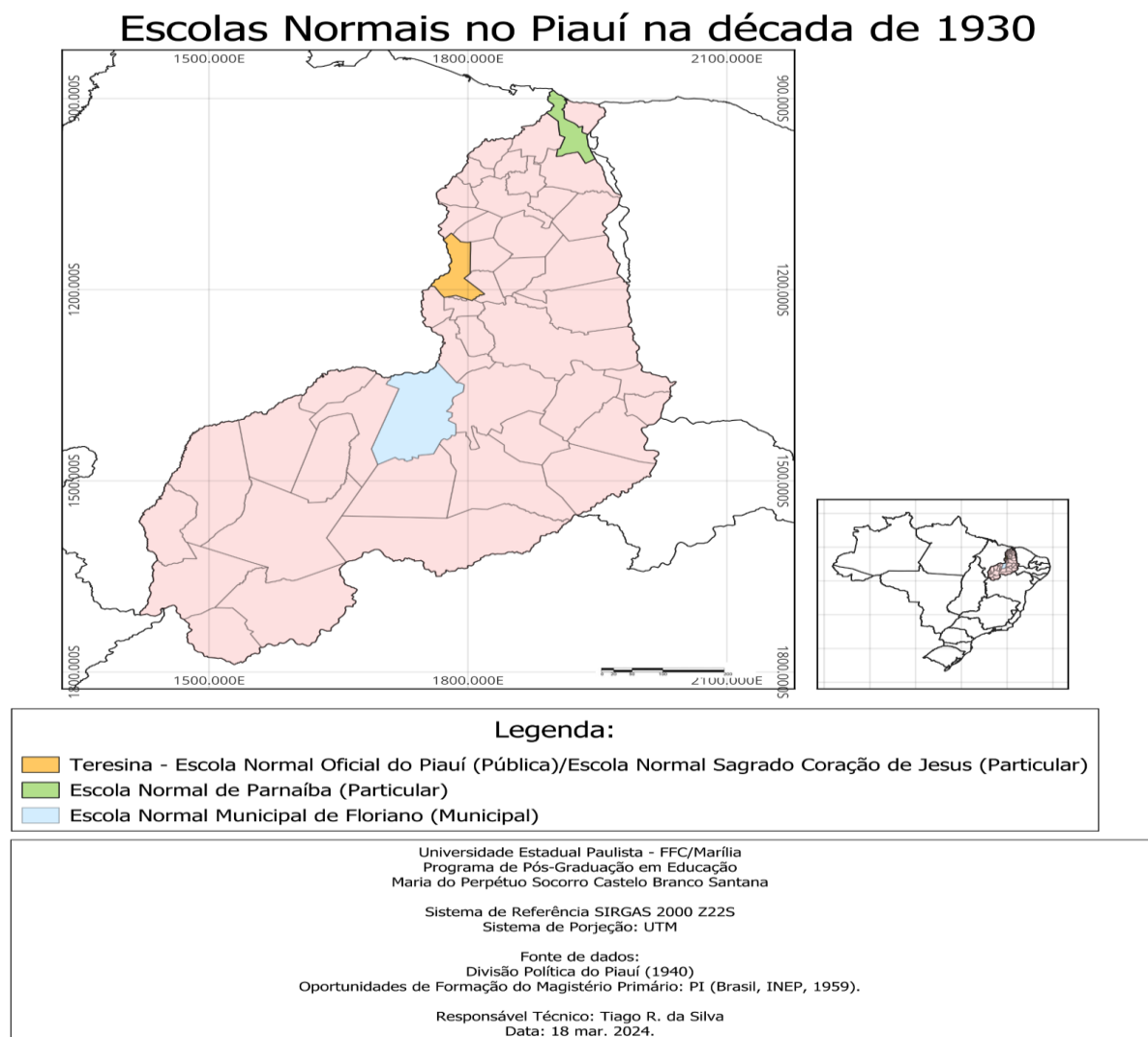
No Piauí, a Escola Normal Oficial ficou localizada em Teresina e nos municípios, estavam as escolas a ela equiparadas, a partir da Reforma de 1910, que são: Escola Normal de Parnaíba (pelo Decreto Lei nº. 1.196, de 18/07/1928); a Escola Normal de Floriano (pelo Decreto 1.407, de 07/07/1932) e a Escola Normal Sagrado Coração de Jesus (pelo Decreto 1.213, de 11/04/1931), esta última também localizada em Teresina e de responsabilidade da Igreja. Uma questão levantada pelo governo João de Deus Leal Pires, quando fez referência às candidatas ao Curso Normal no Piauí:

A frequência nos cursos normaes de candidatos residentes nos pontos mais distantes do Estado é para o maior número deles difícil, sinão impossível, por se tratar de gente pobre, que os abastados nutrem sempre aspirações a carreiras mais rendosas (PIAUY, 1930, p.23).

O baixo índice no número de matrículas desse nível de ensino esteve ligado tanto à falta de “interesse” das jovens por esse curso como também a não oferta dele. Naquele período, o distanciamento geográfico das escolas constituía outro obstáculo para que elas tivessem acesso

a esse curso. Era visível, que o deslocamento das candidatas para ingressarem nas escolas exigia por parte de cada uma, recursos financeiros que nem sempre a família tinha como arcar. Essa demanda se efetiva, mais fortemente, para as que moravam mais distantes dos principais núcleos urbanos do estado. O mapa a seguir apresenta a localização dos estabelecimentos de ensino normal do Piauí na década de 1930.

Mapa 1: Escolas Normais no Piauí na década de 1930.



Fonte: INEP, 1959.

Observando o mapa 1, constata-se que o Piauí, na década de 1930, possuía somente quatro Escolas Normais, as quais duas estavam localizadas na capital – a Escola Normal Oficial de Teresina (pública) e a Escola Sagrado Coração de Jesus (particular) – e as outras duas, localizadas nos municípios de Parnaíba (particular), ao norte do estado, e Floriano(municipal),

mais ao centro sul. Ainda assim, identificou-se de forma contundente, que os estabelecimentos de ensino não atendiam as necessidades de escolarização da população daquele período, seja pela reduzida relação de oferta de vagas e população apta a ingressar na Escola Normal, seja pelas distâncias que passavam a se configurar para a população dos municípios. Todavia, na fala do governador João de Deus Pires,

A Escola Normal de Floriano contribuirá de futuro, decisivamente, para satisfazer as necessidades do ensino, neste particular, no que diz respeito ao pessoal necessário às escolas das cidades e villas do extremo sul do Estado, cujas populações vivem mais em contato com aquela importante cidade, onde tem relações familiar e maior entrelaçamento de interesses do que nesta capital e demais cidades do Estado. Desse modo, mais facilmente os candidatos ao professorado podem fazer o curso normal ali (PIAUY, 1930, p.22).

Percebe-se nessa mensagem, a relevância da presença dessas escolas nos municípios do Estado, uma vez que era muito mais fácil para algumas das futuras discentes daquele período se deslocarem para as cidades de Parnaíba e Floriano do que para Teresina. Isso se dava em razão das famílias possuírem parentes nas referidas cidades, sendo mais fácil para os pais ou responsáveis permitirem esse deslocamento, implicando aqui também, as questões de gênero, que permeavam, mais fortemente na sociedade piauiense, na década de 1930.

Para as mulheres, o deslocamento para longe da família, em virtude do processo de escolarização, era algo rodeado sempre pela presença incisiva de valores morais, que deviam ser preservados. Então, nem sempre era fácil o convencimento da família para elas irem estudar nos municípios, onde funcionavam as escolas.

Por outro lado, para os homens que almejam seguir sua escolarização em uma das Escolas Normais, os obstáculos eram de ordem financeira, visto que os valores morais para o mundo masculino eram bem mais flexíveis do que para o feminino²¹. Contudo, o governo deixava claro, que essa escola iria trazer um maior interesse da população piauiense dessa região para ingressar nesse nível de ensino e que seus frutos teriam uma melhor visualização depois de quatro anos, uma vez que a Escola Normal de Floriano foi inaugurada em 1929.

Franco (2013) afirma que a formação de professores deve ser entendida não somente por reflexões acerca de sua prática, mas também em relação à espacialidade dos estabelecimentos escolares de formação de professores e nas escolas que esses profissionais iriam desenvolver sua carreira. Nesse sentido, deve-se buscar, além desses pontos,

²¹ Para uma compreensão melhor dessa questão, consulta Lopes (1996), o qual faz uma discussão sobre a feminização da profissão docente no ensino primário do Piauí.

problematizar sobre onde as normalistas eram formadas e sobre qual era o lugar da atuação pedagógica delas. Assim, fez-se necessário pensar sobre o Ensino Primário, pois a formação dos professores estava relacionada à preparação de mão de obra para atuação nesse nível de ensino. Razão, que nos leva a analisar a história da formação dos professores rurais no Piauí a partir da carência de regente de ensino, com formação adequada para o ensino primário, principalmente nas regiões rurais do estado.

Com base nos dados apresentados pelo governo Landry Sales na mensagem de 1935, relativo ao número de professores normalistas e professores leigos, identificou-se algumas pistas que embasam a argumentação da necessidade da formação de professores para atuação no Ensino Primário, com interesse voltado, principalmente, para suas atividades nas escolas, localizadas na zona rural do estado, onde a carência era preponderante.

Era importante garantir um crescente número de estabelecimentos escolares para atender a demanda da população por esse nível de ensino. Reflexos, que surgem numa fala cada vez mais contundente por parte do governo, de que os regentes das escolas já existentes, bem como dos que atuariam nas novas escolas, deveriam ter a formação para atender às mudanças. Na tabela 01, pode-se perceber o número de professores normalistas e professores leigos e alguns elementos que são indícios para compreensão dessa fala.

Tabela 1 - Número de Professores nos primeiros anos de 1930

ENTIDADES MANTENEDORAS	ANO	PROFº. DIPLOMADO	PROFº, LEIGO	TOTAL GERAL
ESTADO	1931	169	59	228
	1932	186	67	253
	1933	195	84	279
	1934	197	134	331
TOTAL	-	747	344	1091
MUNICÍPIOS	1931	7	27	34
	1932	--	1	1
	1933	---	7	7
	1934	2	5	7
TOTAL	-	9	40	49
PARTICULAR	1931	--	7	7
	1932	3	67	70
	1933	11	86	97
	1934	7	80	87
TOTAL	-	21	240	261
TOTAL GERAL		777	624	1401

Fonte: Adaptado de Piauí (1931-1935).

Conforme a tabela 1, o Estado era a entidade que mantinha a maior quantidade de professores, entre diplomados e leigos, totalizando entre o ano de 1931 a 1934, o número de 1091 professores. Desses, 747 eram diplomados, ou seja, mais de 60% possuíam a formação adequada para atuarem no ensino primário. Quando se observou que as entidades mantenedoras eram os municípios ou entidades particulares, ficou notório que entre as décadas citadas anteriormente, o número de professores leigos se sobressaiu ao número de professores diplomados, respectivamente, 40 professores mantidos pelos municípios, nos quatro anos e 240 professores pelas entidades particulares, no mesmo período.

Um fato relevante a ser destacado, refere-se ao número reduzido de professores, mantidos pelos municípios, sejam eles diplomados ou leigos. Situação esta, que se mostra contrária quando a entidade mantenedora é a particular, pois o número total de professores nesse grupo, chega a somar, nos quatro anos, 261, bem superior aos 49, mantidos pelos municípios. Como o Estado figura como o que mais mantém professores, percebeu-se o peso que o poder público estadual possuía no incentivo e na manutenção das políticas educacionais.

A exigência da formação para atuação nas escolas passou a ser uma prerrogativa cada vez mais forte para os professores estarem em sala de aula. Se essa já era uma realidade nas escolas primárias da sede do Estado, em breve, também passaria a ser uma exigência para o restante do Piauí, à medida em que cresceria o número de estabelecimentos primários que deveriam ter em seu corpo docente de professores diplomados.

Com isso, os governos João de Deus Pires Leal e Landry Sales relataram sobre a necessidade de preparar um corpo docente, devido não só à expansão do número de matrículas, escolas e extensão territorial do estado, mas também pela ausência do poder público na zona rural (PIAUY, 1930). Com a análise das mensagens constatou-se, que mesmo enfrentando dificuldades financeiras, houve uma preocupação com a educação rural:

Não nos é possível, pela limitação dos nossos recursos financeiros, e por outras causas já apontadas, prover normalistas todas as cadeiras já existentes em remotas villas e povoados do interior e as que se faz mister crear. Nem há normalistas que queiram, nem poderíamos custear as despesas decorrentes de tão grande aumento de pessoal diplomado pelas escolas normaes do Estados, com os vencimentos a que este tem direito. (PIAUY, 1930, p. 22).

Percebe-se na mensagem do governo Landry Sales, que apesar da carência econômica que o Estado passava, tinha-se uma preocupação com a educação, em especial, a rural, porém as normalistas, formados nas poucas Escolas Normais existentes no Piauí, não queriam atuar

na zona rural, sendo isso justificado pelos baixos salários e pelo difícil acesso a essas comunidades.

Nesse período (1930), Getúlio Vargas assumiu o poder no Brasil e com isso, os produtores rurais que influenciavam a República Velha perderam sua força política, ganhando impulso um projeto desenvolvimentista, que tinha como mola propulsora, a produção industrial que passou a exigir mão de obra com maior qualificação. Contexto, que começaria pela expansão da escolarização, tendo em vista que o número de pessoas analfabetas era enorme no país²².

Essa mudança rumo à educação estava presente tanto nos folhetins que circulavam pelo país quanto nos que circulavam pelo Piauí, como evidenciou-se no Jornal A Luz,

Outrora ao nosso amado Brasil, era difícil vêr-se a mocidade ansiar pela instrução. Hoje, graças a Deus, não só a mocidade faz todos os sacrifícios, mas não mede obstáculos, anseia e lança-se à procura da instrução. [...] O Brasil, a nossa tão querida Pátria, não deve ser somente um país rico, um país bello, ou um país industrial; deve ir além. Para o futuro elle deverá ser o país mais culto e mais progressista e finalmente um país onde não haja analfabetos (A LUZ, 1930).

Assim, circulava no meio social brasileiro, a ideia de que a princípio, a instrução, ou seja, a educação não era algo desejado e buscado anteriormente. Somente, a partir da entrada de Vargas no poder que foi permeado, no seio da sociedade brasileira, que o crescimento do país se daria por meio da educação. Ventilava-se entre os diferentes grupos sociais, que o desenvolvimento industrial estava diretamente ligado à expansão educacional, motivando a mocidade brasileira a correr em busca de uma maior escolarização.

Naquele momento, configuraram-se medidas concretas para atender esses pontos de mudanças em relação à educação, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, no final dos anos de 1930 e a Reforma Francisco Campos, no ano de 1931. Decisões estas, que não só mostravam a força política de Getúlio Vargas para sociedade brasileira, como também revelavam que a partir daquela ocasião a educação passava a ser tratada como um assunto nacional.

No Período do Governo Provisório ao Estado Novo, aspectos como o poder centralizado no governo, com interesses voltados para indústria, o autoritarismo, nacionalismo,

²² A população do Brasil em 1930 correspondia a 41.165.289 habitantes. Em relação a essa população do país, destaca-se que 68,76% viviam na zona rural. Para zona rural, o índice de analfabetismo chegou a 85,89%. (AZEVEDO, DOS ANJOS; CORRÊA; FARIA; ÁVILA, 2020, p.303).

intervencionismo e modernização, influenciavam diretamente na educação, uma vez que parte dos intelectuais, que defendiam um currículo nacionalista, apreciavam o ensino de história, geografia e costumes brasileiros e o outro grupo de intelectuais, preocupavam-se em mudar a realidade educacional, lutando para que todos adquirissem uma educação formal e de qualidade.

Se essa passou a ser uma ideia emitida pelo governo central para todas as regiões do país, o Piauí não demorou muito a tentar seguir essa bandeira. Mesmo que ainda de forma incerta, foi durante o governo de Landry Sales, que se percebeu a preocupação central com a educação. O principal alvo girava em torno do Ensino Primário e, conseqüentemente, a formação de um corpo docente para ele. Contudo, percebe-se que desde cedo o Governo inicia uma política de formação de um corpo docente, entretanto, não menciona a questão salarial quando esses professores são inseridos na profissão.

Sendo assim, no relatório de governo de 1935, constava um investimento na formação docente através de cursos de formação continuada. Com isso, o governo “custeia as despesas, em Minas²³, de uma turma de professoras, em curso de aperfeiçoamento (PIAUY, 1931/1935, p.32)”. Desse modo, as ações acerca da expansão do Ensino Primário estavam vinculadas ao aumento do número de professores diplomados, configurando-se na década de 1930, uma expansão ainda tímida, pois os governos pouco investiam na formação docente inicial e em cursos de formação continuada.

O investimento na formação era apenas para alguns cursos de férias e não atendia ao corpo de professores do Estado. Era preciso avançar para além do discurso. Isso só se concretiza com políticas educacionais mais fortes, que alavancaram uma formação ampla e concreta dos professores leigos e que com a formação, atuassem na zona urbana e, principalmente, na zona mais carente de professores formados: a zona rural. Uma realidade que se desenha no Piauí a partir dos anos 1940, quando foi possível uma delimitação da ampliação das escolas primárias e da necessidade de construção de Escolas Normais Rurais.

De acordo com Santana (2011), no período de 1940 a 1970, mais de 80% da população era rural. Nesse local se identificava o maior índice de analfabetismo, o que dificultava o crescimento industrial do país. O boletim do INEP n. 40, de 1948, foi esclarecedor no sentido de mostrar que o Ensino Primário, no meio rural, sofria mais dificuldades, como por exemplo, falta de prédios escolares e reduzido número de professores, além disso, muitos professores não recebiam formação pedagógica necessária. Nesta perspectiva, torna-se indispensável se pensar

²³ Minas citado no trecho da mensagem governamental de Landry Sales se refere ao estado de Minas Gerais onde era enviado professores para participarem de cursos de formação.

como foram implantadas as políticas de formação dos professores nas diferentes unidades da federação, uma vez que o abandono dos bancos escolares estava ligado à falta de qualificação dos docentes.

Entre os anos 1947 e 1961, segundo Martins (2016), podemos afirmar que o Piauí seguiu a orientação nacional na implantação das reformas educacionais e no contexto de redemocratização. Atravessado pela gestão de quatro governos, essas décadas caracterizam-se, no primeiro momento, e na visão do governador Rocha Furtado, (1947/1951) por um caos no campo econômico, social, político e educacional. Para o governo, era preciso reverter esse quadro, viabilizando ações na construção desse contexto. Nesse sentido, foram tomadas deliberações legais que possibilitaram a concretização das reformas do Ensino Primário e do Ensino Normal no Estado.

No segundo momento, vivenciado entre os anos de 1951 e 1963, no qual o Estado passou por três governos²⁴, identificou-se, a partir das mensagens governamentais, uma imagem do Piauí entrando em pleno desenvolvimento e coadunando com os objetivos de modernização e de progresso. À medida que era possível o aumento das estradas ocorreria o incremento do comércio e da agricultura, assim como uma ampliação da demanda educacional.

Esse encadeamento de ações, que resultaram em melhores parâmetros escolares, foi apresentado no documento organizado pelo Ministério da Educação e Saúde, expedido em 1950, no Boletim n. 52, que tinha dados do Piauí sobre o Ensino Primário e Ensino Normal.

Mas auspicioso foi o progresso demonstrado no biênio 46-47. De fato, o número de alunos por mil habitantes, no primário fundamental comum, passou de 46, em 1945, a 48, em 1946 e 58 em 1947; a matrícula cresceu de 41.234, em 1945, para 54.968 em 1947 (1950, p. 9).

O crescimento das matrículas, bem como de alunos por número de habitantes, em meados da década de 1940, sobressai-se no Boletim como um reflexo do investimento e crescimento realizado na região. Os resultados foram muito claros no setor educacional, como se pode observar, pois ocorreu um aumento de 13.734 no número das matrículas entre os anos de 1945-1947. Se essa relação foi louvada em várias falas, deve-se lembrar aqui, que esse crescimento de matrículas nas escolas primárias ocorreu no período de implantação da Lei Orgânica do Ensino Primário e da Lei Orgânica do Ensino Normal.

²⁴ A esse respeito, consultar Martins (2016, p. 37) para melhor compreensão de quem são os governadores e os contextos vivenciados por eles.

Inserida nesse contexto de construção de modernização, no qual a educação constituía um desses passos, a sociedade piauiense passou a vislumbrar algumas ações, não igual a outros estados, mas de um jeito particular. Segundo Martins (2016), o Piauí acompanhou, em 1942, esse processo de mudança no setor educacional, adequando-o ao conjunto de Leis, que tinha como objetivo nivelar o ensino às determinações sociais e legais da Lei Orgânica de Ensino. Foi a partir desses dois conjuntos de ações, que o Estado vivenciou a implantação da reforma do Ensino Primário e da reforma do Ensino Normal.

A defesa das mudanças na educação teve como culminância a promulgação das Leis, que reformaram o Ensino Primário e o Ensino Normal, reverberando representações locais, políticas e intelectuais, no qual se destaca o nome de Benedito Martins Napoleão, Waldir Figueiredo Gonçalves, Teodoro Ferreira Sobral e José da Rocha Furtado. Antes da lei ser implantada e durante o seu processo de promulgação de ajuste no contexto piauiense, esses nomes destacaram-se por ocuparem espaços importantes nesse processo. Como figura central desse grupo destacou-se Benedito Martins Napoleão, pois conforme Martins,

Quando as LOEP e LOEN foram promulgadas, em 02 de janeiro 1946, o governo estadual era exercido pelo interventor Benedito Martins Napoleão (19.12.1945 a 20.03.1946), responsável por ter esboçado “[...] um programa de prioridades para o desenvolvimento do Piauí”. Como intelectual, ele mantinha ligações políticas desde a década de 1920, [...] (MARTINS, 2016, p. 51).

Cabe frisar, que aqui, Benedito Martins Napoleão é visto dentro das significativas relações que possuía com o lugar social que ocupou durante a década de 1930 e 1940, pois se considera que as ações e falas desse intelectual estão amparadas, no que Michel de Certeau (2011) define como lugar social na produção historiográfica.

Para o historiador, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar social de produção socioeconômica, política e cultural. E “[...] é em função desse lugar que se instauram os métodos e se delineiam uma topografia de interesses [...]” (2011, p. 47). Questiona-se, com base nessa afirmativa, quais os lugares sociais e articulações que permearam a vida desse intelectual, para que tenha sido considerado um ator importante na implantação das leis para o Ensino Primário e Normal?

Dado este questionamento, verificou-se que o primeiro lugar social que desempenhou, foi o de interventor Estadual no momento da promulgação da LOEP e LOEN²⁵. Esse ato, no

²⁵ Lei Orgânica do Ensino Primário (LOEP) e Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN)

entanto, foi construído muito antes, uma vez que rastreando a trajetória do interventor, constatou-se que, desde a década de 1920, como político, já atuava na construção desse caminho. Como intelectual, posicionava-se muito cedo sobre as mudanças no campo econômico e educacional, que deveriam ser implantadas no Estado para o seu real processo de desenvolvimento.

Martins Napoleão se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife e atuou como professor do ensino secundário e superior, além de ser jornalista e escritor, como era próprio dos homens de sua época. O intelectual, Martins Napoleão, foi também membro da Academia Piauiense de Letras e escreveu poemas que abordam questões relacionadas à terra nordestina, bem como reflexões sobre a educação, dentre eles “O Nordeste e as grandes diretrizes da educação popular” (PIAUI. DIÁRIO OFICIAL, 1942).

Já em 1931, segundo Martins (2016, p. 51), “continuou na administração pública ao assumir a função de Diretor de Instrução Pública em 1931, quando implantou uma reforma de ensino, baseada nos pressupostos da Escola Ativa.” Nesse período, posicionou-se de maneira contundente sobre a valorização de uma educação voltada, de forma específica, para cada região. Sua fala era clara, no sentido de pensar uma educação para a zona rural, valorizando o que esta tinha a oferecer, em seus aspectos econômicos e culturais.

Diretrizes que culminaram na década de 1940, com a exposição desses pontos em um texto intitulado: “O Piauí e Nordeste (aspectos e problemas de sua vida social)”. O texto revela diferentes ângulos percebidos pelo intelectual e político, desde a área econômica até a importância da educação para o Nordeste. Aqui, o autor faz a seguinte pergunta: “Na unidade orgânica do plano educacional brasileiro, caberá porventura, ao Nordeste um plano particular de educação?” (PIAUI. DIÁRIO OFICIAL, 1942, p.36) e responde mais à frente da seguinte forma:

Assim, num país que se diferencia social e historicamente como o nosso – embora mantenha unidade de estrutura política, religiosa, linguística e sentimental, - devemos assentar QUE A UMA REGIÃO CARACTERÍSTICA, A UM TIPO ÉTNICO CARACTERÍSTICO E A UMA FORMA CARACTERÍSTICA DE ATIVIDADE, DEVE CORRESPONDER, TAMBÉM UM SISTEMA EDUCATIVO CARACTERÍSTICO (DIÁRIO OFICIAL, 1942, p. 39). *[Grifos do autor]*

Nesse sentido, ressalta-se um discurso que valoriza a educação regional e seus aspectos particulares, razão que permite afirmar que ao transitar pelos espaços de poder e de decisão

sobre o ensino, ele costurou uma trama significativa de discursos e práticas permitidos em cada lugar, argumentando que “a educação ‘que varia em função do espaço’, precisa ter o seu sistema elaborado de modo a considerar o SENTIDO REGIONAL [...]” (*Grifo do autor*), implicando no atendimento de aspectos diferenciados da sociedade brasileira, tanto urbana como rural. Nesse contexto, configurou-se a necessidade de uma política educacional que refizesse “as bases do atual sistema orgânico do ensino, para instituir e instalar escolas rurais, servidas de professores especializados” (DIÁRIO OFICIAL, 1942, p. 39).

A tradução mais visível dos seus posicionamentos, concretizou-se com ele à frente do Governo Estadual como interventor, quando a Lei Orgânica do Ensino Normal foi promulgada. Logo depois, afastou-se do cargo, assumindo como interventor Vitorino Correia (20.03.1946 a 03.09.1946), que deu continuidade ao processo.

Como ressalta Martins (2016), o pensamento dos interventores e governadores que assumiram o governo durante o período de tramitação e implantação da Lei, concordavam sobre a necessidade da reforma nesse nível. Assim, para a autora

Essas reformas foram implantadas no período de 1946 e 1947, caracterizadas por turbulência política e econômica. Mas, apesar das divergências, foi assegurada sua continuidade por meio da criação de um conjunto de leis, decretos e portarias que possibilitaram sua concretização e direcionaram as modificações na organização e no funcionamento das escolas e na formação e na lotação dos professores a partir de 1947 (MARTINS, 2016, p. 56).

Apesar do apoio de ambos os lados, o Estado não teve uma Lei própria, ele apenas seguiu orientação da Lei Orgânica do Ensino Normal Nacional, como se constatou no Caderno de levantamento de dados do INEP e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) – Oportunidades de formação para magistério primário do Piauí – que em nota de rodapé ressalta sobre isso:

Os Estados que possuem lei estadual de formação do magistério são os seguintes: São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, e Ceará (BRASIL, 1959, p. 5).

NOTA – Relativamente, ainda ao Ensino Normal neste Estado ver Decreto-Lei nº 1402 de 27 de janeiro de 1947 que dispõe sobre adaptação do sistema de Ensino Normal a Lei Orgânica Federal 8530 de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1959, p. 25).

Com essa Lei aprovada no governo de Teodoro Ferreira Sobral ²⁶, as Instituições de Ensino Normal do Piauí passam a se organizarem, tendo a Lei como base nesse processo, ao tempo em que o Piauí entra numa nova fase desse nível de ensino, sendo necessário compreender como se deu a criação das Escolas Normais, em especial, as Normais Rurais e sua transição para as Escolas Normais Regionais.

Os estudos realizados no Piauí e as fontes documentais encontradas na pesquisa até o presente momento, mostram que o Estado passou por diversas tentativas de implantação de Ensino Normal público. Para Queiroz (2008, p. 27), “Da década de 1860 até hoje, o Piauí contou com cinco experiências de Curso Normal, incluindo o Instituto de Educação Antonino Freire, que dá continuidade à antiga Escola Normal Oficial”.

De acordo com Brasileiro (1994), entre a década de 1940 e 1960, foi implantado o Plano de desenvolvimento do Ensino Primário, financiado com recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, aprovados no início da década de 1940, cabendo a ele investir também na formação do professor de forma a qualificá-lo adequadamente para a zona rural.

Assim, com a Lei Orgânica do Ensino Normal, em 1946, a preparação de professores primários para atuarem na escola ficou enfatizada no Artigo II do Decreto-Lei 8.530/46, estabelecendo dois ciclos para a formação de professores.

Art. 2º. O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos (BRASIL, 1946).

A definição em dois ciclos e o tipo de ensino que cada formação permitiria a atuação do professor propõe inferir que essa divisão surgia como uma tentativa de atender a formação dos professores leigos que atuavam nas escolas primárias, distribuídas nas regiões mais distantes. Era também como uma forma de expandir para zonas rurais, a formação de docentes, que não tinham como se deslocar para sua formação ou de docentes que se formavam na Escola Normal, mas não eram atraídos para trabalharem nas escolas da zona rural.

Nesses termos, o Art. 4 § 1º afirma que o “Curso normal regional seria o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal”, complementado pelo Art. 6, inciso 1, o qual estabelece que “o curso de regentes do ensino estará articulado com o curso primário” (BRASIL, 1946). Somando-se a tentativa de sanar o contexto descrito acima, a

²⁶ Teodoro Ferreira Sobral foi Interventor Federal, nomeado pelo presidente da República, de 11/10/1946 a 17/3/1947, período de graves agitações políticas e tinha como partido o PSD. Ele foi farmacêutico e deputado. Teve como principal fato em seu governo, as eleições para governador e deputados estaduais (TITO FILHO, 1975).

política de ampliação das Escolas Normais voltava seu foco para os professores da zona rural. A projeção era a criação das Escolas Normais Regionais em centros diferentes, que atendessem essa nova demanda.

Com a Lei 8.530/1946, houve a oportunidade de substituir professores leigos, que atuavam nas escolas isoladas por regentes de ensino (MARTINS, 2016). Eles deveriam assumir também o Ensino Primário Rural, pois de acordo com a Lei, os professores primários rurais seriam formados no Curso de regentes, que tinha duração de quatro anos e que correspondia ao primeiro ciclo do Ensino Secundário.

Atendendo à Lei Orgânica do Ensino Normal, o governo do Piauí estabelece o Decreto-Lei Estadual 1.402/47, o qual traz em seu Art. 4 § 1º que o “Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal” (PIAÚÍ, 1947). Ou seja, somente este tipo de estabelecimento na zona rural estaria habilitado para ofertar este tipo de formação. O Decreto-Lei também determinava em seu Cap, III – Da Organização Escolar – Art.37, § 2º “que na Capital do Estado esse tipo de estabelecimento não poderia funcionar” (PIAÚÍ, 1947).

Ante o exposto, evidencia-se a importância dos decretos para que o ensino voltasse seu foco às áreas rurais, onde a carência se apresentava com maior incidência. A intenção era atender à demanda de formação de professores das localidades interioranas, que passariam a atuar nas escolas rurais, construídas entre 1947 e 1949²⁷. Como em outros períodos, percebeu-se que a ideia se consolidava em torno da Lei e dos investimentos na construção dos prédios escolares e valorização da formação de professores, como meio de sanar os problemas educacionais dos piauienses.

Concebida à luz dessas questões, a legislação de 1946 para o Ensino Primário e Ensino Normal, vincula nos seus artigos, um texto em defesa de ideias que garantiriam na prática, ações essenciais no processo de organização desse nível de ensino ao tempo que deixava transparecer o que se idealizava enquanto escolarização para sociedade brasileira. Para que as escolas funcionassem, o Decreto-Lei n. 8.530/1946 determinava eixos fundamentais para suas organizações, como:

²⁷ Entre os anos de 1946 e 1949, a zona rural do Piauí recebeu recursos para a construção, respectivamente, de 28 prédios escolares, em 1946; 65 novos prédios, em 1947; 80 prédios escolares, em 1948 e 60 novos prédios, em 1949. Os recursos enviados pelo governo federal resultaram, no final do quadriênio, na construção de 233 prédios escolares, na zona rural do Piauí, com o objetivo de suprir o “déficit escolar”. Nesse quadro, o envio de recursos para ampliação do ensino, abarcava também, o envio de recurso para a construção de duas Escolas Normais Rurais de grande porte, funcionando em Piripiri e Campo Maior e a perspectiva da construção de uma terceira, no município de Picos. (BOLETIM INEP, n. 52, 1950)

1. Tipos de estabelecimentos;
2. Estrutura curricular para os regentes e professores primários;
3. Perfil do aluno para admissão em qualquer dos ciclos de ensino normal;
4. Tipo de certificação que passariam a ser emitidos;
5. Adequações da legislação em cada estado e criação de escolas anexas para vinculação de uma prática de ensino. (BRASIL, 1946).

Desse modo, por meio dos eixos fundamentais, a formação de professores se amparou em mudanças efetivas, que iam desde a reformulação dos tipos de escolas, passando por alterações no currículo, até a definição mais precisa sobre quais escolas cada professor deveria se formar e atuar. A emissão de uma certificação dos alunos egressos, com a divisão entre os regentes e os de professor primário, constitui-se um componente que, somado a outros Decretos e Leis, definiria como deveria se ajustar a carreira do professor primário, no que condiz ao cargo, lotação e vencimento²⁸.

Propulsora de novos parâmetros a serem implantados na educação, a Lei Orgânica do Ensino Normal firmou para mentores e demais agentes construtores do sistema educacional, uma conquista que lhe permitiria experimentar as tentativas de transformações, no tocante à educação e seus desdobramentos para o desenvolvimento do Piauí.

Desse modo, ao ser um dos elementos que destinava promover o alcance das metas de progresso e modernização na sociedade, a organização escolar, preconizada pela lei, reverberou as medidas que deveriam ser tomadas no processo de escolarização, tais como: o público que seria atendido nas escolas primárias e normais, a formação de um corpo de professores que sairia preparado para levar o conhecimento, tendo em vista a construção desse processo de modernização e um currículo voltado para esse fim.

A nova proposta contida no Decreto-Lei n. 8.530/46, buscava equacionar o problema com a oferta de um conhecimento que contemplasse essas novas demandas. Isso estaria centrado na formação de professores das diferentes regiões do Brasil, que ensinavam em escolas primárias, porém sem uma preparação adequada e sendo as zonas rurais, as portadoras de uma parcela mais significativa da população que deveria ser atendida.

Itamar Brito (1996) afirma que o Piauí foi um dos primeiros estados a se adaptar à nova Lei, por meio da promulgação de dois Decretos-Lei, relativos à estrutura do Ensino Primário e à adaptação do Ensino Normal à Lei Federal (decretos n. 1.306 /1946 e n. 1.402/1947). Para a análise, voltou-se às reflexões para a Lei Orgânica do Ensino Normal, pois foram identificados

²⁸ Cf. Decreto-Lei n. 1.175 de 06/02/1946, Lei n. 50 de 24/12/1947 e Decreto n. 1.306 de 02/09/1946, que traz a legislação sobre a carreira do professor primário.

aspectos relativos à formação de professores e suas implicações na formação a nível nacional e regional.

A expansão da rede escolar primária, realizada em meados da década de 1940, em âmbito estadual, juntamente, à publicação da Lei Orgânica e aos Decretos Estaduais, revelou que foram as ações conjuntas, as responsáveis para que a formação de professores tivesse seus efeitos significativos no ensino e que a Lei não virasse uma letra-morta. Assim, no primeiro momento, compreende-se que a publicação da legislação foi a chave-mestra da política de valorização do ensino no Piauí. Ao se adiantar nos ajustes da Lei Federal, o Estado forjaria uma condição básica para atender a expansão das escolas primárias e do número de matrículas, registrados na década de 1940, a de formar docentes para atuarem nas escolas.

Ao criar um Curso Normal Regional mais descentralizado na capital, direcionava-se uma política necessária à resolução de um problema que há muito impedia uma expansão da escolarização para o interior e de uma qualificação mais adequada aos docentes. A formação em regente possibilitava a contratação desses profissionais por intermédio de concurso, configurando uma outra dinâmica para sua carreira e um interesse mais efetivo de se fixarem nas escolas que tinham sido selecionadas²⁹.

Antecedendo à promulgação da Lei Federal da Reforma do Ensino Normal e sua adaptação no Estado, ocorreu a I Conferência Nacional de Educação, evento que tinha como objetivo realizar um levantamento de dados sobre educação e saúde em todo o país. Mediante esses dados, o Governo Federal se apropriou das informações que iria “orientá-lo na execução de serviços locais de educação e de saúde, bem como na concessão de auxílio e subvenções federais” (BRASIL, 1941, p. 5).

As questões postas para o Estado, em relação ao Ensino Normal, obtiveram como resposta sobre o Ensino Normal Rural que no Piauí “não existia nenhuma Escola Normal Rural” e que eram necessárias “no mínimo duas Escolas Normais Rurais, localizadas nas seguintes cidades: Campo Maior, Floriano ou Oeiras” (BRASIL, 1944), que atenderiam a prerrogativa de amenizar a ausência de uma escola dessa natureza no estado.

A resposta foi um claro sinal de alerta para as mudanças que deveriam ser efetivadas e o caminho que era possível seguir. Nesse contexto, o Decreto-Lei n. 8530/46 avança tanto ao

²⁹ Pelo Decreto n. 50, de 24 dezembro de 1947, criou-se a carreira de regente de ensino e efetivada uma reestruturação na carreira do professor primário. O regente de ensino teria que ser formado no curso de regente de ensino de nível ginasial e seu principal campo de atuação seriam as escolas rurais. Os professores que atuavam no ensino primário ficaram estruturados em 3 classes: os que atuavam nos grupos de escolares, os que atuavam nas escolas agrupadas da capital e os que atuavam nas escolas agrupadas do interior. Seus salários também seriam maiores em relação ao do regente de ensino, que atuaria somente nas escolas isoladas (MARTINS, 2016, p. 96/97).

estabelecer a criação das escolas Normais Regionais e a estrutura do ensino, como ao possibilitar aos professores leigos e, aos que iriam ingressar no Ensino Normal, a ampliação da escolarização e de conhecimento, à medida em que o curso deveria ser realizado no período de quatro anos para os regentes de ensino e de três anos para os professores primários.

No curso de regente de ensino primário, somente no último ano, o aluno teria disciplinas como “Psicologia e pedagogia” e “Didática e prática de ensino”, visando sua formação pedagógica (PIAUI, 1947). Ressalta-se, que é nesse artigo, no primeiro e segundo parágrafos, que a Lei atenderia as lacunas do ensino rural por meio do currículo, como se pode evidenciar na seguinte redação:

“§ 1º O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e ao da organização do trabalho na região.”
 “§ 2º O curso normal regional, que funcionará em zonas de colonização, dará ainda, nas duas últimas séries, noções de idioma de origem dos colonos e explicações sobre o seu modo de vida, costumes e tradições”. (BRASIL, 1946).

O currículo a ser ministrado revelou um ideal de formação de professores e como deveria ser sua prática, quando fosse atuar nas escolas primárias. As especificações expressas nos currículos para os dois tipos de curso do Ensino Normal faziam uma clara distinção da formação dos futuros professores e em que estabelecimento cada um deveria ser aplicado. Nesse programa de ensino, faziam parte dessa composição os conteúdos a serem explorados, no primeiro ciclo do curso, e as disciplinas voltadas para português, matemática, história, geografia e ciências.

Como havia uma recomendação de que, no desenvolvimento do currículo, fossem adotadas práticas pedagógicas ativas, o programa de ensino contava também com disciplinas de desenho, caligrafia, trabalhos manuais, economia doméstica, canto orfeônico, educação física, recreação, jogos e noções de higiene. É oportuno lembrar, que esse currículo visava proporcionar aos regentes de ensino, conhecimento e habilidades profissionais, desenvolvidas pelo poder público, ao tempo que trazia em seu bojo uma nova proposta educacional para a zona rural.

Era imprescindível, que os alunos tivessem um perfil para ser admitido no Ensino Normal, que passava pela condição de ser brasileiro, ter sanidade física e mental, bom comportamento social e habilitação nos exames de admissão, sendo vedados os que não estavam nesse padrão e os candidatos que fossem maiores de vinte e cinco anos. A exigência da apresentação do diploma e a prova de conclusão dos estudos primários, bem como a idade

mínima de treze anos, somariam para que o candidato estivesse apto a ingressar em um dos ciclos do Curso Normal.

Mediante a conclusão de todas as disciplinas e após quatro anos, os regentes e professores do curso primário estariam com os requisitos para receberem o diploma, que era expedido da seguinte forma: “Certificado de regente de ensino primário; aos que concluírem o curso de segundo ciclo dar-se-á o diploma de professor primário” (BRASIL, 1946).

Assim, mantidas as condições exigidas para admissão no curso, como o “seu bom comportamento” e o cumprimento de todas as etapas de formação, ficava evidente que o Curso Normal tinha desempenhado seu papel, após a reconfiguração que o Decreto-Lei estabeleceu.

A incorporação desses elementos à sua efetiva realização, somaria para a principal defesa que a legislação trouxe, a expansão do processo de escolarização e a implantação de escolas nas regiões rurais, que trariam na sua essência, o intuito de formar nos cursos regionais, docentes com perfis ativos e portadores de conhecimento, agregando aos que iriam se formar, questões do lugar onde iriam atuar. Para Andrade (2020), essa era uma ideia já presente no Anteprojeto da Lei, pois,

Atribuir-se-ia uma função de suma importância no quadro da formação de uma camada nova de sujeitos capazes de assumirem um papel de organização e disseminação da ideologia de viés corporativo que dava sustentação à configuração do Estado, que emergia a partir da década de 1930 (ANDRADE, 2020, p. 175).

Se essa, já era uma ideia claramente definida no Anteprojeto e posta pela Comissão, no processo de elaboração do texto base, que serviu para formulação da Lei, fica claro, ao longo da análise dos artigos da Legislação, que não foi uma questão abandonada no momento de sua promulgação, na década de 1940. Constituía-se um esforço para levar às populações mais afastadas, conhecimentos que abarcasse uma melhor compreensão do mundo, ao tempo que minimizam as condições de analfabetismo, este tão alto na sociedade brasileira.

Nesse contexto, os Cursos Normais Regionais se organizaram como parte integrante de uma proposta maior, coadunando com as discussões postas pela Escola Nova, ao trazer um programa com metodologia ativa. Para essas escolas, a Lei ainda reforça no Art. 45 § 1º, que

A legislação de cada Estado deverá definir o caráter especializado dos cursos normais regionais, segundo as condições de vida, social e econômica das diferentes zonas de seu território, podendo igualmente limitar o funcionamento desses cursos a algumas delas, ou a uma só e determinada zona (BRASIL, 1946).

Nesse sentido, as ações regulatórias deveriam ser feitas por cada estado para atender ao que propõe o referido artigo. Perceber como aconteceria de forma específica nesses conteúdos, a relação ensino/aprendizagem, possibilitaria aos futuros professores formados e seus alunos do ensino primário, vivenciarem experiências de ensino relacionadas aos locais, em que tinha sido instalado o Curso Normal Regional, pois como salienta Andrade (2020, p. 183), “a rotina de aprendizagem nas instituições em tela deveria se pautar pelo vínculo entre os conteúdos teóricos e a realidade concreta da vida interiorana, bem como pela experimentação das rotinas de trabalho e produção típicas das zonas rurais.”

A propósito dessa questão, o Art. 47 do Decreto definia que “todos os estabelecimentos de Ensino Normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino” (BRASIL, 1946). No caso do Curso Normal Regional, o parágrafo primeiro salientava que “cada Curso Normal Regional deverá manter, duas escolas primárias isoladas” (BRASIL, 1946), configurando reforço para o processo de uma melhor aplicação da prática pedagógica, visto que a legislação anterior não fazia referência a exigência de escolas de aplicação, deixando essa prática para o estágio supervisionado.

Cunha (1943, p. 139) aborda que alguns professores não aceitaram essa decisão, pois viam “que a prática deveria ser feita em todas as escolas da comunidade, o que possibilitaria um ensino muito mais realista” e, diferente de um ensino das escolas de aplicação existentes no Brasil, até então, marcadas pela seletividade, que construía uma “realidade pouco representativa do universo escolar” (CUNHA, 1943, p. 139).

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a discussão pela demanda de professores primários para atender a zona rural no Brasil, foi desenhada desde a década de 1920, mas seu processo de efetiva construção só ocorreria com uma política de formação, na década de 1940, a partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal.

Com base na discussão de Andrade (2020), que problematiza o que estava posto no Anteprojeto da Lei e o que efetivamente foi formulado no Decreto 8.530/46, constatou-se a ausência, nesse último, do conjunto de questões, que foram observadas e levantadas pela Comissão Nacional do Ensino Primário, ao identificar o quadro nacional da educação brasileira e os pontos nevrálgicos para sua reformulação.

O ensino rural foi o que mais sofreu cortes, sendo, no entanto, contemplado na legislação, no que se refere à necessidade de criar uma relação do ensino com a realidade e o espaço social e econômico, considerando-se o lugar onde era realizado, bem como formar docentes em instituições, que fossem criadas nesses espaços.

Não se pode negar que a Lei Orgânica tinha em seus artigos, os elementos fundamentais para cumprir a criação do Curso Normal Regional, o que permitiu incentivar os quadros de qualificação do professor primário, a partir da década de 1940, já que se apresentava como uma das maiores demandas da educação da sociedade brasileira nas regiões interioranas.

Nesse sentido, compreender como se deu o crescimento econômico e as investidas que se fizeram para o ensino, visando que a população tivesse uma escolarização que ajudasse em seu desenvolvimento, é o que será analisado no próximo item, pois se observou que essas discussões se encontram imbricadas.

2.2 A política de formação para professores primários rurais, no Brasil e no Piauí, de 1940 a 1960.

Entre os anos de 1940 a 1960, o Brasil era um país, no qual a maioria da população residia na zona rural. Paralelo a esse quadro, o país viveu uma fase de desenvolvimento, culminando em mudanças econômicas, sociais e políticas. O poder público preocupado com o crescimento do país, centra suas ações na industrialização, iniciando esse processo a partir da capacitação profissional, o que induziu a população a procurar por uma melhor qualificação.

Esta situação, pressionou as autoridades federais e estaduais a buscar uma expansão do sistema educacional, levando o Governo Federal a atribuir para si, a responsabilidade de definir estudos, planos e metas, a serem elaborados e aplicados para viabilização de ações, com o propósito de alavancar o desenvolvimento do Brasil, ao tempo, que via a necessidade de reverter os baixos índices do nosso sistema educacional, no que se refere a quantidade de escolas e professores com formação adequada e alfabetização.

A trajetória elaborada para essa finalidade, configurou-se entre 1930 e 1940, pelo investimento em um processo de aceleração da industrialização, via intervenção do Estado. Política, que teve sua continuidade nos governos das décadas seguintes. Assim, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, bem como com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), da Petrobras, até a implementação da indústria de base e alimento, tem-se o que se pode chamar de quadro efetivo de um processo de industrialização no Brasil.

Quadro este, que permitiu ao governo investir cada vez mais para o progresso do país, exigindo a necessidade de melhores índices educacionais. Ressalta-se, que esse processo não aconteceu de forma igual para todas as regiões do país, pois para que as indústrias fossem

estabelecidas eram necessários elementos, como infraestrutura, oferta de mão de obra e mercado consumidor, critérios que estavam muito mais visíveis em estados, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Os municípios, que recebessem as indústrias, passariam a ser centros atrativos de mão de obra, à medida que se ofertavam empregos nas fábricas, comércios e em outros serviços, com melhores condições de trabalho. Junto a essa questão, observou-se o crescimento populacional nas cidades, que marcaria o processo de urbanização no Brasil, a partir da década de 1940 (SANTANA, 2011). Desse modo, as cidades se tornaram centros de referências importantes ao se difundir a ideia de que era possível garantir melhores condições financeiras, postos de trabalhos mais avançados e, conseqüentemente, melhores condições de vida para a população.

Permeando o processo de industrialização e urbanização, identificou-se o crescimento da modernização tecnológica. A delineação dessas três questões resultou no aumento do número de pessoas saindo da zona rural em direção aos centros urbanos industrializados. O êxodo rural, no Brasil, foi um fenômeno que se caracterizou pela relação de uma urbanização sentida com mais intensidade, primeiramente, nas regiões sul e sudeste e, posteriormente, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, na década de 1960, como é possível visualizar na tabela 2.

Tabela 2 – Taxas regionais de urbanização

Regiões	1940	1950	1960
Norte	27,75	29,00	37,80
Nordeste	23,42	26,00	34,24
Sul	27,73	33,00	37,58
Sudeste	39,42	36,20	57,36
Centro-Oeste	21,52	24,00	35,02

Fonte: Santos (2009).

O aumento da taxa de urbanização das cinco regiões brasileiras foi acompanhado pelo incremento do processo educacional, a partir da formulação de políticas públicas direcionadas para essa questão. Os investimentos passavam pela fundação de novas escolas, reformas estruturais e pedagógicas nas instituições existentes e na elaboração de legislações norteadoras das mudanças, que deveriam ser feitas nos diferentes níveis de ensino.

Esse conjunto de ações era percebido como a chave que desencadearia na população, o interesse pelo seu efetivo engajamento no progresso da nação. Assim, deve-se analisar os esforços das transformações no processo educacional numa relação direta com as projeções que

se faziam para o crescimento econômico do país e seus desdobramentos na urbanização, modernização e transformação social.

Os passos iniciais foram dados logo após Getúlio Vargas assumir o poder, no início da década de 1930. Com uma forte marca nacionalista, suas medidas no campo econômico lançaram as bases para industrialização brasileira. Além disso, constitui os diferentes estados interventores, que não só reproduziram as medidas autoritárias do presidente, como também, elaboraram um quadro preciso da situação socioeconômica de cada Estado. Esse levantamento, possibilitou ao governo tomar decisões e medidas, no sentido de sanar várias problemáticas em setores estratégicos para o país, como saúde e educação.

Ainda era visível as manifestações de intelectuais, como Fernando Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, entre outros, que colocaram como pauta de defesa, no Manifesto dos Pioneiros da Educação, um ensino que priorizasse “uma pedagogia apropriada às necessidades da industrialização” (FERREIRA; SOUZA; PRADO, 2019, p. 24). Essa já em curso, ganharia seus contornos mais fortes nas décadas subsequentes. No entanto, a marca do Brasil ainda era um desigual crescimento das regiões, sobretudo para as zonas rurais, visto que essas medidas não chegavam na mesma velocidade nestas áreas.

É necessário frisar, que as taxas de analfabetismo continuavam altas, apesar de acontecer um esforço de mudança nesse sentido. Verifica-se essa condição, quando se observa a tabela 3, em relação à população na faixa de 15 anos ou mais:

Tabela 3- Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil 1900/1970

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total	Analfabetos	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,3
1970	53.633	18.100	33,7

Fonte: Brasil, INEP, s/d, p.6.

Em termos proporcionais, a partir da década de 1940, houve uma diminuição em relação ao analfabetismo. Apesar disso, pode-se apontar o reflexo das políticas e ações voltadas para erradicar o analfabetismo desenvolvidas na década de 1930 e 1940. Por outro lado, ao se

analisar os números absolutos, é possível se deparar com uma realidade ainda mais agravante: o crescimento de analfabetos, a cada década, na faixa etária de 15 anos ou mais.

Caracterizado por ter uma população eminentemente rural³⁰ e taxas de analfabetismo elevadas, a saída mais viável para o país foi investir no processo de escolarização, pois este deveria servir como um catalisador para o progresso, ao tempo, que poderia fixar o homem no campo, estancando o aumento do êxodo rural.

Essa situação foi sentida também no Piauí, tendo em vista que, a partir de 1940, o estado passou a configurar um crescimento urbano gradativo, mesmo que de forma mais periférica. Ressalta-se, que apesar do crescimento progressivo da taxa de urbanização, o Piauí, até a década de 1970, tinha em número absoluto uma população rural superior a população urbana³¹.

Quanto ao conjunto de atividades industriais que foram instaladas pelo Estado, identificou-se que essas eram de pequeno porte, sendo o município de Parnaíba, o que detinha o maior valor de produção industrial, com cerca de 43%, seguidos de Teresina e Floriano.

Ainda não se projetava, em qualquer parte do território, indústria de grande porte, o que favoreceu no seio dos empreendedores piauienses, manifestações para que fossem alocados esses tipos de indústrias, bem como melhorar, consideravelmente, o setor primário da economia. Para alcançar esses objetivos, o Governo Estadual deveria gerar as condições iniciais para o desenvolvimento.

Desse modo, a iniciativa se deu com a criação das seguintes empresas entre as décadas de 1940 a 1960: Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA) - criado em 1957, Banco do Estado do Piauí S/A (BEP) - criado em 1958, Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA) - criada em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRINPISA)- criado em 1957, Telecomunicações do Piauí S/A (TELEPISA)- criada em 1960, Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA) - criada em 1962.

As empresas teriam o papel de dar infraestrutura nos três setores econômicos para o seu efetivo processo de mudança, o que oportunamente acarretaria em transformações sociais há muito aspiradas pelo Estado. Como a base da produção ainda estava muito centrada na agricultura e quase sempre era uma atividade que tinha auxílio irrisórios do governo, fazia-se imperativo que fossem aplicados recursos para esse setor.

³⁰ Para melhor identificar esses dados, buscar Santana (2011) Romanelli (1998).

³¹ Segundo Santana (2011, p. 28), “Para Felipe Mendes, a população rural no Brasil superou a urbana somente em meados da década de 1960 e no Nordeste, o mesmo fenômeno aconteceu na década de 1980. No Piauí, isso aconteceu em 1889, reforçando, segundo o autor, as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado e enfatizando o fator da industrialização como elemento importante na urbanização, mesmo admitindo que para o Piauí, esse fato não seja categórico.

A esse respeito, as medidas se traduziram pela construção de estradas para facilitar o escoamento do que era produzido, oferta de assistência técnica com agrônomos e tratoristas, que passaram por qualificação em São Paulo e que proporcionaram suas aplicações na agricultura para superação de técnicas atrasadas e com pouco produtividade. Apesar dessas ações, a agricultura de subsistência era praticada pela maior parte da população.

O setor terciário emergiu como outro âmbito importante de sustentação do crescimento econômico do Piauí. Juntamente com a agricultura, empregava boa parte da mão de obra da população do Estado, com um incremento viabilizado na década de 1960, devido ao quadro geral de intensificação da industrialização do Brasil, que resultaria no Piauí num maior número de pessoas como prestadoras de serviços nas diferentes atividades do setor terciário. A procura por bens e serviços era a tradução mais imediata da transferência das pessoas para as áreas urbanas, que ganhavam modificações advindas do crescimento da economia.

As áreas urbanas também geram outros significados para as experiências da população, à medida que as pessoas passavam a ter contato com outros padrões de comportamento, sociabilidades, cultura e ensino. Os piauienses visualizaram esse contexto, em alguns municípios, como Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos. Na análise de Martins,

Os núcleos ora referidos funcionam como pontos de apoio econômico institucional para a difusão da sociedade urbana industrial capitalista que se desenvolve no Brasil como um todo. São entrepostos comerciais e de serviço. Nesse sentido, apenas transmitem para as suas áreas de influência novos padrões de consumo, novos modelos institucionais e mesmo novos valores (MARTINS, 2003, p. 176).

O contato e as trocas realizadas por esse processo permitiram responder a diferentes demandas da sociedade, que perpassa pela questão de cargos de trabalho, lazer, saúde e educação. Nesse sentido, em relação à educação, o Governo Federal voltou sua atenção para o Ensino Primário, que enfrentava várias dificuldades, principalmente, no meio rural.

Martins (2016), evidencia que essa inquietação pode ser percebida tanto na legislação, como por meio das atuações do Ministério da Educação e Saúde que passaram a ofertar cursos pelo Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP). Os caminhos educacionais tracejados como alavanca propulsora de mudanças sociais foram sendo configurados em seus diferentes níveis de ensino para atender as demandas. Assim, na primeira metade do século XX, a instrução brasileira e piauiense teria como impacto a formulação de políticas educacionais, voltadas para essa finalidade.

As discussões passaram a se avolumar a partir das primeiras decisões tomadas na década de 1930, com as reformas de Francisco Campos e com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, ganhando corpo na década de 1940, a partir da I Conferência Nacional de Educação e do VII Congresso Brasileiro de Educação. Nos dois eventos, era clara a abordagem de que o Governo Federal deveria destinar mais recursos ao ensino rural, bem como deveria valorizar a permanência de homens e mulheres no campo.

A educação seria o caminho mais viável para alcançar esta finalidade, visto que por meio da organização escolar se atingir esses objetivos. Razão esta, que configurou a necessidade de se implementar programas e projetos de educação, os quais permitiriam a realização da organização da educação, pois eles fortaleceriam a formação dos professores, bem como contribuíram para estimular a construção de mais escolas, tanto na zona urbana como na zona rural. A realização do Seminário Internacional de Educação, em 1949, na cidade do Rio de Janeiro, promoveu alguns debates sobre políticas, que deveriam ser destinadas ao ensino rural.

O resultado imediato foi a institucionalização da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e um estudo técnico do Ministério da Educação e Saúde, realizado por meio do Departamento Nacional de Educação (DNE), que conseguiu um levantamento das condições vivenciadas pelo homem do campo e foi relatada na CNER (FERREIRA, SOUZA; PRADO, 2019).

Para o Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Nelson Romero, era preciso verificar os problemas vivenciados pela campanha para daí definir os planos, que levariam a recuperação das questões que afetavam a educação das populações rurais brasileiras. Para atingir esses objetivos, foram criados cursos de treinamento de professores rurais municipais e estaduais, com duração de quatro (4) meses, que visavam levar conhecimento e melhorias aos trabalhos desses professores na escola. Os cursos promoveriam também as atividades de extensão, que serviriam como forma de evitar a saída do homem do campo para o mundo urbano.

Nesse contexto, os Cursos Normais Regionais eram vistos como a principal matriz geradora dessa formação baseada, principalmente, no que estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. No entanto, o que foi estabelecido na Recomendação n. 8 da Unesco, de 1938, sobre a Organização do Ensino da Educação Rural, seguia como pauta principal a política de formação de professores. A recomendação era que se incluísse atividades denominadas suplementares ou complementares, entre elas os clubes agrícolas, associação de mulheres

rurais, clubes de leituras itinerantes rurais, filmes educativos, missões culturais e disciplinas com práticas que deveriam ensinar as políticas internacionais (FERREIRA, SOUZA; PRADO, 2019, p. 33/34).

Essas recomendações e outras que se formularam, naquele momento, referiam-se às construções de prédios escolares para atender o Ensino Primário Rural e à aquisição de material para estas edificações, bem como para as edificações que já haviam sido instaladas. O objetivo era criar um ambiente mais favorável ao processo educacional tão precarizado. A interiorização do ensino, a partir dessas ações, definia-se pelas próprias exigências que o contexto impunha às autoridades governamentais. Assim, diversas escolas foram construídas em diferentes municípios a partir de recursos provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário.

Além da construção dos prédios escolares, a política educacional, naquele momento, trazia como prerrogativa para fixação dos professores, a construção de casas próximas às escolas, que serviriam de residências para os docentes. Nos estados, onde foi possível observar a presença da aplicação dessa política, identificou-se que as construções das escolas rurais deveriam ter em sua estrutura física, uma sala de aula e na residência da professora, uma área coberta, com instalações sanitárias e cantina. A construção teria que ser instalada em um terreno de um hectare, destinado à educação física e às práticas agrícolas (AZEVEDO; ANJOS; CORRÊA; FARIA; ÁVILA, 2020).

Como era visível que nessas escolas atuavam os docentes leigos, outras iniciativas foram tomadas para reverter esse quadro e possibilitar a habilitação desses professores para docência no Ensino Primário. Outra política educacional formulada para diminuir o número desses professores na educação, foi a criação de cursos que eram ministrados nas férias e que deveriam acontecer na metade e no final do ano.

A ideia era tentar suprir a formação dos docentes leigos das escolas isoladas, incorporando-os ao magistério como regente. Os cursos de férias e treinamentos buscavam aprimorar o docente em novas técnicas de ensino e tinham como principais formuladores, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs) e os Centros de Treinamentos do Magistério. As ações foram realizadas, principalmente, na década de 1950, quando Anísio Teixeira estava à frente do INEP e defendia a necessidade de cada Estado construir um centro para a formação desses professores e a irradiação de boas práticas escolares.

Tais esforços não foram suficientes para a superação dos graves problemas que a educação rural vivenciava em algumas regiões. Os estados da região norte e nordeste ainda

atravessavam dificuldades educacionais, que precisavam ser superadas. Desse modo, alguns estados procuraram se integrar ao Plano Trienal de Educação de 1963, o qual apresentava a concretização das metas do ensino brasileiro, definia os recursos financeiros e assistência técnica aos Estados, tendo em vista lograr o melhor aperfeiçoamento dos professores do país e aumentar o número de pessoas efetivamente nas escolas.

As metas passavam por investimentos na construção de prédios escolares e na organização de um programa de recuperação de aperfeiçoamento do magistério. Cabe lembrar, que os Cursos Normais Regionais se configuraram como os que deveriam continuamente ofertar os cursos de formação para os professores, que atuariam nas escolas primárias da zona rural. Como estas escolas não eram suficientes para atender toda a demanda, fazia-se necessário ofertar os cursos de formação nos períodos de recesso ou férias escolares.

Os resultados dessa política nem sempre foram sentidos de forma igual em todo o território. Na literatura estudada, identificou-se que tantos os cursos ofertados em períodos de férias, como a própria política de incentivo das construções das Escolas Normais Rurais e o seu efetivo funcionamento, apresentaram-se de maneira diferenciada, à medida que em alguns estados, o número dessas escolas eram maiores devido ao próprio incentivo estadual, bem como ao uso dos recursos, que eram devidamente aplicados nas instalações das escolas.

Os cursos de formação, durante o período de recesso, configuraram-se de forma muito específica em cada Estado, uma vez que alguns deles foram realizados em espaços próprios, como os Centros de Treinamentos construídos para essa finalidade. Havia também, um incentivo maior para que os professores participassem e estivessem muito mais presentes do que em outros estados.

No caso do Piauí, observou-se, por exemplo, que os Centros de treinamento passaram a funcionar no edifício que seria destinado ao funcionamento de um Curso Normal Rural. No Paraná e em Pernambuco, percebeu-se que as Escolas Normais Regionais funcionavam para atender às demandas das zonas rurais. Havia uma maior fiscalização, inclusive do reconhecimento desse curso para o seu funcionamento³².

O número de escolas, que foram construídas em alguns desses estados, aponta também, como neles a política educacional foi realmente considerada um mecanismo importante para o desenvolvimento da região. A expectativa de que essas escolas, bem como os cursos de

³² Para uma melhor apropriação da discussão sobre o ensino rural nesses estados, acessar os textos de Azevedo; Anjos; Corrêa; Faria; Avila, 2020 e o texto de Urzedo, 2007.

formação trariam uma preparação melhor para o professor leigo, que atuaria posteriormente nas escolas primárias, constituem elementos importantes na análise para se realizar tal afirmativa.

Observa-se que as atividades complementares, que foram apontadas como ações importantes, no sentido de complementar a formação do professor e proporcionar um maior conhecimento da população das zonas rurais, onde eles iriam atuar, são indicadores de como a ideia contida na defesa de uma política educacional fortificada para a zona rural se concretizou em estados, como Pernambuco, Paraná e Goiás e ficou ausente na política educacional do Estado do Piauí.

Portanto, nem sempre o que a legislação nacional e o que os intelectuais à frente de órgãos importantes, como o Ministério da Educação e Saúde, Departamento Nacional de Educação e INEP, colocavam como políticas de alinhamento para a educação rural, foi seguido na prática pelos estados e municípios, quando da necessidade de criação das escolas de formação dos professores que atuariam no Ensino Primário.

O resultado mais visível desse contexto, foi a iniciativa de uma real aplicação das características que vigoravam para instalação de uma política de formação dos professores ou a presença de apenas alguns elementos que contemplariam o que era previsto na política de formação dos professores.

Para o Piauí, segundo o Boletim n. 40 do INEP, o Ministério da Educação promoveu a construção imediata de Escolas Normais, que teriam como finalidade a formação de professores para trabalhar nesta região. O Boletim n. 52 do INEP ressaltou que:

O Governo Federal, dentro do plano de ampliação da rede escolar, já concedeu recursos para construção de duas grandes escolas normais rurais, que funcionarão em regime de externato e internato. Em Piripiri e Campo Maior, dois majestosos edifícios se erguem no momento. Em um futuro próximo, mais um outro será iniciado no município de Picos (BRASIL, 1950, p.11).

Percebeu-se, de acordo com o boletim n. 40 e 52 do INEP, que as Escolas Normais Rurais deveriam ser equipadas com alguns requisitos pedagógicos, como a área de internato, que possibilitaria melhores oportunidades para os candidatos ao magistério na zona rural. O governo Rocha Furtado, no ano de 1949, relata em sua mensagem, que assinou três convênios com o Ministério de Educação e Saúde, sendo que um desses acordos se referia à construção das escolas normais citadas acima, como mostra o trecho da mensagem abaixo:

[...] pelo terceiro, com a importância de..... Cr\$ 6.000.000,00, para a construção e equipamento de 3 escolas normais rurais³³, nos Municípios de Piripiri, Campo Maior e Picos. Desse último acordo, ainda não foi recebida qualquer quantia (PIAUI, 1949, s/p).

Como mostra os boletins e a mensagem governamental, apesar do pouco desenvolvimento, o Piauí seguiu o cenário nacional e para isto, foi designada a construção de três Escolas Normais Rurais. Segundo Brito (1996), das três Escolas Normais Rurais:

[...] uma foi localizada em Campo Maior, outra, na cidade de Piripiri e a terceira não chegou a ser construída em virtude da indefinição do local, pois enquanto alguns políticos pretendiam localizá-la em Parnaíba outros defendiam sua instalação em Picos (BRITO, 1996, p.108).

Apesar das Escolas Normais Rurais terem sido designadas para esses três locais, somente no município de Piripiri, a instituição chegou a funcionar como Escola Normal Rural entre os anos de 1949 e 1951, porém nessa instituição, de acordo com as análises das fontes, não funcionava uma Escola de Ensino Normal Rural, mas sim, um estabelecimento de Ensino Primário. Segundo Santana (2011, p.106), a Escola Normal Rural de Campo Maior foi construída, mas não chegou a funcionar e, posteriormente foi “transformada no Centro de Treinamento de Campo Maior, após servir por um longo período como quartel para um batalhão do Exército”.

Em relação a Escola Normal Rural de Picos, apesar de não ter sido construída, observou-se a partir de documentações da Assembleia Legislativa do Estado, da mensagem governamental de 1949 e de um telegrama publicado no jornal “O Piauí”, que foram realizados encaminhamentos para que fosse construída a escola em Picos.

Nesse sentido, foi solicitada a aquisição da compra de um terreno, para que se procedesse à construção e edificação da escola. Essa solicitação teve sua entrada na Comissão Permanente da Assembleia, no ano de 1945 e seu parecer conclusivo, aprovado em 1948. Para o encaminhamento dessa decisão, foi elaborado um projeto de Lei pela Prefeitura de Picos. Tal Lei foi sancionada e promulgada, em quatro de outubro de 1948, a qual “autoriza o poder executivo a contrair um empréstimo para os fins que especifica”. No caso, a aquisição de um terreno para construção da escola. No Art. 1º, do projeto ficava definido que:

³³ Reforçamos aqui, que apesar das fontes assinalarem a presença da política nacional de Escolas Normais Rurais, percebeu-se nas análises dos documentos, que essas instituições apesar de terem sido construídas, não chegaram a funcionar com a nomenclatura de Escolas Normais Rurais. Quando a política veio, efetivou-se no Piauí, a Lei Orgânica do Ensino Normal, que já tinha sido promulgada. Desse modo, essa política se efetiva no Estado com o estabelecimento do ensino, funcionando como Escolas Normais Regionais.

É o poder executivo autorizado a contrair com o Estado, outro município entidade particular um empréstimo particular até o valor de cento e trinta mil cruzeiros (Cr\$ 130.000,00) para ser aplicado na aquisição de um terreno nas condições necessárias a ser doado ao Governo Federal a fim de ser nele construído o prédio e feito as instalações da Escola Normal rural em vias de ser criada nesta cidade (PIAUÍ, 1948, s/p.).

A medida vinha atender à solicitação apontada pelo Governo Federal e questões específicas do município. No tocante ao primeiro ponto, em documento enviado à Câmara Municipal, o prefeito de Picos, Celso Eulálio, assinalou que “além da construção de Escolas Rurais destinadas ao ensino primário, a Lei prevê também o referido plano de Escolas Normais Rurais, onde será ministrado o curso de formação de professores” (PIAUÍ, 1948).

Para tanto o prefeito esclarece que o município “foi contemplado com uma destas Escolas Normais, existindo no Ministério [da Educação] acima mencionado, a dotação de Cr\$ 1.500,00 para construção do prédio respectivo” (PIAUÍ, 1948). Essa quantia, para ser enviada, envolvia exigências que o Ministério colocava para cada município.

Entre os critérios, estava o perímetro mínimo que este deveria ter e sua localização. Tão logo teve ciência desse recurso e de como deveria ser aplicado, o prefeito tomou a iniciativa de identificar um terreno que pudesse ser comprado para tal finalidade. Não logrando sucesso nessa busca, devido os terrenos serem de particulares e com valores acima do que foi estabelecido pelo Ministério da Educação, o procedimento tomado pela prefeitura foi a elaboração do Projeto de Lei nº 15, de quatro de outubro de 1948, com a finalidade de contrair um empréstimo com um valor que fosse possível a compra do terreno.

No dia seis de outubro de 1948, após a Câmara aprovar o projeto enquanto Lei, o prefeito sancionou e a promulgou, para que fosse possível contrair o empréstimo de Cr\$ 130.000,00. O governador do Estado, José da Rocha Furtado, enviou também a correspondência, no dia 27 de outubro de 1948, ao Deputado Antônio José de Sousa, então Presidente da Comissão Permanente da Assembleia, reforçando o pedido de autorização de empréstimo da Prefeitura de Picos. Em relação a essa solicitação, a relatoria do deputado Elias de Carvalho Magalhães, assim se expressava:

Autoriza a prefeitura municipal de Picos a contrair um empréstimo da quantia de Cr.\$ 130. 000, 00 (centro e trinta mil) cruzeiros destinados à aquisição de um terreno onde será construída a escola normal rural naquela cidade. Opina que seja dada autorização solicitada, por ser justa o requisito a ser contraído (PIAUÍ, 1948)

Essa decisão veio a corroborar com a política educacional, que tinha entre seus objetivos a construção de prédios escolares na zona rural para o ensino primário e de Escolas Normais Rurais. Santana (2011) ressaltava em seu trabalho, que em relação às verbas para construção da Escola Normal Rural de Picos, o Deputado José Candido Ferraz apresentou na Câmara Federal, o projeto de criação da Escola e ainda, enviou uma verba de dois milhões de cruzeiros para construção do prédio e mobiliário.

Rio – 12 – O Deputado Hélio Leitão – Teresina

Tenho satisfação de comunicar prezado amigo que o Ministério Educação transferiu hoje quinhentos mil cruzeiros pagamento da primeira prestação construção Escola Normal Rural de Picos.

Abraços

José Candido Ferraz (O PIAUÍ, 1949).

Ante o exposto, pode-se apreender que dessa política educacional nacional, na qual o Piauí foi contemplado com três Escolas Normais Rurais, somente uma chegou a funcionar como tal nomenclatura. Em relação às outras duas escolas, uma foi construída, mas não chegou a funcionar, quanto a outra, não foi possível, no âmbito da investigação, identificar as razões de não ter sido construída, conforme a determinação daquela época, uma vez que houve o envio de verbas e o empenho das autoridades para que tal projeto se concretizasse.

É perceptível no cotejamento das fontes, que em alguns municípios do Piauí, as Escolas Normais adotavam em sua documentação o nome de Escola Normal Rural, embora essa denominação não fosse a oficial. Por exemplo, no município de Floriano foi possível encontrar certificados de conclusão de curso com a inscrição Escola Normal Rural, porém essa escola nos registros legais não traz essa designação.

Quando criada em 1929, foi denominada Escola Normal de Floriano anexa ao Liceu e, em 1947, em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Normal passou a se denominar Escola Normal Regional. Essa incongruência entre a legislação e a documentação escolar pode indicar os anseios pela formação de professores rurais ou dificuldades efetivas de realização dessa formação.

Verificou-se também, que essas escolas foram criadas e implantadas no Piauí, a partir do final da década de 1940 e meados da década de 1950, atendendo à conjuntura da política educacional no período, financiada pelo Fundo Nacional de Ensino Primário, de 1942. As verbas advindas desse fundo eram enviadas às escolas, mesmo elas sendo de iniciativa privada. Este foi o caso da Escola Normal Regional de Piripiri, na qual a verba foi enviada para o padre da paróquia do município. Conforme, pode-se observar no despacho do governo:

Ofício do Departamento da Educação solicitando que seja pago ao vigário da paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, de Piripiri, a quantia de Cr\$ 500.000,00 por conta do crédito federal para construções destinadas ao ensino normal correspondente a 2ª prestação do contrato para a construção da Escola Normal Rural de Piripiri.
“Autorizo” (PIAUI, 1950, p.1/2).

Inserido nesse contexto, de presença legal e ao mesmo tempo, ausência de instituições de Ensino Normal Rural, as escolas que foram criadas e que funcionaram no Estado, mesmo que em um curto espaço de tempo ou apenas recebendo esta denominação, sendo públicas ou privadas, recebiam recursos federais e passavam um período subvencionadas pelo Estado para sua manutenção.

Nesse sentido, ainda que no Estado, entre a década de 1940 e 1960, estivessem funcionando cinco escolas normais – número reduzido para extensão do estado – a quantidade de professores leigos, no Piauí, continuava aumentando, pois, as escolas de formação de professores não atendiam a demanda da população piauiense e nem todos os normalistas/regentes, que conseguiam ter acesso a essa escolarização, queriam ir para as localidades do Estado. Outro ponto que vale ser ressaltado, foi que muitos desses normalistas, mesmo sabendo que estavam sendo preparados para atuarem nessas escolas, não iam trabalhar nelas, devido diversos motivos, como por exemplo, distância, falta de estrutura física, ausência de estrada e outros. Para Martins (2016),

o Estado não conseguia assegurar a presença de normalistas nas escolas isoladas, distantes das sedes dos municípios. Havia, portanto, a dificuldade de garantir o ensino primário regido por diplomados à população dos sete aos doze anos nos vários municípios piauienses (MARTINS, 2016, p.74).

Destarte, no Piauí, para atender a legislação, como também amenizar a quantidade de professores leigos, em especial, na zona rural, as Escolas Normais Regionais foram se consolidando, isto é, a política de construção de Escolas Normais Rurais deu lugar às Escolas Normais Regionais, como se demonstra no quadro 2.

Quadro 2 - Escolas Normais Regionais³⁴ do Piauí, de 1940 a 1960.

Local	Escola	Ano	Mantenedora
Floriano	Escola Normal Regional de Floriano	1947	Município
Piripiri	Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus	1952	Particular- Igreja Católica*
Gilbués	Escola Normal Regional Dom Inocêncio	1959	Particular – Igreja Católica*

Fontes: Documentos escolares manuscritos pertencentes às atuais escolas, cedidos à pesquisadora.

*As Escolas Normais Regionais de Piripiri e Gilbués apesar de suas entidades mantenedoras serem particulares, recebiam verbas tanto do município como do Estado.

Assim, no recorte temporal aqui trabalhado – 1940 a 1960 – o INEP acresceu outra ação, com o objetivo de melhor preparar os professores primários para atuarem na zona rural dos estados brasileiros, que foi o financiamento e a manutenção de bolsas de estudos na capital federal. Conforme Santana (2011), esse órgão enviou ao Piauí duas funcionárias de seu quadro técnico para nomear candidatos(as) a bolsas de estudos. Conforme o governo Pedro de Almendra, as bolsas de estudos foram relevantes para a ampliação da instrução pública do estado, uma vez que,

Vários professores piauienses utilizaram bolsas de estudos oferecidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, pelo Instituto Pestalozzi do Brasil e pelo Instituto Benjamim Constant, no Rio, em Belo Horizonte e Recife. Fato de importância relevante para o ensino rural: em 1953, especializou-se, nessas duas últimas capitais, a primeira turma de professores que irá lecionar em zonas preferentemente agrícolas (PIAÚÍ, 1954, p.31).

O governo Jacob Gayoso e Almendra, em sua mensagem governamental do ano de 1956, registrou que foram ofertados cursos de férias para professores primários, que atuavam nos municípios do Piauí. Nesse curso, ofertaram 50 bolsas para os professores e passagens de ida e volta até a sede dos municípios. Segundo o governo, esse financiamento do INEP colaborou com o crescimento educacional tanto da zona urbana como da zona rural do Estado.

Portanto, cotejando as fontes, infere-se que os professores primários ou candidatos a esse cargo na zona rural buscaram qualificação nas Escolas Normais ou Regionais do Estado, por meio dos cursos de férias ou das bolsas de estudo. Fato este, que se consolidou desde 1910,

³⁴ Os nomes das Instituições, no quadro 2, estão com a nomenclatura que elas receberam, segundo a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946.

com a fundação da primeira Escola Normal Oficial do Estado. Posteriormente, com a criação, implantação e funcionamento das Escolas Normais Rurais e adequação às Escolas Normais Regionais, isso se ampliou ainda mais. Todavia, o Estado ainda continuou com um elevado número de professores leigos ensinando no meio rural.

Em virtude desse quadro e de ainda não ter atendido a prerrogativa de substituição dos professores leigos por professores diplomados, o Estado continuou realizando a qualificação dos professores leigos que atuavam na zona rural, por meio dos cursos de férias e treinamento, bem como pelo financiamento de bolsas de estudos para o Curso Normal.

As bolsas de estudos ofertadas nos Cursos Normais foram direcionadas para os municípios, nos quais o número de professores diplomados era reduzido, pois havia a necessidade de diminuir o percentual de professores leigos na zona rural, visto que isso foi uma das principais metas postas, desde a década de 1930, em relação às mudanças que deveriam ocorrer no processo de escolarização da sociedade brasileira.

No Piauí, o governo Francisco das Chagas Rodrigues expressava em sua mensagem, que haviam sido ofertadas, na década de 1960, bolsas de estudos nos Cursos Normais para candidatos do interior. Essa oferta estava condicionada a dois requisitos: os candidatos deveriam ser dos municípios, onde os números de professores leigos eram maiores e o segundo critério, era de que os candidatos aos cargos assumissem o compromisso de retornarem ao seu município de origem quando terminassem a formação. Tal medida visava a diminuição da taxa de 80% de professores leigos no Estado.

Nesta perspectiva, uma política que efetivamente se sobressai para os professores leigos, a partir da década de 1950, configura-se pelos cursos de treinamentos. A primeira manifestação nesse sentido acontece, a partir da iniciativa do Secretário de Educação e Saúde, no governo Gayoso e Almendra. Segundo Itamar de Sousa Brito (1985), o Secretário era João Mendes, que tinha uma personalidade “dinâmica e versátil”, além de ter trazido para o exercício desse cargo, a experiência da administração frente à prefeitura de Teresina.

Tais características, possibilitam-lhe tomar a iniciativa, enquanto Secretário, de firmar acordo com o INEP, para a criação do “1º Curso de Treinamento para Professores Primários”, ministrado pela prof.^a Consuelo Pinheiro. O curso ocorreu em janeiro de 1956 e teve a participação de 50 professores.

A continuidade dessa política pública voltada para melhoria do Ensino Primário foi também alvo de discussão durante o V Encontro de Governadores, que aconteceu em São Luís, Maranhão. No evento, o governador do Piauí, estabeleceu várias metas para a Educação e entre

elas figurou “Ministração de três Cursos Intensivos de Treinamento de Professores Rurais, com atendimento de 130 professores que deveriam servir nas Escolas Primárias Rurais, ministrando, além das disciplinas do currículo da Escola Primária, atividades agrícolas” (BRITO, 1985, p. 72).

Aqui, identificou-se uma preocupação de não só qualificar o professor da escola na zona rural, mas possibilitar que este adquirisse conhecimento que estivesse ligado às técnicas agrícolas, visto que essa era a realidade de muitos dos alunos das escolas primárias, onde atuava esse docente. Para execução das metas, os recursos deveriam ser na ordem de Cr\$ 32,0 bilhões, que foram assegurados pelo Governo Federal (BRITO, 1985).

Apesar dessas definições estarem mais claras, elas não foram efetivadas, pois as mudanças políticas que marcaram o país, entre 1961 e 1963, com a renúncia de Jânio Quadros da presidência e instabilidade do governo de João Goulart, que assumiu a presidência até 1963, não possibilitaram que os recursos acordados fossem repassados.

Brito (1985) relatou, que mesmo com o esforço do Governo Estadual para enviar um memorial ao novo presidente sobre os compromissos, que tinham sido realizados no governo anterior e do empenho de Clidenor de Freitas Santos, Deputado Federal, na mediação de uma conversa com o Primeiro Ministro, Tancredo Neves, poucos foram os resultados obtidos concretamente, considerando-se a instabilidade política que caracterizou o Governo Federal até 1963 e a saída de Chagas Rodrigues do governo estadual para pleitear outro cargo eletivo.

Novos cursos só passaram a ser previstos nas metas do governo Petrônio Portella³⁵, que teve êxito em atendê-las, à medida que nesse período houve uma sintonia entre o que estava previsto nas diretrizes educacionais, estabelecidas pelo Presidente Castelo Branco na 1ª Conferência Nacional de Educação, ocorrida no ano de 1964 e a política educacional do Estado. Para tanto, houve uma reformulação da Secretaria Estadual da Educação e Cultura, que passou pela implantação de setores que ficariam responsáveis pelas seguintes áreas: Arquitetura e Planejamento, Administração de Pessoal, Material e Serviços, Administração Financeira e outros.

Ademais, o governo balizou suas ações no Plano Nacional de Educação e na Lei 4.440/1964, que instituiu o Salário Educação e garantiu aos estados, os investimentos no setor educacional. Inserido nesse contexto, foi projetada a oferta de cursos intensivos para 1.000 professores leigos, dos quais se identificou, a partir das fontes, a efetiva realização de cursos

³⁵ Seu mandato foi de janeiro de 1963 a agosto de 1966 e teve como Secretário Estadual de Educação, Paulo da Silva Ferraz.

para o treinamento de 424 professores, de 60 municípios. Os cursos aconteceram na cidade de Teresina e Floriano, no ano de 1965 (BRITO, 1985, p. 102).

No ano seguinte, assumiria o governo estadual, Helvídio Nunes, que foi eleito pelo voto indireto, após o Golpe Militar de 1964. Os cursos de treinamento para os professores leigos, no período das férias, também estiveram presentes como uma das ações fundamentais para alcançar as metas de melhoria do setor educacional. Nesse sentido, em 1968, foram ministrados três cursos divididos em três etapas, com a participação de 319 professores leigos, que eram oriundos de 67 municípios (BRITO, 1985).

É perceptível, que as demandas pela ampliação da escolarização do ensino primário, no Piauí, determinou que tais ações deveriam ser tomadas com urgência. Deve-se considerar também, que o número de Escolas Normais Regionais não era suficiente.

Havia ainda, o problema do alto índice de professores leigos, o que levava os governos estaduais a criarem estratégias para redução desse quadro, por meio da oferta de cursos de treinamento. Os professores, em grupos maiores, deslocavam-se em suas férias para receber essa formação nos municípios, que haviam programação de oferta determinada pelo governo.

Teresina, Floriano e Campo Maior sediaram esses treinamentos. Esse último município, além de ter o espaço transformado somente para esse objetivo, como foi abordado anteriormente no texto, também se caracterizaria por ter cursos de treinamentos, os quais a Igreja Católica ofertava e ministrava para os professores leigos, na década de 1960, conforme fala da professora Conceição Sales e da reunião desses professores, com registro de um desses momentos, apresentado na figura 1:

Figura 1 - Curso de Formação de Professores em Campo Maior década de 1960



Fonte: Acervo pessoal da Professora Conceição Sales.

Apesar da fala da entrevistada fazer referência ao curso como de “professora”, tal denominação ocorria, em virtude da maioria dos professores nas turmas serem do gênero feminino e atuarem nas escolas primárias. No entanto, é visível na fotografia 1, a presença de nove professores do gênero masculino na turma, demonstrando que durante esse período, os homens ainda atuavam no ensino primário, mesmo não sendo um nível de ensino atrativo para essa parcela da sociedade.

A entrevistada, em trechos da sua fala, reporta que a vinculação de muitos dos professores com a Igreja ia para além desse curso, pois alguns deles também eram catequistas, tornando-os muito próximos dessa instituição e de seus valores, ao tempo que levavam para os espaços das escolas tais referências. Ao promover a realização desses treinamentos, a Igreja se apresentava como uma instituição amalgamada aos valores educacionais daquele momento e não obstante, tentou suprir nos municípios, por meio dos cursos, a lacuna da formação de professores no Piauí.

Compreende-se, portanto, que entre 1940 e 1960, havia um projeto educacional, que objetivava reduzir os números expressivos de analfabetismo da população brasileira na zona urbana e rural. Para tanto, a realização de uma política pública de valorização do ensino, com investimentos na ampliação da fundação de escolas primárias e de qualificação dos professores, foi perpetrada para alcançar tal objetivo. O bojo desse processo ganhou seus contornos nos acordos, convênios e investimentos realizados, entre o Governo Federal e os Estados, para tal

finalidade. Com isso, o governo esperava proporcionar a incorporação da sociedade no pleno desenvolvimento do país, ao tempo que buscava proporcionar ao homem da zona rural uma articulação com as demais camadas sociais, por meio da ampliação de sua escolarização.

3 A DEMANDA PELA EXPANSÃO DO ENSINO E A FALTA DE ESCOLAS NO PIAUÍ, NOS ANOS DE 1940 A 1960.

Entre as décadas de 1940 e 1960, aconteceram diversas transformações na sociedade brasileira, em relação ao processo de desenvolvimento do país. Urbanização, industrialização e modernização são discursos bastantes presentes nos estados brasileiros, mesmo que, em muitos momentos, apresentam-se de forma diferenciada, tendo como consequência as desigualdades regionais. O Piauí, nesse período, era extremamente rural, pois sua população residia em sua maioria nesse meio, todavia, aderiu ao contexto de desenvolvimento brasileiro de forma mais específica (SANTANA, 2011).

Acreditava-se que o Estado alcançaria o seu crescimento econômico, por meio da agricultura, apesar de nesse período, essa atividade enfrentar diversas dificuldades, como por exemplo, ausência do financiamento e crédito, de máquinas agrícolas e tratores, de animais reprodutores e a falta de auxílio técnico adequado, dentre outros problemas.

Contudo, mesmo o Estado praticando uma agricultura de subsistência e tendo como base uma economia extrativista, era notório, nos debates econômicos que circulavam na sociedade piauiense, um discurso, no qual o crescimento industrial teria como base a agropecuária, constituindo, portanto, uma aspiração para a entrada do Piauí no processo de industrialização, que estava ocorrendo no restante do país.

Desse modo, com a finalidade de ressignificar o meio rural piauiense, a partir do crescimento, por meio da lavoura e com a queda da economia extrativista, o discurso rural intensifica-se nesse espaço. Sendo assim, os fazendeiros levantaram discussões sobre a agricultura, com o objetivo de (re)criar um perfil agrícola para o Estado. Todavia, para muitos políticos, o que dificultava o desenvolvimento piauiense era a falta de estradas, que impossibilitava a comunicação entre os municípios e os outros estados do Brasil e o transporte das mercadorias produzidas neles.

O novo quadro do Piauí impactou de forma positiva no setor da educação, pois resultou no crescimento do número de matrículas no Ensino Primário e a consequente redução da taxa de analfabetismo, bem como na busca por um maior nível de escolarização. Para Souza (2008), o Ensino Primário

[...] teve um lugar central nos projetos de modernização da sociedade brasileira, empreendidos pelos republicanos no início do século XX. A difusão

de noções científicas, das habilidades de leitura, escrita e cálculo e dos conteúdos de natureza moral e cívica consubstanciavam um projeto cultural para o povo que encarnava, de certo modo, as expectativas de mudança política, econômica e sociocultural do país (SOUZA, 2008, p. 89).

Uma realidade vivenciada no contexto do Ensino Primário, no período de 1940 e 1960, com a ampliação demográfica e de escolarização entre a população, que possibilitou a difusão de um modelo de escola com ideário republicano, no qual o ensino favorecia a construção de uma nação com sentimento de modernidade e progresso, mesmo o Estado apresentando uma instabilidade financeira desde décadas anteriores.

O aumento no número da população escolarizada não se restringiu somente ao Ensino Primário, pois se percebia o anseio da sociedade brasileira por um nível maior de escolarização, dando início a uma luta pela implantação de cursos ginasiais, em nível secundário.

No Piauí, principalmente em relação ao número de matrículas e de escolas, a expansão ocorreu em meados da década de 1950, resultado, em sua maioria, de investimentos de entidades particulares e não do Estado. Na fala do governo, era possível evidenciar o destaque para a crise financeira que assolava o território piauiense e que tinha como consequência, em muitos municípios, a não implantação das instituições ginasiais, surgindo desde o final da década de 1940, as Escolas Normais Regionais, com a oferta de formação para professores a nível ginasial. Essas escolas substituíram os cursos ginasiais, configurando-se como a única forma da população adquirir um maior nível de ensino, após a escolarização primária. Por isso, na sequência, abordar-se-á sobre o Ensino Primário e Secundário.

3.1 Em torno do ensino: o aumento das matrículas e o Ensino Primário rural, nos anos de 1940 a 1960.

O Brasil, no século XX, sofreu diferentes mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, que acabaram influenciando a sociedade daquele período. Mesmo com todas essas transformações, a parcela da população que ainda vivia no campo era enorme, pois dos 41.136.315 habitantes, nos anos de 1940, 80% viviam na zona rural. Diante disso, iniciou-se nesse período, um discurso de urbanização no país, principalmente na região Centro-Sul, paralelo ao discurso desenvolvimentista de Vargas, relacionado à industrialização. Santana (2011) assinala, que tanto a urbanização como a industrialização aconteceram de forma desigual

no Brasil, gerando uma relação de dependência entre as regiões, no que diz respeito aos aspectos políticos, sociais e econômicos.

Desse modo, entre o primeiro e segundo governo de Vargas, percebeu-se o crescimento significativo da indústria nacional, influenciado por alguns fatores, como as limitações das importações, o regime cambial desfavorável às exportações e a implantação do plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Com Juscelino Kubitschek no poder, deu-se continuidade à política de implantação de desenvolvimento do país, privilegiando a indústria de base e alimentação. Segundo Santana (2011, p. 24), JK “[...] recorreu-se ao capital estrangeiro como forma de estimular o setor industrial, principalmente, a região Centro-Sul com a criação das indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos”.

Nesse período, as regiões Norte e Nordeste funcionavam como regiões expulsoras de contingentes, que se deslocavam para as regiões Centro-Sul, uma vez que acumulavam o capital e a produção, enquanto as primeiras regiões, não industrializadas eram consumidoras dos produtos produzidos pelas regiões Centro-Sul e fornecedoras de matérias-primas e mão-de-obra. Houve, assim, um crescimento da urbe brasileira, relacionado com o processo de industrialização dessas regiões.

Mesmo com o movimento migratório para essas regiões, a população brasileira, até a década de 1960, permaneceu, em sua maioria, rural, pois segundo Rêbello (1987), o Brasil tinha em 1940, 12.880.182 habitantes na zona urbana e 28.256.133 na zona rural. Em 1960, eram 31.303.034 na zona urbana e 38.767.423 habitantes sediados no campo. Assim, fazendo a comparação entre o ano de 1940 e 1960, percebeu-se um enorme crescimento na população urbana, porém não superada pela população rural. O que só veio mudar, na década de 1970, quando a população urbana supera a população rural.

Para Santana (2011 p.26), “a urbanização brasileira naquele período apoiou-se basicamente no êxodo rural, ocasionando a perda do trabalho no setor agropecuário devido a modernização tecnológica ocorrida nas áreas rurais”. Esse processo vivenciado pelo Brasil, entre os anos de 1940 e 1970, implicou na criação de um fluxo migratório, que ampliou a taxa de urbanização das cidades e ocasionou o esvaziamento das zonas rurais, deixando o país de ser predominantemente rural e se tornando mais urbanizado, ao tempo, que foi marcado por novas mudanças culturais, sociais, políticas, econômicas e educacionais.

A maneira diferenciada como o país foi se urbanizando, configurou-se em um dos motivos que ocasionaram as desigualdades regionais. Estados, como por exemplo, o Piauí, segundo Rêbello (1987), entre os anos de 1940 e 1970, iniciou seu processo de urbanização,

intensificado a partir de 1950, especialmente, pelas transformações sociais, políticas e econômicas.

No entanto, grande parte da população piauiense, até final da década de 1980, residia na zona rural, caracterizando-se na contramão da maior parte da população brasileira. Influenciado por esse contexto, circulou no Estado, um discurso que só se poderia ter indústria com uma base agropecuária (O DIA, 1970, p.1). Assim, paralelo a presença do discurso sobre industrialização, notou-se com certa frequência, o discurso sobre o agrário. Quanto a isso, Santana (2011) assinala que,

apesar da difusão da agricultura como elemento importante no desenvolvimento econômico do Piauí, essa atividade enfrentava diversas dificuldades – como ausência de auxílio técnico adequado, animais reprodutores, máquinas agrícolas e tratores de pequena capacidade, financiamento e créditos – e não recebia atenção necessária por parte dos governantes, como relataram os governadores em suas mensagens (SANTANA, 2011, p.30).

De acordo com Castelo Branco (2010), o discurso agrário apresenta-se, no final da década de 1940, com o declínio do extrativismo e a constante ampliação da lavoura, ocasionando transformações no Piauí. Este aumento foi atribuído, segundo a autora, ao crescimento demográfico e à construção de estradas. Na mensagem do governo Leônidas, ficou registrado o aumento das estradas, o que facilitou a circulação dos produtos do Estado em direção ao mar (PIAUI, 1942).

Assim, na década de 1950, o Brasil passava por anseios políticos de modernização e desenvolvimento devido à industrialização e o Piauí desejava ressignificar o agrário piauiense. Isso, “impulsionou os fazendeiros locais tradicionais do Estado a levantar uma bandeira em torno do agrário, provocando discussões acerca da agricultura.

Dois argumentos eram enfáticos nas discussões: a criação da Escola Agrotécnica de Teresina e o estímulo à economia piauiense” (CASTELO BRANCO, 2010, p.33). Para a autora, surgiu um novo pensamento sobre a agricultura, atrelado ao desejo de técnicos agrícolas para impulsionar a economia do Estado. Castelo Branco (2010) afirma que,

Revelava-se um novo tempo para os anseios agrários. De certo modo, a euforia modernizante sonhada na Era Vargas e retomada nas propostas de governo de Juscelino Kubitschek, em 1955, renovou o desejo de grupos ligados aos poderes políticos e às fazendas do Estado em rever as possibilidades de desenvolvimento econômico via agricultura. O interesse concentrava o

objetivo de construção de um novo perfil agrícola para o Piauí (CASTELO BRANCO, 2010, p.39).

Porém, percebeu-se que apesar desse desenvolvimento da agricultura, ainda era comum nessa década – 1950 – a agricultura de subsistência, ou seja, a população produzia para seu próprio consumo. Para Mendes (2003, p.78), “uma das principais características da agricultura piauiense é a alta representatividade da produção para consumo próprio entre os produtos tradicionais”. Isso reforça a ideia do autor de que os gêneros tradicionais, que eram considerados de menor valor, teve no Estado uma participação maior, em relação aos produtos que eram direcionados ao mercado externo.

A partir de 1955, a preocupação do governo estadual para fortalecer o discurso agrário voltava-se para a disponibilização de assistência técnica, como forma de estimular o crescimento desse setor. Quadro, que permitiu a agricultura, entre os anos de 1940 e 1960, impactar de forma significativa na renda interna do Estado, ao empregar a maior parte da população economicamente ativa. No entanto, Castelo Branco (2010) assinala, que o governo vinculava a falta do crescimento econômico pela agricultura à ausência, no Piauí, de técnicos com uma formação adequada para trabalhar no campo.

Esses fatores geraram uma grande expectativa acerca do ensino agrícola no Piauí, tornando a Escola Agrotécnica um projeto fundamental para crescimento da agricultura, da pecuária e do desenvolvimento do trabalhador rural. Sendo assim, o discurso agrário, no Piauí, estava ligado à modernização, à civilização, a novas técnicas agrícolas e aos técnicos agrícolas, como “redentores” da agricultura e do Piauí (CASTELO BRANCO, 2010).

Na zona rural piauiense, foi construído um ideário agrário moderno, com a esperança de se ter uma economia agrária, na qual o Estado poderia entrar numa perspectiva de modernização da agricultura, tendo em vista que esse espaço ainda adotava o velho sistema da “enxada, do fogo e do machado”, resultando em uma produção agrícola que mal atendia a uma parcela da população.

Nesse sentido, consolidou-se em Teresina, no ano de 1953, o projeto de construção da Escola Agrotécnica, o que representou a partir daquele momento, um divisor de águas nas práticas agrícolas piauienses. Dessa forma, a construção da Escola Agrotécnica de Teresina (EAT) significou também a tentativa de um caminho para uma modernização da agricultura e a superação de um Estado há séculos atrasado economicamente.

Entre 1950 e 1960, esse conceito de modernização esteve fortemente influenciado pelas políticas e programas governamentais. O rural piauiense, nessas décadas, esteve vinculado ao discurso de modernização, com a finalidade de suprimir uma imagem de uma agricultura com

uma prática ainda incipiente, que transitava entre o atrasado e o moderno. Nesse novo contexto, circulou na imprensa local a ideia que para o homem do campo seria necessário algo que pudesse representá-lo, como pode-se observar no trecho da reportagem sobre cooperativismo:

Sabemos que a economia piauiense repousa na produção agropecuária e que as dificuldades nesse setor são enormes; sabemos também a falta de uma entidade autêntica para defender os interesses do homem rural. Essa entidade deve receber apoio moral e financeiro do Governo Estadual bem como do Governo Federal (O DIA, 1968, p.6).

Desse modo, evidenciou-se a necessidade de uma organização de grupos da sociedade para chamar a atenção do poder público, com a finalidade de defender os interesses e proporcionar melhores condições de vida ao homem rural, tanto no tocante ao aspecto econômico como ao social. Em virtude disso, o sistema cooperativista passou a ser considerado, na sociedade piauiense rural, um meio promissor para elevar o desenvolvimento econômico dessa parcela da população.

Outra dificuldade da zona rural e, conseqüentemente, do escoamento dos produtos agrícolas do Piauí, era a ausência de estradas. Entre a década de 1940 e 1960, o estado tinha poucas estradas, o que constituía um obstáculo para a comunicação entre os municípios e para a obtenção de produtos manufaturados. Conforme os jornais que circulavam na época, esses motivos gerou, no seio da sociedade piauiense, uma insatisfação e a luta em defesa das vantagens que a construção de estradas traria para o desenvolvimento do Estado. O que pode ser verificado na reportagem do jornal “O Dia”:

A civilização melhora dia a dia, os meios de comunicação entre os homens. A nossa conversa com os leitores, diz que um desses meios refere-se as estradas de rodagem que são elementos impulsionadores de progresso, agências de civilização em última análise (O DIA, 1963, p.4).

Nesse sentido, em muitos momentos, os impasses em relação ao desenvolvimento do Piauí foram vinculados à ausência de estradas, uma vez que a presença delas possibilitaria a circulação não só de pessoas como das riquezas produzidas em território piauiense. Conforme Santana (2011), em 1952, o estado possuía 6.623 km de estradas, sendo a maioria dos trechos de responsabilidade do município e sem pavimentação, isto é, eram estradas carroçais.

Após dez anos, em 1964, o Piauí tinha na sua malha rodoviária 21.598 km, sendo a maior parte dela formada por estradas municipais (18.956 km), que possibilitaram junto a

produção nacional de veículos, a ligação do estado aos mercados nordestinos e nacionais. Todavia, cabe frisar, que a construção das estradas não se deu de forma homogênea em todos os municípios piauienses, pois muitos deles continuariam isolados de Teresina e de outras capitais do país por determinado tempo. Quanto a isso, circulava nos meios de comunicação que,

Todo o Estado do Piauí se sente imensamente satisfeito com a iniciativa governamental para a realização da grande estrada PI – 4, chamada de estrada da integração piauiense que irá ligar definitivamente o sul ao norte do Estado, uma das mais velhas aspirações piauienses e medida das mais inadiáveis para aceleração do progresso de desenvolvimento socioeconômico do Piauí (O DIA, 1968, p. 3).

Os anseios do governo Chagas Rodrigues em relação à construção das estradas no estado, levaram o mesmo a voltar suas preferências para o crescimento espacial de Teresina, com transformações visíveis somente no final da década de 1960. Castelo Branco (2010) destaca que,

o pensamento que constituiu sobre a configuração dos novos espaços agrários delimitou uma via de acesso urbano que foram aparecendo à proporção que os valores sociais se modificaram com as pequenas feições de modernidade da cidade de Teresina, tornando-se uma prática comum de ir e vir da Escola para cidade, embora tenha ocorrido de uma forma muito discreta e a presença dos valores rurais ainda fosse permanente na sociedade piauiense (CASTELO BRANCO, 2010, p.110).

As novas ideias sobre o agrário aproximaram o rural e o urbano, com o objetivo de ligar os valores urbanos e modernos aos valores rurais e às práticas da agricultura. Nesse sentido, as novas concepções do agrário moderno presentes nos planos do governo piauiense foram encaminhados para o homem rural novos conhecimentos, como forma de mantê-lo no seu espaço ao tempo em que se definia a educação como centro do debate sobre o rural brasileiro.

Sendo assim, o rural piauiense, entre as décadas de 1940 e 1960, estava guiado por um modo de pensar um agrário modernizante, no qual as práticas agrícolas deveriam fazer o uso de novas tecnologias, com a finalidade de proporcionar um crescimento econômico para o Estado. As mudanças ocorridas tanto no país como no Piauí delinearão novas escolhas e caminhos educacionais, nos níveis de Ensino Primário e Secundário daquele período, uma vez que a educação junto ao novo discurso de agrário na zona rural piauiense, ganhou importante destaque no desenvolvimento do estado.

No Piauí, 84% da população residia na zona rural, sendo ela em sua maioria analfabeta. Influenciada pelo processo de desenvolvimento social e econômico, a ampliação da escolarização se fez necessária no Estado para alavancar o seu crescimento. Castelo Branco (2010) aborda, que a educação, no contexto de recorte de tempo utilizado nesse estudo, passa a ser vista como mecanismo de interesse político, social, econômico e de transformações de uma época. Para proporcionar essa expansão, o governo volta suas ações para o Ensino Primário ao incentivar o programa de alfabetização presente na sociedade brasileira daquele período. Conforme Santana (2011),

[...] o Ensino Primário ganhava atenção por parte dos governantes do estado que cada vez mais se empenhavam em aumentar as matrículas, mantendo a posição que o estado já havia conquistado em décadas anteriores, pois para os governantes estaduais em diversos momentos, o ensino era considerado um elemento importante (SANTANA, 2011, p.45).

Ideia perceptível também nas fontes analisadas, pois percebeu-se que mesmo esse nível de ensino sendo considerado essencial para o Estado e o governo tendo interesse no seu crescimento, vários fatores impediram a sua expansão, como a falta de transporte e de material didático, os impactos da Segunda Guerra, o deslocamento de professores e inspetores, dentre outros.

O investimento no crescimento do Ensino Primário realizado durante o governo Leônidas Melo foi direcionado cada vez mais para a ampliação da matrícula primária, que no ano de 1941, teve um aumento de 3.380, registrando um total de 43.262 matrículas nesse nível. Deste total, 31.752 matrículas pertenciam a rede estadual, 5.432 a rede municipal e 6.078 pertenciam a rede particular (PIAÚÍ, 1942).

Neste contexto, o Estado possuía um maior quantitativo de matrícula, uma vez que nesse período, o Ensino Primário era de sua responsabilidade. Além disso, os municípios caracterizam-se por fazer um menor investimento, pois não possuíam verbas suficientes para destinar ao processo de escolarização da população.

Mesmo o governo demonstrando interesse em investir no processo escolar da população piauiense, de acordo com Cunha e Silva (1947, p. 4), de uma população com 900 mil habitantes, somente uma pequena parcela desta era alfabetizada. Dentre os alfabetizados, a maioria sabia apenas assinar o nome e poucos sabiam ler ou liam mal, ou seja, ofertava-se uma alfabetização intensiva, que acarretava na produção do semianalfabetismo da população.

Nesse sentido, os governos do Piauí, em seus relatórios e mensagens governamentais da década de 1940, sempre apontavam o crescimento das matrículas, como no relatório de 1943, no qual o governador Leônidas Melo apresentou que, entre 1940 e 1943, houve uma ampliação de 4.225 alunos matriculados no Ensino Primário.

Um elemento relevante foi que no gráfico apresentado por este governador, em 1942, o Estado tinha matriculado 44.307 alunos e cinco anos depois, em 1947, o governo Rocha Furtado registra 44.179, totalizando um decréscimo de 128 matrículas, apesar do governo registrar em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa uma ampliação da matrícula. Durante essa década, segundo Santana (2011) promulgou-se na sociedade piauiense que

[...] com a educação o homem poderia permanecer no campo, e com isso ocorreria o desenvolvimento do estado, pois seriam ofertados à população, além de conteúdos comuns, noções de agricultura e zootecnia, que possibilitaram o desenvolvimento da lavoura e da pecuária de forma mais eficiente e científica (SANTANA, 2011, p.47).

Apesar de no Piauí circular a ideia de que como não existia indústria no estado seria por meio da lavoura que o estado alcançaria seu desenvolvimento e a educação seria o artefato mais importante para atingir tal fim, restava saber, como esse ensino seria ofertado para a população piauiense? Outro discurso presente nas mensagens e relatórios governamentais era sobre a crise financeira que afetava o setor educacional e que era difundida como fator que impossibilitava aos governantes fazerem os devidos investimentos no campo educacional. Segundo mensagem do governo Rocha Furtado,

A escassês de recursos não permitiu ao Govêrno qualquer realização de monta no setor da instrução pública. Todo o aparelhamento escolar do Estado se ressentia de deficiências que não poderão ser facilmente anuladas. E elas dizem respeito, principalmente, a prédios, mobiliário e material didático, carecedores de grandes reparos e dispendiosas substituições, que importam em despesas que o Tesouro Estadual não suporta, no presente, em face dos outros encargos que lhe pesam (PIAUI, 1949, p. 22).

A crise financeira propagada nos relatórios dos governadores na década de 1940, além de ter impossibilitado o aparelhamento da rede escolar estadual dificultou reformas e a construção de novos prédios escolares em todo o Piauí. Como é possível verificar no discurso apresentado na gestão governamental de Leônidas Melo para Assembleia Legislativa, a partir dos dados divulgados na tabela 4, em relação ao número de escolas primárias no Piauí.

Tabela 4: Número de Estabelecimentos de Ensino Primário no Piauí

ANO	REDE ADMINISTRATIVA			TOTAL
	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	
1941	337	102	86	525
1942	329	114	93	536

Fonte: Piauí, 1943.

Um outro dado a ser analisado na tabela 4, refere-se ao decréscimo do número de estabelecimentos estaduais entre os anos de 1941 e 1942. Embora pequena, em um Estado que a quantidade de estabelecimentos de ensino era inferior à sua necessidade, a queda no número de escolas acaba influenciando no processo educacional da sociedade piauiense. Em contrapartida, mesmo diminuindo o número de escolas de responsabilidade do Estado, percebe-se que no geral ocorre o crescimento do número de estabelecimentos de Ensino Primário, uma vez que a diferença entre um ano e outro foi de 11 escolas primárias, o que deve ter influenciado no sistema educacional piauiense.

Pela análise do relatório, percebeu-se que a queda do quantitativo de escolas, em 1942, aconteceu em um contexto de ampliação no registro de matrícula geral da rede estadual, que passou de 31.752 alunos, em 1941, para 32.100 alunos matriculados, em 1942. Esse aumento no número de matrículas, foi perceptível também na rede de ensino municipal e particular nesse mesmo ano. No final dessa década, mais precisamente no ano de 1948, o Estado era dotado de 511 escolas e em 1949, de 496, sendo assim, “a quantidade de grupos escolares, na capital e no interior do Estado, foi insuficiente para atender ao número de crianças que procuram matrícula, anualmente (PIAUI, 1952, p.109)”, ficando dessa forma, o setor público impossibilitado de atender a população piauiense.

Santana (2011), ao enfatizar que a escola dessa década era vista pela sociedade e políticos como centro de desenvolvimento econômico, social e cultural, possibilita pensar que a busca por educação, tanto na zona urbana como na rural, era algo efetivo no pensamento dos piauienses. A expansão do Ensino Primário, mesmo se apresentando de forma tímida, como registrado anteriormente, torna-se relevante para o Estado, ainda que uma grande parcela da população tenha ficado fora da escola. Apesar disso, o governo Rocha Furtado deixa claro em sua mensagem, que mesmo sabendo dessa realidade, devido aos fatores já elencados, ele não pode sequer “cogitar, a criação de novas unidades escolares”. (PIAUI, 1949, p.22)

Esse contexto estava presente em todo o Piauí, principalmente na zona rural, espaço como já citado, onde vivia grande parcela da população piauiense. Nesses locais, as dificuldades eram ainda maiores à medida em que problemas como a distância entre as localidades e a falta de estradas dificultavam o acesso da população às escolas. Sendo assim, das 43.262 matrículas no Ensino Primário, em 1941, somente 19.399 alunos se encontravam na zona rural e os outros estavam matriculados na zona urbana. Já no ano de 1942, das 44.350 matrículas no Ensino Primário, 20.366 matrículas pertenciam à zona rural e 23.863 pertenciam à zona urbana. (PIAUI, 1943).

Pode-se perceber que, mesmo ocorrendo um crescimento no número de matrículas no intervalo de dois anos, a quantidade de pessoas que frequentavam a escola no meio rural era muito baixa, tendo em vista que nessa década a maioria da população vivia na zona rural, isto é, 693.404 pessoas (RÊBELO, 1987), sendo este, o espaço em que se concentrava o maior índice de pessoas analfabetas. Um fator que colaborava para isso era a ausência de escola nesses locais, pois, de acordo com Santana (2011), no final da década de 1940 e início da década de 1950, o Piauí tinha 106 escolas isoladas, sendo esse número insuficiente para atender a população piauiense em idade escolar ou que buscava essas instituições. Santana (2011) assinala que,

Os estados da federação na década de 1940 não estavam dotados de recursos suficientes que viessem a amenizar as precariedades vivenciadas no Ensino Primário, levando o Governo Federal a criar o Fundo Nacional do Ensino Primário pelo Decreto-Lei nº 4.958, de janeiro de 1942, através do qual seriam acumulados recursos de forma atender as necessidades da educação primária, pois esse nível de ensino seria a base para o desenvolvimento econômico do país (SANTANA, 2011, p.63).

A situação financeira pela qual o Piauí passava, fez com que o governo assinasse um acordo para a construção de escolas nas zonas rurais dos municípios do Estado, significando a intervenção da União no Ensino Primário. Nesse acordo, firmou-se o repasse de verbas aos municípios para a construção das escolas rurais, compra de materiais e equipamentos e formação de professores. Ao Estado ficou a função de fiscalizar o cumprimento de cada um dos acordos firmados.

Pelos dados registrados na mensagem do governo Rocha Furtado, em 1950, dos 28 prédios escolares do acordo firmado, em 1946, com o Piauí, 23 ainda não tinham sido construídos devido a diversos empecilhos que não foram resolvidos. Contudo, encontravam-se no Piauí, em continuação de construção, 65 escolas referentes ao acordo de 1947 e 80 prédios

relacionados ao contrato de 1948. Já as 60 escolas primárias rurais, referentes a cota de 1949, tiveram o início de sua construção no ano de 1950, devido as verbas relativas a esse acordo terem sido repassadas somente em fevereiro daquele ano. Os acordos foram feitos em decorrência da enorme taxa de analfabetismo presente na zona rural do Piauí.

Com o Governo Federal voltando sua atenção para o Ensino Primário, as instituições que “abrigavam” esse nível de ensino passaram a ser vistas como organizações escolares que poderiam amenizar o elevado índice de analfabetismo no Brasil. Para Pinheiro (2006),

o presidente Dutra, “muito ainda nos resta fazer no setor do ensino primário, pois que, lamentavelmente, apesar de nossos esforços, para a população infantil em idade escolar que oscila entre 5 milhões e meio [...] a capacidade de matrícula ainda não se eleva a 3 milhões e meio (PINHEIRO, 2006, p.15).

Muitos desses prédios escolares rurais existentes no país, possuíam péssimas condições de funcionamento. Era de responsabilidade do poder estadual a oferta desse nível de ensino, a construção e manutenção das escolas primárias. Entretanto, era notório que não haviam escolas funcionando em quantidade suficiente, o que acentuava ainda mais a situação da escolarização primária no Estado, uma vez que as escolas erguidas não seguiam o mesmo crescimento da população, resultando num déficit na rede escolar pública (SANTANA, 2011).

No mesmo viés de discussão, Araújo, Pinto e Souza (2013), retratam que a diferença entre o crescimento e o atendimento educacional da população e a ampliação das matrículas do Ensino Primário, tanto no sistema público como no particular, foi abordado pelos técnicos educacionais do Ministério da Educação e Saúde como um problema de déficit escolar e de crise de assistência educacional nas zonas rurais do país.

Para os autores, a não centralização da administração e das políticas do Ensino Primário passou a ser considerada fonte de ausência e precariedade deste nível educacional, fazendo com que os governos estaduais buscassem a participação do poder central para o crescimento desse nível de escolarização, salientando as precariedades de suas receitas para o atendimento das necessidades de escolarização, tanto na zona urbana como rural.

Pode-se observar a partir das análises das fontes, que no Piauí, nos dois primeiros anos da década de 1950, houve um crescimento no quantitativo de matrículas do Ensino Primário, mesmo que diminuto, em relação aos anos anteriores. Percebe-se, que nos anos de 1952 e 1953, essa ampliação foi um pouco maior em relação aos outros dois anos, como pode-se identificar na tabela 5.

Tabela 5 - Matrícula Geral do Ensino Primário Estadual do Piauí

REDE ADMINISTRATIVA	ANO			
	1950	1951	1952	1953
Estadual	56.506	59.120	78.006	82.027

Fonte: Adaptado de Piauí (1951-1954).

A ampliação da construção de novas escolas primárias não ocorreu na mesma proporção que o aumento do número de matrículas, o que sem sombra de dúvida impactou nas matrículas de anos posteriores, pois mais uma vez o Estado não podia inaugurar novas escolas e deixava de atender a demanda da população que buscava por educação.

Isso se deu, segundo o governo Pedro Freitas, devido a existência de alguns problemas que já se acumulavam desde as gestões anteriores e que só se agravaram, como por exemplo, dispersão das Escolas Primárias em todo território piauiense; atraso dos salários dos professores, afastando-os de exercerem a profissão principalmente na zona rural e a falta de material didático e mobiliário, ocasionando uma desorganização do ensino no Estado.

Vale ressaltar que além das escolas mantidas pelo Estado, o governador declarou em seu registro na Assembleia Legislativa, que tanto os municípios como as entidades particulares eram responsáveis pela manutenção e funcionamento das escolas primárias. Assim, era papel do Estado fiscalizar tanto as escolas estaduais, como as mantidas pelos municípios e por particulares.

Desse modo, houve a necessidade de expandir a inspeção para todos os municípios do Piauí e aos inspetores caberia rever e fiscalizar as escolas independentemente de elas serem estaduais, particulares ou municipais. Para alcançar tal finalidade foram adotadas algumas providências, como verificar a assiduidade dos professores e as condições dos edifícios escolares.

Um elemento relevante encontrado no documento do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, ao fazer comentário sobre o Ensino Primário do Piauí, foi o registro, em 1958, da distribuição da matrícula segundo as séries didáticas. De acordo com o documento, 71% do alunado matriculado nesse nível de escolarização, encontrava-se na 1ª série. Na 2ª série havia 17,2%; na 3ª o correspondente a 7,6% e na 4ª série, 4,2%. O percentual mais elevado na 1ª série foi justificado pelo início tardio do processo de escolarização dos que tiveram acesso a ela. Nas demais séries ocorria uma diminuição das matrículas, que era motivada pelas reprovações e desistências.

Mesmo com esse quadro de reprovação, repetência e desistência na década de 1950, as matrículas do Ensino Primário permaneceram em crescimento, o que levou o governo Gaioso e Almendra, junto aos poderes municipais do Piauí, a desenvolver no período de 1956 a 1958, um planejamento de desenvolvimento educacional, em parceria com o INEP (SANTANA, 2011). Os projetos, segundo Brito (1996), tinham como finalidade agregar o homem do campo ao projeto de desenvolvimento iniciado pelo governo estadual, incluindo o Projeto de expansão do Ensino Rural no Estado.

Uma forma encontrada pelo governo do Piauí para amenizar a demanda de escola no meio rural, na década de 1950, foi a transferência de escolas de uma comunidade para outra, ou seja, não eram criados estabelecimentos de Ensino Primário, eram apenas transferidos geograficamente, de acordo com os interesses políticos-eleitorais, ficando conhecidas como escolas isoladas rurais volantes (FRANCO, 2004).

Essas instituições de ensino buscavam atender a população que estava espalhada pelo território do Piauí, porém isso não solucionava o déficit de escola vivenciado pelo Estado, porque quando se transferia uma instituição escolar de um local para outro, grande parte dos professores eram remanejados junto com os estabelecimentos de ensino primário.

No Piauí, a maioria da população residia no campo e grande parcela dela era analfabeta, ou seja, não sabia ler nem escrever. Problema que persistiu por muito tempo, principalmente devido, entre outras coisas, à carência de escolas e de professores. A tabela 6 traz informações do censo demográfico de 1950 a 1970, apresentando o número da população de 10 anos ou mais e seu nível de instrução (sabem ler e escrever, não sabem ler e escrever e sem declaração). Tais informações comprovam a situação do Estado em relação ao analfabetismo.

Tabela 6 – População piauiense presente, com indicação da instrução para pessoas 10 anos e mais

Ano	Total*		Sabem ler e escrever	Não sabem ler e Escrever	Sem declaração de Instrução**
1950	702.424		179.765	521.646	1.013
1960	831.853		274.269	557.584	---
1970	1.109.882		419.808	685.566	4.508

* Os números de 1940 e 1950 referem-se à população presente. Os números de 1960 e 1970 referem-se à população residente.

** Estão incluídas as pessoas sem declaração de instrução.

Fonte: BRASIL. IBGE: Censos demográficos de 1940 a 1980.

Diante da realidade apresentada, constatou-se a necessidade de uma atuação maior por parte do governo, com o emprego de recursos financeiros e pedagógicos no Ensino Primário para combater o analfabetismo e alcançar o progresso, bem como promover a expansão desse nível de ensino, como de fato ocorreu em nível nacional e local.

Tabela 7 - Evolução da Matrícula do Ensino Primário no Piauí entre os anos de 1941 e 1961

Anos	Matrícula do Ensino Primário
1941	43.262
1951	72.929
1961	92.896

Fonte: Adaptado de Piauí (1942, 1952 e 1962)..

Os dados acima mostram a evolução do Ensino Primário no Piauí em termos de matrícula. Dessa forma, verificou-se que entre os anos de 1941 e 1951, houve um crescimento de 68,57% nas matrículas. No entanto, observou-se na tabela 7, que apesar do aumento significativo de matrículas, na década de 1950, o índice de alunos que não sabiam ler e escrever era muito alto. Ao se comparar os anos de 1951 a 1961, constatou-se que o aumento do número de matrículas foi de 27,38% e menor que a década anterior. Entretanto, ao se analisar as três décadas, 1941 a 1961, percebe-se uma ampliação de 114,73%, representando um aumento significativo para a sociedade piauiense.

No início da década de 1960, o governo de Chagas Rodrigues registrou na sua mensagem governamental, que o aumento da rede escolar foi relativamente baixo, em decorrência da crise financeira que o Estado passava desde as décadas anteriores. Com a intenção de atenuar essa situação, o governo tomou duas iniciativas: construir dez grupos escolares, sendo três na capital e sete nos municípios com maior densidade demográfica e transformar as escolas isoladas em grupos escolares, com a finalidade de crescer o número de classes existentes e, conseqüentemente, elevar a matrícula no Estado.

Apesar dessas iniciativas, nesse mesmo período, a zona rural do Piauí ficou ausente de políticas educacionais relevantes e a consequência imediata foi a desestruturação da rede escolar e ampliação do número de analfabetos nesse meio. Na mensagem de 1961, Chagas Rodrigues enfatizou que nas matrículas da rede estadual ocorreu uma inclusão de 7.000 mil novos alunos no sistema do Ensino Primário.

Nesse sentido, novas medidas deveriam ser tomadas como: seleção de professores, melhoria na remuneração dos docentes, reclassificação de cargos, aumento do número de professores, construção de prédios, novos equipamentos escolares, dentre outras. Tomada essas providências a tendência das matrículas no Piauí seria aumentar.

Tabela 8 - Matrícula do Ensino Primário no Piauí

DISCRIMINAÇÃO	MATRÍCULA/ANO			
	1958	1959	1960	1961
ESTADUAL	42.553	42.755	47.900	52.00 4
MUNICIPAL	27.835	29.035	21.792	28.24 9
PARTICULAR	12.195	12.122	12.110	12.04 3
TOTAL	82.583	83.916	81.802	92.89 6

Fonte: PIAUÍ, 1962, p.36.

Analisando a tabela 8, percebe-se que, no final da década de 1960, a rede de ensino estadual manteve o crescimento de matrículas do Ensino Primário. Já na rede de ensino municipal houve uma oscilação nas matrículas, fazendo com que, no ano de 1960, em vez da ampliação ocorresse um decréscimo. Vale ressaltar que, essas oscilações ficaram evidentes tanto na rede de ensino municipal como na rede particular. Para o governo Chagas Rodrigues, o aumento incomum nas matrículas ocorreu em virtude de algumas iniciativas que buscavam equipar, aparelhar e melhorar o Ensino Primário. No entanto, mesmo com esse crescimento, os governantes sempre alegavam que não era possível dotar o Piauí de um maior número de prédios escolares.

Em meados da década de 1960, o governo Helvídio Nunes, em sua fala à Assembleia Legislativa, registrou que a quantidade de matrículas no Piauí, em 1966, chegou a 144.055 e em 1967, foram matriculados 151.688 alunos. Como em 1960, a maioria da população ainda residia na zona rural, o governador afirmou que nos municípios do Estado, nos anos mencionados acima, existia, respectivamente, um total de 113.904 e 120.744 alunos

matriculados, demonstrando que a ampliação da matrícula se dava em maior quantidade nesse espaço.

Os municípios enfrentavam muitas dificuldades econômicas, que refletiam na educação, uma vez que a maioria não conseguia manter o funcionamento de suas escolas nem implantar políticas educacionais que atendessem às necessidades locais. Nesses lugares, a educação acabava por ser realizada em ambientes sem estrutura adequada, como por exemplo, na casa de professores e de fazendeiros, sendo estes muitas vezes os responsáveis por manter este estabelecimento de ensino para a crescente população do Piauí (SANTANA,2011).

O processo educacional, então, passa a ter um importante papel no desenvolvimento do país. Isso ampliou o fluxo migratório da população à procura de bens e serviços, influenciando a urbanização do Estado a partir da década de 1950 e lógico do país. Mesmo diante de tantas mudanças, a taxa de analfabetismo piauiense ainda era muito elevada entre as décadas de 1940 e 1960, influenciada, em grande parte, pela maioria da população do Estado continuar habitando no meio rural e exercer atividade ocupacional na agricultura. Cabe frisar, que apesar dessa população desejar a modernização por meio da formação, esta ainda não se apresentava como uma questão central para a sociedade rural piauiense.

Dessa forma, evidenciou-se que os reflexos iniciais em termos educacionais para o Piauí ocorreram com o crescimento da demanda por mais instituições de ensino, concentrando-se, a partir do início da década de 1940, na escola de Ensino Primário tanto para zona urbana quanto para a rural, com vistas a diminuir de 80% para 50% o déficit de atendimento escolar nas áreas rurais.

Nesse contexto, o Estado adentra no debate desenvolvimentista presente no Brasil, por meio do discurso agrário. Ou seja, o crescimento do Piauí, diferente de outros estados do país, aconteceu com base na exportação e no desenvolvimento agropecuário. Essa realidade econômica piauiense e nacional influenciou na expansão do ensino nas décadas já citadas. Como foi visto anteriormente, o Ensino Primário cresceu quantitativamente com o aumento das matrículas.

Ressalta-se que mesmo o governo alegando uma grave e enorme crise financeira, que dificultava o investimento e manutenção do setor educacional, ele iniciou seu projeto de ampliação da rede de Ensino Primário tanto na zona urbana como na rural. Todavia, isso acontece em diferentes épocas e conforme o contexto econômico, político e social existente em cada período, possibilitando dentro desse quadro que a população piauiense buscasse elevar o nível de escolarização, uma vez que aumentava as matrículas do nível primário.

Embora muitos municípios não ofertavam o Ensino Secundário, boa parte da população se deslocava para outros locais, com o objetivo de aumentar o nível de escolaridade, ingressando no Ensino Secundário – conhecido como ginásio, o que reforçava uma pressão pela ampliação dessas instituições no Piauí.

3.2 Por mais instituições ginasiais: a ampliação da escolarização no Piauí de 1940 a 1960.

O governo de Getúlio Vargas (1937-1945) trouxe como carro chefe uma política econômica de desenvolvimento industrial. Apesar do país ser essencialmente rural, foram adotadas medidas que estabeleceram o início de uma nova fase, que se deu com o processo de urbanização do território brasileiro a partir da criação de indústrias de base, principalmente, na região Centro-Sul do país, onde houve uma maior concentração de indústrias. Essa política de governo interferiu diretamente na organização da estrutura populacional. Conforme Santana (2011, p.24), “o processo de industrialização do Brasil, apesar de ter ocorrido em todo o território nacional, aconteceu de forma desigual, o que gerou uma relação de dominação e dependência entre as regiões nos aspectos econômicos, políticos e sociais”.

A constatação dessa desigualdade mencionada pela autora, ocorreu também no processo de urbanização, uma vez que houve o crescimento migratório da zona rural para a urbana, de forma significativa, principalmente nas regiões, onde as indústrias se instalavam. Fato este, intensificado a partir da II Guerra Mundial, período que corresponde a segunda metade da década de 1940, acompanhando as mudanças econômicas que aconteciam internacionalmente, com a diminuição do campesinato. “Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo da segunda metade do século XX, tornou-se urbanizado como jamais fora.” (HOBSBAWM, 1995, p. 288)

Nesse contexto, a mudança de um modelo econômico para outro delineou os rumos políticos do país com mediações nos diversos setores, inclusive no educacional como se verifica em toda esta discussão. Nesse período de transição houve divergência entre o desenvolvimento econômico e a educação, já que o modelo agroexportador foi considerado “culpado” pela baixa demanda educacional. Para Santana (2011),

A partir dos anos de 1940, um novo modelo de educação escolar é exigido como forma de alavancar o desenvolvimento econômico na conjuntura industrialização/urbanização. Em face disso, o país foi despertando para a necessidade de extensão da escolarização, dando início a uma política de

incorporação de um contingente cada vez maior de pessoas na escola (SANTANA, 2011, p.38).

Percebeu-se que a partir do momento que se instituiu uma política de desenvolvimento industrial, estabeleceu-se também a necessidade de formação para a classe popular, principalmente, a trabalhadora, que naquele período buscava qualificação para o mercado de trabalho e a educação era um dos meios para isso, através do ensino ofertado. Este ensino se dava tanto de forma elementar, com o ensino primário, como de forma mais direcionada, com o ensino profissionalizante nas diversas áreas.

A introdução do ensino profissionalizante, com a implantação de escolas e cursos técnicos fizeram parte de uma estratégia política para garantir e promover as mudanças estruturais ocorridas no período da industrialização, favorecendo a manutenção do sistema de classes ao produzir e reproduzir a força de trabalho. Atraída por oportunidades de emprego nas indústrias, a população urbana crescia de forma gradativa. Na década de 1940, o Brasil apresentava uma taxa de urbanização de 12.880.182, com aumento de 5.902.709, na década de 1950 (SANTANA, 2011).

Esse crescimento provocado pela mão-de-obra que migrava do campo para as cidades, representava a parcela da população que almejava não só o mercado de trabalho, mas melhoria na qualidade de vida, a partir do acesso à educação com a necessidade da ampliação de sua escolarização, o que para Romanelli (1998, p. 65), constitui “[...] o crescimento da demanda social de educação [...]”.

Com a mudança da economia, o aumento da população e com o crescimento da matrícula do Ensino Primário ocorreu uma busca por um maior nível de escolarização no Piauí, mesmo a urbanização e a economia do Estado se dando de forma um pouco diferenciada do restante do país. A sociedade piauiense, ainda muito ruralista, via a necessidade com o crescimento dos inscritos no Ensino Primário de buscar um outro nível de ensino, no caso, o ginásio.

Com isso, o Ensino Secundário surge como um nível de ensino mais elitista, pois era restrito a uma parcela da população. Oliveira (2019) salienta, que no Brasil, esse nível de ensino também passou por algumas mudanças, em especial, na segunda metade do século XX, com a expansão de sua oferta para as diferentes classes em estabelecimentos escolares mantidos pelo poder público estadual.

Visando estruturar o ensino, tivemos a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Secundário n. 4.244 de 1942, que dividiu esse nível de ensino em dois ciclos, sendo que o primeiro ciclo

tinha duração de quatro anos e era denominado ginásial e o segundo ciclo, com duração de três anos, possuía a divisão em clássico e científico. A finalidade era iniciar uma nova formação que preparasse o indivíduo de forma integral, com valores permeados pelo patriotismo e voltados para o desenvolvimento da consciência intelectual e humanística do educando, conforme o Art. 1 da Lei.

A Lei possibilitou ao aluno a continuidade de seus estudos, a partir do momento que estabelecia como um de seus objetivos a preparação intelectual do aluno para os níveis mais elevados de estudos. Assim, ligado ao curso primário estava o curso ginásial que, conforme Abreu e Mendonça (2019), deveria proporcionar aos estudantes uma progressão sistemática e formar uma base eficiente para este ingressar nos cursos de 2º ciclo. O ingresso no ensino ginásial se daria por meio de aprovação em exame de admissão.

Brito (1996) afirma, que o Ensino Secundário e o Ensino Técnico foram disciplinados pela legislação federal, uma vez que era responsabilidade do Governo Federal legislar sobre eles. Aos estados cabia apenas legislar sobre o Ensino Primário e o Ensino Normal, fazendo adaptações desses níveis de ensino de acordo com o que estabelecia a Lei Orgânica de Ensino.

Oliveira (2019) enfatiza em seus estudos, que o Piauí fez ajustes às normativas nacionais por meio do Decreto-Lei nº 532/1942, promulgado durante o governo do Interventor Federal Leônidas de Castro Melo³⁶. O objetivo era transformar o Liceu Piauiense em escola de Ensino Secundário e com o acréscimo do ciclo ginásial, alterando assim sua designação para Ginásio Oficial do Estado. Para Lopes (2011),

A expansão do ginásio no Piauí é fruto da ação da iniciativa privada especialmente a confessional, das elites locais dos diferentes municípios e da ação do Estado. Nível de ensino de caráter seletivo e acesso restrito o ginásio irá sofrer uma crescente demanda que implicará numa maior participação do Estado em sua oferta e numa expansão gradativa do mesmo (LOPES, 2011, p. 2 e 3).

Considerando-se a fala do autor, à medida em que vai se ampliando o acesso ao nível de Ensino Secundário, a ação do Estado se fez mais presente, proporcionando uma maior expansão e, conseqüentemente, maior oportunidade de acesso. Em seu relatório, o então governador Leônidas Melo, no ano de 1942, registrou que no Piauí, em 1941, funcionavam oito ginásios, sendo um oficial e os demais subvencionados.

³⁶ Leônidas de Castro Melo foi médico e professor, governou o Piauí de 3.05.1935 a 9.11.1945. Primeiramente, foi eleito pela Assembleia Legislativa como governador e a partir de 24.11.1937, governou como interventor federal. Depois que deixou o governo, foi deputado federal e senador da República. No seu governo, concluiu o edifício do Liceu Piauiense – Colégio Estadual Zacarias de Góis. (TITO FILHO, 1975, p. 7).

Percebeu-se que nas primeiras décadas do século XX – quase dez anos depois que Vargas assumiu o poder com sua política nacional-desenvolvimentista, tendo como carro chefe a educação para que essa política se efetivasse – o Estado do Piauí ainda possuía um número muito baixo de escolas com Ensino Secundário. Corroborando com isso, Souza (2008) alega que,

A maioria dos estados da federação manteve em funcionamento até 1930 um único ginásio público instalado nas suas capitais, com exceção de Minas Gerais e São Paulo. Consequentemente, o crescimento do número nesse nível de ensino deveu-se quase exclusivamente à iniciativa privada (SOUZA, 2008, p.107).

No Piauí, observou-se essa realidade apresentada por Souza, a partir do momento em que, no início da Primeira República, tem-se a presença do Colégio Estadual do Piauí, instalado na capital e mantido pelo Estado. Posteriormente, a partir de 1904, constatou-se no sul do estado, mais precisamente em Corrente, a criação do Colégio Correntino Piauiense de iniciativa privada.

Tabela 9 - Escolas Ginasiais fundadas no Piauí até a década de 1930³⁷

Nome das Escolas Ginasiais	Municípios	Ano de criação	Entidade mantenedora
Colégio Estadual do Piauí ³⁸	Teresina	1845	Estado
Ginásio Sagrado Coração de Jesus	Teresina	1906	Particular
Ginásio Municipal São Francisco de Sales	Teresina	1906	Particular
Colégio Correntino Piauiense	Corrente	1904	Particular
Ginásio Nossa Senhora das Graças	Parnaíba	1907	Particular
Ginásio Parnaibano	Parnaíba	1927	Particular

Fontes: Adaptado de Piauí (1930, 1931-1935).

A tabela 9 assinala que, entre a segunda metade do século XIX até a década de 1930, o Piauí, mesmo inserindo-se no discurso desenvolvimentista, possuía poucos ginásios, somente um era mantido pelo Estado, os outros eram mantidos pela iniciativa privada. Contudo, após a criação do Colégio Correntino Piauiense, surgiu em Teresina e Parnaíba³⁹, mais três ginásios -

³⁷ Dados retirados das mensagens governamentais do Estado do Piauí de 1930; 1931-1935

³⁸ Anteriormente chamado como Lyceu Piauiense.

³⁹ O município de Parnaíba está presente no Estado como o segundo em termos de desenvolvimento econômico, político, social e cultural, uma vez que detinha um relevante porto comercial, que transportava os produtos do extrativismo vegetal, possibilitando uma maior dinâmica econômica e, consequentemente, educacional para a cidade (ARAÚJO, 2011, p.210).

dois, na primeira cidade e um, na segunda cidade, que ficava ao norte do Piauí. Dessa forma, entre as décadas de 1930 e 1940, o Ensino Secundário, referente ao ginásio, tinha sua ampliação a passos lentos, pois de acordo com Araújo (2021), o Estado seguia,

[...] ritmos e particularidades em que o isolamento e a dispersão funcionariam como fator restritivo de acesso ao ensino e, conseqüentemente, da concentração da expansão e criação de uma dinâmica própria das oportunidades escolares, voltada para estes núcleos dinâmicos (ARAÚJO, 2021, p. 210).

A dispersão geográfica naquele período foi um elemento que se colocou como limitante para acesso ao ensino. Logo, os estabelecimentos escolares surgiram nos núcleos mais dinâmicos como é o caso de Parnaíba, que nos primeiros anos do século XX, possuía duas instituições ginasiais. A partir de 1935, foram criados mais três ginásios, sendo um em Parnaíba, em 1937, o Ginásio São Luíz Gonzaga e dois, em Teresina: o Ginásio Leão XIII, em 1938 e o Ginásio Antônio Costa, em 1939.

Sousa (2019 p. 58) assinala que após o Estado Novo, o Piauí foi designado de “A Era dos Ginásios e Patronatos” devido ao crescimento de escolas ginasiais no Estado. O autor ressalta que essa denominação ocorreu em consequência do aumento da população, entre 15 e 19 anos, que passou de 87.783 no ano de 1940, para 110.887, em 1950, influenciando assim na ampliação do número de matrículas no Ensino Secundário.

Sousa (2005) entende, que os ginásios representavam a modernidade, pois estavam concentrados nas cidades mais desenvolvidas e urbanizadas. Ademais, atribuíam *status* ao Estado que possuía esse tipo de escola. Assim, em 1941, dos oitos ginásios existentes no Piauí, seis eram particulares, sendo este número ampliado, em 1960, quando a quantidade de escolas ginasiais mantidas por particulares, aumentou para 29. Segundo Lopes (2011),

[...] podemos observar que há um predomínio de unidades escolares particulares no ensino ginasial, tendo o Estado uma presença mais marcante na oferta do Ensino Primário. Contudo, o número de escolas revela, ainda, o caráter elitista desse nível de escolaridade e o pouco acesso da população em idade escolar a ele (LOPES, 2011, p.3).

A expressão desse contexto foi veiculada também nas mensagens governamentais analisadas referentes às décadas de 1940, pois os governadores do Estado centraram sua atenção no Ensino Primário, elencando suas limitações em relação a esse nível de ensino, uma vez que

“todo o aparelhamento escolar do Estado se ressentia de deficiências que não poderão ser facilmente anuladas” (PIAUI, 1949, p.22).

Esse também foi um período em que o país passaria por uma crise, no que diz respeito ao abastecimento de combustível e no setor de transporte, o que impactou na educação piauiense e ocasionou a restrição do envio e a distribuição de inspetores e professores para as escolas do interior, à proporção que faltava subsídios para essa demanda. Um outro fator que agravou a crise no Estado, refere-se ao flagelo da seca, obrigando um maior investimento por parte do Estado em outros setores, deixando o ensino carente de prédios, mobiliários e material didático e repercutindo negativamente nesse setor, que é tão importante para o desenvolvimento econômico e social do Piauí.

Como a maioria das escolas secundaristas eram privadas, Lopes (2011) aponta que elas buscavam apoio financeiro no Estado. Este subsidiava com valores financeiros diferentes, que iam desde 600\$000 (seiscentos contos de reis) a 10:000\$000. Para Santos (2021), as subvenções aconteceram em Pernambuco como uma política de assistência escolar, constituindo-se como normas de subvenção e auxílio às escolas de Ensino Secundário.

A atuação do Poder Público estadual na expansão dos ginásios deu-se mediante a subvenção e auxílios aos ginásios do interior. As subvenções destinadas aos estabelecimentos se estenderam principalmente a ginásios municipais, criados e mantidos pelas prefeituras ou por fundações e autarquias (SANTOS, 2021, p.72).

A realidade pernambucana não é diferente da piauiense, como pode-se observar no Diário Oficial do Piauí de 1942, na fala do Diretor do Departamento de Ensino, Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, ao fazer menção aos auxílios e subvenções a estabelecimentos de ensino.

Tabela 10 - Investimento pelo Estado nos ginásios piauiense de 1935 a 1941.

ANO	SUBVENÇÕES
1935	6:200\$000
1936	10:000\$000
1937	25:000\$000
1938	17:000\$000
1939	65:900\$000
1940	50:000\$000
1941	42:000\$000
TOTAL	217:460\$000

Fonte: Piauí, 1942.

Nos valores destinados a algumas escolas secundaristas existentes no Piauí, de 1935 a 1941, verificou-se que as subvenções variam de um ano para outro, com o aumento ou diminuição da quantidade dos montantes investidos nas instituições de ensino municipais ou particulares. A exemplo disso, têm-se os anos de 1935 e 1936, nos quais ocorreu um aumento, com uma diferença de 3:800\$000 (três mil-réis e oitocentos-réis) e entre os anos de 1937 e 1938, nos quais aconteceu uma diminuição no investimento educacional para essas escolas de 8:000\$000 (Oito mil-réis).

Identificou-se ainda, que os maiores valores investidos pelo governo do Piauí se deram nos três últimos anos, porém nesse mesmo triênio, o montante investido foi diminuído com uma diferença de 23:000\$000 (vinte e três mil reis). Sousa (2019, p. 59), aponta que “[...] nos livros de atas da Assembleia Legislativa e nos requerimentos dos deputados estaduais eram comuns pedidos de subvenção ou aumento desses repasses pelo governo estadual para ginásios particulares da capital e do interior”.

Além disso, percebeu-se que no Diário Oficial de 1942, do qual esses dados foram retirados, no mesmo ano uma escola ginásial recebia mais de uma subvenção como foi o caso do Ginásio Parnaibano. Outro ponto observado, ao se analisar esse documento, em relação a esses auxílios ou subvenções foi que os mesmos eram usados pelas escolas da rede privada e municipal para aquisição de Gabinete de História Natural e Laboratório de Física e Química, mobiliário, material de Educação Física, fiscalização e outros. Assim, Sousa (2019) ressalta, que o pouco investimento nesse nível de ensino se deu devido às diferenças entre o ensino privado e o público, pois o Decreto-Lei 4.244/1942 vislumbrava a aplicação do dinheiro público em escolas particulares, sendo isso mantido até a Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Dez anos depois, no ano de 1952, no governo Pedro Freitas⁴⁰, foi enviada e aprovada na Assembleia Legislativa, a Lei nº 620 de 7 de agosto de 1952, que elevou e concedia subvenções anuais a diversos estabelecimentos no Piauí. Conforme o Art. 1º, “ficam elevadas para Cr\$ 30.000,00 as subvenções anuais do Ginásio Desembargador Antônio Costa, desta Capital e do Ginásio N. S. das Graças, de Parnaíba” (PIAUI, 1953, p.1).

Essa mesma lei assegurou ainda, no Departamento da Fazenda, um crédito de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) para ser aplicado nas despesas previstas na Lei – as subvenções para os referidos ginásios e para a Faculdade de Filosofia – de maneira a atender nesse período, principalmente, os ginásios particulares, uma vez que os tornavam de utilidade

⁴⁰ Pedro de Almendra Freitas era do alto comércio e um prestigioso chefe político. Foi eleito governador do Piauí, em 1950 e governou o Estado de 1951 a 1955, ao ingressar no PSD que enfrentava uma ferrenha disputa interna para indicar o candidato à sucessão estadual de 1950.

pública. Nesse contexto, Araújo (2021) assinala que os ginásios e os colegiais naquele momento acumulavam,

[...] a maioria significativa das matrículas existentes durante o período estudado, atraindo ainda o público pelo prestígio e status social que conferia. Por sua vez, os cursos técnicos tinham uma menor procura, embora desde a Reforma Capanema, tenham sido diversificados e incentivados pelo poder público (ARAÚJO, 2021, p. 203).

Assim, conforme aumentava o número da população com nível de ensino primário, crescia a busca por uma maior etapa de escolarização, ampliando a demanda pelo secundário. Lopes (2011) assinala, que nos anos de 1960, essa expansão ocorreu com a oficialização dos ginásios existentes na cidade de Floriano, Parnaíba e Picos, gerando para o governo uma expansão da matrícula do Ensino Secundário público, que é identificado de maneira quase imperceptível, mas que está presente nos registros educacionais desse nível de ensino.

Tabela 11 - Matrícula no Ensino Secundário de 1939 e 1941

DISCRIMINAÇÃO/MATRÍCULA	ANO		
	1939	1940	1941
Ensino Secundário	881	1.157	1.585

Fonte: Piauí, 1942.

Nesse período, há uma expansão da matrícula do Ensino Secundário no Piauí, mesmo que tenha acontecido de forma lenta, apresenta-se como significativa, se comparada ao contexto de ausência de escolarização dessa modalidade de ensino que existia anteriormente no Estado. Nesse sentido, Sousa (2019) apresenta, que o Piauí possuía para a população de 5 a 19 anos, a quantidade de 1.260 matrículas, em 1940 e de 5.255 matrículas, em 1950. Esses números não representam nem 5% da população. Em relação a esse fato, Araújo (2021) aborda que,

Enquanto em 1940 se tinha um total de matrícula de 170.057 alunos no universo de 23.709.769 habitantes com idade acima de 15 anos, em 1950, por outro lado, o número era de 406.959 para um público de 30.249.230 habitantes na mesma faixa etária. Nas décadas posteriores, os números mudaram substancialmente, sendo que em 1960, dos 40.187.590 habitantes com idade acima de 15 anos, 868.178 estavam matriculados (ARAÚJO, 2021, p. 207).

A partir desses dados, o autor assinala que a escolarização secundária não aumentou, na mesma proporção, do crescimento da população de 15 anos. Mesmo que essa etapa de expansão

tenha sido expressiva, a sua representação foi mais voltada para o fato de que entre os anos de 1940 e 1960, o crescimento desse ensino permitiu a materialização do status que as escolas ginasiais e colegiais possuíam, em razão de serem colocadas no setor público como lugares de referência (SOUZA, 2008).

Considerando-se o contexto, entre os anos de 1960 e 1969, Araújo (2021) afirma que a matrícula no Ensino Secundário passa de 11.164 no ano de 1960 para 38.129, em 1969. Dessa quantidade, 28.401 pertenciam ao ensino ginasial e 9.728 pertenciam ao Ensino Colegial, um outro ramo do Ensino Secundário. O número bem menor de matrículas no Ensino colegial se deve, provavelmente, à ausência de instituições de ensino que ofertassem esse nível de escolaridade nos municípios. Ainda em relação ao ensino ginasial, no ano de 1958, observou-se sobre a matrícula inicial nos municípios, os seguintes dados presentes na tabela 12:

Tabela 12 - Matrícula Inicial do ensino ginasial por Municípios em 1958

Município	Matrícula inicial		Total
	Homens	Mulheres	
Teresina	1.730	1.779	3.509
Amarante	39	59	98
Barras	29	45	74
Bom Jesus	14	19	33
Campo Maior	218	151	369
Corrente	89	136	225
Floriano	273	216	489
Jaicós	32	28	60
José de Freitas	24	21	45
Oeiras	53	63	116
Parnaíba	641	599	1.240
Picos	112	85	197
Piracuruca	17	25	42
São João do Piauí	15	14	29
São Raimundo Nonato	111	92	203
União	8	27	35
Valença do Piauí	29	46	75
TOTAL	3.391	3.407	6.798

Fonte: Brasil, 1958.

Com os dados retirados da Sinopse Estatística do Ensino Médio⁴¹, notou-se que a quantidade de matrícula inicial estava localizada nos municípios de maior concentração populacional como Teresina, Parnaíba, Floriano e Campo Maior. Teresina com uma população de 90.723 habitantes, tinha 3.509 pessoas matriculadas nesse nível de ensino, enquanto Parnaíba, a segunda maior cidade em termos populacionais, com aproximadamente 49.369 habitantes, tinha matriculado no ensino ginasial, em 1958, o total de 1.240 alunos. Um número pouco significativo, porém, que expressa progresso para a sociedade piauiense, tendo em vista que estava se inserindo no contexto desenvolvimentista do país, mediante o auxílio do avanço educacional, representado pela população que estava em busca de uma maior escolarização.

Pode-se perceber na tabela 12 que na maioria dos municípios – mais precisamente em nove dos dezessete – a maior quantidade de matrículas centrava-se no sexo feminino, possibilitando concluir que essa parcela da população ocuparia gradativamente uma maior quantidade de bancos escolares primários.

Corroborando com essa ideia, Cardoso (2003, p.74) ressalta que “[...] 26% do total da população de Teresina que estudaram o correspondente ao ensino primário concluíram o primeiro ciclo do ensino médio, [...]”. Esse quadro não era diferente do que acontecia em outros municípios do Estado, pois a maioria dos alunos matriculados eram do sexo feminino.

Nas mensagens governamentais, o aumento das matrículas no ensino ginasial fez com que, entre 1960 e 1970, os governadores tomassem diversas providências, como aponta o trecho da mensagem do governo Chagas Rodrigues.

Revelou-se, portanto, ainda aqui, preocupado o Govêrno em expandir esses dois ramos do ensino a fim de oferecer oportunidades de aquisição de conhecimentos de grau mais elevado a adolescentes e jovens sem recursos. Fazendo funcionar gratuitamente, pela primeira vez, em Parnaíba, o Colégio “Lima Rebelo” e a Escola Normal “Francisco Corrêa” a administração ampliou a capacidade da rêde de ensino médio oficial, antes reduzida ao Colégio Estadual do Piauí e à Escola Normal “Antonino Freire”, em Teresina (PIAUI, 1961, p. 62).

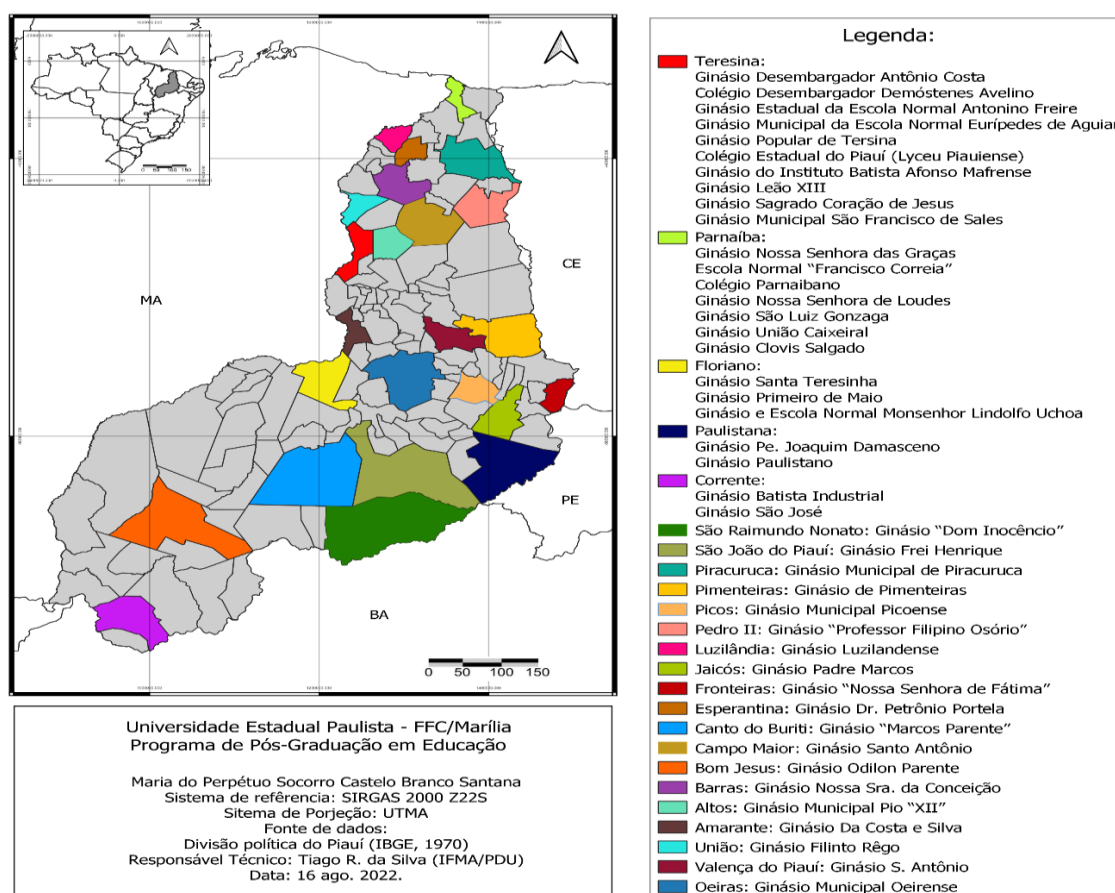
Percebeu-se, que mesmo as escolas sendo mantidas por particulares, houve ações como a estadualização, reaparelhamento, ampliação, funcionamento e construção de prédios para ginásios e colégios e aquisição de gabinetes de Física, Química e Ciências. Segundo Lopes

⁴¹ Documento denominado “Sinopse Estatística do Ensino Médio por município – 1958, por trabalhar todos os ramos do Ensino Secundário. No entanto, para a tabela 12, utilizou-se somente o 1º Ciclo do Ensino Secundário – o ginásio.

(2011, p.4), “[...] embora o número de escolas da iniciativa privada fosse maior, o número de alunos matriculados seria menor que o da rede estadual [...]. A ampliação do acesso desse nível de escolaridade se daria, pois pela oferta pública de escolas”. Dessa forma, os ginásios na década de 1960 foram implantados nos locais apresentados no Mapa 2:

Mapa 2 - Escolas Ginasiais no Piauí

Instituições de Ensino Secundário no Piauí em 1960



Fonte: Levantamento realizado pela pesquisadora em monografias, dissertações e teses sobre o Ensino Secundário ginasial no Piauí.⁴²

No mapa 2, percebe-se o desenvolvimento do ensino ginasial no Piauí. De acordo com Oliveira (2019), iniciou-se a oferta desse nível de escolaridade no turno da noite, assinalando

⁴² Dados reunidos a partir de trabalhos de monografias, dissertações, teses e artigos, os quais possuíam informações sobre a implantação, funcionamento e matrículas das instituições de Ensino Secundário. Ressalta-se, que esses trabalhos se encontram na lista de referências do presente estudo.

que apesar de ter ocorrido uma melhoria de acesso às escolas ginasiais, estas continuavam seletivas, uma vez que permaneciam avaliações rigorosas e os exames de admissão.

Corroborando com a autora, observa-se nas análises, que a maioria dos ginásios se concentravam na região norte e central do Estado, refletindo a situação econômica do Piauí. Todavia, identificou-se que mesmo na região norte muitos municípios não possuíam uma escola a nível secundário, como é o caso, por exemplo, de Piriipiri que implantou seu ginásio, em 1961. Além disso, percebeu-se um “deserto”, em termos educacionais, na região do extremo sul do Estado, com quase total ausência de escolas ginasiais.

Lopes (2011), em suas conclusões iniciais, considerou que a expansão dos ginásios facilitava o acesso e diminuía a necessidade dos alunos de irem para outro município ou estado, reduzindo dessa forma, o processo migratório. A oficialização dos ginásios foi apontada pelo autor como a presença de crise no sistema privado em alguns locais do interior, que ofertavam esse nível de ensino. Contudo, é notório que essas mudanças educacionais que aconteceram na sociedade piauiense revelaram a importância dessas instituições para os municípios, principalmente, no que se refere às imponentes estruturas dos prédios.

Para Souza (2001, p.81), as imagens dos prédios escolares além de atenderem a formação arquitetônica, garantem a revelação de acepções de vários edifícios e tinham diversos objetivos, simbolizando tanto o crescimento do espaço urbano e a modernidade quanto a mudança do progresso social, ao lado das ferrovias, dos vultosos prédios públicos, das indústrias e especialmente, das instituições escolares, como revelam nas figuras 1, 2 e 3 a seguir:

Figura 2 - Ginásio Nossa Sr^a das Graças, em Parnaíba/PI, década de 1950.



Fonte: IBGE, 1959.

Figura 3 - Ginásio Municipal Oeirense, 1952



Fonte: Fotografia cedida pelo pesquisador Higo Meneses de Sousa

Figura 4 - Colégio Demóstenes Avelino – Teresina/PI, década de 1950.



Fonte: IBGE,1959.

Bauer; Freitas; Pisaneschi (2020) apontam, que as fotografias são concebidas como documento-monumento, trazendo informações do passado e apresentando o aspecto técnico-formal no seu contexto de produção. Ou seja, deve-se levar em consideração sua subjetividade e objetividade.

Já Kossoy (2012) considera, a fotografia resquício do passado, uma fração da realidade que retrata informações em torno de determinado espaço/temporalidade. Enquanto fontes, “[...]são possibilidades de investigação e descoberta que prometem frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise [...] da realidade que os originou.” (KOSSOY, 2012, p.48).

Assim, os vultuosos edifícios ou os prédios mais simples, representados na figura 3, mesmo construídos em períodos diferentes, traziam representações de progresso e modernização. A partir da estadualização do ensino ginasial alguns dos prédios escolares passaram a ser gestados pelo poder do Estado. As edificações influenciaram também na composição urbanística dos municípios piauienses e como afirma Souza (2008), são esses espaços que vão proporcionar a milhares de jovens e adolescentes rumo a uma cultura universal, pois eram neles que “[...] aprendia a escrever e falar bem, a valorizar os bons autores da literatura, especialmente a nacional e amar e exaltar a pátria (SOUZA, 2008, p.187). A confirmação desse processo de transformações, pelo qual passava a sociedade piauiense, no período de 1940 a 1960, constituía-se em virtude das escolas ginasiais que se faziam necessárias e, por isso, vários municípios do Piauí clamavam por mais instituições escolares com esse nível de ensino.

Portanto, as escolas ginasiais surgem como uma forma da população piauiense ampliar sua escolarização. No entanto, em muitos municípios do Estado, esse tipo de instituição demorou muito a ser implantada. Assim, em alguns locais do Estado surgem as Escolas Normais Regionais que ofertavam o Ensino Normal de 1º ciclo, com a finalidade de formar professores regentes de Ensino Primário. Nesses lugares, elas foram implantadas em substituição às escolas ginasiais, contribuindo para o crescimento educacional da população desses municípios e localidades próximas a eles.

4 DA CAPITAL AO INTERIOR: A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL NO PIAUÍ DE 1940 A 1960.

Entre as décadas de 1940 e 1960, fortalece no país a ideia da preparação de um corpo docente que pudesse atuar nas escolas primárias rurais do Estado. Essa proposta ocorre, tendo como principal elemento, a contenção da população do campo vinculada a política de ampliação do Ensino Primário para zona rural, com iniciativa do governo federal e posteriormente, aplicada pelo governo estadual e municipal.

Segundo os políticos e os intelectuais, esse nível de ensino estava “nas mãos” de professores leigos e tinha como consequência o abandono dos bancos escolares, fazendo-se necessário a institucionalização da formação docente em locais apropriados para preparação dos professores que iriam atuar na zona rural.

As primeiras instituições relacionadas a esse nível de ensino que se têm informação, foram implantadas no Estado de Minas Gerais, nos anos finais da década de 1920 e no início dos anos de 1930, quando foi criada no Ceará, a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. Posteriormente, foram criados outros estabelecimentos de Ensino Normal Rural (ENR), em regiões como o Nordeste. Essa temática ganha maior evidência ao ser debatida no VIII Congresso Brasileiro de Educação realizado no ano de 1942, em Goiânia.

Desse modo, é necessário identificar a forma como as Escolas Normais foram se instituindo na capital do Piauí - Teresina - e como ocorreu a expansão das ENR pelos municípios do Estado, compreendendo que esses estabelecimentos de ensino tiveram uma enorme importância no processo de modernização e desenvolvimento, contexto, no qual o Brasil estava inserido e o Piauí tentava se inserir para acompanhar o crescimento do país.

Neste capítulo, refletiu-se também em relação ao local de atuação dos professores formados pelas instituições, em especial, pelas Escolas Normais Regionais, sendo que as legislações e os editais de concurso, do período de 1940 a 1960, já legislavam que para atuarem nas escolas isoladas – que se localizavam em sua maioria na zona rural – os professores regentes de Ensino Primário deveriam ser formados pelas Escolas Normais Regionais.

4.1 O Ensino Normal e as Escolas Normais no Piauí: o avanço pelo interior do Estado de 1940 a 1960.

Entre os anos de 1940 e 1960, continuava presente nos discursos entre os intelectuais e políticos do Brasil, os debates acerca da formação de professores para escolas primárias, percebendo-se a necessidade de se pensar a criação de espaços que proporcionariam a formação de um corpo de professores com elevado conhecimento.

O Piauí, em relação ao Ensino Normal e, por conseguinte, a escola normal, teve três tentativas de implantação dessas escolas, sendo a primeira - a Escola Normal do Piauí - em 1866, funcionando somente um ano, pois foi extinta em 1867. Além dessa tentativa inicial, o Estado passou por mais duas tentativas de criação de Escolas Normais, uma no ano de 1871 e outra, em 1882. Para Ferro (1996),

O ensino normal também passou por sucessivas extinções. Foi extinto em 1867, pela Lei Provincial nº 599 de 9 de outubro de 1867. Outra Lei Provincial, a de nº 753 de 29 de agosto de 1871, cria um curso normal de três anos anexos ao Liceu, que tem vida efêmera e é extinto pela Lei Provincial nº 858 de 11 de junho de 1874. Com a denominação de Escola Normal é novamente recriada pela Lei nº 1.062 de 11 de junho de 1882, com o curso de dois anos de duração [...]. Esta escola foi extinta através da Lei nº 1.197 de 10 de outubro de 1888 (FERRO, 1996, p. 71).

Em relação a isso, Lopes (2001) problematiza que, tanto no Piauí como no restante do país, a Escola Normal nasce da carência de professores formados para o novo projeto de escolas primárias. Nesse período, o professor, nos discursos governamentais, eram os responsáveis pelo fracasso da educação pública piauiense. Para vencer esse quadro foi necessário o Estado se inserir no discurso modernizador, presente principalmente na educação.

O que se observou nas leituras referentes ao Ensino Normal e a implantação deste, foi que, ele e conseqüentemente, a Escola Normal no Piauí, durante muito tempo, não foi tomada como uma reforma iminente que deveria se fazer. Apesar da urgência presente nos discursos da sociedade piauiense, Lopes (2001), aponta que

a Escola Normal, apesar de ter-lhe sido atribuída uma importante função regeneradora do professorado e da educação escolar pública, não era incluída no critério de “despesas imprescindível de manifesta e palpitante utilidade”, posto pelo governo para definir seus gastos sem, em suas palavras, o “inconveniente de sobrecarregar o orçamento” (LOPES, 2001, p.21).

O grupo de intelectuais acreditava que, diante desse quadro inicial de implantação do Ensino Normal, aos poucos o ensino piauiense iria sair do cenário crítico, no qual se encontrava naquele momento. Os professores formados nessas instituições, conhecidos como professores

normalistas ou professores diplomados, passariam a ser vistos como agentes transformadores dessa realidade.

Contudo, indaga-se se ter professores diplomados seriam suficientes para modificar o contexto educacional piauiense? Nas falas governamentais sempre foi delegado a essa parcela da população, a responsabilidade de crescimento do ensino elementar e, conseqüentemente, a economia e política.

Sendo assim, tanto o processo de implantação como o de interiorização do Ensino Normal no Piauí tiveram iniciativa de particulares, tendo como base a modernização do Estado, o que influenciava nos municípios. Dessa forma, com a criação e implantação da Escola Normal Oficial do Piauí – mais precisamente em 1910 – até o final da década de 1930, tivemos a criação de mais três escolas, sendo uma em Parnaíba, outra na cidade de Floriano e outra, em Teresina.

Tabela 13 - Instituições de Ensino Normal no Piauí até a década de 1930

Escola	Ano de Surgimento	Município	Instituição mantenedora
Normal Oficial do Piauí	1910	Teresina	Estadual
Escola Normal de Parnaíba	1927	Parnaíba	Particular
Escola Normal Municipal de Floriano	1929	Floriano	Municipal
Escola Normal Sagrado Coração de Jesus	1931	Teresina	Particular

Fonte: Brito (1996) e Martins (2016).

A Escola Normal de Parnaíba, como ressalta Lopes (2001), nasce da mesma forma que a Escola Normal Oficial de Teresina, por meio de um movimento, denominado pelo autor de “pró-criação”, caracterizado como fruto de uma ação de um grupo vinculado à elite político-econômica de Parnaíba. Como em Teresina, essas escolas nasceram paralelamente ao aumento dos grupos escolares.

O grupo da elite intelectual⁴³, que participou desse movimento, já administrava a Sociedade Ginásio Parnaibano e logo após o movimento, passou a manter o Ginásio Parnaibano e a Escola Normal deste município. Como foi observado, em algumas cidades estas escolas não

⁴³ Fazia parte desse grupo que fundaram e administraram a Sociedade Ginásio de Parnaíba: João Maria Marques Bastos; Mirocles Campos Veras; Josias Benedicto de Moraes; José Pires de Lima Rebelo; José Narciso da Rocha Filho e Septimus Clack. Para maiores esclarecimentos ver: Lopes (2001, p.83).

foram criadas em edifícios próprios. Elas ocuparam espaços, muitas vezes, particulares ou públicos, com a ideia de que em breve o governo tomaria para si a responsabilidade pela escola. Para Rodrigues (2013),

Inicialmente, funcionou no prédio do grupo Escolar Miranda Osório[...], construído em 1925, objetivando qualificar os professores das séries iniciais, motivados pelo crescente número de escolas, abertas no final da década de 1920 e início da década de 1930. Essa escola formou, sua primeira turma de normalista no ano de 1932 (RODRIGUES, 2013, p.58).

Os professores formados na primeira turma da Escola Normal de Parnaíba logo foram absorvidos pelo mercado de trabalho, que tinha urgência dessa mão de obra, com o intuito de demonstrar a modernização do Ensino Normal em Parnaíba. Essa necessidade por professores diplomados se deu em razão da implantação dos grupos escolares. No caso de Parnaíba, estava relacionado a criação e fundação do Grupo Escolar Miranda Osório, que exigia um quadro de professores normalistas.

Assim, como já ressaltado no Capítulo 2, o Ensino Normal no Piauí, tinha quatro Escolas Normais mantidas pelo poder estadual, municipal e particular, porém todas elas tiveram sua criação a partir de iniciativas de grupos particulares (intelectuais) e de políticos locais. Foi somente após essa fase, que o governo estadual chamou para si a responsabilidade sobre esse nível de ensino.

Como resalta Lopes (2001), apesar de Floriano⁴⁴ pertencer a uma região onde estivesse localizado o maior número de escolas, nas quais atuavam professores sem formação, foi somente com a implantação do Ensino Normal em Parnaíba, que o município de Floriano despertou para criação de uma escola desse nível de ensino.

Observou-se, que a criação da instituição, como em outros municípios, foi efetivada pelas forças políticas municipais e de particulares que tomaram para si essa preocupação e implantaram a Escola Normal Municipal de Floriano. Conforme o autor, a ação do governo de empreender normalistas pelo interior do Estado fracassou e só a interiorização desse nível de ensino seria a solução para esse problema.

Assim, a Escola Normal Municipal de Floriano foi criada em 1929. Mesmo período, em que foi criado o Liceu Municipal de Floriano. De acordo com o governo João de Deus Leal em

⁴⁴ Floriano fica localizado no centro-sul do Piauí e na década de 1930, era a terceira maior cidade em termos de desenvolvimento, sendo um importante centro comercial. Sua economia naquele período era baseada, como em Parnaíba, na exportação do extrativismo, por isso a sua estreita relação com este município.

sua mensagem “[...] essa contribuição da Escola de Floriano, em pessoal, só se aproveitará no futuro. Demorará 4 anos pelo menos” (PIAUY, 1930, p. 22).

Enquanto isso, neste município, como em outros ao seu redor, os professores continuavam sendo nomeados, mesmo que temporariamente, sem nenhuma prova de habilitação, o que possibilitou a presença de docentes sem uma formação específica, isto é, sem o diploma de Ensino Normal no interior do Estado. Apesar dessas permanências, a Escola Normal figurará em Floriano como um acréscimo ao advento da modernização e sua criação esteve ligada diretamente, como as outras, ao “fenômeno” da criação dos grupos escolares (LOPES, 2001).

Esse processo de emergência do Ensino Normal no Piauí se consolida com o surgimento, não no interior, mas na capital, do Ensino Normal Confessional ofertado pela Escola Normal Sagrado Coração de Jesus⁴⁵. A instituição foi criada na década de 1930 e equiparada em 1931, a Escola Normal Oficial do Piauí. Nas mensagens e relatórios dos governadores ficaram evidentes as manifestações e a satisfação com a interiorização do Ensino Normal, mesmo que a iniciativa fosse sempre de grupos particulares.

[...] bem como assim o caloroso aplauso do meu governo, como intérprete da san opinião pública do Estado, aos brilhantes e ardorosos creadores do ensino secundário e normal de Parnaubyba e aos seus entusiastas imitadores de Floriano, pela obra fecunda que estão realizando (PIAUY, 1930, p.35).

No entanto, apesar de ele não arcar com a implantação do Ensino Normal nos municípios do Piauí e na capital, o governo estadual incentivava, como mostra o trecho da mensagem acima, e auxiliava na manutenção dessas instituições, seja com o empréstimo de alguns de seus espaços públicos, seja por meio de subvenções. Como se observa a seguir na (Figura 5), a qual apresenta os valores enviados pelo governo de Leônidas Melo para essas escolas de formações, no ano de 1938.

Figura 5 - Subvenções para manutenção do Ensino Normal em Parnaíba e Floriano

6—Ao Ginasio Parna bano e à Escola Normal de Parnaíba — 8:000\$000.
12—À Es:c'la Normal de Floriano — 9:000\$000.

Fonte: Piauí (1942, p.59).

⁴⁵ Para melhor compreensão sobre a implantação do Ensino Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, ler Lopes (2001, p.92).

Entre o ano de 1935 a 1941, o governo do Estado do Piauí investiu com subvenções nas escolas normais instaladas nos municípios de Floriano e Parnaíba, como foi possível identificar no Diário Oficial do Estado de 1942. O governo Leônidas Melo, em mensagem referente ao “Septenário do Governo do estado do Piauí”, especificamente, no trecho que trata sobre o Departamento de Ensino, detalha as subvenções concedidas às Escolas Normais e a outras escolas. Assim, para as Escolas Normais de Floriano e Parnaíba, o governo destina nesses anos 40:000\$000 (quarenta mil mil-reis), como forma de ajudar os municípios a manterem o Ensino Normal nesses locais.

No Ensino Normal do Piauí, em 1935, identificou-se 434 alunos matriculados, chegando no ano de 1939, a quantidade de 533 discentes matriculados nas instituições de Ensino Normal. Um aumento de quase cem alunos a mais que no primeiro ano. Em relação à década de 1940, notou-se que a ampliação no número de matrículas foi irrisória para os três primeiros anos.

Tabela 14 - Matrícula do Ensino Normal de 1940 a 1942

Ano	Discriminação
	Matrícula do Ensino Normal
1940	526
1941	549
1942	573
Total	1.648

Fonte: Piauí (1942).

Na década de 1940, segundo o Recenseamento Geral do Brasil, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴⁶, o Piauí contava 128.413 habitantes que sabiam ler e escrever. Dentre esses, na faixa etária de 10 a 19 anos, 21.110 eram mulheres, representando uma parcela considerável da população com escolarização, na qual provavelmente estavam inclusos os 1.648 discentes, que foram matriculados nesses três anos no Ensino Normal.

Tendo em vista a ampliação e consolidação das primeiras Escolas Normais, pode-se inferir que ano após ano foi aumentando o número de matrículas do Ensino Normal. Isso deve-se ao fato de que, naquele momento, o nível de ensino estava se consolidando tanto na capital

⁴⁶ BRASIL. (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil de 1940: Sinopse do Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

como nos municípios do Estado. Assim, entre os anos de 1940 e 1942, temos uma diferença de somente 47 alunos matriculados. Nas mensagens governamentais desses períodos, percebeu-se que a maioria das escolas se situavam na capital, pois nela encontram-se duas das quatro escolas existentes no Piauí, nas primeiras décadas de 1940.

Em Teresina no ano de 1940, das 526, 410 estavam matriculadas nas escolas de formação de professores primários desta cidade, sendo as outras 116 localizadas nas instituições de formação de professores primários de Floriano e Parnaíba. Dessa forma, não representava um número significativo como esperava os intelectuais e políticos participantes do movimento pró-interiorização do Ensino Normal. Todavia, Silva (2007) aponta em seus estudos, que esse crescimento na matrícula – mesmo que de forma mínima – do curso normal representa,

[...] a ampliação dos anos de estudos das mulheres piauienses integrantes das classes mais abastadas, além de indicar que estas mulheres estavam buscando uma formação profissional específica – formação como professoras normalistas ou primárias – o que denota que estas mulheres começam, ainda que timidamente, a romper com os padrões sociais tradicionais[...] (SILVA, 2007, p.76).

A presença feminina nos bancos escolares dos Cursos Normais robustecia os números e asseguravam às mulheres desempenhar funções profissionalizantes e remuneradas, que colaboraram com seu sustento enquanto professoras do ensino primário.

As Escolas Normais eram muitas vezes consideradas como locais inerentes a formação institucionalizada dos professores e estes ao ingressarem na vida profissional – via escola – perpassaram por um processo de socialização, que redefine o conhecimento recebido durante todo seu processo de escolarização ou no curso de formação docente (LOPES, 2011, p.60). Inserido nesse quadro, após a metade da década de 1940, o Ensino Normal avança com a implantação de mais uma escola com esse nível de educação.

Segundo Silva (2007), no ano de 1947, foi implantado em Parnaíba o curso normal na Escola Normal Nossa Senhora das Graças, com 16 alunas matriculadas, sendo considerado mais um avanço na interiorização das Escolas Normais nos municípios do Piauí. A autora assinala que nos documentos das instituições confessionais, as matrículas, no que diz respeito a Teresina e a Parnaíba giravam em torno de 30 alunas, em Teresina e 40 alunas, em Parnaíba.

Vale salientar, que apesar de se considerar um progresso para a educação piauiense a criação de mais uma instituição de ensino normal em Parnaíba, isso não representou a ampliação do processo de interiorização desse nível de ensino, devido já se encontrar instalada nesse município, uma outra escola com esse nível de ensino. Em Parnaíba, uma Escola Normal

era mantida pelo município e a outra mantida por uma entidade particular. Contudo, todas duas recebiam subvenções do governo do Estado para contribuir na sua manutenção.

Outro ponto observado no decorrer da análise das fontes, foi que logo após a implantação dessa escola, nesse mesmo ano, os cursos de formação de professores primários, que, anteriormente, tinham duração de cinco anos passaram a ter duração de três anos, passando a funcionar com apenas três séries nesse nível de ensino.

Conforme Silva, “Inicialmente o curso era ministrado em cinco anos, depois de 1947 passa a ter o seu currículo integralizado num período de três anos” (2007, p.78). Em relação ao Ensino Normal, as mensagens governamentais de que se teve acesso, referentes à década de 1940, em nada acrescentaram sobre o mesmo, trazendo apenas informações nos anos finais desta década sobre a criação de um Ginásio anexo à Escola Normal Oficial como recomendava também a orientação nacional.

Quando se iniciou as análises das mensagens dos governadores do Piauí da década de 1950, verificou-se que acerca do Ensino Normal, os governantes registravam apenas a quantidade de matrículas por série ou falavam sobre a situação da escola.

A Escola Normal Antonino Freire manteve certa regularidade de funcionamento, não obstante a escassez de material. A feição disciplinar que lhe imprimiu a Diretoria constitui talvez, a característica mais relevante do passado ano letivo (PIAUI, 1951, p.s/n).

O governo Pedro de Almendra Freitas, mesmo relatando a funcionalidade constante da escola, deixa claro que ela passava por insuficiência de material e isso era um obstáculo para o processo de ensino nessa instituição. Ele ressalta, como outros governantes anteriores também, que o Departamento de Educação não pode imprimir maiores esforços em relação a sua pasta.

Isso ocorreu devido a carência de recursos próprios para que se desse continuidade a melhoria e aperfeiçoamento do sistema educacional piauiense, justificada pelos governadores com a crise financeira pela qual o Piauí vivia. Contudo, o governo Pedro Freitas frisa que a Escola Normal Oficial teve 144 alunas matriculadas e destas, 43 professoras foram destinadas para o mercado de trabalho, contribuindo para o magistério primário piauiense.

Com isso, esta instituição atraía atenção não só das famílias de Teresina, mas também das residentes de outros municípios, que neste período não tinham Escolas Normais. Segundo a Sinopse Estatística do Ensino Médio de 1954⁴⁷, o Piauí nesse período possuía 53 municípios.

⁴⁷ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de estatística da educação e cultura. **Sinopse estatística do ensino médio 1954**. Rio de Janeiro, 1954. Levantamento de dados estatísticos do ensino secundário do Estado

Destes, somente em três existiam Escolas Normais, o que obrigava as mulheres que podiam, ou seja, as que tinham condições financeiras e as mulheres que as famílias permitiam deslocarem-se para outros municípios, onde estavam localizadas essas escolas para darem continuidade aos seus estudos.

Nessa mesma década, no ano de 1953, nesse nível de ensino, o Piauí teve 18 discentes formadas pela escola estadual, 44 alunas formadas pela instituição municipal e 22 estudantes formadas pelas escolas particulares, totalizando assim 84 formandas, quase a metade de pessoas formadas do ano de 1951, conforme informado anteriormente.

Corroborando com essa afirmativa de que ocorria um descolamento de uma parcela de alunas para capital, os dados da Sinopse Estatística de 1954, assinala que das 368 matrículas, 203 estão na capital e 165 no interior, distribuídas pelas redes estadual, municipal e particular (BRASIL, 1954). No documento “Oportunidades de formação do magistério primário: Piauí”⁴⁸, entre os anos de 1956 e 1957, percebeu-se como se apresentou as matrículas nesse nível de ensino.

Quadro 3 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino normal, segundo os ciclos didáticos do PI, entre 1956 e 1957.

Nível de estudo	Unidades Escolares		Capital			Interior					Conclusão 1955-1956		
	Cap.	Int.	1º Série	2º Série	3º Série	1º Série	2º Série	3º Série	4º Série	5º Série	Cap.	Int.	
Ensino Normal público													
2º ciclo	1956	1		29	44	29						21	
	1957	1		25	43	30						29	
Ensino Normal particular													
2º ciclo	1956	1	2	70	36	17	35	30	24			15	19
	1957	1	2	63	62	21	37	28	31			22	31

Fonte: INEP, 1959, p. 14.

A análise do quadro 3 mostrou que na capital do Estado, até o ano de 1959, havia uma escola da rede estadual e uma da rede particular, totalizando no ano de 1956, 102 matrículas na

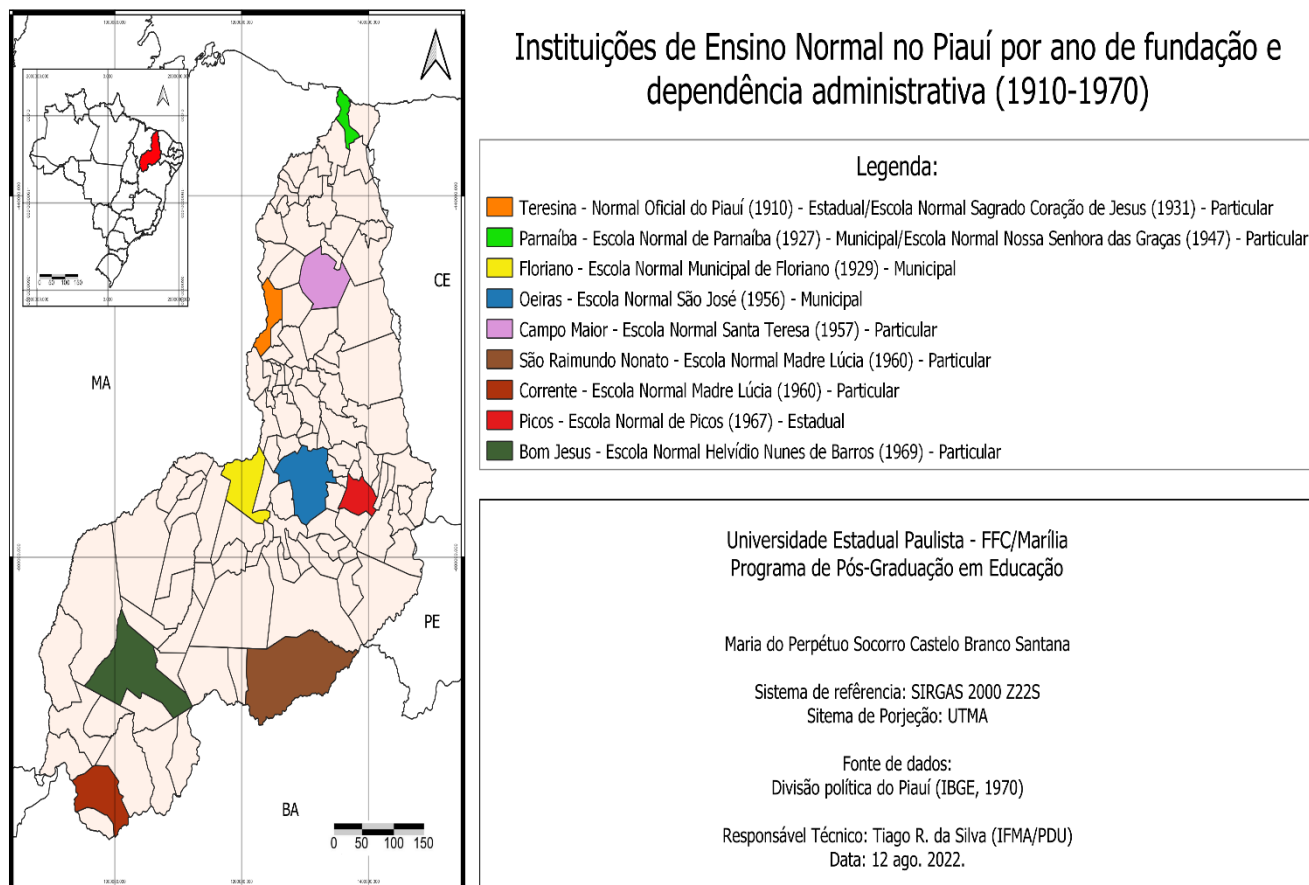
de São Paulo à professora Rosa Fátima de Souza Chaloba, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Melo” – Unesp, campus de Marília, realizado por Tiago Rodrigues da Silva.

⁴⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Oportunidades de formação do magistério primário: Piauí**. Rio de Janeiro, 1959. Levantamento como anterior realizado e organizado por Tiago Rodrigues da Silva.

rede pública e 98 matrículas, em 1957. Percebe-se, em relação aos anos anteriores, que ocorreu um decréscimo, no que diz respeito aos alunos matriculados no Ensino Normal.

Constatou-se também, que naquele período, as matrículas se concentravam na rede particular da capital, tendo principalmente no último ano, uma diferença considerável em relação à rede pública. Foi nesse contexto, que o Ensino Normal se consolidou no Piauí e que, entre as décadas de 1950 a 1960, vão surgindo outras escolas.

Mapa 3⁴⁹ - Escolas Normais do Piauí



Fonte: Levantamento realizado pela pesquisadora em monografias, dissertações e tese sobre o Ensino Normal no Piauí

A partir da segunda metade da década de 1950, são implantadas no Piauí seis Escolas Normais, sendo que a maioria – mais precisamente quatro – era da rede particular, totalizando no território piauiense onze instituições de Ensino Normal. Além disso, verificou-se que as escolas criadas a partir deste momento vieram consolidar a interiorização do Ensino Normal no Estado, tendo em vista que todas foram criadas em diferentes municípios do Piauí.

Nesse sentido, na cartografia dos estudos sobre esse nível de ensino e, conseqüentemente, sobre as Escolas Normais no Piauí, observou-se que, em especial, as das redes privadas pertenciam à Igreja. E as Escolas Normais Municipais como era o caso da instituição de Ensino Normal de Oeiras era coordenada pela Igreja, como evidência Rita de

⁴⁹ ARAÚJO,2022; CAMELO, 2016; CAMPOS,1982; CARDOSO,2003; COSTA,2020; FRANCO,2013; LOPES,1997; LOPES,2001; PINHEIRO,2007; MARTINS,2016; RODRIGUES,2013; SILVA,2007; SOARES,2004;

Cássia Campos em seu artigo sobre a Escola Normal São José⁵⁰ “Começou a escola sob os auspícios da Prefeitura e da Diocese de Oeiras, com muitas dificuldades” (CAMPOS, 1982, p.71).

A Escola Normal de Oeiras foi implantada no dia 06 de março de 1956, porém somente em 21 de agosto de 1956, pela Lei Municipal nº 275, ela foi oficialmente criada. No governo de Chagas Rodrigues, em 1962, esse estabelecimento de Ensino Normal foi estadualizado, período em que alguns ginásios e Escolas Normais estavam passando por esse processo.

Esta instituição usou como sede o espaço do Ginásio Municipal Oeirense, motivado pela “Oportunidade de formação do Magistério Primário” de 1959, conforme trecho do documento que trata sobre o Ensino Normal municipal. A escola recebeu várias denominações: Escola Normal de Oeiras, Escola Normal São José – dado pelas Feiras – Escola Normal Oficial e por último, pela Lei 3.164 de 24 de outubro de 1972, Escola Normal Presidente Castelo Branco. Do período de 1956 a 1970 esteve à frente da escola, no tocante à administração e funcionamento, freiras e padres, o que leva a concluir que mesmo no ensino público havia interferência do privado – no caso a Igreja Católica – como foi o caso dessa escola.

Percebeu-se, que o Ensino Normal do Piauí, em sua maioria, foi criado e mantido por instituições privadas, uma estratégia dos governantes de apoiarem e incentivarem a criação dessas escolas como uma forma de ofertar esse nível de ensino para a população e ao mesmo tempo solucionar ou amenizar um problema educacional que afligia os municípios do Piauí: a falta de professores primários diplomados.

Com base na análise do mapa 3 e comparação de dados coletados nos estudos relacionados à temática, identificou-se algumas inconsistências, que levaram a pensar sobre os dados do Ensino Normal no Piauí, presentes na “Sinopse Estatística do ensino médio de 1959”. Até o dia 1º de janeiro de 1959 aparece, nesse documento, que no Estado existiam sete municípios com estabelecimentos de Ensino Normal. No entanto, ao longo da leitura e análise dos demais documentos coletados, constatou-se apenas cinco municípios que tinham estabelecimentos de Ensino Normal funcionando.

Analisando esse mesmo tipo de fonte, porém de 1964/1963⁵¹, em relação ao Ensino Normal até 1964, o Estado possuía onze escolas com esse nível de ensino e seis

⁵⁰ Sobre essa instituição de ensino não foram encontrados trabalhos em repositório de tese, dissertações e anais de evento, que tratassem sobre sua história, desse modo, os dados apresentados nesta tese foram coletados em menções que foram feitas a ela em tese e na Revista do Instituto Histórico de Oeiras de 1982.

⁵¹Esses anos se referem a Sinopse Estatística do Ensino Médio que recebe essa nomenclatura: BRASIL.Ministério da Educação e Cultural. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. **Sinopse estatística do ensino médio 1964/1963**. Rio de Janeiro, 1964

estabelecimentos, ofertando somente o Ensino Normal⁵². Entretanto, de acordo com o mapa 3, verificou-se, que até 1964 haviam sido implantadas no Piauí oito escolas de Ensino Normal, ofertando somente o curso de formação de professores primários e não seis escolas, como aponta o documento.

Desse modo, as informações extraídas da “Sinopse Estatística do ensino médio de 1964/1963” apresentou essa incongruência em relação aos estudos realizados sobre esse ensino no Estado, uma vez que ela aponta somente seis estabelecimentos com Ensino Normal, sendo provável que as outras escolas não tenham sido informadas ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Sendo assim, corroborando com Lopes (2001), ao analisar-se as fontes e a literatura sobre a temática, percebe-se que o Ensino Normal foi se consolidando, à medida que ocorria a expansão dos grupos escolares. Dessa forma, Escola Normal, grupo escolar e professores normalistas tornam-se pontos importantes para a sociedade piauiense que, após a década de 1930, passa a reivindicar melhorias no sistema educacional do Estado.

Os municípios, por outro lado, começam a se organizar na implantação desse nível de ensino, pois eles representavam também sinônimo de modernização, sendo implantado primeiramente nos municípios mais desenvolvidos ou com enorme possibilidade de crescimento, como Parnaíba, Floriano e Campo Maior.

Percebeu-se também, que o movimento em prol da implantação dessas escolas se dava sempre por um grupo de pessoas ligadas ao meio intelectual e político, ou seja, por uma elite privilegiada. Como a maioria das escolas eram particulares, elas eram frequentadas por essas pessoas. Mesmo nas instituições públicas de Ensino Normal era reduzida a parcela da população que tinha acesso a esse nível de ensino, sendo esse o motivo pelo qual, em alguns momentos, percebemos os baixos índices nas matrículas do Ensino Normal no Piauí.

Com isso, apesar de se ter percebido uma expansão do Ensino Normal, nas mensagens governamentais analisadas, constatou-se que era grande o número de professores leigos presentes no ensino piauiense, principalmente na zona rural onde as condições para exercício da docência eram muito precárias, motivo pelo qual muitos dos professores normalistas se recusavam a exercer sua profissão naqueles espaços, o que levava o Estado a traçar novas

⁵² Vale ressaltar que na Sinopse Estatística do Ensino Médio de 1964/1963 a fonte apresenta-se como Ensino Normal e Somente Ensino Normal o que nos leva a concluir que onde se tem Ensino Normal refere-se ao estabelecimento que oferta o Ginásio e o Ensino Normal. E onde se tem Somente Ensino Normal a escola oferta somente a formação para professor primário (Ensino Normal) conforme a exigência da legislação (Lei nº 8.530/46).

estratégias, como por exemplo, criar Escolas Normais Regionais. Estratégia esta, que será discutida no item a seguir.

4.2 As Escolas Normais Regionais no Piauí e a formação ofertada para os professores rurais

Segundo Brito e Werle (2006), na História da educação brasileira existem espaços de formação de professores, que apesar de relevantes na historiografia, ainda são poucos estudados, como as Escolas Normais Rurais/Regionais. Para as autoras, estas escolas juntamente com as instituições normais compõem um conjunto extenso e diferenciado, no que se refere à formação de professores no Brasil, em especial, no século XX. Na literatura que aborda esta temática, observou-se que quando se trata sobre formação de professores em um espaço formal, a mesma ficou relegada e não possuía uma política padronizada e sólida.

Isso possibilitou que essas escolas ficassem muitas vezes a cargo da iniciativa privada, devido ao longo período que o país ficou ausente “de uma legislação nacional para a educação escolar o que desencadeou uma diversidade de sistemas de ensino, que institucionalizou formas e espaços igualmente diversos de formação docente” (BEZERRA, 2015, p.114).

Nesse sentido, as Escolas Normais Rurais - instituições que em muitos estados, como Ceará, Paraíba e Pernambuco já estavam sendo implantadas desde a década de 1930 - tinham o objetivo evidente de “formar” as populações rurais e não apreender a formação da elite brasileira. Assim, no momento em que se pensa uma narrativa para estas escolas no Piauí, faz-se necessário definir o que se idealizava sobre rural e/ou regional no Estado e saber se as Escolas Normais Regionais tinham as mesmas finalidades das Escolas Normais Rurais.

Werle (2012) ressalta, que essas instituições foram pensadas no século XX, entre as décadas de 1930 a 1950, com a finalidade evidente de formar professores que fossem exercer sua profissão na maioria das vezes em escolas que teriam uma sala de aula, conseqüentemente somente um professor: as escolas isoladas. Essas escolas eram muitas vezes localizadas na zona rural dos municípios, onde atuavam os professores formados nas Escolas Normais Regionais.

No Piauí - como mostrado no Capítulo I - na década de 1930, a discussão sobre a formação de professores primários rurais se dava acerca da crise no Ensino Primário, vinculada a carência de professores diplomados e ao grande número de professores leigos nesse nível. Contudo, apesar de perceberem esses problemas educacionais, nada sobre eles foi mencionado

no Estado. Nenhuma providência foi tomada, sendo justificadas pelos governantes com a crise financeira que assolava o estado.

A partir de 1946, a LOEN, ao tempo que adotou para Ensino Normal dois ciclos de ensino, instituiu uma nova nomenclatura para as escolas de formação de professores, que no primeiro ciclo passaram a ser chamadas de Escolas Normais Regionais, por isso, muitas vezes na literatura existe uma confusão em relação às Escolas Normais Rurais. No mesmo período, o Estado distribuiu auxílios a dezesseis estados e quatro territórios para construção de 51 prédios de ENR, totalizando 120 milhões de cruzeiros.

O Piauí recebeu verba para construção de três dessas escolas como já trabalhado anteriormente, no entanto, apesar de não terem funcionado como Escolas Normais Rurais funcionaram, a partir daquele momento, com a nomenclatura de Escola Normais Regionais. Conforme a Lei nº 8.530/46, parágrafo 1 do Capítulo I, no rural e/ou regional “O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas de produção e ao da organização do trabalho da região” (BRASIL, 1946).

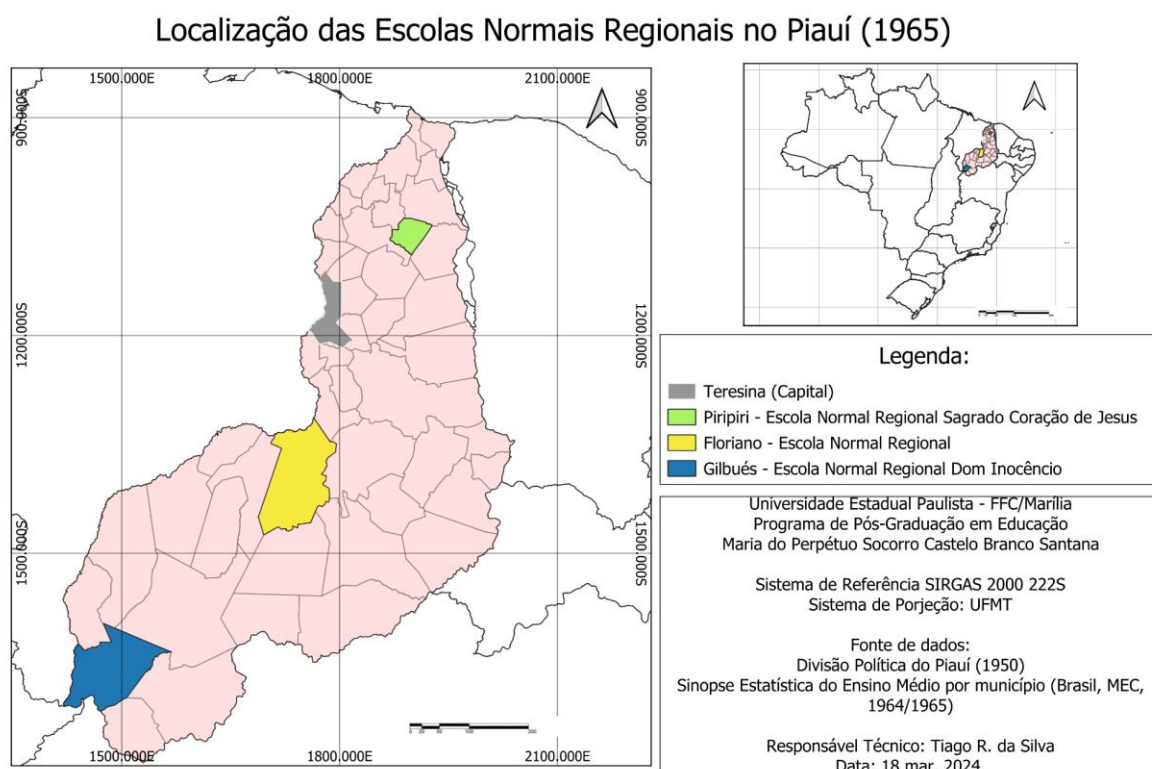
Sendo assim, as escolas aqui implantadas deveriam seguir essa normativa, sendo importante definir o que se pensava sobre um ensino regional neste período. Para Mendonça “A regionalização do ensino, preceito de ordem metodológica e social, é para ambos, criança e povo, condição indispensável da própria compreensão, pois o povo e a criança, para abrangerem a realidade, precisam recebê-la através da região” (1968, p.15). Por isso, torna-se importante refletir o que seria o regional no Piauí. Esse Estado teve duas zonas econômicas e sociais: o sertão e a beira-rio. Pensar então, o ensino para esses espaços era pensar dentro de suas especificidades, ou seja, o ensino deve se diversificar conforme o lugar, no caso, o Sertão piauiense (PIAÚÍ, 1942).

Assim, conceber o ensino no sentido regional para o Piauí, foi pensar o ensino para o homem sertanejo, segundo Benedito Martins no texto “O Piauí e o Nordeste”, “Essas diretivas e tendências poderão resumir-se na instituição e equipamento de um tipo de escola, e na execução de uma prática de ensino em relação imediatamente coaduna a terra, ao homem e ao regime habitual da atividade (PIAÚÍ, 1942, p.39), ou seja, deveriam desenvolver competências necessárias para um maior aproveitamento social e individual.

Desse modo, em relação às Escolas Normais Regionais no Piauí foram identificadas três instituições desse tipo normatizada pelo Decreto- Lei 8.530/46, o qual no Estado foi adaptado por meio do Decreto-Lei Estadual 1.402 de 1946. As Escolas Normais Regionais vieram para

amenizar a situação do professorado não diplomado, que como aponta Lourenço Filho (2001), constituía-se no Brasil, um número bastante acentuado. Estas escolas foram implantadas uma em Floriano, onde existia uma instituição de Ensino Normal (2º ciclo), outra, na cidade de Piri-piri e a última, em Gilbués.

Mapa 04 - Escola Normais Regionais do Piauí



Fonte: Brasil, 1965.

Entre o ano de 1947 a 1959, as Escolas Normais Regionais foram criadas e implantadas e como se observa no mapa 4, uma localizava-se no Norte do Estado - Piri-piri - próxima a zona litorânea, também conhecida como região dos cocais na zona fisiográfica do agreste, que foi contemplada com a construção de 32 prédios de escolas primárias rurais. A outra instituição de Ensino Normal Regional ficava localizada na região centro-sul do Estado, mais precisamente na região do médio Parnaíba e teve nesse mesmo período, a construção de 25 prédios de instituições de Ensino primário rural. A terceira e última escola, encontrava-se no sul do Piauí na zona fisiográfica do Planalto, a qual teve 14 prédios escolares primários construídos na zona rural⁵³.

⁵³ Para melhor compreensão sobre a construção dos prédios escolares primários na zona rural e sua quantidade por zona fisiográfica, ver SANTANA (2011, p.82).

Nesse sentido, como as Escolas Normais vieram para formar professores primários com o devido preparo para atuarem na zona rural, pode-se supor o porquê de as Escolas Normais terem sido implantadas nesses locais. Florianópolis, apesar de estar na zona fisiográfica do médio Parnaíba, fica perto da zona fisiográfica que recebeu maior quantidade de edifícios escolares rurais, sendo assim a demanda de professores para essa zona seria bem maior, significando que esse espaço necessitaria de um número bem maior de professores primários.

Da mesma forma aconteceu em Piripiri, que situada na zona fisiográfica do sertão, recebeu o segundo maior número de prédios escolares rurais, concluindo assim que a construção e implantação das Escolas Normais Regionais nos locais estabelecidos vieram para contribuir e formar professores diplomados que atuassem nesses locais. Vale salientar, que essas Escolas Normais recebiam na sua comunidade escolar pessoas vindas de outros estados, como Maranhão, Ceará e Bahia, pois o Piauí faz fronteiras com os respectivos estados e as escolas ficavam localizadas nos municípios próximos a essas fronteiras.

Outro ponto de destaque é que durante a investigação dessas escolas foi possível observar que em Piripiri e Gilbués não existia instituição com nível de escolarização mais elevado, isto é, nesses municípios existiam somente as escolas primárias. Quando a população terminava este nível de ensino, tinham que ir para outro local para dar continuidade ao processo de escolarização, sendo isso, muitas vezes difícil para alguns, principalmente para as mulheres, como se evidencia na fala de uma das alunas entrevistadas ao relatar sobre seu processo de escolarização,

Era a única opção que nós tínhamos em Gilbués né? Era a única **ou fazia o normal regional** ou saía de lá e naquela época era muito jovem e os pais não permitiam que as mulheres saíssem para estudar né? Para estudar, porque os meus irmãos saíram foram para Corrente, meus dois irmãos, mas a gente era mulher, você sabe naquela época a condição da mulher era bem submissa né? principalmente aos pais né? aí eu fiz o normal regional, mas era uma coisa que eu gostava de fazer sabe [...] (LOUZEIRO, 2021).

Conforme a fala da entrevistada, essas escolas funcionavam nos municípios, durante alguns anos, como as únicas instituições com nível maior de escolarização – isto é, o Ensino Secundário. Sendo assim, muito dos discentes ingressavam nas Escolas Normais Regionais do Piauí por falta de opção de um Ensino Secundário a nível ginásial, seja ele estadual, municipal ou particular, o que talvez possa explicar a presença dos discentes do sexo masculino nessas

escolas, como é o caso da Escola Normal Regional de Gilbués, uma vez que era única opção que eles tinham para dar continuidade a seus estudos.

Quando as alunas entrevistadas foram questionadas sobre o porquê de terem escolhido estudar nas Escolas Normais Regionais, evidenciou-se em suas narrativas, ser esta a única alternativa para alcançarem um maior nível de escolarização. No caso da Escola Normal Regional de Floriano, a aluna escolheu a instituição porque ofertava um ensino gratuito.

É porque aquela escola era uma escola pública, é do Estado, e só tinha naquela época o ginásio Santa Teresinha que era de pagamento, do doutor Sobral, e o Primeiro de Maio já existia também, mas aí era pago, pago viu, aí eu não tinha condição financeira para estudar pagando sabe[...] (AQUINO, 2022).

Estudar nessas instituições era considerado um privilégio, pois a maioria das Escolas Secundárias de 1º ciclo (curso ginásial), quando implantadas nas cidades, eram particulares, o que tornava um obstáculo o acesso a elas. Além disso, mesmo nas instituições da rede estadual ou municipal, uma boa parte da população ficava fora dos bancos escolares desse nível de ensino, devido à realização do exame de admissão para ingressarem nos ginásios ou nas Escolas Normais Regionais do Piauí, como salienta a participante da pesquisa em sua fala quando relata sobre seu ingresso na escola,

Normal Regional, quando eu terminei o primário em Jerumenha, fui estudar em Floriano, nessa escola, eu fiz o teste, passei em segundo lugar no teste, porque era como se fosse um vestibular assim, é... [...], mas o nome é exame de admissão, eu fiz, na Escola Normal Regional de Floriano, [...] (AQUINO, 2022).

Portanto, para ampliar sua escolarização, a população mais carente do Brasil passava por diversos processos de seleção, que iam desde questões sobre valores morais e financeiros até os educacionais, uma vez que para ingressar no Ensino Secundário (1º ciclo) eram necessários como pré-requisitos, o Ensino Primário e o exame de admissão. Contudo, como esse nível de ensino passava por diversos problemas nos municípios, uma grande parte da população ficava impossibilitada de cursar o nível ginásial mesmo nas escolas públicas, pois a maioria ficava reprovada nesse exame.

4.2.1 A Escola Normal Regional de Floriano: o “nascimento” do ensino regional no Piauí

Floriano, situada na região do centro-sul piauiense, está localizada a 240 km de Teresina que é a capital do Estado. Até a metade do século XX - em 1950 - este município possuía uma população de 33.786 habitantes, sendo 16.138 do sexo masculino e 17.648 do sexo feminino. Dessa parcela da população florianense, 73% localizavam-se na zona rural. Comparado com a porcentagem que o Piauí possuía na zona rural que era de 83,6%, Floriano mostrava-se menos rural que o Estado em sua totalidade. Sendo assim, dos 49 municípios existentes nesse período no Estado, somente seis possuíam uma população superior a de Floriano. Além disso, a cidade de Floriano na década de 1950 foi a terceira mais populosa do Piauí (IBGE, 1959).

Em relação à economia, Floriano tinha como base a pecuária e a exportação de produtos extrativistas, como por exemplo a cera de carnaúba, coco babaçu e borracha de maniçoba. No que diz respeito à lavoura, o município naquele período, não produzia o suficiente para o consumo de sua população, recorrendo aos estados vizinhos, principalmente ao Maranhão, para se abastecer.

Nessa mesma década, o município de Floriano era considerado o mais importante centro comercial da região do Médio Parnaíba, isso devido sua eminente posição geográfica. O município comandava todo movimento do Vale do Parnaíba do sudeste do Maranhão até o sudoeste do Piauí (IBGE, 1959). Segundo Lopes (2001, p.89), essa condição fazia com que Floriano tivesse estreito relacionamento comercial com Parnaíba, o que desencadeou a mobilização em torno da implantação de seu Liceu e de sua Escola Normal”.

Floriano deu seu passo inicial na expansão do setor educacional, com a criação do Liceu e da Escola Normal Municipal no ano de 1929, pela Lei Municipal nº 125/29, sendo estes os primeiros estabelecimentos de Ensino Secundário no município. Conforme Demes (2002, p.511), “Anexo ao Liceu e a ele subordinado administrativamente, funcionava um Curso Normal para moças que além das disciplinas básicas ministrava Trabalhos Manuais, Desenhos e Música a cargo, respectivamente, das professoras Quinó Gomes, Hercília Camarço e Maria Oliveira (Oeiras)”.

O Liceu, de acordo com as fontes analisadas como a revista zodíaco e o histórico da Escola Lindolfo Uchôa, funcionou durante pouco tempo. Segundo Demes (2002), o motivo do fechamento dessa instituição foi a ausência de gabinete de Física, Química e História Naturaes, fazendo com que o Liceu encerrasse suas atividades e a Escola Normal se desvinculasse deste.

A instituição de Ensino Normal de Floriano foi equiparada a Escola Normal Oficial do Estado em 1931 e funcionava no mesmo prédio que o Liceu até o ano de 1946, pois a partir do Decreto – Lei nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947 que “Dispõe sobre a adaptação do sistema de

ensino normal do Estado” (DIÁRIO OFICIAL, 1947), passou a funcionar como Escola Normal Regional de Floriano.

Essa escola, como normatizava a Lei do Ensino Normal, passou a formar os regentes de Ensino Primário que deveriam atuar prioritariamente nas escolas primárias rurais. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959, pode-se identificar um dos prédios que funcionou a ENR de Floriano como se observa na figura abaixo:

Figura 6 - Escola Normal Regional de Floriano



Fonte: IBGE, 1959

Apesar da fotografia estar um pouco desfocada, percebe-se que o prédio era majestoso para o contexto daquele período, representando a modernização da cidade e do ensino em Floriano. Nesse sentido, como assinala a participante da pesquisa que estudou neste estabelecimento de ensino, muitas pessoas escolhiam essa instituição por ser uma escola pública, porém buscavam estudar nela pelo status que esta instituição de Ensino Normal tinha naquele período.

A referida instituição foi mantida durante seu funcionamento pelo município, recebendo subvenção do Estado, como mostrou o Art. 1º do Decreto – Lei nº 1.044 de 1945, no qual “Eleva para Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros), a partir de janeiro de 1946, a subvenção anual concedida pelo Estado à Escola Normal Municipal de Floriano” (PIAÚÍ, 1945, p.5). Nesse contexto, apesar de ser um estabelecimento de ensino municipal durante sua primeira fase - funcionando como uma escola de Ensino Normal - na sua segunda fase, recebe ajuda financeira do Estado para a sua manutenção.

Isso também foi observado na Lei nº 333 de 12 de novembro de 1955, na qual o prefeito de Floriano “Orça a receita e fixa a despesa no município de Floriano, para o exercício de 1956”. Assim, no referido ano para instrução, mas especificamente, para a ENR de Floriano, de acordo com a (figura 7), se tem a seguinte previsão orçamentária:

Figura 7 - Previsão Orçamentária para Escola Normal Regional de Floriano de 1956

Educação Pública		
Verba nº 8		
8.33	Instrução	
8.30.0	Pessoal Fixo	
	Director do Curso Normal Re- gional de Floriano gratifica- ção anual	9.600,00
	Secretario vencimento anual	9.600,00
	4 Inspectores de alunos. venei- mento anual R\$ 6.000,00 ca- da uma	24.000,00
	Porteiro. vencimento anual	5.400,00
	Professorado do Curso Normal Regional de Floriano	81.000,00

Fonte: Livro de Leis Orçamentárias da Câmara Municipal de Floriano de 1955.

Percebeu-se, pela lei orçamentária, que a maior receita em relação a ENR de Floriano, refere-se ao professorado, tendo em vista que para o ano de 1956, o município gastou 81.000,00 (oitenta e um mil cruzeiros). Além das despesas expostas na (figura 7), a prefeitura municipal de Floriano ainda tinha despesa com fiscalização do curso Normal Regional – 10.000,00 (dez mil cruzeiros) – e com aluguel do prédio que a escola ocupava, pois, a mesma até o presente ano ainda não tinha sua sede própria, tendo na sua receita uma previsão de gasto em torno de 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Ainda em relação ao aluguel, no qual funcionava a escola podemos aferir que nesse mesmo ano o prefeito municipal de Floriano, Sebastião Martins de Araújo Costa, sanciona e promulga o aumento do aluguel por meio da Lei municipal nº 362 de 21 de março de 1956, como assina o Art. 1º da Lei citada acima, que diz:

Art.1º Fica o Dr. Prefeito Municipal de Floriano autorizado a elevar para 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros), a partir de janeiro do corrente ano, o aluguel do prédio onde funciona o Curso Normal Regional de Floriano (CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANO, 1956).

Dessa forma, do período que se iniciou seu funcionamento como Escola Normal em 1929 e, posteriormente, a partir de 1947, como Escola Normal Regional, essa instituição de ensino funcionava em um prédio alugado pelo município, prática comum naquele período no Estado. Entretanto, Lopes (1997) aponta no início do ano de 1950 que houve a iniciativa para construção de uma sede própria, porém a escola foi terminada somente em 1960 e inaugurada em novembro de 1961.

Figura 8 - Registro fotográfico da inauguração do prédio da Escola Normal Regional de Floriano



Fonte: Lopes (1997, p. 36).

Nesse registro, encontram-se pessoas importantes tanto para o cenário político como para a sociedade piauiense no geral, como por exemplo o governador Chagas Rodrigues, o Pe. Pedro, Francisco Antão (os dois últimos, da esquerda para direita), que fizeram parte desse momento da memória da história do ensino do município. A escola foi construída numa área bem ampla, de acordo com o registro de imóvel, retirado no cartório Carvalho em Floriano, a área tinha 10.800 m² (dez mil e oitocentos metros quadrados).

Figura 9 - Unidade Escolar Lindolfo Uchôa (antiga Escola Normal Regional de Floriano)



Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Observou-se nas análises, o fato de que o prédio anterior já representava uma instituição imponente para o município, a sede própria da ENR de Floriano acaba por simbolizar nesse período a modernização e o progresso do Ensino Normal no Piauí. Durante as pesquisas, foi possível ter acesso a um documento que se refere à Lei nº 21 de 08 de maio de 1967, na qual a prefeitura de Floriano autoriza a doação do prédio com sua área e o terreno ao Governo do Estado do Piauí, no qual funcionava a Escola Normal.

Percebe-se, que a Escola Normal Regional de Floriano funcionou como tal até o ano de 1965, pois no histórico escolar da Unidade Escolar Mons. Lindolfo Uchôa, no dia 16 de fevereiro de 1966, esta escola foi transformada em Ginásio Pedagógico de Floriano e posteriormente, após a doação do prédio e do terreno da instituição por meio da Lei 2.878 de 17 de junho de 1968, foi incorporada à rede estadual. Considerando-se desde a data de mudança desta escola para o estabelecimento do Ensino Normal Regional até a sua estadualização como Ginásio pedagógico, têm-se 21 anos de história na formação de professores primários regentes de ensino. Segundo Camelo (2016), essa escola era,

[...] primordial, pois se apresenta como uma escola que delimita a educação na cidade. E esta delimitação não é só histórica mais também geográfica, pois seu alcance se estende para as cidades próximas (Picos e Amarante) e para as distantes (Corrente), bem como para o estado vizinho. Deste modo, a escola se incorpora à identidade da cidade, que passa a ser difundida como um polo educacional, reverberando numa autoimagem positiva para o seu povo (CAMELO, 2016, 38).

No trabalho da autora foi identificada a placa de formatura com os concludentes do ano de 1954 do Curso Normal Regional, porém como a digitalização da imagem não está clara não foi possível uma melhor visualização e identificação dos alunos. Entretanto, nos livros biográficos, teve-se acesso a nomes de professores que atuaram na Escola Normal Regional de Floriano como também de alunos que frequentaram essa instituição.

Outra fonte, na qual se pode identificar professores e que corroborou com os livros biográficos, foi um livro de Portaria da Escola Normal Regional, o qual nomeava os professores para ministrarem aulas nessa instituição. Dessa forma, foi possível verificar quais os professores que passaram por essa escola e as disciplinas que eles ensinavam como: Noções de Fisiologia e anatomia; Ciências Naturais; Noção de Higiene; Matemática; Português; Desenho; História do Brasil e História Geral; Canto Orfeônico e Trabalho manuais⁵⁴.

⁵⁴ Em anexo segue um quadro com o número da Portaria, o nome do professor, a disciplina que foram nomeados e o ano. Os dados utilizados para composição desse quadro foram retirados do Livro de Portarias da Escola Normal

Portanto, apesar de não ter sido possível o acesso aos documentos escolares, constatou-se, diante do levantamento feito sobre o funcionamento da Escola Normal Regional de Floriano, que essa instituição durante duas décadas formou regentes de ensino primário que contribuíram tanto para o processo de escolarização do Ensino Primário do município como para o de municípios circunvizinhos e de outros estados.

4.2.2 Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus” e a expansão do Ensino Normal de 1º ciclo

O município de Piripiri fica localizado a 168 km de distância da capital, na zona fisiográfica do agreste, conhecida também como região dos cocais. Na década de 1950, o referido município contava com uma população que somava cerca de 23.701 habitantes, destes 12.019 homens e 11.682 mulheres. Cerca de 82% da população do município residia na zona rural, sendo que 9.973 eram homens e 9.371 eram mulheres. Além disso, Piripiri era o 14º município mais populoso do Piauí.

Sua economia nesse período girava em torno da agricultura, pecuária e produção extrativista de vegetais, como a cera de carnaúba, indústria de transformação e o comércio. A agricultura teve como produtos básicos, o milho e o arroz. Ressalta-se que o excedente dessa produção ia para as cidades de Parnaíba, Pedro II e Fortaleza. Em relação ao comércio, no qual prevaleciam os estabelecimentos atacadistas e varejistas, Piripiri mantinha relações comerciais com Teresina, Parnaíba, Batalha, Pedro II, Fortaleza, Sobral (CE) e Recife (PE), encaminhando-se para ser um importante centro comercial dessa região (IBGE, 1959).

Na educação, ainda na década de 1930, Piripiri mostrou seus primeiros passos em relação a ampliação de sua escolarização, com a criação e implantação de um Grupo Escolar. Para Alves, Santana e Silva (2014), a partir de

[...] 1934 é que veio a ser inaugurado em Piripiri o primeiro grupo escolar. Este, em homenagem ao desbravador da educação da cidade, na época conhecida como Perypery, recebeu o nome de Padre Freitas. No ano de 1942, presenciou-se nesta cidade, a inauguração do segundo grupo escolar, pelo Decreto – Lei N° 501, em 10 de março de 1942, [...] (SANTANA; SILVA, 2014, p.1060).

Regional de Floriano, nomeado pela pesquisadora dessa forma devido não possuir identificação, uma vez que ele não tinha capa e já estava sofrendo por um processo de deterioramento.

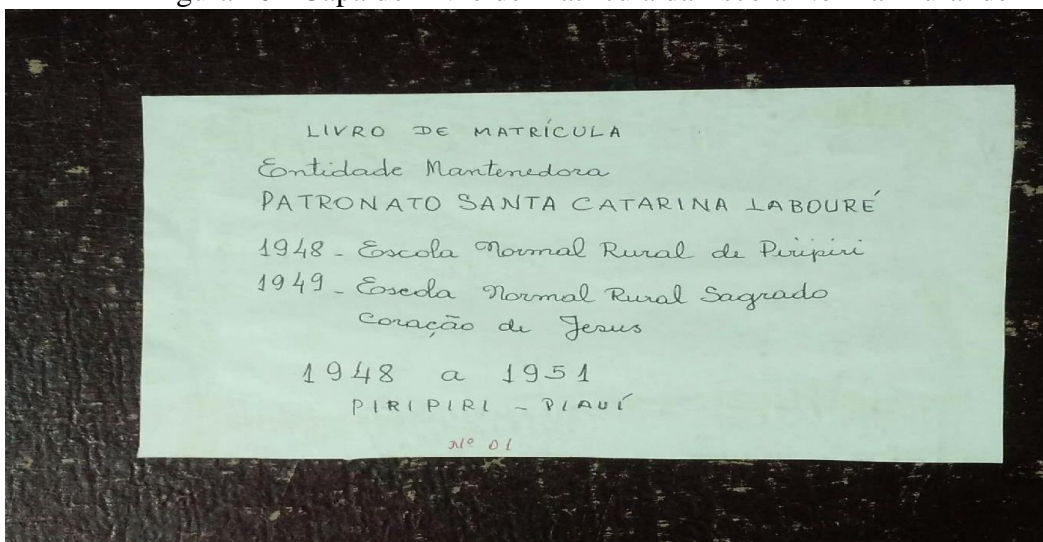
A chegada desses grupos escolares primários trouxe mudanças e cobranças para a educação, desde a sua arquitetura e materiais didáticos até a organização pedagógica, que exigia uma maior qualificação das pessoas que fossem atuar nessas escolas. No período em que foi inaugurado o segundo grupo escolar, chega à cidade o Pe. Raul Formiga, considerado uma pessoa de comportamento dinâmico e empreendedor, incentivando e investindo muito na educação local.

Andrade (2013) afirma, que o padre teve diversas ações na área educacional, como a criação de um curso para população feminina, a criação da Escola Paroquial Primária e além disso, trouxe várias professoras diplomadas do Ceará para atuarem na educação de Piripiri. O Pe. Raul Formiga, utilizando-se de sua influência, trouxe para o município as irmãs de Caridade: Eulália Alves Timbó (Irmã Timbó), Mariana Albuquerque Mendes (Irmã Ângela) e a Irmã Helena Silva.

As irmãs chegaram no município no ano de 1947 e vieram com a finalidade administrar a Escola Normal Rural de Piripiri, prevista para ser construída no município. Contudo, como relatou a historiadora e memorialista Cléa Rezende de Melo, a chegada das freiras não ocorreu juntamente ao funcionamento da escola, todavia, o Padre Raul conseguiu a permanência das freiras na cidade, que foram trabalhar na Escola Paroquial Primária que já funcionava desde 1942 (ANDRADE, 2013).

O que se percebeu no momento da investigação e no cotejamento das fontes da ENR de Piripiri foi que os documentos escolares encontrados como livros de matrículas e notas finais do período, referentes ao estabelecimento com a nomenclatura de Escola Normal Rural de Piripiri, dizem respeito à uma escola primária.

Figura 10 - Capa do Livro de Matrícula da Escola Normal Rural de Piripiri



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 11 - Terceira folha do livro de matrícula da ENR de Piripiri

Matrícula da Escola Normal Rural de Piripiri

Número de Alunos	NOME	Idade	Filiação	Residência	Naturalidade	Data da matrícula atual			Data da primeira matrícula na Escola			Classe	Série
						Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano		
1	Luiza Olimaria Teles	11/10	Coração de Jesus Teles	Rua Santos Sacramento	Brasileira	16	2	1948				2º Anos	
2	Luiza Luísa Teles	11/10	Coração de Jesus Teles	Rua Santos Sacramento	Brasileira	16	2	1948				2º Anos	
3	Luiza Luiza de Sacramento	11/10	José de Santos Sacramento	Rua Sebastião Tapas	Brasileira	16	2	1948				2º Anos	
4	Luiza Lúcia Mendes	11/10	Benedito César Mendes	Rua Santos Sacramento	Brasileira	16	2	1948				2º Anos	
5	Almaida Cláudia Trana	11/10	Francisco de Trana	Av. Santa Cruz, São João	Brasileira	16	2	1948				2º Anos	
6	Luiza Luísa Oliveira Trana	11/10	Francisco de Trana	Av. Santa Cruz, São João	Brasileira	16	2	1948				2º Anos	
7	Luiza Lúcia Trana	11/10	Francisco de Trana	Av. Santa Cruz, São João	Brasileira	16	2	1948				2º Anos	

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Os dados contidos nas folhas do referido livro de matrícula, como a data de nascimento, a série, na qual o aluno era matriculado como 1º ano A, B ou C e os relatos dos entrevistados deixam transparecer que a escola administrada pelas Irmãs, primeiramente, foi a Escola Paroquial Primária, que no início funcionou na casa paroquial e posteriormente, nas casas residenciais do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

A repartição também abrigou o Patronato Santa Catarina Labouré que teve sua fundação em 11 de fevereiro de 1948 e conforme Andrade (2013, p.75), foi denominado com esse nome em homenagem à Vidente Medalha Milagrosa. Às Irmãs de Caridade da Província Brasileira das Filhas de São Vicente de Paulo, com sede em Fortaleza/ CE, coube a responsabilidade da administração do Patronato.

Esse patronato teve seu estatuto publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, em 04 de abril de 1950 e deveria manter o Dispensário Virgem Poderosa que prestava auxílio aos pobres dos municípios; a Associação Luísa Marilac, que proporcionou amparo aos idosos abandonados; a Escola Noturna Aderson Alves Ferreira, que tinha o objetivo de ofertar educação aos adultos que trabalhavam durante o dia e a Escola Normal, que nesse período já deveria ser a regional.

No livro Ata de fechamento das escolas mantidas por esse Patronato, escrito em 2003, ficou registrado como fato histórico dessa instituição, o ano de 1950, quando o prefeito de Piripiri determinou por meio do Decreto Municipal nº. 17, que o Patronato Santa Catarina Labouré e o Dispensário Virgem Poderosa passassem a ser considerados de utilidade pública, sendo este fato muito importante.

Nesse mesmo documento – o livro ata de fechamento das escolas – ficou anotado que no ano de 1951, foi criada a Escola Normal Rural Sagrado Coração de Jesus, o que levou a acreditar que essa escola era de nível primário, pois no ano seguinte, em 1952, o governador Pedro de Almendra Freitas dar o mandato de ensino a ENR de Piripiri, como observou-se no Diário Oficial do Estado de 1952 que traz,

DECRETO Nº 79, DE 14 DE JULHO DE 1952

Outorga mandato de ensino ao Curso Normal Regional de Piripiri

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ:

No uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 33 do decreto-lei nº 1.402 de 27/1/1947

DECRETA:

Art. 1º - O Poder Executivo outorga mandato para **ministrar o ensino normal do primeiro ciclo**, ao curso particular, que as Irmãs da Congregação de São Vicente de Paulo mantêm na cidade de Piripiri.

Parágrafo único – O citado estabelecimento de ensino denominar-se-á Escola Normal Regional.

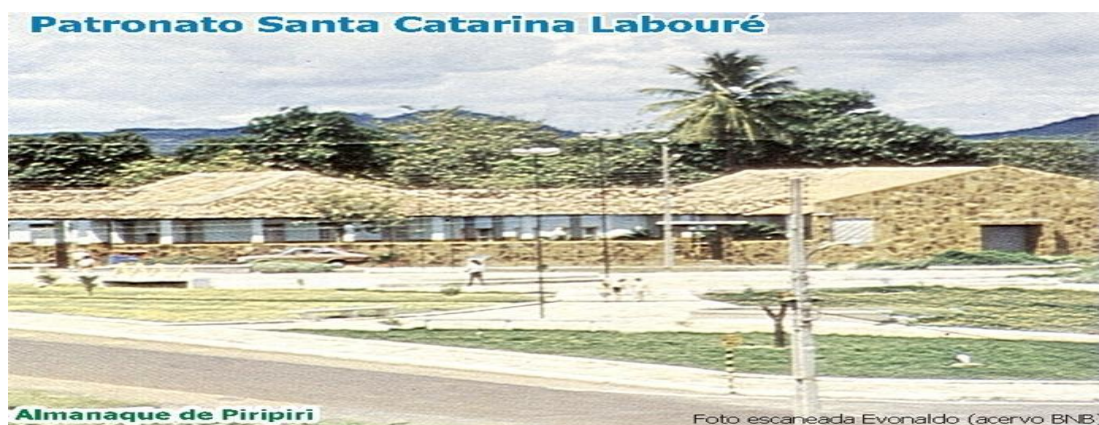
Art 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.
Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 14 de julho de 1952; 64º da República.

PEDRO DE ALMENDRA FREITAS
Jacob Manoel Gayoso e Almendra (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ, 1952, p.2). (*grifo nosso*)

Com esse Decreto, percebeu-se que o Governo do Estado somente outorgava o direito das escolas particulares funcionarem. Vale salientar, que até o presente ano havia em Piripiri somente escolas primárias estaduais e municipais e a Escola Normal Regional Sagrado Coração, considerada a primeira Escola Secundária de curso ginásial no município. Assim, em setembro de 1952, o Governador Pedro Freitas, por meio do Decreto Nº.82 de 18 de setembro de 1952, passa a denominar a instituição de Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus”, o estabelecimento de ensino gerido pelas Irmãs de São Vicente de Paulo, no município de Piripiri, com funcionamento na antiga sede do DNOCS.

Figura 12 - Sede da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Andrade (2013).

Como percebeu-se, a sede ENR “Sagrado Coração de Jesus”, não foi um prédio construído, ele foi apenas adaptado para funcionar como escola. Era uma área bastante extensa que abrigava várias salas de aula, capela e no fundo, uma horta e um pomar.

tinha horta com verduras para fazer a merenda das crianças, tinha muita fruta, caju, goiaba, seriguela, que faziam merenda para os meninos todos. [...] no tempo que eu estudava já existia muita fruta, toda fruta que você imaginar. Era um sítio lá [...]. No tempo faziam roça, plantavam até milho. Mandavam plantar, milho, feijão, tinha tudo isso plantado no quintal (MELO, 2021).

Na fala da aluna entrevistada e por meio da figura 12, a extensa área que ocupava o prédio da escola possibilitou tanto a manutenção da roça, da horta e do pomar como também de uma residência para as freiras e para as internas da instituição, além da escola primária, que as Escolas Normais Regionais deveriam manter para prática do ensino. Para Melo,

O curso do Colégio das Irmãs chamava-se Normal Regional, correspondente ao ginásio e mais as disciplinas do Normal. A implantação supria a falta de professores, em algumas regiões mais pobres. Curso bem estruturado, com disciplinas ministradas por professores competentes e considerado difícil por várias alunas (2006, p.95).

Desse modo, na década de 1950, o município contava com 37 escolas primárias, constituindo-se 16 estaduais, 18 municipais e 3 particulares. Um quadro bem representativo, demonstrando que tanto o município como as cidades circunvizinhas necessitavam de professores diplomados devido, naquele momento, ao Estado ter em seu corpo docente muitos professores leigos. Nesse sentido, a escola formou de 1952 a 1965, onze turmas de professores regentes de ensino primário, que prioritariamente deveriam atuar nas escolas primárias rurais do Piauí. A tabela 15, evidenciou o número de discentes que frequentaram a referida instituição nos seus 13 anos de funcionamento.

Tabela 15 - Matrícula da ENR Sagrado Coração de Jesus de 1952 a 1959⁵⁵

Ano/ Matrícula	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	Total
Matrículas	18	27	28	29	35	37	48	51	273

Fonte: Livro de matrícula nº 1 da Escola Normal Regional Sagrada Coração de Jesus de 1952 a 1965.

Esse contexto permite compreender que a Escola Normal Regional de Piripiri iniciou seu funcionamento com um número baixo de matrícula, uma vez que no município não se tinha escola com um nível maior de escolarização. Entretanto, no final da década de 1950, percebeu-se que a escola atingiu mais da metade da matrícula inicial, o que leva a concluir que a população que anteriormente buscava essa escolarização em outras cidades como Teresina, Piracuruca, Parnaíba e Fortaleza, pois estas cidades tinham o ensino ginásial, passou a cursar esse nível de ensino em Piripiri.

⁵⁵ Segue em anexo quadro com total de matrícula de 1952 a 1965 por série.

Assim, na década de 1960 a 1965, o número de matrículas continuou se ampliando, totalizando 273 alunos. Apesar da ampliação de matrículas na instituição nota-se, no livro de matrícula, que nos anos de 1962 a 1963 ocorre um decréscimo nesses valores, o que possibilita concluir que isso se deve a implantação do Ensino Secundário a nível ginásial em Piriipiri – o Ginásio José Narciso.

Outro fato que se pode cotejar nas fontes, considerando-se o apêndice C, foi que a quantidade de alunos que ingressou em uma determinada turma não era a mesma quantidade de alunos egressos ou formados, a exemplo da primeira turma de alunas da ENR, que se iniciou com 18 discentes matriculadas e terminou em 1955, com seis alunas formadas. Esse número era considerado muito baixo para atender as escolas primárias urbanas e rurais do município piriipiriense.

Além disso, pode-se inferir que isso pode estar relacionado ao pouco preparo do alunado no Ensino Primário, o que fazia com que esses alunos enfrentassem dificuldades no nível de escolarização seguinte, no caso, no 1º ciclo do Ensino Normal. Nesse contexto, as fotografias abaixo representam parte das alunas que se formaram nessa instituição sobre a orientação das Irmãs.

Figura 13 - Turmas de Alunas da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus década de 1950/1960



Fonte: Andrade (2013).

Portanto, a Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus, além de significar para o município de Piriipiri a ampliação de seu processo de escolarização ao ofertar uma educação

maior que a primária, representou para o Piauí tanto a expansão e interiorização do Ensino Normal por meio das Escolas Normais Regionais como também a modernização do Estado e do município na política de desenvolvimento, presente nas falas dos governantes do Piauí.

4.2.3 Escola Normal Regional Dom Inocêncio: a terceira e última ENR do Piauí.

A cidade de Gilbués está situada a 979 km da capital do Piauí e localizada na região sul do Estado na zona fisiográfica do Planalto, próxima a zona fisiográfica do Alto Parnaíba e do Sertão, que receberam respectivamente 19 e 53 prédios escolares primários rurais entre os anos de 1946 e 1952. Na década de 1950, na qual a Escola Normal Rural de Gilbués foi implantada, o município tinha a população de 15.553 habitantes, destes 8.028 eram homens e 7.525 eram mulheres. Dessa população, 97,4% residiam no meio rural, superando a média do Estado que era de 83,6%. Outra porcentagem bastante alta deste município, diz respeito às pessoas com cinco anos de idade ou mais que não sabiam ler e escrever, correspondendo a 76% do total de 13.297, ou seja, 9.997 habitantes não sabiam ler e escrever e estes, em sua grande maioria, residiam na zona rural.

A economia de Gilbués caracterizou-se, na referida década, pela extração de minérios como diamante e carbonato. Assim, apesar da agricultura e da pecuária serem desenvolvidas minimamente, elas tiveram pouca influência no desenvolvimento econômico de Gilbués (IBGE, 1959). No que se refere à educação, Gilbués passava por uma enorme carência educacional, que ia da falta de prédios escolares à falta de professores com formação. Têm-se registros de sete escolas primárias, em meados da década de 1950. Com a ausência de escolas primárias e com a carência financeira sofrida pelo Estado, em muitos momentos, delega-se a implantação desse nível de ensino a terceiros, como por exemplo, à Igreja Católica.

A Igreja Católica, em diferentes municípios, preencheu a lacuna, em termos educacionais, ao criar escolas particulares, como foi o caso de Gilbués, que no ano de 1955, fundou o Educandário “São João Bosco”, inicialmente com 153 matrículas, distribuídas em três primeiras séries, duas segundas, uma terceira e uma quarta série. Outra ação da Igreja Católica neste município, na pessoa do Pe. Anchiêta, foi trazer professoras diplomadas para trabalharem nas escolas paroquiais de Gilbués, Corrente, Parnaguá e Avelino Lopes.

Com a chegada das professoras e a inauguração do educandário, as matrículas aumentaram e a Igreja Católica percebeu a necessidade de ampliar o nível escolar da população de Gilbués que concluía o Ensino Primário e não tinha como dar continuidade aos estudos em

outro local. Para manter os estabelecimentos de ensino, foi criado em 19 de março de 1959, a Obra Social do Sul Piauiense.

Esta fundação tinha por finalidade, segundo a Certidão emitida pelo Cartório João Crisóstomo, atender as necessidades do Sul do Estado, trabalhando pela solução dos problemas nas áreas religiosa, educacional, social, rural, sanitária, industrial, recreativa dentre outras questões próprias daquele momento. No mês seguinte, o prefeito municipal de Gilbués, por meio da Lei Municipal nº 2 no seu Art. 1º, reconhece a mencionada fundação como de utilidade pública e posteriormente, ela mantém o Educandário “São João Bosco” e a Escola Normal Regional de Gilbués.

Inserido nesse contexto, ainda no ano de 1959, o recém-chegado a Gilbués, Pe. Paulo Vieira Azevedo, em substituição ao Pe. Jesus, assume os trabalhos da Igreja Católica, dentre eles o de administração da escola paroquial primária neste município e a fundação da Escola Normal Regional, que recebeu o nome de “Dom Inocência”. Em relação aos trabalhos realizados pelo padre, a aluna entrevistada relatou que

[...] o Padre Paulo Vieira, como eu já falei, foi muito comprometido com a educação, quis transformar ne? então ele buscou professores em Teresina porque, porque ele queria fundar um Normal Regional em Gilbués, para ficar mais acessível o estudo para as pessoas (COSTA, 2021).

Nesse sentido, nas primeiras atividades dessa instituição de ensino, o Pe. Paulo trouxe de Teresina para Gilbués as professoras Nunes⁵⁶ e a Maria do Socorro de Almendra Freitas para lecionarem na Escola Normal Regional. Apesar dessa ENR de Gilbués, como aponta a aluna entrevistada, ser de grande relevância para o município, ela só formou duas turmas, sendo a primeira turma composta de dez discentes e a segunda formada por 16 alunos. Porém, por outro lado mostrou uma ampliação das matrículas com a oferta desse nível de escolarização no município.

A primeira turma da ENR de Gilbués foi formada no ano de 1962. A segunda turma, de acordo com relatório mimeografado deixado pela professora Genoveva Lustosa na Escola Divina Pastora, teve início no ano de 1960, contudo, não se formou em 1963, porque ficou parada por dois anos – 1963 e 1964. Nas fontes consultadas não foi possível identificar os motivos que levaram ao não funcionamento da escola por dois anos e o retorno de suas

⁵⁶ A professora Nunes foi assim chamada pela professora Genoveva Lustosa no registro mimeografado redigido por ela no qual relata o histórico da escola.

atividades, em 1965, que tinha a finalidade de conferir e diplomar os discentes da segunda e última turma da ENR. No retorno de suas atividades, essa turma funcionou paralelo ao Ginásio “Divina Pastora” que foi fundado nesse mesmo ano.

Vale salientar, que essa escola era mantida por uma entidade particular, porém também recebia auxílio e subvenções da União e do município. Da prefeitura municipal de Gilbués identificou-se nas Atas da Câmara Municipal de Vereadores, a aprovação da verba que se encontrava esgotada para o seguinte projeto:

Compra de uma casa, situada na rua da Igreja Matriz s/n no valor de CR\$ 800.000,00 destinada a ser da missão Católica desta cidade. O fim a que se destina a referida casa é de grande relevância. Será a habitação dos professores dos estabelecimentos de ensino “Divina Pastora” e “Escola Dom Inocência”. Ali também residirá o Fundador do Ginásio acima aludido, que tantos benefícios vem proporcionando a classe estudantil desta cidade e do interior do município [...] (GILBUÉS, 1964).

Dessa forma, podemos perceber que mesmo sem ter condições, ou seja, de responsabilizar-se em ofertar e manter esse nível de escolarização, o Estado se utilizava de estratégias para que fosse possível a permanência desse grau de ensino no município, uma vez que a continuação desse estabelecimento seria como enfatizava o presidente da câmara naquele período, Fabiano Corado, muito benéfico para toda a população da cidade de Gilbués e localidades vizinhas, como Monte Alegre que fazia parte deste município.

A União também fazia acordo com os municípios brasileiros para subvencionar o Ensino Normal, em especial, o Regional, por meio do Fundo Nacional de Ensino Médio com a finalidade possibilitar esse nível de escolarização e sanar a ausência de professores diplomados pelos interiores do Brasil. Assim, por meio do Pe. Paulo Vieira o município assina convênio com o INEP, como se percebe na figura abaixo:

Figura 14 - Ofício para informações ao INEP

Do Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Ao Diretor da Divisão de Orçamento do M.E.C.
Dr. Júlio Sampaui - Nesta

Senhor Diretor:

A Obra Social Sul Piauiense, para a Escola Normal localizada na cidade de Filhues Estado do Piauí, assinou Convênio Especial para a execução de obras e equipamento, com recursos do FUNDO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO referentes ao EXERCÍCIO DE 1960

Solicito de V. Sa as providências necessárias para que este Instituto seja informado ao pé deste:

- se o mencionado estabelecimento já recebeu auxílio por este Ministério
- em caso afirmativo, se apresentou prestação de contas.

Apresento a V. Sa. os protestos de elevada estima e consideração.

1 INEP, 22/17/61

16/ Anísio Spínola Teixeira
Diretor do INEP

Fonte: BRASIL. INEP, 1961.

O documento anterior é um ofício encaminhando de um setor para outro, com a finalidade de verificar se o estabelecimento tinha recebido auxílio e se este tinha prestado conta ao órgão, pois era pré-requisito ao firmar acordo com a instituição. Esses auxílios eram referentes aos exercícios de 1960 e 1961, nos valores CR\$ 100.000,00 e CR\$ 200.000,00, com a finalidade de realizar obras e adquirir equipamentos para a escola. Nesse processo, ainda se pode encontrar fotos que mostram a escola em construção como assinala a figura abaixo:

Figura 15 - Fotografia referente à construção da sede própria da ENR de Gilbués



Fonte: BRASIL. INEP, 1961.

Durante a investigação e coleta de dados no referido município, apresentou-se para algumas pessoas da comunidade a fonte acima. A reação de estranhamento perante a imagem revelou que os moradores não recordavam sobre a construção de uma sede própria para a escola, pois como declarou o Pe. Paulo Vieira, a ENR “Dom Inocêncio” poderia funcionar na sede da escola paroquial, enquanto fosse necessário.

Isso constitui um indício de que o edifício exposto na foto era a ENR, que sempre funcionou onde hoje está o Colégio Divina Pastora. Contudo, não se pode afirmar que o auxílio enviado pelo INEP não foi utilizado para construção do prédio escolar em Gilbués. O que se pode levantar foi que esse auxílio pode ter sido utilizado, aos moldes do município de Piripiri, para adaptação do prédio que foi cedido para seu funcionamento.

Na construção da historiografia das instituições de ensino regional pode-se perceber alguns pontos comuns entre elas. Primeiro, as ENR instaladas nos municípios representavam muitas vezes o maior nível de escolarização que tinha naquele local e nas regiões vizinhas.

Quando começaram a ser implantadas no Estado, no ano de 1947, quase não se tinham Escolas Secundárias com cursos ginasiais. Por isso, nos municípios que tinham essas escolas, elas cumpriam esse papel.

Outro ponto levantado na análise das fontes foi que as escolas só funcionaram até a metade da década de 1960. O terceiro ponto foi que o Ensino Normal Regional além de representar a ampliação da escolarização para juventude piauiense, principalmente a feminina, influenciou também no processo de interiorização do Ensino Normal, possibilitando a muitos discentes continuarem seus estudos cursando o 2º Ciclo ou o conhecido pedagógico.

Os Cursos Normais Regionais do Piauí seguiam a legislação nacional – o Decreto-Lei 8.530/46 – e as orientações estaduais pelo Decreto-Lei 1402/47, uma adaptação da nacional. Desse modo, as disciplinas não eram ofertadas aleatoriamente, pois seguiam um padrão ou um perfil de professor que o Estado ansiava para Escola Primária Rural. Nesse sentido, Goodson (1997) entende que o currículo escrito é quem define a padronização de recursos como financeiro, avaliativos, materiais e outros.

Segundo o autor, “[...] o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação” (GOODSON, 1997, p.20). Nesse sentido, nas pastas que contém os processos dos alunos se teve acesso a fichas, as quais tinham informações sobre as disciplinas ofertadas nas escolas, os históricos e algumas observações, como a relatada abaixo, que traz informações sobre o currículo oferecido nos primeiros anos da Escola Normal Regional de Piripiri.

A Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus de Piripiri-Piauí tinha a equivalência de Ginásio e Normal para formação de Regente do Ensino Primário. Por essa razão, o Currículo da referida escola apresenta as disciplinas do Curso Ginásial e as disciplinas específicas do Curso Normal Regional⁵⁷.

Corroborando com a observação na ficha da discente, no documento n. 52 publicado pelo INEP em 1950, o currículo encontra-se de acordo com as normas recomendadas pela Lei. Assim, é possível observar no quadro abaixo, que as três Escolas Normais Regionais do Piauí - Floriano, Piripiri e Gilbués - concentraram inicialmente as disciplinas de formação geral e no último ano, as disciplinas de formação específica.

⁵⁷ Trecho retirado de um Histórico Escolar da ENR “Sagrado Coração de Jesus”, do ano de 1953.

Quadro 4: Disciplinas ofertadas nas Escolas Normais Regionais do Piauí entre 1947 e 1959.

DISCIPLINA	SÉRIE	INSTITUIÇÕES		
		Escola Normal Regional de Floriano	Escola Normal Regional Sag. Coração de Jesus (Piripiri)	Escola Normal Regional Dom Inocência (Gilbués)
Português	1	X	X	X
	2	X	X	X
	3	X	X	X
	4	X	X	X
Matemática	1	X	X	X
	2	X	X	X
	3	X	X	X
	4	-	X	-
Geog. Geral	1	X	X	-
	2	-	X	-
	3	-	-	X
	4	-	-	-
Cien. Naturais	1	X	X	X
	2	X	X	X
	3	X	-	X
	4	-	-	-
Desenho e Caligrafia	1	X	X	-
	2	X	X	-
	3	-	-	-
	4	-	-	-
Canto Orfeônico	1	X	X	X
	2	X	X	X
	3	X	X	X
	4	X	X	X
Trab. Manuais e Econ. doméstica	1	X	X	X
	2	-	X	X
	3	-	X	X
	4	-	X	X
Educação Física	1	X	-	-
	2	X	-	-
	3	-	-	-
	4	-	-	-
Geog. do Brasil	1	-	-	X
	2	X	-	X
	3	-	X	-
	4	-	-	-
Trab. Manuais, Economia doméstica e ativ. Econômicas da Região	1	-	X	X
	2	X	X	X
	3	X	X	X
	4	-	X	X
História Geral	1	-	-	-
	2	-	-	-
	3	X	X	X
	4	-	-	-
Noções de Anatomia e fisiologia humana	1	-	-	-
	2	-	-	-
	3	X	X	X
	4	-	-	-

Desenho	1	-	-	X
	2	-	-	X
	3	X	X	X
	4	X	X	X
Educ. Física, Recreação e Jogos	1	-	-	-
	2	-	-	-
	3	X	X	-
	4	X	X	-
Noções de higiene	1	-	-	-
	2	-	-	-
	3	-	-	-
	4	X	X	X
Psicologia e Pedagogia	1	-	-	-
	2	-	-	-
	3	-	-	-
	4	X	X	X
Didática e Prática de Ensino	1	-	-	-
	2	-	-	-
	3	-	-	-
	4	X	X	X
História do Brasil	1	-	X	X
	2	-	X	X
	3	-	-	-
	4	X	-	-
Francês	1	-	X	-
	2	-	X	-
	3	-	X	-
	4	-	-	-
Inglês	1	-	-	-
	2	-	-	-
	3	-	X	-
	4	-	X	-

Fonte: Retirado dos Históricos escolares das alunas que frequentaram as Escolas Normais Regionais do Piauí de Floriano, Gilbués e Piripiri.

O quadro 4, dessa forma, oferece uma visão geral da grade curricular das três Escolas Normais Regionais do Piauí, direcionando-se a observação para as semelhanças e diferenças entre a formação ofertada por essas instituições e pelo Decreto-Lei nacional. É notório no quadro acima, a uniformidade das disciplinas curriculares e o ano em que eram ofertadas, como ressalta Faria (2017), identificar os campos de disputas, os conflitos e os arranjos disciplinares que se poderia conseguir com alguns fins.

Identificou-se, em conformidade com o Decreto-Lei, que as disciplinas de formação geral eram: português, matemática, ciências naturais, história e geografia. Todas presentes na grade curricular das instituições de ensino regional, que se justificava necessária para formar bem os docentes regentes do ensino primário, no tocante à língua nacional, aos números, à história e ao espaço geográfico do país. Eram contempladas nas quatro séries, mas apareciam principalmente nas três primeiras séries, com exceção das disciplinas de história e geografia,

que se dividem quanto a forma de apresentação na grade curricular. Assim, corroborando com esse pensamento, Castam; Mazur e Vieira (2020) salientam que,

Em ambos os ciclos, predominavam disciplinas de formação geral sobre as disciplinas de formação profissional, evidenciando uma ênfase na cultura geral em detrimento da formação técnico-profissional, apesar de se tratar de um curso de caráter terminal e profissionalizante, [...] (2020, p.5).

Em um segundo grupo, encontram-se as disciplinas de Desenho e caligrafia, Canto orfeônico, Trabalhos manuais e Economia doméstica, Educação física, Trabalhos manuais e atividade econômica da região e desenho. Para Chaloba (2022), atividades específicas ao meio rural ficaram limitadas à disciplina de Trabalhos Manuais e atividade econômica da região.

Estas eram ofertadas nas Escolas Normais Regionais do Piauí na segunda e terceira séries do curso Normal Regional. Contudo, na Escola Normal de Piripiri foi ofertada somente na terceira série e na Escola Normal Dom Inocêncio, em Gilbués, ela apresentou-se apenas com a nomenclatura de Trabalhos Manuais em todas as séries das duas turmas desse nível de ensino, ou seja, nos históricos dos alunos ela não tinha a designação de Trabalhos Manuais e Economia doméstica ou trabalhos manuais e atividade econômica da região.

Com isso, se essa seria a disciplina que auxiliaria na formação do docente para zona rural, a ausência dela ou a minimização de sua oferta poderia possibilitar a descaracterização da formação do professor especializado para o ensino rural, que dominasse os fundamentos técnicos da agricultura, da zootecnia e da educação sanitária. Em relação à disciplina de Desenho e caligrafia, observou-se que ela se apresentava nas duas primeiras séries, porém estava ausente na Escola de Gilbués.

Outro ponto que se notou nas instituições de Ensino Normal Regional de Piripiri e Gilbués, refere-se à falta da disciplina de Educação Física, tendo como consequência uma deficiência na formação dos professores regentes de ensino primário. Ante ao exposto, depreende-se que, mesmo seguindo o Decreto-Lei 8530/46, os Estados flexibilizaram a oferta das disciplinas em sua grade curricular.

O último grupo está relacionado às disciplinas de Desenho, Educação física, Recreação e jogos, Noções de higiene, Anatomia e fisiologia humana, Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino e denominado, em muitos trabalhos que abordam essa temática, como um grupo com disciplinas de formação específica, que são ofertadas sobretudo nas últimas séries.

O que chamou atenção quando se realizou as entrevistas foi que em relação a esse núcleo, as disciplinas eram pouco mencionadas, emergindo na memória dos entrevistados somente depois de certo tempo. Assim, as mais citadas eram as disciplinas de português, matemática, trabalhos manuais e canto orfeônico. Constatou-se, que no Piauí a escola municipal que oferecia esse nível de ensino seguia a recomendação da Lei, enquanto as duas escolas de cunho particular acataram na sua grade curricular o básico da Lei.

Nesse sentido, analisando o histórico das escolas – apresentado no quadro 4 – percebe-se as permanências e ausências de disciplinas no currículo dessas instituições de ensino e a fragilidade da formação do docente primário rural, pois como define Goodson (1997), o currículo como um artefato social, não é algo neutro sendo em muitos momentos área de disputa, segmentação e transformações de forma que para entender suas mudanças e constâncias devemos situá-lo no seu processo histórico e social.

Assim, nos históricos dos alunos da Escola Normal Regional de Floriano, cuja entidade mantenedora era o município, pode-se observar que a matéria constava nos históricos, porém, não se tem registro de uma nota como nas outras disciplinas, isso também ocorre no ano de 1947, em relação à disciplina de Anatomia e fisiologia humana.

Desse modo, não é possível afirmar se estas disciplinas eram oferecidas ou não na escola, pois foram poucos os históricos escolares dessa instituição, os quais esta pesquisadora teve acesso. Contudo, conforme o apêndice A do livro de Ata de Portaria, a partir do ano de 1947, encontrou-se registrado uma portaria com a contratação de professores de Ciências Naturais e Fisiologia humana, o que ocorreu também nas décadas de 1950 e 1960, configurando-se uma dicotomia entre as fontes.

Outra inconsistência encontrada no histórico escolar, refere-se a algumas disciplinas que apesar de estarem previstas na Lei foram ofertadas de forma diferenciada na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, como por exemplo, a disciplina de matemática, uma vez que deveria estar presente somente nas três primeiras séries, no entanto, nesta escola esteve presente em todas as séries dessa modalidade de ensino. Além dessa matéria, outras como geografia geral e história do Brasil que deveriam ser oferecidas apenas em uma série, estavam presentes nas duas primeiras séries.

Cabe frisar ainda, uma incongruência que diz respeito às disciplinas de línguas – Francês e Inglês – que foram ofertadas somente nessa Instituição de Ensino Normal Regional do Piauí, aproximando cada vez mais a formação do docente a uma formação geral, ou seja, do ensino secundário ginasial propedêutico. Nota-se, que nos históricos escolares das discentes dessa

instituição a disciplina de trabalhos manuais estava vinculada à economia doméstica e à atividade econômica da região.

A disciplina de educação física, recreação e jogos foi outra exceção notada durante a análise, uma vez que ela permaneceu dessa forma nas quatro séries desse nível de ensino, sendo que educação física, recreação e jogos apresentou-se com registro de nota somente no último ano.

Na Escola Normal Regional “Dom Inocência” foi perceptível a presença das disciplinas contempladas na Lei, entretanto, é notório algumas particularidades iguais a escola anterior, que apresentava matéria de matemática nas quatro séries desse ramo de ensino e a disciplina de geografia e história do Brasil nas duas primeiras séries. Uma diferença percebida foi em relação à disciplina de Noções de higiene, vinculada a Puericultura e ofertada para o alunado dessa instituição no último ano escolar.

A disciplina de desenho constituiu-se outra particularidade desta escola, pois ela se apresentava nas quatro séries, porém nas duas primeiras não se tinha vinculação com a disciplina de caligrafia. Em relação a esse último grupo, percebe-se que duas disciplinas que contemplavam a formação de professores regentes estavam relacionadas às matérias de Psicologia e Pedagogia e de Didática e Prática de Ensino, ofertadas nas três instituições no último ano de estudo.

Portanto, apesar das instituições de formação de regente de ensino primário no Piauí terem suas particularidades, nota-se que elas seguiram as orientações do Decreto-Lei nacional 8.530/46 sobre o Ensino Normal e do Decreto-Lei 1.402 de 1947, que dispõe sobre a adaptação do sistema de Ensino Normal no Estado do Piauí mesmo com algumas flexibilidades sobre a oferta como mostrou o quadro 4.

Sendo assim, podemos afirmar que as ENR, cujo a proposta foi criada no final do governo Vargas, representaram para sociedade piauiense em termos educacionais a ampliação da escolarização da população e o crescimento da rede escolar piauiense, preparando um corpo docente para atuarem nas escolas primárias rurais.

4.3 Professores primários, professores regentes de ensino e professores leigos: quem vai para as escolas primárias rurais no Piauí entre 1940 a 1960?

Como se percebe na literatura estudada, a partir da década de 1930, a formação de professores passou a ser imprescindível para educação primária. Esse fator se fortaleceu tanto

com o processo de redemocratização, o qual o país passava como também pelo Plano de Desenvolvimento do Ensino Primário que foi financiado com os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário. Conforme Lopes (2011),

Independentemente das formas de ingresso, sob os docentes primários pesaram muitas esperanças de redenção e iluminação da população e muitas críticas pela frustração dessas esperanças. O discurso Oficial de governantes era carregado de adjetivos nada lisonjeiros sobre esses docentes, suas práticas e formação (LOPES, 2011, p.59).

O discurso dos governantes se faz necessário aqui como forma de compreender o local de atuação dos professores primários após receberem essa formação bem como perceber onde estavam atuando ou onde iriam atuar os professores primários, os regentes e os leigos. A formação docente nas instituições de Ensino Normal produziria diferentes tipos de professores, ocorrendo uma divisão da profissão de professor primário, ou seja, criava a classe de professores normalistas e de professores leigos.

Dessa forma, Lopes (2011) ressalta, que se deve refletir sobre a formação que o docente recebe e o vínculo com as escolas para os quais os professores são formados e seu ingresso na profissão que vai desde a indicação e ocupação da cadeira até a exigência da titulação acrescentada de concurso, apontando que no decorrer do tempo essa instituição tem reclamado por um tipo de docente. Entretanto, de acordo com Santana (2011),

A maioria das professoras que recebia preparação para exercer a atividade docente nessa década acabava exercendo sua profissão na sede do município, deixando o ensino na zona rural carente de professores formados, pois, para exercer a profissão nesse meio, o professor deveria, além de entender as características do homem do campo, se adaptar ao meio rural (2011, p.102).

A partir de meados da década de 1940, foram surgindo muitos regulamentos para normatizar a carreira de professor primário como a do professor regente de ensino primário. A Lei nº. 50 criou no quadro único do Estado a carreira de Regente de Ensino, retratando sobre ela nos seus primeiros artigos (PIAUI, 1948). Como é possível verificar nos artigos abaixo:

Art. 1 – Fica criada, na Tabela III, da Parte Permanente do Quadro Único do Estado, a carreira de Regente de Ensino, com a estrutura constante do quadro anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2 – Os cargos que compõem a carreira ora criada, só poderão ser lotados na zona rural.

Art. 3 – O ingresso, em caráter efetivo por concurso, na carreira de Regente de Ensino, será feito indistintamente, por portadores de diploma de professor primário ou de regente de ensino.

Parágrafo único – Esse direito se estende aos atuais portadores de diploma de 1º grau do Curso Normal (PIAUÍ, 1948).

Nesse contexto, o governo Rocha Furtado criou, conforme consta a tabela III do quadro único do Estado, 140 vagas para professor regente de ensino primário, sendo dez vagas para classe padrão G, 50 para classe padrão F e 80 para classe padrão E. Ainda na tabela III, foram criadas 55 vagas para professor primário, como estratégia do governo de suprir a ausência deles no Piauí.

Porém, como a própria Lei assinala no Art. 2, os cargos criados para regente de ensino primário só poderiam ser lotados na zona rural, demonstrando que a preparação na Escola Normal Regional deveria ocorrer para formação de um corpo docente que atuaria na zona rural, uma vez que eram essas instituições que formavam esses docentes.

Apesar da criação dos cargos pelo governador Rocha Furtado, tanto no seu mandato como no governo anterior – Leônidas de Castro Melo – a escassez no número de professores primários ainda era grande, mesmo no início da década de 1940. Segundo a mensagem governamental de 1942, ocorreu um aumento no número de professores primários, que passou de 535, em 1939 para 899, em 1941, sendo que no último 450 eram normalistas e 449 eram não normalistas.

Embora nessa década o Estado continuou alegando a escassez de recursos financeiros, ele criou Leis para provimento de cargos de magistério e portarias para realização de concursos para professores e regentes de ensino primário. A justificativa na maioria das vezes no discurso dos governantes respaldou-se na abnegação que esse corpo docente tinha no exercício de sua profissão, como assinala o governador Rocha Furtado no trecho da mensagem abaixo:

É justo que se consigne aqui o meu louvor à grande maioria do professorado primário do Estado, cuja abnegação se comprovou em manter elevado o número de matrícula e proveitosa frequência no ano de 1948, sem embargo das dificuldades que a citada escassez de recursos lhe criou no exercício de sua função (PIAUÍ, 1949, p.22).

Percebeu-se, na análise das mensagens governamentais, que os governantes delegaram aos professores a frequência dos alunos aos bancos escolares, mesmo que em outros momentos, eles relataram que essas escolas estavam entregues a professores sem nenhum preparo e que

devido a escassez de recursos não seria possível a fiscalização com inspetores de ensino do Estado.

Outro ponto observado, foi que no início da década de 1940, os municípios que tinham mais professoras normalistas eram os de Floriano e Parnaíba, justificados por serem municípios que já possuíam antes desse período Escolas Normais. Vale destacar dois pontos nesse contexto, com exceção desses dois municípios, o número de não normalistas nos outros municípios eram sempre maiores que o número de normalistas mantidos pelo Estado.

Como forma de amenizar a situação do professorado de Ensino Primário no Piauí, em 1948, o governador Rocha Furtado sanciona e promulga a Lei nº. 151 que dispõe sobre o provimento dos cargos do magistério primário no Estado. Assim, como no Estado já se tinha Escola Normal Regional a referida Lei assinala no seu Art. 1 “que os cargos de professores ocorrerão por intermédio de concurso de títulos e de provas, pelos professores regentes de ensino”.

No entanto, esses deveriam possuir diplomas e certificados com registros no Departamento da Educação. Ainda segundo esta Lei, foi definido quem poderia concorrer ao cargo e para qual local,

Art. 2 – Os professores primários, segundo o nível de formatura, concorrerão aos cargos iniciais do magistério nas cidades, e os regentes de ensino, aos cargos iniciais do magistério, na zona rural.

Parágrafo único – Enquanto não houver pessoal docente necessário às escolas isoladas, permitir-se-á que os professores primários se inscrevam nos concursos para o seu provimento efetivo (PIAUI, 1948, p.1).

Aqui, nota-se o reforço da ideia que o professor Regente de Ensino primário não poderia concorrer ou ocupar cargo na sede dos municípios. Caso os professores primários tivessem interesse, eles poderiam concorrer às vagas ofertadas para as escolas isoladas, enquanto não houvesse professores em número suficiente para estas escolas. Além disso, a referida Lei determinava que os candidatos fossem avaliados em relação a três partes: assuntos pedagógicos; conhecimentos gerais e noções de administração escolar.

No Diário Oficial do Estado, de 05 de novembro de 1948, mediante a Portaria nº 474, o Diretor Geral do Departamento da Educação, seguindo as orientações da Lei citada anteriormente, expede as instruções gerais para regulamentação de concursos para provimento de cargos do magistério primário.

No mesmo Diário Oficial, saiu o edital de nº 18/48, no qual o Diretor Geral do Departamento de Educação, seguindo a normatização da Lei nº. 151 de 20/09/48 e a Lei nº 50 de 24/09/1947, que apresenta a quantidade de vagas que o Estado deve possuir para regentes de ensino primário, cria 80 vagas para esse cargo, a serem distribuídas nas escolas isoladas dos seguintes municípios: Teresina, Altos, Amarante, Barras, Batalha, Berlengas, Bertolândia, Buriti dos Lopes, Campo Maior, Esperantina, Floriano, Gilbués, Guadalupe, Jaicós, Jerumenha, José de Freitas, Miguel Alves, São João da Varjota, Oeiras, Palmeirais, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piri-piri, São João do Piauí, São Pedro do Piauí, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes e Uruçuí.

Dessa forma, pode-se concluir que, a partir do final da década de 1940, os professores regentes de Ensino Primário começam a assumir os espaços escolares na zona rural que antes eram ocupados pelos professores leigos. Porém, vale ressaltar que esses docentes não representavam um número suficiente para atender as escolas presentes no meio rural desses municípios. Além disso, destaca-se outro ponto no edital, que está relacionado às instruções para ocupação dessas vagas, para as quais os candidatos seriam avaliados com prova escrita, no tocante a questões pedagógicas sobre:

- I. Escola rural: número de matrícula e frequência.
- II. Regentes de ensino: condições para o exercício magisterial.
- III. Atividades econômicas das várias regiões do Estado.
- IV. Ensino apropriado a cada uma das regiões.
- V. Ano escolar: duração, matrícula, condições de admissão; frequência, normas de obrigatoriedade (PIAUI, 1948, p.7).

Percebemos que os itens I, II e V estão relacionados ao funcionamento e organização da escola rural, pois muitas vezes os docentes exerciam esses papéis nas instituições de ensino rural. Os itens III e IV tratam diretamente o conhecimento que os candidatos aos cargos deveriam adquirir provavelmente na disciplina de Trabalho manuais e atividades econômicas da região, que segundo o Decreto-Lei 8.530/46 deveria ser ofertada na segunda e terceira série do Ensino Normal Regional, o que proporciona aos alunos adquirirem conhecimento das técnicas regionais de produção e organização do trabalho da região para a atuação nesses locais.

Na década de 1950, as ações do governo do Estado foram direcionadas para mudanças na carreira do Professor Primário. A Lei 1.188, de 02 de agosto de 1955, altera as carreiras de professor primário e de professor de educação física. Ao docente primário auxiliar diplomado,

conforme o Art. 2, foi garantido o direito de receber, nessa classe o valor de Cr\$ 1.156,10, mas para que esse fato se efetivasse ele tinha que dar entrada por meio de um requerimento.

Para cumprimento da Lei 1.188/55, o Estado destina dentro do orçamento vigente um crédito especial no valor de Cr\$ 5.478.936,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta e seis mil cruzeiros). Na tabela anexa a essa Lei, que mostra o quadro permanente do Estado, percebe-se a existência de cinco classes, sendo os valores de cada uma de Cr\$ 1.450,00; 1.360,00; 1.229,00; 1.156,00 e 1.040,00. Valores estes recebidos pelos professores que eram providos pelo Estado do Piauí.

Ainda no ano de 1955, no dia 19 de novembro, o governador do Estado, por meio do Decreto nº 148, estabelece sobre a lotação de cargos de carreira de professor primário, com um total de 69 cargos providos por ele. A lotação desses docentes primários ocorreu prioritariamente no município de Teresina, distribuídos em seis escolas.

Tabela 16 - Quantidade de cargos por classe no Município de Teresina.

ORDEM	Nº DE CARGOS	CLASSE (Cr\$)
1	20	1.450,00
2	11	1.360,00
3	17	1.229,00
4	12	1.156,10
5	09	1.040,00
TOTAL	69	

Fonte: Piauí (1956).⁵⁸

A classe de professores primários, lotados nos grupos escolares, foi a classe cujo valor recebido era de Cr\$ 1.450, 00 e a de menor valor foi a de Cr\$ 1.040,00, tendo somente nove professores primários distribuídos em seis grupos escolares deste município. Vale ressaltar que como aponta o Decreto nº 148, a lotação dos Cargos nas escolas e os valores dizem respeito somente ao Ensino Primário mantido pelo Estado, não se referindo aos Professores Primários providos pelos municípios.

⁵⁸ Dados retirados do Decreto nº 148 de 19 de novembro de 1955, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, em 28 de abril de 1956, Ano XXVI, Nº 25, p. 1. O Decreto dispõe sobre a lotação de cargos das carreiras de Professores Primários e de Educação Física nos estabelecimentos de Ensino Primário do Estado.

O Estado do Piauí, mediante os Decretos n. 151 e n. 153, modifica a lotação dos cargos de carreira de Regente de Ensino primário da classe E dos seguintes municípios: Elesbão Veloso, Simões, Matias Olímpio, Água Branca, Angical, São Félix, Canto do Buriti, São João do Piauí, Ipiranga, Oeiras, Teresina e Caracol, como estabelecia o Decreto nº 148, no qual a modificação da lotação desses cargos só ocorreria nas escolas, as quais o Estado mantinha professores Regentes de Ensino Primário(PIAUÍ, 1956).

Percebe-se, que a ação do Estado nos municípios do Piauí ocorre também na lotação de Professores Primários, sendo elas nos municípios de Parnaíba, São Pedro do Piauí e São Raimundo Nonato, totalizando cinco cargos para professores lotados na classe que receberiam Cr\$ 1.040,00 e uma vaga para professor que seria lotado na classe, cujo valor correspondia a Cr\$ 1.156,10, como mostra o Decreto nº 154 de 17 de maio de 1956, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí no dia 30 de maio de 1956. Isso demonstra que, por todo o Estado, o governo mantinha Professores e Regentes de Ensino Primário nos cargos e classes apontados na tabela 16.

Em relação ao corpo docente e ao espaço que estavam atuando nesse período, verificou-se nas fontes analisadas que no início da década de 1950, na zona rural, atuavam principalmente professores leigos, como retrata o trecho da mensagem do governador Pedro de Almendra Freitas, no qual se tem

Na zona rural, servidos comumente por professores leigos, ficaram privados de ajuda e suprimento de qualquer espécie. Neste particular, ressalta-se a desigualdade de condições entre o ensino confiado a leigos e o ministrado por diplomados, tão diversos que a estatística escolar dá a este a superioridade de 50% de rendimento. Não é, portanto, de estranhar os déficits de matrícula, frequência e de conclusão de curso (PIAUÍ, 1951, s/p).

No discurso dos governantes era comum a afirmação de que o ensino ministrado por professores diplomados “atraía” mais alunos para os bancos escolares, tanto na zona urbana como na zona rural. É claro que não se pode esquecer das condições de trabalho, pelas quais o professor leigo do meio rural fora submetido, o que possibilita um questionamento sobre o discurso dos governantes, o qual responsabiliza os déficits de matrícula, frequência e conclusão de curso aos professores leigos. Seria realmente de responsabilidade dos professores leigos e não de todo um contexto?

Corroborando com o trecho da mensagem citada anteriormente, o mesmo governador registra que no ano de 1952, a zona urbana tinha um total de 656 professores diplomados e na

zona rural tinha 994 professores leigos atuando. No início da década de 1950, dos professores mantidos pelo Estado, os professores leigos em sua totalidade atuavam na zona rural. Nos anos seguintes, nas mensagens governamentais de Pedro de Almendra Freitas, as menções feitas ao corpo docente se referiam a substituição dos professores leigos pelos professores diplomados.

Segundo o governador, o órgão responsável pela administração escolar tratou de incentivar e apoiar a carreira docente. Esse incentivo, como se verificou na análise da mensagem, diz respeito somente à substituição, uma vez que não relata sobre as condições de trabalho dos professores diplomados.

Nesse propósito, acentuou a preferência pela habilitação profissional, chegando a exigir dos candidatos à regência de aulas, o comprovante de estudos e o exame de provas. O fato observado é que os professores leigos cederam lugar aos diplomados, nas circunstâncias em que a vida humana requer, a todo instante, maior bagagem de conhecimentos e de experiências, fora do alcance dos que não aprenderam para ensinar. Só ainda falta aos professores normalistas a melhoria das condições da remuneração para lhes dignificar, de maneira justa, a própria carreira (PIAUI, 1953, p.34).

Apesar de nas mensagens o governo registrar o número total de docentes, não é relatado se são professores normalistas ou diplomados – como costuma nomear – os regentes de ensino primário, não normalistas ou leigos, trazendo apenas o total de professores na rede estadual, municipal e particular. Desse modo, do ano de 1951 para 1952, tem-se um aumento irrisório do corpo docente, de 1770 professores - distribuídos entre a rede estadual, municipal e particular - aumentou para 1828, isto é, ocorreu apenas um acréscimo de 58 professores. Na tabela 17, observa-se o crescimento do número de professores nessas três esferas.

Tabela 17: Corpo docente de professores primários⁵⁹ do Piauí em 1952/1953

ADMINISTRATIVA	1952	1953
ESTADUAL	1379	1382
MUNICIPAL	298	470
PARTICULAR	151	153
TOTAL	1.828	2.005

Fonte: Piauí (1953, 1954).

⁵⁹ Nas mensagens do ano de 1953 e 1954, o governador do Piauí Pedro de Almendra Freitas se referiu apenas ao corpo docente do Estado, não mencionou nem sua formação ou o local de atuação destes professores, assim não se teve acesso aos números de docentes que atuavam na zona rural.

Nota-se, que de um ano para outro a ampliação do corpo docente do Piauí não foi significativa, principalmente se tomar-se como base a matrícula para o Ensino Primário, registrada pelo governo nesses dois anos, correspondente ao total de 74.006 no ano de 1952 e 82.025 no ano de 1953, evidenciando que o número de professores primários no Estado do Piauí estava muito abaixo em relação ao número de alunos para esse nível de ensino. Infere-se ainda, observando a tabela 17, que nesses dois anos houve um crescimento no número de professores primários mantidos pela rede municipal, com uma diferença de 172 professores, enquanto nas outras esferas administrativas a ampliação do quantitativo de professores foi apenas de dois a três docentes.

O governo do Piauí no ano de 1958 enviou para o Ministério da Educação e Cultura, mais especificamente para o Serviço de Estatística da Educação e Cultura dados sobre o Ensino Primário no Estado. De acordo com esse documento, o Estado possuía 2.153 docentes primários dos quais 690 eram normalistas e 1.463 não eram normalistas. Nesse último, 1378 atuavam nos municípios do Estado e 85 na capital. Em relação aos professores primários normalistas, 209 estavam atuando na capital e 481 no interior.

Vale ressaltar ainda, que os dados aqui apresentados se referem aos professores da classe auxiliar. Além disso, pode-se inferir que em sua maioria os professores primários não normalistas atuavam na zona rural dos municípios. No que diz respeito à subordinação administrativa, o documento assinala que dos docentes primários, 45,2% eram mantidos pela rede estadual, 39% pela rede municipal e 15,8% por particulares.

No documento “A posição relativa do Estado do Piauí” de 1957, quando o Plano Diretor de Educação mencionou como os professores são classificados e quanto aos lugares que atuam, a fonte assinala que

Os professores são classificados pela localização das escolas que servem em: professores primários (escolas da zona urbana) e regentes de ensino (das escolas de zona rural); e pela espécie de provimento de cargo que ocupam em: efetivos, interinos e substitutos. Há ainda os denominados regentes itinerantes, que regem escolas móveis na zona rural de população rarefeita (PIAUI, 1957, p.3).

Assim, na década de 1950, os professores primários atuavam na zona urbana e os professores regentes de ensino primário atuavam na zona rural, porém segundo o documento do serviço de estatística, existiam professores primários, ou seja, diplomados nas zonas rurais. Contudo, no final dessa década, ainda permaneciam atuando 1.378 professores não normalistas, ou seja, professores leigos atuando nas localidades dos municípios piauienses.

O documento do ano de 1957, “A posição relativa do estado do Piauí”, quando aborda sobre “A situação legal do pessoal docente do Estado”, aponta que a Lei nº 857, de 06 de abril de 1953, estabeleceu que “o cargo de professor público primário só poderia ser exercido por diplomado por Escola Normal Oficial ou reconhecida, ressalvando os casos previstos em Lei”.

Destacou-se também no referido documento, que os cargos ocupados por leigos temporários, ou seja, sem nenhum vínculo com os órgãos administrativos, deveriam ser ocupados preferencialmente por professores primários diplomados, demonstrando a intenção dos legisladores de desvincular o professor leigo do ensino primário, pois muitas vezes esse cargo era preenchido por questões partidárias como assinala o documento citado anteriormente, quando relatou sobre a “Organização do ensino municipal”, no qual se evidenciou que

Alguns professores de letras (leigos adquiriram estabilidade e tornaram-se efetivos na vigência da Constituição de 1947 (estadual). Acontece que em 1954 foi a referida Constituição reformada para coibir o abuso da estabilidade e consequente efetivação de leigos e para evitar estabilidade de um grande número de outros extranumerários na iminência de adquiri-la (PIAÚÍ, 1958, p.7).

Assim, mesmo com ações do Estado e dos municípios para inibir o crescimento do corpo docente leigo, estes ainda eram muito presentes na atuação do magistério primário na zona urbana e em maior número, na zona rural. Contexto que possibilitou este nível de ensino, naquele período, sobre a responsabilidade do docente leigo, que assumia diferentes funções. Desse modo, o governo de Chagas Rodrigues ressaltou que era preocupante o problema do professorado na zona rural, pois segundo ele,

[...] nem o diplomado nem o regente de ensino querem servir, tornando-se necessária a admissão de professores de letras, que nem sempre possuem os conhecimentos imprescindíveis para o exercício do magistério. Para solucionar tal problema o meio mais adequado encontrado foi a rigorosa seleção desses candidatos ao magistério rural, pela aplicação de uma prova de habilitação na qual se exigisse o mínimo de conhecimentos necessários para um professor de curso elementar (PIAÚÍ, 1960, p.53).

O professor de letras, o qual o governador Chagas Rodrigues se referiu na sua mensagem, era o professor leigo. Essa prova foi realizada na capital do Estado – Teresina – e em diversas cidades piauienses de mais fácil acesso aos candidatos. Nesta mensagem, o governador registra que existiam no Piauí um total de 785 professores primários e 36

professores regentes⁶⁰ de ensino primário, sendo estes em números insuficientes para atender a demanda educacional do Piauí.

No final de 1959 e início de 1960, o governador Chagas Rodrigues cria 50 vagas para professor primário e 50 vagas para regente de ensino primário. Sendo assim, foram realizados dois concursos, um para o primeiro cargo e o outro para habilitação do segundo cargo, com oportunidades de avançar mais um pouco em relação ao rendimento do ensino primário.

Nesse mesmo período, o Piauí registrou um total de 884 professores primários, 208 regentes de ensino primário e 534 professores de letras (leigos), podendo ser observado um aumento entre professores primários e regentes de ensino, mesmo que seja considerado um número insuficiente em relação à matrícula desse nível de ensino.

Em meados da década de 1960, o Estado registra um total de 1.456 professores normalistas e 2.840 professores leigos. Aqui, houve um aumento de 572 professores primários e uma diferença de 2.306 professores leigos. Vale ressaltar, que em termos os professores normalistas e os professores leigos constavam dessa forma na fonte. Desse modo, o governador Helvídio Nunes registra em sua mensagem de 31 de janeiro de 1967 que,

Um dos pontos de estrangulamento do ensino primário é, indiscutivelmente, a falta de pessoal qualificado, por cuja razão voltou-se à Secretaria para o treinamento e recuperação de professores. Assim, foram realizados novos cursos de treinamento para professores leigos e cursos de formação de professoras de emergência, todos em regime de tempo integral (PIAUI, 1967, p.20).

A demonstração de preocupação por parte do governo aponta para a ausência de professoras com uma formação de nível médio para atuar no magistério primário, contudo a única ação por parte do governo que se percebe nas mensagens e em relatórios governamentais foram os treinamentos e cursos de emergência de forma intensiva no período das férias dos professores, principalmente, para professores leigos.

Assim, no ano seguinte, esse mesmo governo fez com que 139 professores leigos participassem de um curso de treinamento no Estado e que 24 professores diplomados recebessem bolsas de estudo de especialização em supervisão de ensino primário e artes industriais, cursos que foram realizados em Colatina-ES e Fortaleza-CE (PIAUI, 1968, p.45).

Destaca-se, que na maioria das vezes, os números registrados em relação aos professores que atuavam no ensino primário tanto da zona rural como da zona urbana do Piauí,

⁶⁰ Vale ressaltar, que dentre as mensagens que se teve acesso, somente a partir da mensagem governamental de 1960, foi que apareceu o termo regente de ensino primário.

referiam-se aos professores estaduais, uma vez que no recorte estudado era difícil para o Estado o registro estatístico dos docentes que atuavam no ensino primário municipal e particular.

Verificou-se, que os professores primários ou diplomados pouco atuavam na zona rural, uma vez que esses cargos eram criados, em sua grande maioria, para a zona urbana. Isso também ficou visível nos Decretos Leis e editais, que foram lançados entre as décadas de 1940 e 1960, indicando que os professores primários ou normalistas atuariam na zona urbana e quando possível na zona rural.

Pouco se menciona os regentes de ensino primário nas mensagens e relatórios dos governadores do Piauí. No entanto, a partir do final da década de 1940, várias Leis, Decretos e editais foram estabelecidos, normatizando os cargos regentes de ensino na zona rural. Todavia, o que se percebeu nas análises das entrevistas realizadas com participantes formados nas Escolas Normais Regionais do Piauí foi que ao adquirirem a certificação de regentes de ensino primário logo davam continuidade aos seus estudos, formando-se nas Escolas Normais piauienses a nível de 2º ciclo, como mostra o relato da participante.

De lá eu vim para Teresina e aqui eu fiz um teste no Colégio das Irmãs Catarina de Sena, Sagrado Coração de Jesus. Passei para fazer o ensino pedagógico aqui em Teresina, os três anos. Recebi o diploma, quando terminei eu fui nomeada pelo Estado em 1966 como interino para Piripiri, trabalhei no grupo escolar Cassiana Rocha. Depois, teve o concurso, em que eu e minha irmã fizemos e passamos para a efetividade (MELO, 2021).

Nesse sentido, conclui-se que as Escolas Normais Regionais do Piauí apesar de terem contribuído para a formação de uma parcela da população piauiense, elas pouco contribuíram na formação de um corpo docente que atuassem no meio rural. A formação ofertada pelas escolas não correspondia aos conhecimentos necessários para que seus discentes pudessem ser instigados à docência na zona rural, além das condições de trabalho nesses locais. Os formados como regentes de ensino preferiam atuar nas zonas urbanas, onde encontravam melhores condições de trabalho e, em consequência, nas zonas rurais prevaleciam os professores leigos.

5 AS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS DO PIAUÍ COMO ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE CULTURA ESCOLAR

Com o intuito de delinear as observações finais deste estudo, o último capítulo traz uma análise do cotidiano escolar e das práticas educativas apreendidas pelas alunas das Escolas Normais Regionais do Piauí. No ponto de vista da escola que perpassa este tópico, compreende-se que a instituição escolar é um lugar que tem a função tanto de inculcar e divulgar saberes científicos como também constitui local de constante permuta de saberes, vivências, memórias, afetos e desafetos, crenças e opiniões, uma vez que esses elementos que permeiam o ambiente escolar são capazes de reconstituir e ressignificar a história.

Nesse sentido, o cotidiano escolar, concebido no interior das instituições de ensino, surge das relações de elementos de diferentes naturezas que envolvem várias características constituidoras das escolas, que incluem as atividades de vigilância, regência, docência, atividades culturais, reuniões de pais, festas comemorativas, dentre outras. Dessa forma, reconstituir as práticas escolares significa compor um poderoso instrumento de reflexão e reconstituição da formação de professores, que conduz a uma avaliação dos vários movimentos e acontecimentos que ocorreram nas ENR's, com os quais foi possível explicitar a cultura escolar.

Acredita-se nesse caso, que a formação da cultura escolar é elaborada a partir de um conjunto de práticas e fazeres, abarcando sujeitos que ocupavam posições e lugares diferentes nas instituições de ensino. As reflexões de Schwartz e Vidal acerca do conceito de cultura escolar esclarecem que,

[...] as práticas educativas cotidianas que se efetivavam no interior da escola, principalmente aquelas que contribuíssem para o delineamento do currículo efetivamente desenvolvido no interior das práticas de ensino, para elucidar o funcionamento do dia a dia da escola, para compreensão das diversas formas de organização e de relação de alunos e de professores e, [...] (2010, p.19).

Para os autores, muitas vezes a atenção dada às práticas cotidianas da escola está vinculada a particularidades da atuação interna desse espaço, que se tem apresentado oculto pela ausência de fontes documentais, devido ao fato de não existirem ou serem mal armazenadas. Desse modo, a análise decorre de memórias e vivências das discentes das Escolas Normais Regionais do Piauí, participantes da produção da cultura escolar, avaliando-se

aspectos relacionados à prática educativa, festividades, disciplinas, regência, ao funcionamento institucional, aos castigos, formatura, além de outros.

Para Julia: “Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, [...] (2001, p.10/11)”. Desse modo, através da história oral, as discentes entrevistadas das ENR’s do Piauí abordaram, por meio de suas memórias, as experiências e histórias vividas nestas instituições, demonstrando mediante gestos e palavras, a imensa alegria de discorrerem sobre a escola e o passado de suas vidas, isto é, falarem de si.

5.1 De onde vêm as normalistas?

No Piauí, entre as décadas de 1950 e 1960, percebia-se a precariedade educacional, a qual, muitas vezes, tinha como política de superação o incentivo à docência. Para Castelo Branco,

No Piauí, a realidade educacional que seguiu os anos de 1960 confrontou-se com as expectativas políticas desejosas de transformações presentes no discurso governamental. O cenário piauiense apresentou a fragilidade da educação brasileira, embora esses anos fossem de intensa repercussão no País, [...] (2010, p.130).

Nesse sentido, fica notório nos capítulos anteriores, a partir dos discursos presentes nas mensagens governamentais, o “desejo” de mudança na educação piauiense. Sendo assim, a partir da década de 1940, constata-se uma crescente demanda educacional no Estado em relação ao Ensino Primário, Secundário e Normal. No decorrer desse período, as instituições de Ensino Normal Regional surgem, em alguns municípios do Estado, como mola propulsora de expansão do Ensino Secundário a nível ginasial.

Desse modo, as discentes que nasceram entre os anos de 1933 e 1951⁶¹ ingressaram nos estabelecimentos de Ensino Normal Regional do Piauí, a partir dos 15 anos de idade. Em relação a naturalidade das alunas que estudaram nas Escola Normal Regional Sagrado Coração

⁶¹ Ressalta-se, que os dados informados neste capítulo foram retirados dos documentos escolares das Escolas Normais Regionais de Piripiri e de Gilbués, uma vez que não se teve acesso aos documentos escolares dos alunos da Escola Normal Regional de Floriano, relativos aos anos de 1940 e 1960.

de Jesus, 141 pertenciam ao município de Piripiri e as demais eram dos municípios de Brasileira, Batalha, Pedro II, Uruçuí, Parnaíba, Porto, Piracuruca, Teresina, Campo Maior. Outras eram dos municípios de Flecheiras, São Benedito, Sobral, Ibiapina, Coreaú, Pedra Branca, Fortaleza e Cascavel, localizados no Estado do Ceará e uma aluna de Pernambuco. Assim, a escola contribuiu para a formação ginasial da população piauiense, uma vez que em muitos desses locais não tinha instituição de Ensino Secundário de 1º ciclo.

Outro ponto observado no livro de matrícula da Escola Normal “Sagrado Coração de Jesus” em Piripiri, foi a presença dos pais no ato da matrícula, tendo em vista que os pais se dirigiam a escola para matricular suas filhas, sendo observado no documento escolar que apenas três mães foram registradas como responsáveis pelas alunas. Ainda nos documentos escolares da instituição de Piripiri, foi possível identificar as atividades econômicas exercidas pelos pais ou responsáveis pelas alunas. Das 192 fichas analisadas, pode-se retirar os seguintes dados que constam na tabela.

Tabela 18: Profissão dos responsáveis pelas alunas matriculadas na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, no período de 1952 a 1965.

ORDEM	PROFISSÃO	QUANTIDADE
1	Agricultor	54
2	Comerciante	50
3	Funcionário público	40
4	Proprietário	10
5	Carpinteiro	8
6	Doméstica	3
7	Pedreiro	4
8	Ouvires	2
9	Criador	1
10	Industriário	1
11	Artista	1
12	Operário	1
13	Pintor	1
14	Motorista	1
15	Negociante	1
16	Bancário	1
17	Mecânico	1
18	Não Informaram	12
TOTAL		192

Fonte: Livro 1 de matrícula da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus de 1952 a 1965.

Apesar de a instituição localizar-se na zona periférica de Piripiri, ou seja, nos limites entre a zona urbana e rural do município, percebe-se na tabela 18, que entre os anos de 1950 e

1960, três atividades predominavam na economia piriipiriense: agricultura, comércio e funcionalismo público. Contudo, apesar de no momento da matrícula as alunas terem registrado o endereço de sua residência na sede do município – 141 – o número maior de pais ou responsáveis tinham como ramo de atividade a agricultura, isto é, 54 pais ou responsáveis eram agricultores.

De acordo com Santana (2011, p.32), na década de 1950, da população de 10 anos e mais presente no Piauí, 247.440 exerciam atividade agrícola como profissão e na década de 1960, ocorreu um crescimento de 39.641 nesse setor, passando esse quantitativo para 287.081. Assim, foi o setor primário, a agricultura, que influenciou no aumento da renda interna do Piauí, uma vez que esse ramo empregava a maior parte da população economicamente ativa.

Outra atividade bastante presente entre os pais desta instituição e que segundo a autora se desenvolveu bastante entre os anos de 1950 e 1960 no Piauí foi o comércio, devendo ser esse o motivo deste se apresentar como a segunda atividade mais exercida pelos pais ou responsáveis das alunas da escola. Santana aponta, que a alocação de mão de obra nesse ramo de atividade aconteceu,

[...] porque a partir de 1960 a importação de manufaturados tomou impulso, conquistando novos mercados, principalmente, nas cidades do interior, devido ao desaparecimento do comércio vinculado às grandes propriedades e à introdução de novos produtos manufaturados (SANTANA, 2011, p. 33).

O setor do funcionalismo público, entre o período de 1950 e 1960, foi o que mais se ampliou, sendo justificado pelo setor que mais empregava pessoas, uma vez que no Piauí não se tinha indústrias, o que proporcionava para a sociedade piauiense buscar estabilidade financeira no setor público. Dessa forma, a profissão de funcionário público ocupava, entre os pais ou responsáveis pelas discentes, a terceira atividade mais exercida no município de Piriipiri ou nos municípios circunvizinhos, corroborando com dados analisados do Censo Demográfico de 1950 e 1960 (SANTANA, 2011).

Assim, como o Estado quase não possuía estrada, o crescimento econômico ficava comprometido. Em Piriipiri, as atividades que mais se destacavam eram a agricultura, o comércio e o funcionalismo público, sendo exigido nesse período um maior grau de escolarização, o que acabou impulsionando os pais a buscarem escolas que possibilitasse a ampliação da escolarização dos filhos, como a Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus, para que suas filhas pudessem encontrar melhores oportunidades de trabalho após o término dos estudos.

Outra instituição que se obteve acesso aos documentos escolares foi a da cidade de Gilbués⁶². Conforme a narrativa do capítulo 3, a Escola Normal Dom Inocêncio teve somente duas turmas, sendo que as informações analisadas nas fichas de matrículas dos discentes foram retiradas do primeiro ano em que estudaram na instituição, como foi feito em relação à Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus.

Na Escola Normal “Dom Inocêncio”, 19 alunos⁶³ Nasceram no município de Gilbués, destes oito eram do município, cinco da localidade Meios e os outros seis das localidades de: Boqueirão, Porto Novo, Castanheiro, Saquinho, Chapadinha e Pequizeiro. As demais são dos municípios de Monte Alegre, Curimatá e Santa Filomena e dos estados da Bahia e Maranhão.

Porém, percebeu-se que os alunos, apesar de terem nascidos em algumas localidades, municípios e estados diferentes da sede, declararam residirem na cidade de Gilbués, não sendo possível afirmar com clareza se elas moravam apenas devido aos estudos, ou seja, se era algo permanente ou temporário. Segundo a aluna entrevistada que estudou nesta instituição, a cidade naquele período era

[...] uma turma pequena, não era muita gente porque a cidade é muito pequenininha né? Até hoje ela é pequena, naquela época eram menores ainda, então era uma turma pequena, [...] (COSTA, 2021).

Em vista disto, senhora Diná Costa relatou que a cidade tinha muitas dificuldades, pois era um período em que o Estado possuía poucas estradas e como mencionou o município de Gilbués não tinha televisão e nem meio de transporte, o que impossibilitou muito o desenvolvimento tanto econômico como social e educacional do município.

Como a Escola Normal Regional de Gilbués foi fundada em 1959, nos documentos escolares, as matrículas da primeira turma se deram nesse ano, demonstrando que a população tinha interesse em dar continuidade ao processo de escolarização em sua própria cidade como aponta a fala da discente entrevistada.

A cidade mais próxima para pessoa estudar era Corrente, naquela época, lá em Corrente já tinha ginásio, e, ia quem podia né, só ia estudar lá quem tinham

⁶² Vale lembrar que as informações contidas nos livros e nas fichas de matrículas das alunas não eram as mesmas, o que impossibilitou uma análise homogênea. Assim, nas fichas de matrículas dos estudantes da Escola Normal Regional de Gilbués foi possível retirar informações como data de nascimento – já trabalhada aqui nesse capítulo – local de nascimento, residência e ano de matrícula.

⁶³ Optou-se por trabalhar aqui, com o termo no masculino devido na Escola Normal Regional de Gilbués estudarem pessoas de ambos os sexos, prevalecendo o masculino. Todavia, ressalta-se que na Escola Normal Regional de Piripiri somente pessoas do sexo feminino frequentaram a instituição.

condições financeiras. Não digo tanto condições financeiras, mas quem tinha boa vontade né? E chegou esse padre em Gilbués, o Padre Paulo Vieira, como eu já falei, muito comprometido com a educação, quis transformar. Então, ele buscou professores em Teresina porque ele queria fundar um Normal Regional em Gilbués e para ficar mais acessível o estudo para as pessoas. E ele fundou a Escola Normal Regional. Foi muito bom na época, porque a gente já ficou lá em Gilbués, não precisou ir pra Corrente. Nós fizemos o curso Normal Regional lá com ele (COSTA, 2021).

Analisando o trecho da entrevista da senhora Diná Costa, constata-se que a sociedade gilbuense além de buscar um processo de escolarização a nível ginásial demonstrava interesse que este fosse ofertado na própria cidade, pois muitos dos discentes não tinham condições de irem para outros locais, como também não poderiam se manter nas cidades, onde havia escolas ginásiais. Isso também foi percebido nos municípios de Floriano e Piripiri, nos quais não havia ginásios inicialmente e quando eles foram fundados atraíram a demanda ou por serem gratuitos como no caso de Floriano ou por serem as únicas escolas a ofertar esse nível de ensino, como no caso de Piripiri e Gilbués.

Pierre Nora (1993), assinala que a memória faz de cada um, historiador de si mesmo, pois estamos desvinculados do passado para sempre. Sendo assim, ela é algo atual, uma ligação vivida no presente que se nutre de lembranças. Nesse sentido,

A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o quer dizer, Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (NORA, 1993, p.9).

Logo, a memória das pessoas depende da sua relação com a família, escola, classe social ou com a classe de pertencimento e referência do sujeito. Dessa forma, ela não seria individual, mas sim coletiva. Nesse sentido, as Escolas Normais Regionais tornaram-se para as entrevistadas lugares que possibilitaram diferentes memórias, sendo uma delas as lembranças sobre o caminho percorrido até ingressarem na Escola Normal Regional. Em relação a esse fato, as narrativas das discentes revelam as dificuldades enfrentadas para terem acesso à educação.

[...] morava aqui na Barra do Lança, e eu comecei a estudar muito pequena, e eu sofri muito para chegar lá em Jerumenha, porque a gente ia a pé e voltava a pé, com a carga no jacá, num jumento. Mas minha mãe, era linda demais, incentivava nós, era eu e outra irmã mais velha do que eu. A gente saía, era vinte e quatro quilômetros, mas passava dois, três dias viajando. Fazia um

frito⁶⁴, aí passava numa casa e dormia, as vezes passava meio dia lá e seguia até chegar em Jerumenha. Ai na volta sempre tinha alguém que dava a garupa de algum animal, [...] (AQUINO, 2021).

[...] estudei com muita dificuldade, porque eu era mais velha de 10 irmãos, meu pai era operário, minha mãe era costureira. Era difícil a vida, estudei com muita dificuldade mesmo. Então, mas tinha o patronato, Santa Catarina Labouré que era parte gratuita, porque tinha o colégio Sagrado Coração de Jesus que era para funcionar em um período, um em um e outro no outro que era para as pessoas que pagavam (SILVA, 2021).

Como já relatado anteriormente, a maioria das cidades do Piauí, entre o período de 1950 e 1960, sofriam com a escassez de estradas e transportes, o que dificultava o traslado de mercadoria como também de pessoas entre os municípios, impedindo o acesso às escolas, como relata a senhora Adália Aquino, a qual disse que para chegar à cidade de Jerumenha passava mais de um dia viajando e muitas vezes caminhando ou no lombo de algum animal.

Outra dificuldade ressaltada pelas alunas participantes da pesquisa foi o fato de muitas vezes as famílias serem numerosas e os pais não terem condições financeiras de colocarem todos no estabelecimento de ensino. Fato relatado pela senhora Maria do Carmo Silva, cujo pai era carpinteiro e prestava serviços para o Patronato Santa Catarina Laboré e a mãe costureira. Ela pode pleitear uma bolsa de estudos, sendo contemplada tanto para o Ensino Primário como para o Normal Regional.

Algumas das alunas, para dar continuidade aos estudos, como é o caso da senhora Adália Aquino ou para ter acesso a alguma forma de escolarização, como é o caso da senhora Diná Costa, tinham que morar em outra cidade, muitas vezes com parentes ou conhecidos da família.

Tinha uma pessoa, chamada Raimundo Filomena que era irmão do meu vô, que eu chamava Tio Nonô, morava na casa dele e morei na casa da mãe de doutor, Wilson Avelino e da senhora Adriana Amelia (AQUINO, 2021).

Aos sete anos eu fui para Teresina e fiquei um ano em Teresina o primeiro ano, primeiro aninho, o começo de tudo lá em Teresina ne, num grupo escolar, me lembro até hoje, chama Grupo Escola Abdias Neves (COSTA, 2021).

Como apontado nas mensagens governamentais no capítulo 1 e 2, o Estado passava por uma enorme carência econômica e segundo os governantes, isso dificultava a expansão das escolas nos municípios piauienses Percebe-se, nas falas das alunas participantes da pesquisa

⁶⁴ Alimento preparado na manteiga, no óleo ou no azeite de coco babaçu, feito com carne bovina, de criação (porco, bode, carneiro) ou aves, misturados na farinha de mandioca.

que tanto elas como a família tinham uma relação forte com a educação e para isso usavam diversas estratégias, desde morar na casa de parentes a trabalhar em casas de famílias para terem acesso ao processo de escolarização a nível primário e secundário, uma vez que esses níveis não eram ofertados nas suas localidades ou nos municípios.

Nesse sentido, muitas vezes, como afirma a senhora Diná Costa, a etapa da escolarização primária era realizada por professores sem uma formação institucionalizada que os preparassem para serem professores.

Eu comecei a estudar em Gilbués, né? Os nossos professores não eram professores alfabetizados porque eram leigos naquela época. Aos sete anos eu fui para Teresina, e fiquei um ano em Teresina o primeiro ano, primeiro aninho, [...] é, fui alfabetizada, muito bem alfabetizada lá na época, aí retornei pra Gilbués, e continuei meus estudos com professores leigos. Não eram professores totalmente alfabetizados, não tinha naquela época, nós não tínhamos esses professores tá? (COSTA,2021).

Ao lembrar do seu processo de inserção no Ensino Primário, a entrevistada apontou algo muito comum nas cidades do Piauí que era a ausência de professoras normalistas e o grande número de professores leigos. Tanto que o governador Chagas Rodrigues em sua mensagem de 1950 registrou que [...] 80% do magistério primário está entregue a leigos, no interior do Estado. [...] (PIAUI, 1961, p.67).

Identificou-se, entre as décadas de 1940 e 1950 como o período em que muitas das entrevistadas estavam cursando o Ensino Primário. Ademais, eram feitos investimentos nas políticas educacionais por parte dos governos Federais, Estaduais e Municipais na educação primária. Esse nível de ensino passou a ser base para a internalização de valores ligados à moralização, disciplinarização e civilização, que possibilitaria o desenvolvimento do Estado.

Conforme Souza (2019), a preocupação com a educação recebida no Estado se organizava a partir de particulares, da distinção e diversidade de oferta e ingresso no Ensino Primário. A partir das alunas entrevistadas, pode-se perceber que elas e suas famílias se utilizavam de diferentes estratégias para que isso se tornasse possível.

Olhe, a minha mãe que se chamava Maria Lourdes Cruz e Melo foi uma das primeiras professoras diplomadas de Piri-piri que lecionava no grupo escolar Padre Freitas. Lá eu estudei o primário até a quarta série, que se chamava primário. (MELO, 2021).

Eu comecei o primário foi, no Grupo Escolar, não perafá... o nome era assim Escola Reunida Vicente Fonseca, antigamente era assim, Escola Reunida

Vicente Fonseca. Ficava ali na praça, já caiu o prédio. É menina, morava aqui na Barra do Lança, e eu comecei a estudar muito pequena, e eu sofri muito para chegar lá em Jerumenha. Eu morava lá... Para estudar lá em Jerumenha, mas eu fiz o primeiro... naquela época era o primeiro ano “A”, primeiro ano “B”, aí fazia o segundo, terceiro, quarto e quinto ano (AQUINO, 2021).

Verifica-se, que as entrevistadas se utilizaram de diversas estratégias para terem acesso à educação primária, como estudar em escolas públicas, as quais, naquela época, eram escassas nos municípios e muitas vezes não atendiam a população local, por meio de arranjos familiares, como já dito anteriormente, para terem acesso ao ensino nos prédios escolares com professores que possuíam formação em Escolas Normais.

Em algumas cidades, o Estado não conseguia atender a demanda escolar pelo Ensino Primário, uma vez que esse se constituía naquele período o principal requisito para o país. Sendo assim, com a ausência do poder público nesses locais, o processo educacional ficou entregue a particulares e à igreja católica.

[...]naquela época era o primário todo né, em Gilbués. só que chegou uma época um professor padre em Gilbués, muito comprometido com a educação. Foi o Padre Paulo. Ele era um padre baiano e ficou preocupado com aquela situação da gente ser alfabetizado por professor leigo, apesar de que os professores eram bons, professores comprometidos, mas eram leigos. Não tinham uma didática. Era ensinar o bê-á-bá mesmo e tudo bem (COSTA, 2021).

Eu estudei sempre em colégio de freiras. Aqui em Piri-piri o ensino primário foi aqui no colégio das freiras, no Patronato Santa Catarina Labouré que funcionava na parte da tarde e era gratuito. O Primário era na parte da manhã e o Normal era na parte da tarde (SILVA, 2021).

Ferreira, Prado e Souza (2019) assinalaram, que a Igreja se dedicou em ofertar a educação, uma vez que as alunas ao retornarem para suas casas e comunidades levariam os ensinamentos católicos, formando dessa maneira novos cristãos. “Aliados aos governantes locais e nacionais, nessa concepção, os religiosos atuavam conformando os fiéis à atitude política assumida pelos republicanos conservadores com uma visão de sociedade e poder político conveniente a ambos os lados.” (FERREIRA, PRADO E SOUZA, 2019, p. 104). Portanto, pode-se dizer que a Igreja ofertava Educação como forma de disseminar suas ideias.

Com a finalização do ensino elementar, a população piauiense buscou um maior nível de escolarização. Nesse sentido, o ingresso no Ensino Normal Regional supria as necessidades de ampliação da escolarização

Não, porque quando terminei, o patronato só tinha até o primário, só funcionava até o primário a parte gratuito. Aí eu passei para o normal que era referente ao ginásio (SILVA, 2021).

Era a única opção que nós tínhamos em Gilbués. Era a única; ou fazia o normal regional ou saía de lá. Naquela época eu era muito jovem e os pais não permitiam que as mulheres saíssem para estudar [...] aí eu fiz o normal regional. Mas, era uma coisa que eu gostava de fazer ... nós fomos supervisionados na época que nós fizemos estágio em Gilbués nas salas de aula, e éramos supervisionados pelo padre, como diretor (COSTA, 2021).

Como cogita a fala das alunas entrevistadas, as Escolas Normais Regionais eram, para muitas dessas moças, a única forma de ingressar em uma instituição de nível correspondente ao secundário, uma vez que nesses municípios não existia outros estabelecimentos.

Quando existia mais de um ginásio, esse era particular e muitos estudantes não tinham condições de custear a continuidade da escolarização, como no caso da senhora Adália Aquino que optou por estudar na Escola Normal Regional de Floriano em virtude de a escola ser municipal e ofertar um ensino gratuito. Já a senhora Ducarmo optou por estudar na instituição Normal Regional de Piri-piri por continuar com a bolsa de estudo e ainda ser a única escola que ofertasse maior escolarização.

5.2 A organização pedagógica das escolas normais regionais no Piauí

A escola como uma instituição estimula e emprega recursos para alcançar suas finalidades organizacionais, uma vez que foi e será sempre o objetivo dela a humanização dos alunos, sejam eles crianças ou jovens, pela assimilação dos conhecimentos escolares ou científicos. Com isso, a organização pedagógica das escolas deriva de uma associação habilitada coerentemente para gerir e utilizar os recursos essenciais para que tal finalidade se concretize.

Essa compreensão vem norteando a presente sessão que trata sobre a organização pedagógica das Escolas Normais Regionais do Piauí. Para tanto, foi preciso reconstituir o exercício diário das vivências nessas instituições, desde a estrutura física à organização das aulas nas escolas. Assim, Farias e Magalhães Júnior apontam que, “Num primeiro momento o termo cotidiano nos faz lembrar o dia-a-dia de uma forma quase trivial. Investigar o cotidiano, por meio de um prisma teórico, implica descobrir o incomum no repetido (2007, p. 56)”.

Para os autores, a contextualização do cotidiano nos permite apreender as ações humanas, selecionando e especificando os fatos considerados fundamentais. Nesse sentido, eles consideram que

Interpretar a história como trama é exercitar a reconstituição do ontem sabendo que as ações humanas poderiam ser representadas como uma teia tridimensional em que, ao esgarçar qualquer dos seus pontos, o restante dela seria afetado, modificando e modelando o que o problematizador, aquele que esgarçou a trama em busca de melhor compreendê-la, passa a relatar como história (FARIAS; MAGALHÃES JÚNIOR, 2007, p.57).

Com isso, as discentes entrevistadas ao lembrar da estrutura física da escola, selecionam partes específicas de suas memórias que julgam ser importantes. Nora (1993) afirma, que nem tudo hoje é memória e sim, história. A história necessita da memória, uma vez que chamamos de memória “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar (NORA, 1993, p.15). Nesse contexto, ao serem instigadas a lembrarem sobre a estrutura física da escola, as entrevistadas afirmaram:

A escola era mantida pelo Patronato Santa Maria Laboré. Então a estrutura sempre teve aquelas galerias enormes, você já entrou lá? Tinha as salas para trás até a quarta série. Depois, foram aumentando quando teve o Curso Normal. Na frente tinha a capela que ainda hoje, existe, tinha o refeitório das internas, a cozinha, dispensário, essas coisas de merenda. E do outro lado, tinha a comunidade das irmãs, onde elas moravam, uma estrutura muito bem-feita e muito bem cuidada, que nunca teve problemas, porque elas mantinham essa estrutura. Uma pena ter fechado após 53 anos que existia. [...] (MELO, 2020).

Funcionava bem, era bem estruturada. Eu passei em frente, estava tudo modificado, mais eram 4 prédios em cima de um morro, sabe? Não, eram 3 nessa época. Um era só para parte do colégio, o outro era o dormitório das internas, para as internas usarem e o outro era a capela. [...] várias salas de aula. O outro lembro perfeitamente funcionava a parte do refeitório e dos dormitórios das internadas, porque tinha muitas meninas internas. (SILVA, 2021).

Como se percebe nas falas das participantes da pesquisa, a estrutura da Escola Normal Regional, no caso, de Piripiri, era ampla, o mesmo como narrado pela senhora Francisca Melo anteriormente, que tanto o prédio como o terreno foram doados pelo DNOCS para o Patronato Santa Catarina Laboré para fins educacionais. Naquele período, era comum os estabelecimentos de ensino terem locais amplos e arejados, seguindo a política higienista do período, a qual orientava que os ambientes deveriam ser espaçosos e arejados.

Todos deveriam ser construídos de forma sólida e em lugares apropriados, numa posição de visibilidade, com espaços bem divididos e amplos e com portas e janelas de medidas bem definidas, para que houvesse melhor circulação do ar. Porém, era comum muitos estabelecimentos de ensino funcionarem em casas alugadas adaptadas para tal fim.

A estrutura física, era um prédio comum, não era um prédio...aquela coisa, no Piauí, cidade do interior, tudo era muito simples ne? Era uma casa que ele transformou em colégio, que tinha salas amplas ne? tinha carteiras ne, a estrutura para época era uma estrutura boa, porque nós não tínhamos exemplo, [...] (COSTA, 2021).

A fala de senhora Diná Costa evidencia que a Escola Normal Regional “Dom Inocêncio” não possuía sede própria e os responsáveis pela instituição de ensino procuraram um local que fosse espaçoso e “com uma boa estrutura para época e para cidade”, uma vez que a mesma era muito pequena e com uma população menor ainda. Contudo, observa-se na figura 16, que para o final da década de 1950, o local em que foi implantada a escola possuía uma área extensa para os padrões da cidade.

Figura 16 - Prédio da Escola Normal Regional “Dom Inocêncio” em Gilbués.



Fonte: Arquivo particular da pesquisadora, 2019.

Observando-se a figura acima, da seta vermelha até o final da construção - lado direito da figura - tem-se a parte que funcionava a Escola Normal Regional de Gilbués, quando foi fundada em 1959. Nota-se, que era um prédio simples como relatado pelas entrevistadas, mas que representava para a população da região o acesso na própria cidade à educação, além disso, aquele prédio correspondia ao desenvolvimento do município e, conseqüentemente, do Estado.

O que se constatou com as falas das entrevistadas e as poucas figuras que se teve acesso, foi que além de serem prédios alugados, eles tinham uma estrutura que chamava a atenção da sociedade local. No entanto, alguns desses prédios, como no caso do edifício da Escola Normal Regional de Florianópolis, no período da fundação, não possuía uma instalação construída para tal finalidade, funcionando durante muito tempo em um prédio de estrutura física parecida com o estabelecimento de ensino de Gilbués.

Figura 17 - Instalação da Escola Normal Regional de Florianópolis



Fonte: Acervo particular do Museu de Teodoro Ferreira Sobral Neto

Halbwachs (1990) aponta, que a memória individual guia indefinidamente a um grupo social. Dessa forma, as lembranças das pessoas estão sempre interligadas com seus grupos, instituições e sociedade. Para o autor, é nesse conjunto de relações que os sujeitos irão constituir suas lembranças. Nesse sentido, a senhora Adália Aquino, ao recordar sobre a escola como algo particular, selecionou como lembrança daquele período somente o prédio próprio, que foi construído para funcionar a Escola Normal Regional de Florianópolis em seus últimos anos, delimitando seu papel no exercício de elaboração da memória e rememoração daquele momento.

A escola era bem ampla, tinha banheiro, tinha as salas grandes, agora, só de um lado assim que já estava terminado, o outro lado terminaram depois, mas esse lado que a gente estudava, tinha as salas de aula, e era tudo arrumadinho, era bem zelada a escola, nós éramos bem tratadas no colégio, o colégio era... as carteiras era individual, muito bom. Tinha do lado uma mureta, na frente assim, tinha uma mureta assim, e tinha árvore plantada, eu não lembro, as árvores. Não era árvore mesmo só pra da sombra, tinha calçada ... Sim, eram

grandes bem ventiladas, muitas janelas, bem ventilada, tinha a área lá de fora que a gente sempre treinava, que eu batia na banda, ai tinha o lugar pra gente treinar, pra bater pra não incomodar as outras salas, era muito gostosa as salas, eu não tenho o que me queixar da escola, era muito boa, os professores competentes (AQUINO, 2021).

Conforme os relatos das entrevistadas, observou-se que o município ou particulares escolhiam espaços amplos, mesmo que fossem casas alugadas, prédios adaptados ou construções próprias, para estabelecer as Escolas Normais Regionais do Piauí. Assim, elas possuíam salas espaçosas e ventiladas com janelas e portas altas, com divisões definidas facilitando o bom funcionamento dos estabelecimentos de Ensino Normais Regionais no Piauí. Sendo assim, elas foram providas de uma organização pedagógica similar devido a universalização do ensino. Souza assinala, que com

a constituição da escola primária moderna com base no ensino simultâneo, na graduação escolar, na reunião de várias salas de aula em um mesmo edifício-escola, ancorou-se, também nesta nova concepção de organização pedagógica, a qual compreendia: o estabelecimento da classificação uniforme dos alunos, a ordenação de um plano de estudos (programas) contendo a divisão do conhecimento a ser ensinado nas diversas séries do ensino primário, e, por último, a distribuição diária das lições e dos exercícios, isto é, o emprego do tempo (SOUZA, 1999, p.137).

Percebeu-se, que o tempo na organização pedagógica é um elemento importante para a estruturação do ensino. A esquematização do dia e do ano escolar, o ritmo de avanço das matérias são reflexos administrativos, compreendidos aqui como tempo escolar. A distribuição dele, como foi mencionada por Souza (1999), significa uma concepção contínua e segmentada do ensino, contudo, com a separação os conhecimentos não deixam de se acumular e não precisam estar relacionados.

Sendo assim, as horas numa instituição de ensino, seja este primário ou secundário, calculadas pelos sinos, cadernos e recreio, relacionam-se ao tempo escolar. E é o tempo relacionado ao horário de funcionamento das Escolas Normais Regionais no Estado, que se tem como objeto de estudo aqui, com a finalidade de perceber a organização pedagógica das instituições.

O horário de funcionamento era na parte da manhã, todo mundo estudava na parte da manhã, por que lá é muito quente ne, então, era pouca gente então todo mundo estudava na parte da manhã, [...] (COSTA, 2021).

Na fala da senhora Diná Costa, o período de funcionamento da Escola Normal Regional “Dom Inocêncio” tinha a influência das condições climáticas locais. Como o Piauí tem um período de temperaturas muito elevadas, era comum as instituições de ensino escolherem o horário de seu funcionamento pela manhã, uma vez que nessa parte do dia a temperatura costuma ser mais amena. Em relação ao período de funcionamento das Escolas Normais de 1º Ciclo, o Decreto-Lei 8.530/1946 não menciona sobre horário de funcionamento, afirmando apenas no parágrafo 2, Art. 17, que os trabalhos escolares deveriam ocorrer diariamente, com exceção dos domingos e feriados.

Eu estudava pela manhã, era de 7h até as 11h30, por aí. Depois liberavam e de tarde entrava a outra turma de crianças até 17h (MELO, 2020).

Começava às 7h da manhã e terminava dependendo da condição do professor, mas, geralmente, eram 11h ou 11h30 (AQUINO, 2021).

Era entre 7 ou 7:30 até 11 horas que eu lembro disso, porque eu sempre estudei na parte da manhã, o de outro horário eu nem sei (SILVA, 2021).

Observa-se nos relatos das participantes do estudo, que quando rememoram o horário de funcionamento das escolas, elas se remetem ao período da manhã, pois como fica subentendido no Decreto-Lei 8.530/1946, ficaria a cargo dos estabelecimentos de ensino definir o horário que ocorreriam as aulas. Como evidência Gallego (2010), a definição e organização do tempo escolar está vinculado à criação da escola seriada, no período em que ele se instituiu à sociedade, variando de outros tempos sociais, como por exemplo: a família, o trabalho ou o lazer.

Nesse sentido, o tempo escolar das alunas internas era diferente do que vivia as alunas no externato como aponta Cléa Rezende Neves de Melo⁶⁵, autora do livro “Piripiri: À sombra de buganvílias e madressilvas” e aluna da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus, que possuía internato e externato. A autora aponta que a organização do tempo das discentes internas era diferente. Segundo Cléa Melo, a organização pedagógica do internato se dava de forma diferente:

No internato levávamos vida metódica. Horários sagrados. Às 6 horas da manhã, acordávamos com o tradicional “bom Jour”. Assistimos à missa

⁶⁵ Cléa Rezende Neves de Melo, filha de Piripiri, nasceu no ano de 1940. Ela seria uma das entrevistadas da pesquisa. Porém, quando estávamos em processo de acerto para realizar a entrevista, ela teve uma infecção e foi hospitalizada, posteriormente, contraiu Covid-19, vindo a óbito em setembro de 2021.

diariamente. Comum que comungássemos. Tomávamos café e seguíamos para sala de aula. Servia-se o almoço 12 horas. Tínhamos duas horas de lazer e às 2 horas da tarde preparávamos os exercícios caseiros. A merenda se dava às 15h30. Depois, o banho e reza – terço. Jantar às 17h30. Brincava-se até às 19h, horário do toque do sinal para dormir (MELO, 2006, p.84/85).

A Análise do trecho do livro proporciona uma percepção de que as instituições de ensino no século XX tinham horários rigorosos, influenciando na conduta disciplinar dos alunos. Gallego (2010) assinala, que muitas vezes o homem não está atento ou consciente desses marcadores temporais, sendo em diferentes momentos aceitos como algo que faz parte de seu destino ou algo natural e não como um elemento socialmente obtido. Cléa Rezende de Melo deixou registrado no seu livro que, no último ano do Ensino Normal Regional, ela ficou como externa, ficando a organização do seu tempo escolar diferente. Para a autora, a saída do internato fez com que não tivesse,

[...] o mesmo sucesso estudantil no externato. Faltavam-se horários específicos e a liberdade, uma conquista nova, me fascinava. Eu perambulava pelas ruas de Piripiri, para aproveitar o tempo perdido. [...] Irmã Ângela preocupou-se com minhas notas, pediu ao padre Isidoro para me aconselhar no estudo. [...] O sacerdote apresentava-se de aspecto alegre, porém reservado e dotava-se de tato para lidar com os jovens (MELO, 2006, p.96).

Ao sair do internato Cléa Rezende de Melo percebeu marcadores temporais diferentes do que tinha no internato da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus. Antes a organização pedagógica da instituição, com horários rígidos, guiava suas ações diárias. Agora, apesar de continuar estudando na escola pela manhã, como ela disse, era a “liberdade” que orientava suas ações, principalmente, depois do horário de funcionamento da escola, saindo “pelas ruas da cidade em busca do tempo extraviado pelo período que passou no internato”. Para Gallego,

Os modos de compreender e viver o tempo relacionam-se com os instrumentos de medida que estão disponíveis ou que foram desenvolvidos num dado momento histórico, mas também com os níveis de apreensão e dos usos que as pessoas fazem deles, esses estreitamente ligados à cultura e ao nível social (GALLEGO, 2010, p.336).

Nesse caso, as marcas temporais para Cléa de Melo em relação a seu período de escolarização na Escola Normal Regional de Piripiri se deram de duas formas: o momento em que ela teve suas vivências e experiências como aluna interna e externa da instituição, levando

a conclusão de que as experiências da organização pedagógica em relação ao funcionamento das instituições de Ensino Normais Regionais se diferem, sendo percebida de forma diversificada a partir da visão de quem estão subordinadas.

Dentro do tempo escolar, percebeu-se conforme as lembranças que tinham sobre as aulas na escola, que a organização das aulas se dava por meio da divisão das disciplinas em horários, sendo que alguns delas se repetiam durante a semana, pois tinham uma carga horária maior. Nesse sentido, o relato da discente da Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus evidencia que as aulas eram organizadas,

Mudando de professor, acho que era 45 minutos para cada disciplina. Penso eu, eu lembro que era mais ou menos isso. 45 minutos para cada disciplina daquele dia que tinha no horário (MELO, 2021).

Pessanha e Silva (2014, p.73) enfatiza, que essa organização das aulas significa “[...] à vigilância dos estudantes, à gestão centralizada, à racionalização e à organização dos em uma modalidade concreta de ocupação do tempo”. Em relação à organização das aulas, evidencia-se que as mesmas não lembravam ou selecionavam suas memórias, esquecendo parte dessa vivência. Le Goff (2003) assinala a memória como algo essencial, não sendo somente uma aquisição, mas um elemento de poder que estabelece aquilo que deve ou não ser lembrado. Nesse sentido, a senhor Diná Costa diz:

Eu não me lembro assim, nós tínhamos várias aulas durante o dia, mas não me lembro assim o período de uma aula, não me lembro do período de duração, sinceramente não me lembro (COSTA, 2021).

A organização das aulas acaba por tornar o espaço do estabelecimento de ensino um local de vigilância, utilizando-se dos horários para sustentar as práticas e as condutas escolares estabelecidas de forma a gerir o tempo do homem, pois mesmo a participante não lembrando o tempo de duração das aulas, veio a sua memória a quantidade de aulas que ela tinha no decorrer do dia.

Durante as pesquisas, ficou claro que as instituições de Ensino Normal Regional do Piauí produziram documentos escolares. Entretanto, esses documentos precisam ser questionados de forma que permitam compreender a realidade educacional em que foram concebidos, ou seja, o pesquisador/historiador deve estar atento ao contexto educativo e cultural em que foram concebidos.

Desse modo, para melhor compreender como as alunas aprendiam a organização pedagógica por meio da segmentação das aulas, analisou-se os boletins de frequência da Escola Normal Regional de Gilbués.

Figura 18 - Boletim de Frequência da Escola Normal Regional “Dom Inocência” de 1959.

Boletim de Frequência de 3 de Abril a 15 de Junho de 1959
Escola Normal Rural do Município de Dom Inocência
1º ciclo - Série 1ª - Curso Normal

Nome do aluno	Meses:			
	Abril	Maio	Junho	Total
Aulas dadas	21	22	42	85
Aulas frequentadas segundo o horário	76	76	42	242
Faltas:				
1. Marlucy Roubota Prado				
2. Dina Mirandete Louzeiro				
3. Gertrudes Bazeiro de Miranda	3	5	14	
4. Eliene Myra Biazelle Mascarenhas		4	11	15
5. Mariadulva Barreira Farente		2		2
6. Carlos Carneira Farente	1			1
7. Demerval Barreira Farente		2		2
8. Marlucy Barreira Farente	2		2	4
9. Luzia Barreira Farente	2	1		3
10. Maria Antônia Soares Brito		3	2	11
11. Rosamundo Dias Oliveira	1	3		3
12. Josefina Barreira e Pereira		4		4
13. Juracy Martins de Carvalho				
14. Uleani Roberto Lima		4	2	6
15. Osvaldo Lima de Oliveira	7	3	1	11
16. Sebastiana Oliveira Costa				1
17. Maria Benilde Louzeiro Lima	1			1
18. Bríllida Justina Mascarenhas			1	1

Gilbués, 1 de Setembro de 1959
Minaery Barreira Nunes, Secretária
St. Paulo Aires de Aguiar, Diretor
M. dos S. Romualdos Aguiar, Fiscal

Boletim de Frequência de 1º de Agosto a 15 de Novembro de 1959
Escola Normal Regional do Município de Dom Inocência
2º ciclo - Série 1ª - Curso Normal

Nome do aluno	Meses:			
	Agosto	Set.	Out.	Nov.
Aulas dadas	96	76	104	32
Faltas:				
1. Marlucy Roubota Prado	-	-	-	-
2. Dina Mirandete Louzeiro	-	-	-	-
3. Gertrudes Bazeiro de Miranda	-	1	15	-
4. Mariadulva Barreira Farente	-	-	15	-
5. Carlos Carneira Farente	-	-	15	-
6. Demerval Barreira Farente	1	-	-	-
7. Josefina Barreira Farente	-	-	-	-
8. Luzia Barreira Farente	1	2	4	-
9. Maria Antônia Soares Brito	-	-	1	-
10. Rosamundo Dias Oliveira	-	-	-	-
11. Josefina Barreira e Pereira	-	-	15	-
12. Juracy Martins de Carvalho	-	-	-	-
13. Uleani Roberto Lima	-	-	-	-
14. Osvaldo Lima de Oliveira	-	-	-	5
15. Sebastiana Oliveira Costa	1	5	-	-
16. Maria Benilde Louzeiro Lima	-	-	-	4
17. Bríllida Justina Mascarenhas	-	-	-	-

Gilbués, 1 de Setembro de 1959
Minaery Barreira Nunes, Secretária
St. Paulo Aires de Aguiar, Diretor
M. dos S. Romualdos Aguiar, Fiscal

Fonte: Arquivo escolar da Escola Normal Regional “Dom Inocência”

O Decreto Federal - Lei nº 8.530/1946, em seu Art. 17, organizou em dois períodos letivos o ano escolar das instituições de Ensino Normal Regional, ressaltando na alínea “a”, um período letivo em que o aluno deveria frequentar de 15 de março a 15 de junho e de 01 de junho a 15 de dezembro e na alínea “b” aponta que do dia 16 de dezembro a 14 de março e de 16 a 30 de junho deveria ocorrer o período de férias. Assim, as alunas das duas instituições de Ensino Normal - tanto de primeiro ciclo como de segundo - deveriam frequentar as aulas para desenvolver seus trabalhos de classe e extraclasse conforme o indicativo da alínea “a”.

Porém, a legislação estadual Decreto-Lei nº 1402/1947, no art. 12, que trata do ano escolar se diferencia do Decreto Nacional 8.530/1946, porque os períodos letivos ocorriam de 01 de março a 30 de junho e de 01 de agosto a 30 de novembro, sendo o período de férias de 15 de dezembro a 15 de fevereiro e de 01 a 31 de julho (PIAUI, 1947). Nesse sentido, mesmo o decreto seguindo algumas diretrizes nacionais, nesse ponto eles se diferem.

Isso é observado no boletim de frequência da Escola Normal Regional de Gilbués (figura 18), na parte inicial, quando aparecem os meses que as alunas frequentaram as aulas. Na análise do documento escolar, observa-se que as aulas iniciaram em abril terminando em

junho de 1959. O mês de julho foi destinado às férias e nos meses de agosto a novembro as discentes voltaram a desenvolver seus trabalhos de classe e extraclasse.

O boletim de frequência dessa instituição referia-se a 1ª série do 1º Ciclo no ano de 1959. Era um registro geral da quantidade de aulas e da assiduidade dos alunos na escola. Nos dois boletins de frequência do estabelecimento de Ensino Normal Regional de Gilbués - 1959 e 1961 - apontou-se o número de aulas previstas, seguido do período letivo, do horário e das aulas dadas pelos professores. No ano do boletim (figura 18), nos meses de abril a junho, estava previsto um total de 241 aulas, no entanto, só foram dadas 211, indicando uma diferença de 30 aulas que não foram ministradas.

Já no segundo semestre - de agosto a novembro - não consta o registro do número de aulas previstas, sendo apresentadas apenas as aulas ministradas, no caso 333. O interessante em relação às aulas nas instituições de Ensino Normal Regional, foi que não ficou nítido, tanto no Decreto-Lei Nacional como no Estadual, a quantidade de aulas que cada disciplina deveria ter durante os trabalhos no ano letivo. Outros elementos observados (figura 18), foram a quantidade de alunos e as faltas adquiridas por eles.

Assim, no boletim de frequência do ano de 1959, ficou registrada a quantidade de 18 discentes, no primeiro semestre e 16 no segundo semestre, havendo a desistência de dois estudantes⁶⁶. Percebe-se, que eles quase não faltavam durante o mês, provavelmente devido a rigidez da escola em relação aos trabalhos de classe e extraclasse ou ao rigor do disciplinamento no estabelecimento de ensino.

Nesse sentido, quando se fala especificamente da categoria tempo, estar-se-á querendo enfatizar que ela tem a função simbólica reguladora e é uma construção sócio-histórica e cultural. Assim, as mudanças ocorridas nas escolas no decorrer da história têm possibilitado entender os diferentes tempos escolares que são: tempo de escola, tempo de escolarização, tempos na escola.

Para Souza (1999), pensar a categoria tempo como uma construção histórica e social, significa pensar o tempo escolar da mesma forma, uma vez que de acordo com a autora, essa nova organização do tempo originou-se com essa instituição sendo tramada no processo de criação dos sistemas nacionais de ensino, que instituem uma nova organização administrativa e pedagógica da instituição de ensino, nesse caso, as Escolas Normais Regionais do Piauí.

⁶⁶ Aqui, em alguns momentos da escrita, fala-se sobre o corpo discente no masculino, porque em alguns documentos escolares da Escola Normal Regional “Dom Inocêncio”, têm-se registros de alunos do sexo masculino.

Portanto, os tempos da escola são marcados por compassos e simetrias variadas como, por exemplo: a obrigatoriedade escolar, o ano letivo, a jornada, os horários de aula e outros. Assim, do ponto de vista econômico, o tempo escolar significa uma organização pedagógica que separa a infância e a adolescência e prepara para o trabalho e da mesma forma o separa dele (SOUZA,1999).

Ao se construir a narrativa sobre a organização pedagógica das Escolas Normais Regionais do Piauí, entre as décadas de 1940 a 1960, apreende-se por meio de memórias das entrevistadas como era o espaço físico dessas instituições, além de entender o funcionamento e a organização das aulas.

5.3 Lembranças vão... Lembranças voltam: o cotidiano escolar das normalistas regionais do Piauí

A escola ao longo de sua trajetória vem estruturando e acentuando os instrumentos ocasionadores de adaptação e dominação, pois são eles que corroboram com o processo de gestão, organização pedagógica e definições de soluções dentro da escola, ultrapassando as diretrizes do sistema público ou a legislação educacional. Desse modo, tem-se o estabelecimento de ensino como a mais relevante instituição da sociedade, encarregada pela educação do ser humano é diferente de outras instituições sociais.

A cultura atravessou as condutas do dia a dia da escola, seja na atuação dos seus ritos ou em seu modo de organização, sistema curricular e sua linguagem. Ou seja, cada instituição de ensino tem uma particularidade inserida em seu contexto e dessa forma, ela produz uma cultura peculiar ao certificar uma legitimidade na constituição de uma cultura escolar. Souza afirma que,

Tomar a cultura escolar como objeto histórico implica, de certa forma, enfrentar o desafio do exame dos processos de produção, imposição, circulação e apropriação de modelos culturais. Isto significa ater-se não somente à imposição de modelos – o discurso prescritivo de ordenação do campo educacional oriundo do Estado e dos responsáveis pelo ensino –, mas também às práticas e à apropriação de modelos pelos agentes educacionais (SOUZA, 2000, p.5).

A autora assinala que na pesquisa histórica a cultura escolar apreende um extenso e novo programa de pesquisa, que surge e perpassa entre outras áreas de investigação, como por

exemplo: história da disciplina escolar, leitura, profissionalização docente, métodos de ensino, currículo, dentre outros.

O autor Dominique Julia, em seus estudos sobre cultura escolar, a aborda como sendo uma mistura de práticas e regras, que segundo ele, “definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar [...], permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação de comportamentos” (2001, p. 2). Ele corrobora que a instituição de ensino não é só um local de difusão de conhecimentos, mas também um espaço de inculcar hábitos e valores.

A escola, como um produto do pensamento moderno, foi muitas vezes entendida como um local que não considerava as experiências vivenciadas pelo indivíduo. Sendo assim, Benito (2017) proporciona a discussão de cultura pelo campo da experiência e reconhece a cultura escolar como referente a espaço e tempo. Para ele,

A cultura da escola, que se tece, [...] no mundo da experiência e se constitui em conhecimento mediante as práticas desenvolvidas nas instituições educativas, passou a fazer parte da memória que nos acompanha, ao menos em dois âmbitos: o dos sujeitos que formaram segundo os modos de ação das instituições educativas; e o dos membros da corporação de professores, que se valeram dela para desempenhar seu ofício ou profissão. Para ambos, a cultura escolar é um patrimônio importante e necessário, que afeta a constituição de sua própria identidade (BENITO, 2017, p.179).

As práticas e seus significados emaranhados no cotidiano escolar são reconstituídas pelos indivíduos e formam a cultura escolar, salientando que existem forças que perpassam essa cultura. Esse cruzamento possibilita diversos caminhos, atalhos, bloqueios, dentre outros. Dessa forma, quando a experiência se concretiza, reflete no modo de ser e estar do homem em seu ambiente, registrado nas memórias e elaborando subjetividade.

Inseridas nesse contexto, as instituições de ensino guardam boa parte da memória social, resultado do cotidiano e de sua brevidade. Para isso, retratam o período de toda a aprendizagem por meio de fatos utilizados pelos sujeitos, como por exemplo, transmissão de valores, normas, o caminho até a escola, o fardamento escolar, materiais didáticos, brincadeiras, entre outros, que vão recebendo sentido na relação social com o cotidiano, sinalizando que a instituição de ensino é local de memória simbólica e material. Faria Filho (2007) concebe a cultura escolar como,

[...] uma categoria, como um constructo teórico que permite, metodologicamente, operacionalizar a pesquisa e, do ponto de vista analítico, organizar e compreender as múltiplas facetas da experiência escolar. [...] sendo mais que uma forma de descrever a escola e os seus processos de organização e transmissão culturais, a cultura escolar é, também objeto histórico[...]. Assim, se referirmos à categoria penso que seja mais rigoroso dizer cultura escolar (no singular) e, do ponto de vista do objeto ou campo de estudos, culturas escolares (no plural) [...] (FARIA FILHO, 2007, p 196/197).

De acordo com a citação, pode-se inferir que a cultura escolar vai além da descrição da escola, entendida aqui como as práticas cotidianas ou os atos vivenciados pelos indivíduos a partir dos lugares de suas tramas, teias e debates, sentidos e significados.

Nesse sentido, entende-se a cultura escolar a partir de experiências e memórias das discentes, refletindo sobre as características relativas às práticas educativas e às festividades, dentre outras atividades que permearam o mundo das Escolas Normais Regionais do Piauí. Assim, por meio das vivências construídas pelos discentes na coletividade, teve-se acesso às práticas educativas dos professores das Escolas Normais Regionais do Estado, que influenciaram na formação das regentes de ensino primário.

É comum considerar a prática pedagógica e a prática educativa como termos sinônimos. Todavia, a prática pedagógica significa as práticas sociais, que têm como objetivo consolidar os processos pedagógicos. Já a prática educativa está relacionada às práticas que acontecem para efetivação dos processos educacionais. Ou seja, são características diferentes, porém, conceitos reciprocamente articulados. Carvalho e Marques (2016) entendem que as práticas,

Por serem práticas socialmente construídas em contextos educativos, sendo a escola o contexto que nos interessa situar a discussão [...], elas são planejadas, organizadas e operacionalizadas em dois níveis. Em nível geral, são as práticas educativas previstas pelos agentes educativos (gestores e docentes) destinadas ao corpo discente (CARVALHO; MARQUES, 2016, p.123).

As autoras assinalam que ambas as práticas são delineadas intencionalmente no ambiente escolar por meio da relação professor e aluno, que compõem o processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, ressalta-se que é essa prática educativa que se quer entender nesta pesquisa, buscando apreender, por meio da memória, como se deu a prática educativa dos professores das Escolas Normais Regionais do Estado. Sendo assim, as discentes dessas instituições, ao narrarem sobre as práticas dos seus professores, informaram que

[...] os professores eram pessoas assim, eu me lembro que o professor de história era o juiz de direito da cidade né? então ele⁶⁷ trouxe os professores de Floriano, aquelas professoras que, recém-formada na época, então ele trouxe, e isso foi muito bom, por que elas tinham uma didática para ensinar sabe, foi Dona Genoveva, se eu não me engano Rosalia, Carmelita, todas professoras recém-formadas em Floriano e ele levou. Zélia que era uma dentista que ele levou pra Gilbués para dar aula de ciências, então ele tinha esse comprometimento e foi muito bom, muito bom (COSTA, 2021).

Eu lembro que a maioria até era as próprias freiras que davam aulas, tinha poucos professores de fora pelo menos na época que eu estudava lá. Eu me lembro de uma professora, mas não lembro nem a aula que ela dava, Araçá. Ela era uma cearense também, morava lá, só não me lembro do que ela dava aula a Araçá (SILVA, 2021).

Era comum naquele período, mesmo na Escola Normal Regional “Dom Inocêncio”, que foi a última destas instituições a ser criada no Piauí, professores que exerciam cargos no Ensino Secundário terem outra formação que não a do magistério, como no caso da escola de Gilbués, na qual os docentes exerciam outras profissões, como por exemplo, de juiz, dentista, padre, freiras, médico, dentre outras. Percebe-se que ao instigar suas memórias sobre a prática de suas professoras ou professores que contribuíram na sua formação, elas na maioria das vezes lembravam das disciplinas ou quem as ensinavam.

As disciplinas, é português...deixa eu ver[...] Português, matemática, ciências, geografia é, desenho, trabalho manual, a gente aprendia a bordar, fazer, crochê, e música..., canto orfeônico o nome da matéria, canto orfeônico eu estou lembrada ainda. [...] e tinha história do Brasil, tinha história geral, [...]. É, geografia geral, geografia do Brasil, não sei quantas matérias, [...] (AQUINO, 2021).

As disciplinas mais lembradas foram as de formação geral, sendo a de canto orfeônico e trabalhos manuais as primeiras a serem citadas por elas. Nesse momento, as discentes relataram inclusive o que era ensinado na disciplina de trabalhos manuais, como assinala a senhora Josefina Melo.

Tivemos aulas de trabalhos manuais também que a gente tinha que fazer o trabalho durante o ano e expor no final, quer dizer, eram coisas concretas, não tinha e não podiam fazer trabalho de qualquer jeito não. A gente tinha que fazer e no final do ano expor aquele trabalho. Quer dizer, era um comprometimento acima de tudo (COSTA, 2021).

⁶⁷ “Ele”, a quem a senhora Diná Costa se refere no trecho da entrevista, era o Padre Paulo Vieira, que levou vários professores de Floriano para ministrar aula na Escola Normal Regional “Dom Inocêncio em Gilbués”.

A irmã Suzana dava aula de desenho e trabalhos manuais que naquele tempo tinha uma exposição e ganhávamos prêmios. Não ensinam mais as meninas fazerem nada. A gente aprendia a fazer crochê, tricô, ponto cruz, bordado... fazíamos pano de amostra, hoje não fazem mais nada (MELO, 2022).

Amaral e Oliveira (2015) assinalam que a disciplina de trabalhos manuais foi agregada às outras disciplinas escolares desde o Império, mas com o advento da República ela ganhou uma nova configuração devido ao surgimento dos grupos escolares e ao crescimento do pensamento da escola como estabelecimento formador. As participantes da pesquisa, ressaltam que ao final do ano era realizada uma exposição. Essa prática era comum nas Escolas Normais Regionais no Brasil. Para as autoras,

Retomando-se a temática dos trabalhos manuais, deve-se ter em conta que as suas exposições eram um acontecimento relevante no cotidiano das instituições escolares. [...] todos os trabalhos manuais executados nos estabelecimentos de ensino, fossem de material fornecido pelo Estado ou não, deveriam ser vendidos durante a exposição de encerramento das aulas [...] (AMARAL; OLIVEIRA, 2015, p.389).

As exposições, como afirmam Amaral e Oliveira, passam a fazer parte da prática desta disciplina sendo pré-requisito para seu encerramento uma exposição no final do ano. Para que tal acontecimento na escola ocorresse, as entrevistadas relataram, que faziam pano de bandeja, pontos de amostra como ponto de cruz, ponto cheio, amostra do alfabeto, toalhas de mesa ou de banho, almofadas, dentre outros. Ainda em relação às exposições, a senhora Josefina Melo lembrou que: “Era o pessoal, as mães das alunas, o pessoal que gostava de ver essas coisas, ia as alunas das outras classes, iam muita gente, [...]”. (MELO, 2022).

A senhora Josefina Melo aponta que as discentes que possuíam os melhores trabalhos na Escola Normal Regional – no caso Sagrado Coração de Jesus – eram premiadas. Com isso, participava da exposição toda comunidade escolar, os familiares e a sociedade piripiriense. Amaral e Oliveira (2015), em seus estudos destacam que os trabalhos realizados pelas alunas eram expostos e colocados à venda para os visitantes da exposição e o dinheiro arrecadado era transferido para o “caixa escolar”. Todavia, as participantes deste estudo revelaram que os trabalhos realizados por elas eram devolvidos para as mesmas e levados para suas residências.

Com o conhecimento e a prática adquirida nessa disciplina, algumas alunas utilizaram o bordado como trabalho. Muitas devido à pouca condição econômica se inseriam na profissão de bordadeiras, tornando-se uma fonte de renda para a família ao aceitarem encomendas para

bordarem os enxovais das moças da cidade, sendo em muitos momentos incentivadas pelas professoras, como foi o caso da senhora Josefina Melo e da Maria do Carmo Silva.

[...] naquele tempo também todo mundo era pobre não tinha muita coisa, ninguém podia comprar nada, eu ajudava muito a irmã Suzana no bordado porque a irmã Suzana pegou a gente para bordar um enxoval de uma moça daqui e eu bordei uma toalha para o enxoval da moça (MELO, 2022).

Desse modo, mesmo a professora sendo a incentivadora da inserção das alunas no mercado de trabalho, a transação de comercialização ocorria fora da instituição de ensino. As discentes, de certa forma, acabavam movimentando o mercado econômico da cidade a partir da venda dos produtos artesanais feito por elas.

Outra disciplina assinalada pelas alunas entrevistadas foi o canto orfeônico. Ela foi inserida no final do século XIX nos programas do Ensino Primário e no Ensino Secundário, tornou-se obrigatória a partir da década de 1930. Conforme Monteiro e Souza, a inclusão dessa disciplina no currículo das escolas, “[...] Tem um significado especial, uma vez que a disciplina se vinculou a um amplo projeto político-cultural de difusão dos valores cívicos e de construção da nação brasileira, projeto predominante no período entre 1930 e 1960 (2012, p.116). Sobre essa matéria, as participantes da pesquisa relataram:

Nós aprendíamos de tudo, nós aprendíamos, primeira nota musical, esse negócio de grave, colchê⁶⁸, essas coisas, então a gente tinha aquela, primeiro aprendia isso para depois começar a evoluir ne? e eu acho que, sei lá, os professores eram tão interessados, eram tão... comprometidos sabe, não tinha horário. Qualquer hora que a gente... determinada coisa, estava todo mundo pronto ali entendeu (COSTA, 2021).

Na Escola Normal Regional de Floriano identificou-se em livros de biografias, o nome de dois professores que ministraram essa disciplina e foram lembrados pelas discentes:

Tinha um professor Eleutério Rezende, de Barão de Grajaú⁶⁹ e tinha a professora Lurdinha [...] o professor era bem idoso. Certa vez ele fez umas provas e ele tinha que atravessar o rio numa canoa e aí ele de volta com essa prova e deu um o vento que levou todas as provas (risos) era interessante ele

⁶⁸ Colchete é usado para conectar duas ou mais linhas de música que soam simultaneamente. No uso contemporâneo, ele normalmente conecta pautas de conjuntos de instrumentos individuais (por exemplo, flauta e clarinete; duas trombetas; etc.) ou partes vocais múltiplas.

⁶⁹ Barão de Grajaú é uma cidade do estado do Maranhão, vizinha a cidade de Floriano que é separada pelo Rio Parnaíba.

contar esse sufoco que passou com essas provas voando dentro do Rio (AQUINO, 2021).

A senhora Adália Aquino lembra do professor de canto e do que aconteceu com as provas quando ele trabalhava na Escola Normal Regional de Florianópolis e retornava para sua cidade. Após sua saída da instituição, a professora Lourdinha Lopes assumiu a cadeira.

Figura 19 - Professores de Canto orfeônico entre 1947 e 1968⁷⁰



Fonte: ATTEM; COSTA; SOBRAL NETO, 2019.

O professor Eleutério Martins Resende⁷¹ era de Barão de Grajaú, considerado uma das maiores inteligências da região. Ele tornou-se músico e compositor com um acervo de músicas religiosas e profanas. Além disso, ele era visto como exímio professor. Na década de 1940, quando houve a criação da Escola Normal de Florianópolis, assumiu a cadeira de música que dominava com grande habilidade. Professor Eleutério Resende foi professor de música – canto orfeônico – da Escola Normal Regional de Florianópolis, Colégio Santa Teresinha, Grupo Agrônomo Parentes, Colégio Joana Leal e Ginásio Primeiro de Maio (LOPES, 1997).

Já a professora Lourdinha Lopes, como era conhecida em Florianópolis, desde criança, entre seus quatro e cinco anos, já cantava nos eventos realizados pela sua mãe. Estudou o ensino primário no Grupo Agrônomo Parentes no período de 1941 a 1947 e nos anos de 1948 a 1951,

⁷⁰ Professores da Escola Normal Regional de Florianópolis. A professora Lourdinha Lopes substituiu o professor Eleutério Resende a partir da década de 1960.

⁷¹ Para maior conhecimento sobre os professores Eleutério Resende e Lourdinha Lopes, ver os livros de Biografias da Coleção Florianense, organizado por COSTA, Cristóvão Augusto Soares Araújo e o livro *Flagrantes de uma cidade*, organizado por LOPES, Luiz Paulo.

cursou o normal ginásial na Escola Normal Regional de Florianópolis, onde posteriormente assumiu a cadeira de Canto Orfeônico, em 1962, quando a instituição de ensino já estava finalizando essa modalidade de ensino. Ela também ministrou diversas disciplinas, como Educação Artística, Literatura Infantil, dentre outras disciplinas curriculares.

A professora Lourdinha Lopes também fundou um grupo de danças folclóricas, que recebeu o nome de sua mãe Adelina Rosa. Ademais, era compositora, música, maestrina, coreógrafa, poetisa, artista plástica e educadora. Destarte, os dois professores representaram a importância que tinham para a instituição, em especial para as discentes e para a sociedade, nesse caso, a florianense.

A professora de canto era a irmã Suzana, depois foi a irmã Teixeira uma bem baixinha, veio substituir a outra superiora e ela era bem baixinha, [...]. A gente ensaiava para cantar nas missas, eu não tinha voz, mas a superiora entendeu que tinha que cantar, aí tinha uns agudos, aí na vista dela eu não acertava dar esses agudos de jeito nenhum aí na hora que ela saía eu dava, aí as meninas começavam a achar graça (risos)[...] (MELO, 2022).

O relato da entrevistada além de trazer à tona as memórias sobre a disciplina, conduz a uma reflexão sobre o receio que as discentes tinham em relação aos seus mestres, evidenciado no trecho da fala mencionada acima, o qual retrata sobre o fato de só conseguir dá o agudo na ausência da irmã Teixeira. Constatou-se, que o fato de a professora insistir na participação da senhora Josefina Melo e o disciplinamento imposto por ela ocasionavam medo na discente, fazendo com que ela não conseguisse executar a tarefa dada pela irmã. Além disso, a disciplina possibilitava, como diz a aluna, prepararem-se para outras atividades tanto na escola como na comunidade:

Era com as irmãs que ministravam a disciplina. Nas festas, nas missas elas preparavam os cantos e nos ensinavam e a gente cantava nas missas, nas festas. Eram as irmãs. Tinha a irmã Ângela, muito bonita...uma voz linda, maravilhosa e era ela que mais ministrava a disciplina (SILVA, 2021).

O que me marcou muito foi as aulas de canto orfeônico, como era bom sabe? A gente trabalhava até porque você se sentia com vontade. Sei lá, não tinha muita diversão em uma cidade pequena. Aí a gente se juntava, cantava fazia aqueles teatrinhos que naquela época a gente chamava de drama. A gente cantava ne, nas datas comemorativas, tinha aquele entrosamento, tinha aquele intercâmbio entre as turmas, entre as pessoas entre aluno e professor. Eu acho que as aulas de canto orfeônico foi o que me marcou demais sabe? Eu gostava muito de música eu adorava cantar, eu gosto de cantar. Só não tenho mais voz, mas adoro cantar até hoje. Lembro da música do Dia da Árvore, do Sete de Setembro, do Dia da Bandeira, todos esses hinos a gente sabia de có, desde o

hino nacional que é imenso, até o Dia do índio, tudo isso a gente comemorava (COSTA, 2021).

Dessa forma, verifica-se a memória como resultado de uma construção coletiva, no qual o sujeito se expõe a um contexto social, aos fatos e às lembranças, muitas vezes já esquecidos, porém que ficam registrados na história. Para tanto, as participantes desse estudo apontaram, mediante suas memórias, a importância que davam a disciplina, inclusive relembrando os cantos que eram ensinados na escola.

É a árvore e o belo sincronismo
que torna o ambiente respirável
os galhos dela é eterno com seu metabolismo
transformado num perfume mais saudável.⁷²

De acordo com Agustín Escolano Benito (2017, p. 26), uma comunidade que reconhece a escola como primordial reflete, “na construção de uma nova subjetividade, apoiada nas narrativas que recolhem a experiência da formação, como elemento da identidade biográfica das pessoas [...]”. Nesse sentido, a construção de valores impostos pelo estabelecimento de ensino vai constituir o que o autor chamou de “expoentes da realidade da vida cotidiana das instituições” (BENITO, 2017, p.26).

Inserido ainda nas reflexões acerca da temática sobre a prática de ensino, outro elemento que chama atenção está relacionado aos materiais utilizados pelos professores para ministrarem suas aulas. Entre as décadas de 1940 e 1960, os recursos didáticos eram muito escassos, muitas vezes pela condição financeira do Estado e dos municípios. Em alguns períodos, as escolas tinham carências de livros didáticos e os docentes utilizavam somente o quadro negro para ministrar a aula, como relatado pelas alunas participantes do estudo.

Usados por eles? O principal era o livro né? O giz, o quadro negro os principais eram esses. (SILVA, 2022).

Livro de português, matemática. A dona Mazé gostava de levar uns livros de desenho, a Irmã que ensinava cântico também. Havia também os trabalhos manuais, que eu estava esquecendo, a Irmã Maria ensinava a gente (MELO, 2021).

⁷²Esse trecho da música foi cantado pela entrevistada, contudo a pesquisadora não teve acesso a autoria, como também a participante da pesquisa não mencionou de quem era a autoria.

Os livros e o quadro negro eram os principais recursos utilizados pelos professores e os mais citados pelas entrevistadas. A disciplina de Português, sendo a mais citada pelas alunas, fez com que a discente Adália Aquino lembrasse o livro adotado pela Escola Normal Regional de Florianópolis na década de 1960, que era uma coleção do livro de Português da autora Aída Costa, comercializado pela editora Brasil S/A. Contudo, tinham professores que utilizavam os livros e o quadro e para facilitar a aprendizagem dos alunos, valiam-se de outros recursos. Sendo assim, a senhora Diná Costa relatou que,

Ah, minha filha, já imaginou naquela época, né? Mas eles utilizavam muito o quadro negro, o livro, o caderno, a escrita. As anotações eles utilizavam muito, eu me lembro. Os desenhos, sabe, através de desenhos, por exemplo, ia dar aula. Deixa-me pensar aqui em uma coisa, aula de órgão dos sentidos, não tinha nada, só o livro ali, aquele livro, não era um livro não, eram vários livros. Naquela época era muito pobre e eles faziam cartazes com os órgãos, por exemplo, da audição. Desenhavam o nariz e colocavam lá o olfato. Era esse estilo. Usavam muito desenho e usavam muito assim coisa da natureza mesmo, entendeu? (COSTA, 2021).

Desse modo, alguns professores recorriam, durante o processo de ensino e aprendizagem, ao quadro, ao livro, às suas anotações e à escrita. Mas, usavam também recursos considerados mais modernos para a época, como os cartazes. Eram recursos simples e dentro das condições dos professores e das escolas.

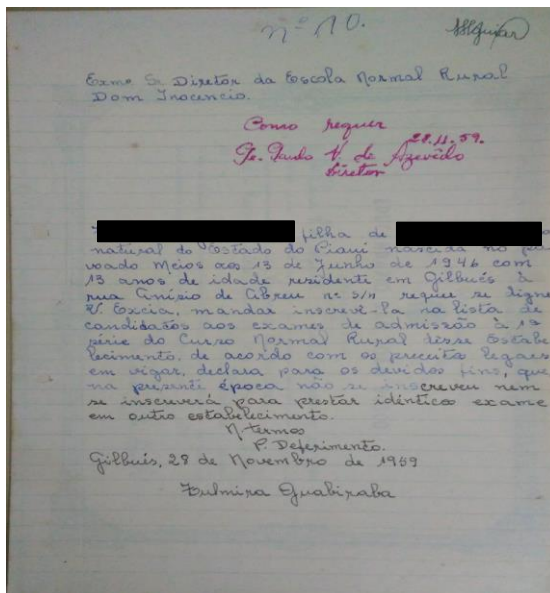
Outra prática comum nas Escolas Normais Regionais diz respeito ao processo avaliativo. O professor exerce um papel fundamental no crescimento da qualidade do ensino, sendo necessário que os critérios avaliativos dos futuros docentes fossem muito rigorosos, garantindo a qualidade da formação e da escola (BEZERRA, 2015). O ingresso das candidatas normalistas regentes de Ensino Primário perpassa por um sistema avaliativo padronizado e amplo, que se iniciava já com a seleção dela para as instituições.

Em 1958, eu fiz o exame de admissão, necessário para entrar, então eu passei. Fui estudar a primeira série que dava direito de lecionar até a quarta série. Não era Normal, era só regional (MELO, 2021).

O relato da discente Francisca Melo corrobora com o Art. 20 do Decreto-Lei Federal 8.530/46, o qual estabelece que para o ingresso em qualquer dos ciclos do Ensino Normal, exigia-se dos candidatos várias condições, dentre elas, como foi apontado na Alínea “e”, o

atestado do exame de admissão⁷³, apresentado pelas discentes das instituições, o qual se pode observar abaixo.

Figura 20 - Documentos escolares das discentes das ENR's de Piripiri e Gilbués, na década de 1950



Fonte: Acervo escolar das Escolas Normais Regionais de Piripiri e Gilbués, cedido à pesquisadora.

O exame de admissão era a primeira avaliação, a qual os discentes foram submetidos nas Escolas Normais Regionais para seu ingresso na instituição. Com a análise das fontes, percebeu-se que esse exame era um mecanismo de controle e poder, uma vez que tinha um cunho eminentemente seletivo. Essa seleção continuava quando as discentes ingressavam nas instituições de Ensino Normal.

Os docentes destas escolas realizavam as provas como um instrumento de avaliação, com a finalidade de aferir o nível de aprendizagem e competências alcançadas pelas discentes, classificando-as em função dos resultados obtidos. O Decreto-Lei 81.530/46, no Capítulo VII, ao definir sobre a habilitação dos alunos, retrata que para conseguirem alcançar uma outra série era preciso uma nota anual, uma nota adquirida na prova parcial e as notas de exame final, avaliadas de 0 a 100.

As provas parciais, que eram realizadas na primeira quinzena de junho, abordavam todos os conteúdos estudados no semestre. Na segunda quinzena de novembro, foram realizados

⁷³ O exame de admissão surgiu a partir da década de 1930 e perdurou 4 décadas e era o instrumento que separava o Ensino Primário do Secundário. Quem desejasse dar prosseguimento e ter acesso ao ginásio se submetia as provas escritas e orais em 4 áreas do conhecimento: Português, Aritmética, História e Geografia. Os alunos que não alcançassem a aprovação poderiam repetir o exame no ano seguinte. Entretanto, teriam que ter idade suficiente.

os exames escritos finais e no mês de dezembro, realizaram-se as provas orais. Elas se referiam aos conteúdos do ano corrente. Corroborando com o Decreto-Lei 81.530/46, o relato da entrevistada aponta que,

Tinha a prova oral que a gente fazia lá na mesa do professor e tinha a prova escrita. Eram perguntas, questões, vamos dizer que tinha dez questões, tinha sim ou não e a resposta. Por exemplo, quem descobriu o Brasil? ou qual rio que separa o Piauí do Maranhão? Tinha que colocar a resposta. Era oral e escrita, eram duas provas. E por exemplo, a de matemática, ela dava um giz e a gente ia no quadro resolver. Mas, a prova oral a gente fazia era em pé. No pé da mesa do professor. Não era sentada lá não, porque, às vezes, um coleguinha falava alguma coisa e a gente podia pescar alguma coisa. Tinha uma no meio do ano e outra no final. [...] Sei que a prova do fim do ano ..., a gente tinha medo do exame final, desse tanto de prova que a gente não podia errar (AQUINO,2021).

Olha, os meus professores, os nossos professores, eram muito exigentes. Eu falo que naquela época nós tínhamos, eu me lembro que a gente, por exemplo, no final do ano, história, você tinha tópicos para você estudar. Não era aquela materiazinha só dado no último semestre ou no último bimestre, entendeu? Tinha que dar conta da matéria do ano inteiro e assim colocava um tópico e vários subtópicos para você estudar. O tópico você tinha que fazer uma dissertação oral para o professor. Era chamado de prova oral e aquilo dava um nervoso na gente, porque você estava diante do seu professor, você ia falar aquilo, não podia errar. Você ficava mais nervosa do que se fosse uma prova escrita entendeu? Mas foi bom, por que dava para a gente estudar, ne? Você além da responsabilidade de estudar tinha obrigação de estudar para não fazer feio. Ninguém queria fazer feio até porque tinha reprovação. Os professores eram carrascos (COSTA, 2021).

Os períodos das avaliações para as alunas, em especial, a prova oral, representava um tempo de apreensão, pois além de não desejarem errar perante a figura do professor, elas tinham um peso importante. Conforme Bezerra (2015, p.243), para as discentes das Escolas Normais Regionais do Piauí, era um “momento tenso da formação, não apenas pela grande carga de conhecimentos avaliados em cada teste, mas, principalmente, pela pressão psicológica que o momento representava, pelo fato de estarem sendo avaliadas publicamente [...]”.

Para algumas outras alunas entrevistadas, apesar do rigor, encaravam a etapa com mais tranquilidade e como um período de compartilhamento, isto é, de dividirem o que tinham aprendido ou não nas disciplinas através dos erros ou acertos.

Tinha a escrita e a gente respondia, a gente copiava as perguntas para responder. As provas eram muito boas. Eram muito divertidas, quem saía primeiro ficava esperando as outras para ver o que tinha errado ou feito certo. A gente tinha uma turminha que ficava esperando (MELO, 2022).

Outro aspecto que se sobressaiu nas entrevistas diz respeito a etapa de avaliação voltada para a exigência da memorização dos conteúdos, evidenciado na fala da senhora Adália Aquino quando diz que as perguntas eram sobre quem descobriu o Brasil ou que rio separava o Piauí e o Maranhão. Nesse contexto, as normalistas tinham o receio da reprovação, por isso elas se esforçaram tanto para a prova oral como para as provas escritas, buscando atingir seus objetivos.

A disciplina de Prática de Ensino, chamada pelas discentes de estágio de regência ou tirocínio, estava presente nos Cursos Normais Regionais do Piauí, na 4ª série, conforme prescrevia a legislação federal (Decreto-Lei 81.530/46). Junto com a disciplina de Didática, a prática de ensino, conforme o Art. 14 do referido decreto, deveria ser realizada em atividade de observação e participação real do trabalho docente, de modo que interliga o conhecimento teórico com o técnico em todo o curso e ofertada regularmente no Ensino Primário das escolas primárias mantidas pelas instituições.

No próprio Patronato, no próprio Patronato, a gente dava as aulas. Era próprio para nós darmos as aulas. Era para fazer o Estágio (MELO, 2021).

Destarte, a Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus”, mantida pelo Patronato Santa Catarina Laboré, sustentou também um estabelecimento de Ensino Primário e como mostra a fala da participante da pesquisa, era um espaço próprio para as discentes desenvolverem suas atividades de observação e participação do trabalho docente.

Quando terminei eu já comecei a trabalhar, espera aonde foi... pouco eu trabalhei. Mas assim que terminei, elas me aproveitaram. Porque meu pai já trabalhava lá. Então, eu acho que foi lá mesmo no Patronato (MELO, 2022).

Bezerra (2015 p. 259), afirma que a prática de ensino “[...]absorvia as discentes com melhor desempenho escolar para lecionarem nas séries iniciais da própria Instituição e, dessa forma, conseguia realizar uma atuação eficiente nas atividades de ensino”. Desse modo, os professores da disciplina de Prática de Ensino tinham sua forma de ensinar fundamentada na supervisão e no modo como as alunas deveriam se comportar para atuarem no momento de sua regência, o que ficou evidente nas falas das participantes.

Eu fiz o normal regional, mas era uma coisa que eu gostava de fazer. Nós éramos supervisionadas na época que nós fizemos estágio, porque nós fizemos estágio em Gilbués, na sala de aula, e éramos supervisionados pelo padre, como diretor. Ele supervisionava tudo e era muito, muito exigente (COSTA, 2021).

Eu não lembro o nome... deixa me ver... a que ensinava, mas era prática escolar... não eu acho que era prática pedagógica. Tinha um professor que era preparado para isso. Tínhamos que chegar na sala de aula dá bom dia. Por exemplo, no tirocínio eu tinha que dar bom dia, dizer meu nome completo, saudar a sala de aula, as crianças com um sorriso uma música de bom dia, para depois ir dar o assunto (AQUINO, 2021).

Os discentes que se formavam nas Escolas Normais Regionais do Piauí saíam capacitados para assumirem a docência tanto na rede pública como na rede privada. No momento do estágio, os estudantes aprendiam os conteúdos que iriam ensinar, as metodologias e os recursos que poderiam ser utilizados nas aulas que iriam ministrar ao tempo que adquiriram as habilidades técnicas para realizarem seu trabalho com zelo e dedicação. Como o estágio era uma das etapas finais da formação do Ensino Normal Regional, foi solicitado aos participantes da pesquisa que relataram se tinham atuado ou não como regente de Ensino Primário.

Compreende-se, que a memória foi percebida no estudo, como uma lembrança espontânea - como muitas vezes aconteceu com nossas entrevistadas - ou como uma recordação solicitada - como foi o caso da lembrança sobre a atuação das discentes das Escolas Normais Regionais do Piauí - ou por meio do silêncio realizado por elas, como forma de se conectar a um tempo passado que já não volta mais, porém pode ser reconstituído. Nesse sentido, as entrevistadas evidenciaram que atuaram, em sua maioria, na zona urbana, em grupos escolares e somente uma das entrevistadas atuou na zona rural, como se verifica nas falas transcritas abaixo:

Eu atuei somente o ano que eu fiquei, o ano que eu fiz o estágio. Assim que terminei, eu saí de lá, porque eu queria estudar. Queria dar continuidade. Então, como professora de escola normal regional não atuei (COSTA, 2021).

Não, porque eu vim para Teresina, então não cheguei a lecionar, porque fiz o curso pedagógico e fui nomeada para a escola Cassiana Rocha. Foi a primeira escola que lecionei, tinha menino danado demais (MELO, 2021).

Não, eu não cheguei atuar na zona rural. Eu nunca ouvi falar essa parte de ir para zona rural não, pelo menos no colégio das irmãs eu não sabia dessa não. (SILVA, 2021).

Com a formação no Ensino Normal Regional - que correspondia ao nível do curso ginásial - as participantes da pesquisa deram continuidade a seus estudos, incentivadas por seus familiares. Entretanto, elas continuaram seus estudos fazendo o Ensino Normal (segundo ciclo), o que proporcionou a elas ensinarem ou se inserirem no Ensino Superior. Todavia, entre as

discentes entrevistadas, houve aquelas que não continuaram os estudos e nem exerceram o magistério.

Não, eu não atuei como professora. Depois que eu saí de lá uma amiga minha trabalhava na corregedoria estadual e o pai dela foi eleito deputado estadual. Ela foi pra Teresina e me deixou no lugar dela, me arrumou esse emprego. Eu fui trabalhar na corregedoria estadual. Fiquei três anos lá aí me casei e fui embora para Belo Horizonte (MELO, 2022).

O Ensino Normal Regional muitas vezes fazia a função do ensino ginasial, pois possibilitou aos estudantes a inserção no mercado de trabalho, ocupando diferentes cargos, como a senhora Josefina Melo que utilizou os conhecimentos adquiridos nesse nível de ensino para assumir um cargo público na corregedoria do Estado.

Além disso, observa-se na análise das fontes orais que não se pode afirmar que as discentes das Escolas Normais Regionais do Piauí não exerceram a função de regente de ensino primário na zona rural, pois apesar da maioria das entrevistadas terem exercido a profissão de docente primária nos grupos escolares da zona urbana, tivemos a senhora Adália Aquino que atuou no magistério, na localidade Barra do Lança, zona rural do município de Jerumenha.

Eu voltei pra Jerumenha e comecei a trabalhar lá. [...]. Depois eu voltei para trabalhar em Floriano em um colégio chamado Djalma Nunes. Quando eu fui trabalhar em Floriano, eu fui fazer o curso pedagógico, eu tinha só regional, não tinha o curso pedagógico. Só era normalista. Então, fui fazer o pedagógico em Floriano e trabalhava no Djalma Nunes. Quando eu terminei de fazer o pedagógico, eu vim morar aqui no interior de Jerumenha e trabalhei aqui. Trabalhei na Barra do Lança. (AQUINO, 2021).

Desse modo, a formação nos estabelecimentos de Ensino Normal Regional possibilitou às alunas exercerem uma profissão ainda na adolescência, podendo concorrer a cargos de regentes de ensino primário na zona urbana, caso as professoras primárias não fossem em números suficientes.

Outro ponto analisado nos depoimentos orais das entrevistadas, refere-se à formação recebida por elas nessas instituições de ensino, que as ajudou na prática de professoras primárias. Segundo as participantes, o conhecimento apreendido influenciou quando elas foram exercer a profissão e na continuidade de seus estudos, como mostra os relatos a seguir.

Sim. Na escola de Jerumenha, no começo, eu fiquei no segundo ano com 22 alunos. Sempre era assim, ensinava meus alunos a falar “Com licença”, eu

nunca voltava um aluno, porque chegava atrasado. A situação não era fácil, tinha aluno que ia para escola com muita dificuldade e a gente tinha que ser humana. Ensinava os meninos a darem “bom dia”, porque não é fácil uma criança dá bom dia e eu aprendi lá na escola normal. Foi muito agradável e útil o que eu aprendi na sala de aula (AQUINO, 2021).

Ah mais como, muito, muito mesmo. Por que dizem que é um dom, aquele dom de ensinar, ser professor e os métodos ensinaram né? E a gente desenvolve na sala de aula. Eu sempre gostei de dar aula muito, muito mesmo e parece que fui bem-sucedido. E muito, muito mesmo (MELO, 2022).

As participantes da pesquisa afirmam em seus relatos que nas Escolas Normais Regionais, elas aprenderam a “forma” para dar aula, pois como disse a senhora Diná Melo, as instituições ensinavam os métodos e elas colocavam em prática na disciplina de prática de ensino. Quando iam exercer a profissão docente, ministravam as aulas, conforme tinham aprendido com os professores nas duas séries do Ensino Normal Regional. As discentes relataram que para as suas práticas como docentes levaram também a formação moral ofertada pelas escolas, principalmente as que eram dirigidas pela Igreja.

Ajudou! Ajudou muito. Eu acho que a gente aprendeu..., principalmente na formação moral, sabe, a gente teve uma formação moral muito boa sabe? Naquela época a gente pensava que era muita rigidez, mas, depois a gente entendeu que aquilo era para a formação moral da gente mesmo. Acho que nós tivemos uma formação moral muito boa (COSTA, 2021).

Pode-se afirmar que as Escolas Normais Regionais do Piauí, em especial, a de Piripiri e de Gilbués, possuíam uma cultura fundamentada não só no conteúdo, mas também, em valores cívicos, religiosos e morais que se perpetuaram na prática de ensino das normalistas formadas por essas instituições, uma vez que as alunas utilizaram os valores adquiridos em suas práticas quando formadas.

A cultura escolar atravessava o dia a dia da escola sobre a influência dos seus rituais, linguagem, organização, gestão ou pelo sistema curricular. Assim, esses saberes são constituídos e organizados pensando nas pessoas que irão adquiri-los. Muitas vezes os alunos para receberem tais valores nas instituições são selecionados e como assinala Julia (2001), nas escolas são inculcados comportamentos e hábitos que influenciam na subjetividade deles, interferindo no fardamento, dos castigos, nas festas, dentre outros.

O uniforme, na cultura escolar, é um elemento que prevalece no imaginário da escola e se destaca como peça importante até hoje. Nas Escolas Normais Regionais do Piauí, como forma de manter os vínculos de controle sobre as discentes, perpassa diversos instrumentos do

cotidiano escolar, que compreendem o currículo, o regulamento, a arquitetura escolar, a avaliação e o uniforme (BEZERRA, 2015).

Nesse último, estabeleceu-se um elemento relevante na formalização do comportamento das discentes. Sendo assim, por ser um elemento relevante para estabelecimento de ensino, as discentes entrevistadas apontaram em suas memórias que,

Era para as mulheres: saia, saia pregueada. Você tinha que passar, a gente botava a sai debaixo do colchão, entendeu? para poder chegar no outro dia ela está bem passadinha... Por quê? Porque se você fosse, com a blusa amassada você não entrava. Se você fosse com um sapato sem meia você não entrava. Nós tínhamos sapato fechado com meia, saia e blusa. A saia não podia, naquela época também, a gente não usava minissaia, mas a saia tinha que ser num comprimento bom. Não podia mostrar o joelho e ainda tinha uma gravata, pense no calor do Piauí de gravata (risos), manga cumprida ainda por cima. Para os homens: Era a mesma coisa. Era calça, também camisa de manga comprida e gravata também. Não podia ir de chinelo, não podia ir de sandália. E era sapato naquela época, pois não usava tênis. Então, era sapato mesmo. Sapato e meia (risos) (COSTA, 2021).

Era uma saia. A saia tropical azul marinho, a blusa branca de manga comprida de punho azul marinho e uma gola azul marinho do mesmo pano da saia. Tinha um laço grande bem na frente da blusa e manga comprida. Imagina nesse calor daqui (MELO, 2022).

As estudantes se sentiam prestigiadas por usarem o uniforme das Escolas Normais Regionais do Piauí, uma vez que ele as identificava como normalistas. Nessa perspectiva, o “[...] uniforme era imponente, demonstrava disciplina e ordem, [...] e por isso ele [...] não era exigido apenas nos atos solenes ou nas comemorações cívicas. Ao contrário, era uma prática cotidiana, compreendida como uma estratégia para disciplinar as vestimentas das normalistas” (BEZERRA, 2015, p.297). Desse modo, a senhora Adália Aquino relata que o fardamento significava,

Disciplina da escola, nem que fosse no caminho ou alguma coisa assim. Não podia entrar em um bar ou pedir água, algo assim. Respeito a farda da escola[...] (AQUINO, 2021).

O uso e a cobrança do uniforme não era algo exclusivo das Escolas Normais Regionais do Piauí. No entanto, fazia parte da cultura daquele momento, sendo uma exigência tanto da escola pública como da escola particular. Assim, como enfatiza Bezerra (2015), o fardamento fazia parte dos itens que as normalistas deveriam apresentar no ato da matrícula juntamente

com os ornamentos, como gravata ou a meia. Dessa forma, elas não poderiam utilizar o uniforme de qualquer maneira, como relatou a senhora Adália Aquino.

E não podia andar com a blusa para fora da saia, tinha que estar com tudo arrumadinho, meia branca e o sapato preto. E alguém bordava aquele ponto cheio. Eu tenho até na minha foto de formatura. Tem a monograma da escola. Porque tudo da escola tinha que ser fardado, geralmente, tinha que ter duas blusas de farda (AQUINO, 2021).

As discentes deveriam estar sempre uniformizadas, pois isso facilitava a identificação, principalmente, das internas. As normalistas deveriam seguir também as regras de uso do uniforme para não sofrerem advertência ou punição. Destarte, as alunas deveriam possuir dois uniformes: um para ser utilizado diariamente e outro, uniforme de gala, para se utilizar em datas importantes.

Tinha o uniforme de gala, ela não era diferente. Era a mesma coisa da farda só que mais bonita. De tecido de algodão. Naquele tempo não tinha muito tecido por aqui não (MELO, 2022)

Esse uniforme - o de gala - era usado em momentos especiais, como por exemplo, nas missas, nas festas das comunidades, as quais a escola participava, nos desfiles cívicos ou nas festas escolares, como assinala a Cléa Rezende Neves de Melo, que foi aluna da instituição Normal Regional de Piripiri no livro “A sombra de buganvílias e madressilvas”.

Quando a Irmã Ângela proferiu os votos, como Irmã de Caridade, a missa foi lindíssima. O internato, em uniformes de gala, compareceu, e todas nós chorávamos de emoção, ouvindo a música das Irmãs de Caridades, cantada por Socorro (MELO, 2006, p.87).

Percebe-se, que o uniforme significa, então, um sentimento de pertencimento a um grupo social, intelectual e cultural, definido e concebido aqui, como um elemento da cultura escolar. Como analisado na fala das entrevistadas, o fardamento estabelece que o aluno adquira uma postura exemplar, uma vez que este representa a imagem da instituição, na qual estudam, sendo assim, significa que o uniforme representa a imagem para além dos muros da escola.

O uso errado do uniforme tinha como consequência punições, algo muito comum naquele período. No ambiente escolar, a prática da punição ou castigo foi amplamente usado. Nesse local existe um conjunto de regras que historicamente foi constituído e que devem ser

obedecidas com a finalidade de melhor conduzir a relação comunidade escolar, discente e docente.

Para as alunas das Escolas Normais Regionais do Piauí, recordar a vida escolar foi acionar um sentimento com misto de alegria e saudade, que fez retirar em muitos momentos risos das entrevistadas. Bezerra evidencia em seu estudo, que “Cada sociedade cria suas formas de socialização e de imposição de normas disciplinares às gerações jovens, com a finalidade de imprimir-lhes a cultura própria da época e do seu espaço social” (2015, p.285).

Nesse sentido, os relatos das entrevistadas sobre o castigo escolar apontam que se davam quando as discentes cometiam algumas infrações como fardamentos fora das normas da escola, atrasos, comportamentos considerados indevidos, uso do uniforme fora das áreas da instituição de ensino, dentre outras, como ficou evidente na fala da senhora Diná Costa.

Em uma das reuniões estudantis do grêmio eu cheguei atrasada três minutos. Eu era secretária, que fazia a Ata. Então, eu cheguei atrasada três minutos. Quando eu entrei na sala que eu vi que o padre já estava lá sentado. Eu me tremia e pensei: vai ser um castigo, porque tudo era castigo naquela época. Não era castigo de bater nem de ficar de joelho, mas pense numa frase que tive que escrever muito. Eu cheguei atrasada três minutos, mas também nunca mais cheguei atrasada para nada (COSTA, 2021).

Os castigos eram os mais diversos e iam desde a repetição de frases a ficar sem o recreio, todavia mesmo os castigos eram lembrados pelas entrevistadas com um certo saudosismo. Constatou-se, que os castigos eram vistos como necessários para se ter uma boa organização pedagógica ao passo que também eram vistos como influenciadores no processo de ensino e aprendizagem, por isso eram aceitos tanto pelas alunas como por suas famílias com naturalidade. Segundo Melo, as internas foram

[...]educadas, no Colégio, recebendo castigos. Se transgredíamos as normas estipuladas pelas Irmãs, de uma forma ou de outra, seríamos corrigidas. As penalidades varavam entre rezar, estudar ou privação da saída no final de semana. Nazaré e eu recebemos castigo de escrever cem vezes “Igreja não é lugar de conversar”. Ceres e Ivone foram castigadas porque criticaram uma senhora, avó de uma colega, e minha irmã Socorro, Altiva e Remédios Rezende ganharam uns cartões de Irmã Ângela, porque tiraram umas fotos com vestidos tomara-que-caia (2006, p.81).

Para Vasconcelos (1992), a importância dos castigos se dava, segundo seu entendimento, não somente pela intenção de punir o estudante porque errava, mas pela internalização do medo por parte deles, não precisando se repetir para que os alunos

compreendessem que poderiam ser punidos novamente, como percebe-se no relato da senhora Josefina Melo.

O castigo era ficar sem recreio. Mas, aconteceu um negócio interessante, subiu uma bandeira no departamento e uma aluna disse irmã é uma bandeira, aconteceu alguma coisa e ela mandou saber e tinha morrido não sei quem lá, um político importante. Aí mandou a gente ir embora para casa. Quando a gente foi descendo o morro vinha uma carroça e nós perguntamos para o rapaz para onde ele ia: Eu vou para posse do dr. Geraldo. O senhor nos leva? Levo. Nós subimos na carroça mandou chicote no cavalo e foi parar na porta do correio e ia chegando um ônibus que fazia ligação de Fortaleza a Teresina e nós em cima dessa carroça, gritando e todo mundo olhando e quando olhamos para o lado tinha uma senhora lá que era mãe de uma das freiras. Eu disse: Pronto, estamos perdidas! porque ela vai já dizer para a feira que a gente estava polvorosa aqui em cima da carroça. No outro dia quando a gente chegou lá tinha uma placa na porta. Nós ficamos uma semana de castigo sem recreio e a Clea, o pai dela tinha uma biblioteca muito boa, a Clea, pegou um livro e levou. A Clea era interna e não andava nessa carroça. A Clea ficava lendo para nós umas poesias bonitas para nós. Quando a irmã soube que a gente achava melhor ficar lá dentro do que assistindo aula, acabou com o castigo da gente e mandou a gente sair. Era um barato, essas coisas bobas. Não é como hoje que as coisas são tudo diferente (MELO, 2022).

Compreende-se, então, que a “arte” de rememorar é uma maneira de se apreender o passado que foi reelaborado e selecionado pela memória, uma vez que esta não fixa apenas os fatos, mas também as formas de ser e pensar, permitindo ao pesquisador apreciar os fatos do passado por meio das testemunhas do período estudado. Dessa forma, os sentidos dados às memórias, sejam coletivos ou individuais, vão se modificando no decorrer do tempo. Ademais, também significa para as discentes relembrar os momentos de formação nas instituições de ensino em que estudaram.

Destaca-se ainda no cotidiano escolar, as festas escolares que nesse período passaram a ser compreendidas pelo caráter pedagógico, sendo demonstrado pela escolha das datas que iriam compor os calendários escolares, modos de se comportar e agir nos atos solenes. As festas escolares são expostas como umas das mais importantes práticas do espaço escolar, o que revela o lugar ocupado por ela no interior da cultura escolar. Nas Escolas Normais Regionais instaladas nos municípios de Gilbués, Floriano e Piri-piri são citadas as festas: do Dia das Mães, Festa junina, Sete de setembro, com o desfile cívico, Dia da Bandeira, festas religiosas, entre outras.

Todas as festas comemorativas eram realizadas. Dia das Mães, Dia dos Pais, Sete de Setembro, Dia da árvore, Dia da Bandeira. Se comemorava também,

naquela época, o festejo da padroeira da cidade que era na aula de religião. Era da comunidade, mas a gente ficava bem envolvido. Tudo era motivo de comemoração. Então, nós nos envolvíamos nisso tudo, a gente compartilhava disso tudo. Tinha desfile, tudo isso. Bom relembrar velhos tempos (risos). E cantava o hino nacional, hasteava bandeira. Todo mundo sabia cantar o hino nacional. Para você ter uma ideia nós aprendemos a cantar a introdução do hino nacional. Nós aprendemos a letra e eu sei até hoje. No 7 de setembro cantávamos: Sete de Setembro / data querida de grandeza e refulgência / Sete de Setembro/ tu rememoras sua bela independência. E aí a gente tinha que saber o significado de todas essas palavras difíceis. A gente cantava e sabia o que estava cantando (COSTA, 2021).

Desse modo, as festas citadas acima fazem parte de uma cultura específica, que acaba constituindo o calendário escolar, os valores escolares e sociais. Nas escolas era comum, principalmente nas escolas dirigidas por membros da Igreja, a participação das discentes nas festividades religiosas, como mostra o relato da entrevistada.

No mês de maio todo dia de tarde tinha uma novena para celebrar o mês de maio. No final no dia 31 de maio tinha a coroação e escolhiam quem ia para coroar nossa senhora. Essas festinhas eram lá no colégio e dava muita gente, ia muita gente (MELO,2022).

As festas escolares, em especial, as religiosas, marcaram as memórias das entrevistadas, tornando-se eventos de visibilidade social, com finalidades educativas que deveriam ser exploradas pelos educadores. Melo (2009) assinala, que no Brasil a prática de comemorações das festas cívicas surgiu como uma necessidade de ocupar o vazio, ocasionado pela Revolução de 1930 e adotada por todos como algo significativo, chegando a reunir uma grande parcela da população para uma lição de história da pátria, onde as salas de aula eram as avenidas das cidades, que tinham seus cotidianos alterados, como se evidencia na fala da entrevistada.

Tinha sim, o desfile de Sete de Setembro. Os outros grupos também faziam parte. No Cassiana Rocha, o padre Freitas, tinha o palanque onde ficava o prefeito. Uma das meninas era escolhida para fazer o discurso. Era assim: Não subia no palanque. Era embaixo mesmo. A irmã escrevia no papel e ela lia (MELO, 2022).

A Escola desfilou até quando fechou. Todos os anos a gente tinha que fazer essa manifestação pela pátria. Por isso que na escola a gente tinha que aprender esses hinos cívicos. A gente cantava muito isso. Hoje, não se canta mais, os meninos não sabem nem o hino nacional (MELO, 2021).

Nesse contexto, as festas cívicas, conforme iam sendo comemoradas, constituíam um outro calendário na cidade. Elas enalteciam os grandes heróis e validaram as outras datas, como por exemplo, o Dia da Árvore. Segundo Melo, as festas cívicas,

[...]embora guardem suas particularidades, podem ser especificadas como as que aconteciam no interior da escola, mas que, de uma ou de outra forma, davam a saber na cidade e as que ocorriam com a participação direta da escola, como os desfiles cívicos e tinham a rua e a praça como locais escolhidos para serem realizadas e para exibição do que tinham aprendido nas lições patrióticas[...] (2009, p.137).

O Estado, mediante as festas cívicas, ensinava as lições de civismo, patriotismo, progresso, nação, culto ao chefe da nação, ordem e exigia da sociedade um comportamento modelar, sendo a educação algo fundamental dessa prática. Além disso, o Estado moldava na população valores como respeito a pátria e a seus símbolos como a bandeira. Logo, as discentes das Escolas Normais Regionais do Piauí necessitavam revelar suas habilidades em relação aos assuntos em cada disciplina estudada, como também as práticas que iam para além dos muros dos estabelecimentos de ensino, ampliando-se ao quadro sociocultural, como por exemplo, as apresentações do coral, das exposições de trabalhos manuais e dos desfiles.

Outra festa comentada pelas estudantes das Escolas Normais Regionais do Piauí é a formatura. Uma prática ritualista que explicita a cultura escolar legitimada e correspondente ao encerramento das alunas na etapa da escolarização, constituindo-se como parte da cultura dos estabelecimentos de ensino. Conforme o relato da senhora Diná Costa, o baile de formatura de sua turma

Não teve muita coisa na minha formatura. Foi uma formatura como outra qualquer. Nós tínhamos a oradora da turma. Um orador, não, na verdade foi uma oradora, com um paraninfo que eu não me lembro agora quem era o paraninfo. Era uma turma bem pequena mesmo. Eu não me lembro quantos pessoas, mas era uma turma pequena. Os diplomas eram preenchidos com letras góticas, inclusive eu tive que aprender a fazer letras góticas. Na época eu que preenchi o diploma de todos os colegas. [...], mas foram todos preenchidos com uma beleza de letra gótica com tinta (COSTA, 2021).

Geralmente, como aponta Cléa Rezende de Melo quando escreveu sobre sua formatura na Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus” em seu livro, as festas de formaturas eram bonitas. Elas tinham uma parte religiosa, com um retiro espiritual e a parte do baile

dançante, que aconteceu no Clube Recreativo de Piripiri, onde cada uma dançou com seu padrinho a valsa Dirce (MELO, 2006, p. 109/106).

O baile para algumas normalistas formadas era um acontecimento importante, pois muitas delas devido às suas condições financeiras e por serem jovens não participavam de festas. Desse modo, quando se lembraram das vestimentas do baile, as mesmas foram tomadas por um sentimento saudosista, como aponta o relato das alunas Diná Costa e Cléa Rezende de Melo.

Naquela época a gente não tinha muita coisa na cidade. Eu lembro que a minha roupa foi feita em Belo Horizonte. Uma prima minha me mandou a roupa e me mandou um sapato. Acho que foi o primeiro sapato de Saltinho. Na época era chamado salto brotinho. Foi o primeiro salto brotinho que eu usei porque eu era bem jovem na época. Também, naquela época, a gente com 17 anos era mais jovem ainda do que as meninas de hoje. 17 anos é moça, naquela época era uma menina moça, sem muita experiência das coisas (COSTA, 2021).

Tive como padrinho Chagas Ramos, Ritinha pediu à Maria de Lourdes Freitas para me arrumar os cabelos. Eu vestia um longo branco, cheio de margaridas, e tinha os cabelos presos, num coque. Assim arrumada, melhorou muito minha aparência, já que fui uma adolescente feia, gorducha e bochechuda (MELO, 2006, p.110).

Na fala das discentes, o baile de formatura representava a fase final de um processo de formação, revelando uma ampliação aceita publicamente na escada da escolarização, distinguindo as pessoas que possuíam esse nível escolar das que não possuíam, devendo ser festejada a formatura como um evento.

Quando perguntadas sobre as fotografias referentes ao baile, uma das entrevistadas se posicionou narrando que não era comum tirar fotografias individuais na escola devido às condições financeiras e que as poucas fotografias que tinham foram tiradas coletivamente.

Tenho não, de jeito nenhum. Nós não tirávamos foto naquela época (risos). Nós éramos pobres (risos). Só quando era em conjunto mesmo para tirar. Eu lembro que quando terminei o curso ginásial normal teve um quadro. Houve uma excursão, nós fomos a Fortaleza com as freiras parece que foram 2 ou 3 e a finalidade era essa: tirar a foto com a beca para a formatura (SILVA, 2021).

Werle (2006), em seu estudo, afirmou que “Ancorando quadros de formatura na história institucional”, a fotografia foi abordada como um ato consciente da história dos estabelecimentos escolares, ou seja, um evento ao mesmo tempo singular e exemplar, que solidifica os acontecimentos no tempo, além de ser relevante para as discentes e instituições de

ensino. Percebe-se, nas fotografias de formatura das alunas da Escola Normal Regional de Floriano e Gilbués, a suntuosidade que era esse momento para elas.

Figura 21 - Formandas das Escolas Normais Regionais de Floriano e Gilbués de 1950 e 1960



Fontes:Arquivo Particular de Diná Miranda Louseiro Costa e do Museu de Teodoro Ferreira Sobral Neto

Assim, as fotografias de formaturas, como as expostas anteriormente, configuraram-se como uma prática social misturada por rituais, que ressaltavam um espetáculo, no qual se comemorava a aquisição de uma posição diferente do ponto de vista social ou robustecia uma determinada classe. Portanto, os castigos, os uniformes das escolas, os desfiles, datas comemorativas e as formaturas fazem parte do dia a dia das escolas e são lembranças que vão e vêm nas memórias das regentes de Ensino Primário entrevistadas durante esse estudo.

Nesse vai e vem de lembrar e relembrar os momentos vivenciados nas Escolas Normais Regionais do Piauí, as discentes que participaram deste estudo, expuseram o significado de estudar nestas instituições. De acordo com Bosi, o ato de lembrar não denota somente reviver o passado, abrange refazer, reconstruir e repensar através de figuras e ideias atuais, as vivências do passado. Segundo a autora, é a memória que seleciona e escolhe o que deve ser lembrado, ou seja, para ela se lembra o que é importante para ser lembrado, uma vez que as lembranças habitam a consciência atual e a relevância que se dá a elas vai se alterando no decorrer dos anos. Para Bosi (1994),

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSSI, 1994, p.55).

Partindo do que Bosi (1994) assinalou anteriormente, compreende-se que por mais explícitas que sejam as lembranças das discentes entrevistadas, elas são lembradas no presente sofrendo alterações, consequências de nossas ideias, valores e juízos de realidades. Destarte, ao apontarem sobre o significado de estudarem nas instituições de Ensino Normal Regional de suas cidades, as discentes relataram que para elas estudar nas instituições significou um período de aprendizado.

Para mim foi um aprendizado. Porque como a gente morava numa cidade muito pequena, nós não tínhamos conhecimento de nada, não tinha televisão, não saía dali para nada. Quer dizer, a gente não tinha conhecimento de muita coisa, naquela época em 1960, não tinha conhecimento. Para mim foi muito bom, por que acho que, como os professores eram pessoas que tinha uma certa formação eles nos colocavam em caminhos assim, mais amplos, dava mais uma visão de vida para gente (COSTA, 2021).

[...] eu aprendi muita coisa com as Irmãs. A educação me levou a ter uma aprendizagem de convivência. Lá a gente aprendia muita coisa boa. Era simples, mas se aprendia as coisas. Era uma educação bem legal para aquele tempo. Eu vivi momentos felizes naquele colégio (MELO, 2021).

Percebe-se, pelas falas, que ser aluna das Instituições das ENR's tinha tanto um significado afetivo como cultural, uma vez que esses espaços eram únicos em termo de uma maior aquisição de escolarização nos municípios em que foram instalados. Faria Filho (2007) afirma que é preciso compreender a palavra escolarização em dois sentidos e que estes estão intimamente relacionados. Sendo assim, a segunda concepção apreendida pelo autor revela o significado que o espaço escolar representa para as discentes, pois segundo ele,

[...]escolarização é entendida como a produção de representações sociais que têm na escola o *locus* fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados. Neste caso, a atenção volta-se para o que tenho chamado de implicações/dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização, abrangendo questões relacionadas ao letramento, ao reconhecimento ou não das competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil (FARIA FILHO, 2007, p.194).

Essa segunda concepção de escolarização corrobora com as falas das entrevistadas, tendo em vista que essa aceção sobre a educação vai muito além do espaço escolar. Assim, as discentes inseridas nesses locais constituem laços de afetividades que influenciam no processo de aprendizado, criando também vínculos sociais, isto é, para as discentes as escolas representavam um status social em termos educacionais, pois nos municípios elas ofertavam um maior nível de escolarização.

Ainda no que diz respeito ao significado de estudar nas ENR's, as estudantes em seus relatos justificaram o porquê dessa importância devido a formação religiosa que receberam nas referidas instituições de ensino. Isso estava presente nas Escolas Normais Regionais do Piauí, coordenadas por membros da igreja, pois como afirma Bezerra (2015), o catolicismo está presente no cotidiano escolar, muitas vezes definindo comportamentos e influenciando o processo de aprendizado das discentes que se formariam em professora.

Foi muito bom, a gente teve uma formação religiosa, e aprendeu coisas que a gente não aprendia no grupo. Não tinha outra escola só era lá mesmo. Eu gostava de lá. Era muito bom (MELO, 2022).

Muito bom, muito mesmo. Foi o impulso para eu continuar. As irmãs eram muito rígidas. Eram freiras, né? Muito rígidas na disciplina. E isso me impulsionou a dar continuidade aos meus estudos (SILVA, 2021).

Desse modo, independente da época em que estudaram, os relatos das entrevistadas mostram que os valores católicos, explícitos ou não, influenciaram na formação das discentes, na continuidade de seus estudos e, conseqüentemente, nas suas práticas enquanto docentes. Para Bezerra (2015, p. 309), “A parceria da Igreja com o Estado era outro facilitador da disseminação dos valores morais e religiosos[...] e [...] permitia ainda que a Escola contasse com subsídios públicos para manutenção de atividades de ensino”, como acontecia nas ENR's de Gilbués e Piripiri.

Portanto, entende-se que as egressas das Escolas Normais Regionais de Gilbués, Floriano e Piripiri imbuídas de práticas adquiridas no campo de formação católica, dialogavam com as práticas laicas em um movimento de harmonização entre o referencial teórico e o fazer prático, perceptível em suas narrativas quando falavam da formação católica, moral, do amor à pátria, entre outros assuntos, superando o aprendizado teórico adquirido por elas para o cotidiano prático das instituições de ensino, sejam elas confessionais ou públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirma Zago (2003), quando se entra numa pesquisa nunca se sai do mesmo jeito, por diversos motivos, dentre os quais, o principal deles é o fato de se constituir um agente social desse processo de construção. Não afastada do tema estudado desde a graduação – História da educação rural – o instinto desta pesquisadora foi guiado desde o mestrado para observar com olhar mais particular a política educacional presente no Brasil para formação de professores rurais, que se realizavam nas Instituições de Ensino Normais Rurais/Regionais.

Desse modo, a elaboração deste estudo teve como ponto de partida o seguinte questionamento: Como se deu a formação dos professores rurais no Piauí, por meio do estudo das Escolas Normais Regionais existentes no Estado, entre o período de 1940 a 1960? Problematizando-se a relevância dessas instituições para os municípios piauienses. Assim, mediante a análise das fontes e com o decorrer da tese, percebe-se que esse questionamento foi respondido.

Nesse sentido, é válido destacar a importância de compreender a política de formação para professores rurais. As fontes documentais e as entrevistas com as alunas que tiveram formação nas Escolas Normais Regionais a nível de 1º ciclo, permitiram visualizar as transformações referentes ao desenvolvimento educacional do Estado, uma vez que o discurso desenvolvimentista do país, entre o período de 1940 e 1960, estava vinculando a ampliação da escolarização da população.

Com isso, concluiu-se que, nos anos de 1940 a 1960, o Brasil passava por um período de desenvolvimento econômico em virtude da industrialização, que teve início com o Presidente Getúlio Vargas e sua política nacional-desenvolvimentista. Essa política impulsionou o processo de urbanização do País que deixava de ser essencialmente rural. Sendo assim, o Brasil passou por transformações sociais, culturais, econômicas e educacionais, levando ao desenvolvimento de setores importantes para a população, como habitação, transporte, saúde, construção de prédios públicos, rodovias e outros.

Contudo, o desenvolvimento do Brasil em relação a essa política desenvolvimentista se deu de forma diferenciada, ou seja, muitos Estados se inseriram nesse quadro de forma desigual, todavia eles buscavam nesse contexto e de acordo com suas realidades ressignificarem suas economias. O Piauí foi um dos Estados, que se inseriu nesse quadro sobre a perspectiva de um desenvolvimento rural, uma vez que sua população naquele período residia em grande maioria no meio rural.

Nesse contexto, apesar do Piauí apresentar um setor industrial de pequeno porte, isto é, ter apenas fábricas e está inserido nesse debate, como percebeu-se nos discursos das mensagens governamentais, o desenvolvimento econômico do Estado não se deu pela industrialização, mas sim pela agricultura, possibilitado também pela modernização da área industrial, principalmente, da região centro-sul que influenciou a mecanização da agricultura no Estado.

No Piauí, o discurso agrário nasceu vinculado à política desenvolvimentista do Presidente Getúlio Vargas mesmo que a agricultura não tenha sido uma das metas prioritárias de sua plataforma governamental. Observou-se, que havia um anseio por parte de empresários e políticos para que esse desenvolvimento industrial tivesse base agropecuária. Esse discurso foi apresentado no final da década de 1940 e início da década de 1950, com o declínio do extrativismo e o crescimento da lavoura piauiense, sendo este vinculado ao crescimento demográfico da população e à construção de estradas.

Na zona rural do Piauí, foi criada uma perspectiva de ideário agrário moderno com a esperança de se obter a modernização da agricultura, tendo em vista que o Estado ainda adotava o velho sistema de agricultura de subsistência durante aquele período. Assim, o conceito de modernização sofreu forte influência das políticas e programas governamentais, com o objetivo de eliminar a prática de agricultura de subsistência que circulava entre o moderno e o arcaico.

Nesse contexto, a partir de meados da década de 1960, circulava na sociedade rural piauiense que o homem do campo necessitava de uma entidade coletiva que pudesse defender seu interesse e representá-lo e esta entidade deveria receber apoio tanto do governo Estadual como do governo Federal, tornando-se um meio próspero para elevar o crescimento rural piauiense.

Outro ponto de destaque foi que o desenvolvimento do Estado se deu basicamente pela construção de estradas, mesmo que isso tenha ocorrido de forma desigual, o que acabou proporcionando um esvaziamento demográfico em algumas partes do Estado e ainda o acesso a produtos manufaturados vindos de outros estados. A ausência de estradas nessas áreas dificultava o escoamento dos produtos agrícolas piauienses e impossibilitava a comunicação entre os municípios e também entre os estados, delineando um novo modelo de espaço rural.

Em vista desse quadro, a educação ganha uma visibilidade no meio político, social e econômico, utilizada como instrumento de mudança desse período. Com mais de 80% da população vivendo na zona rural e grande parte dela sendo analfabeta, o governo volta sua atenção a este contexto, com o intuito de eliminá-lo, proporcionando ações para o Ensino

Primário e incentivando programas de alfabetização. Dessa forma, o processo de escolarização ganha um relevante papel no desenvolvimento do país, e conseqüentemente, do Estado.

Isso fez com que a sociedade piauiense buscasse bens e serviços como a educação, entretanto, a taxa de analfabetismo mesmo com uma crescente demanda continuava elevada entre os anos de 1940 e 1960, principalmente, porque, conforme os autores e as fontes, essa parcela da população desempenhava atividades ocupacionais na agricultura e apesar da formação se apresentar como elemento primordial para o crescimento e modernização do Estado, ela ainda não se mostrava como uma questão essencial na sociedade rural do Piauí.

Nota-se, que esses reflexos educacionais no Estado aconteceram devido a ampliação da demanda por mais instituições de ensino na zona urbana e, prioritariamente na zona rural, diminuindo de 80% para 50% a escassez de escolas nesse espaço. No entanto, a realidade econômica brasileira e, em especial, a piauiense influenciou na expansão do ensino nas décadas já citadas anteriormente, fazendo com que o Ensino Primário aumentasse quantitativamente as matrículas.

Além disso, faziam com que o Estado, mesmo alegando uma enorme crise financeira, demonstrasse sua intenção em investir no setor educacional, com seu projeto de ampliação da rede escolar primária tanto na zona urbana quanto na rural, o que possibilitou que a população procurasse um nível maior de escolarização após o ensino primário, ou seja, o Ensino Secundário a nível ginásial.

Em termos educacionais, as transformações ocorridas na sociedade piauiense, entre as décadas de 1950 e 1960, fizeram com que diferentes municípios tivessem uma maior demanda por instituições escolares ginásiais como forma de aumentar a escolarização. Verificou-se, que alguns municípios para contribuir na ampliação do nível escolar implantaram as Escolas Normais, correspondendo ao Ensino Secundário tanto a nível de 1º ciclo como de 2º ciclo. O primeiro ciclo foi implantado em três Escolas Normais Regionais no Piauí: Gilbués, Floriano e Piripiri, como uma forma de ofertar o ensino ginásial para a população desses municípios e de suas vizinhanças e oferecer uma formação de professores para o Ensino Primário que naquela época se fazia urgente no Estado.

Destarte, como as fontes assinalam, as Escolas Normais a nível ginásial surgem primeiramente com a nomenclatura de Escolas Normais Rurais, mas observou-se que essa denominação se limitou aos documentos emitidos pelas instituições. A escola de Floriano surgiu inicialmente como Escola Normal, ofertando o curso de 2º ciclo em 1929 e em 1947, com a promulgação do Decreto-Lei Estadual nº 1.402, ofertou o Ensino Normal Regional, isto

é, a formação de professores regentes de ensino primário. Nos documentos dessa instituição a que se teve acesso, não ficou explícito o porquê da mudança de ciclos de ensino, sendo que o estabelecimento de ensino passou a ser conhecido como “*Escola Normal Regional de Floriano*”, atendendo a toda população da cidade e de municípios vizinhos.

No tocante aos documentos escolares da instituição de ensino de Piripiri, constatou-se que no ano de 1948 quando recebeu a nomenclatura de Escola Normal Rural de Piripiri, a escola funcionava apenas a nível primário, não havendo nenhum curso de formação de professores, uma vez que somente em 1952 foi implantado esse curso, recebendo a nomenclatura definida pela Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530 de 1946), passando a ser denominada de *Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus”*.

A última escola foi implantada no ano de 1959, uma instituição efêmera, pois só teve duas turmas e apesar de alguns documentos relacionados a ela se referirem a ela como Escola Normal Rural Dom Inocêncio, os certificados e documentos escolares emitidos pela mesma recebiam a nomenclatura de Escola Normal Regional “Dom Inocêncio”. Vale ressaltar, que as ENR’s atendiam a população de seus municípios, a dos arredores e também a população de outros estados, com os quais o Piauí fazia fronteira, como Ceará, Maranhão e Bahia.

Tomando como base esse quadro, evidenciou-se que essa política de formação de professores rurais como uma política nacional, não se aplicava ao Estado do Piauí da mesma forma como nos outros estados, pois no Piauí, essa política atenderia aos professores rurais, mesmo este não sendo o objetivo principal, porém serviria muito mais aos professores leigos, visto que na sociedade piauiense os professores leigos existiam, em número elevado, tanto na zona urbana como na zona rural.

Entende-se, dessa forma, que no Piauí a política nacional de formação de professores rurais funcionou muito mais como uma ampliação de escolarização para a parcela da população que não tinha condições financeiras de se deslocar para outros estados ou municípios, onde era ofertado o Ensino Secundário a nível ginasial.

Nessa perspectiva, não se pode afirmar que a formação de professores rurais no Piauí seguiu a perspectiva de formação de professores que se tinha a nível nacional. Outro fator que podemos perceber nas análises foi que nos discursos governamentais estava presente que os governos tinham a preocupação de formar os professores, contudo, nos diários oficiais, mensagens governamentais, jornais etc o que sempre ressaltavam era a crise financeira do estado e que por isso o mesmo não podia pagar professores com um salário condizente a

profissão e nem oferecer escolas com estrutura adequada o que dificultava a fixação de um corpo docente na zona rural.

Portanto, ao se analisar o projeto de formação de professores presente nas Escolas Normais Regionais do Piauí, em termos de organização pedagógica, percebeu-se que o currículo ofertado nessas instituições nos três primeiros anos era baseado numa formação mais geral, destinando ao último ano uma formação mais específica, como as disciplinas de psicologia e pedagogia, didática e prática de ensino, evidenciando-se uma formação geral sobre uma formação mais específica.

A disciplina de prática de ensino que deveria ser realizada, conforme a Lei, em uma escola isolada, muitas vezes era feita nos grupos escolares dos municípios sedes das ENR's, como relataram as discentes que cederam as entrevistas. Essas práticas eram realizadas tal como aprendiam nas instituições de ensino com seus professores. Além disso, as discentes/normalistas deviam se apresentar nas escolas fardadas e no horário correto, não sendo permitidos atrasos, uma vez que elas deveriam “imitar” o fazer diário de uma escola.

Em relação às avaliações, elas seguiam a normatização da Lei. Foi realizado o famoso exame de admissão, as avaliações escritas e orais. O primeiro era feito entre o término do Ensino Primário e o ingresso das discentes nas ENR's e as duas últimas, na primeira quinzena de junho e na primeira quinzena de dezembro, respectivamente, conforme prescrevia a Lei. Observou-se, que essas práticas educativas foram práticas de ensino que permearam as lembranças das discentes que frequentaram as Escolas Normais Regionais do Piauí.

Outra prática de ensino apreendida no momento de analisar os relatos das discentes foi em relação aos valores cívicos. Nessa direção, a presença do civismo no discurso das entrevistadas pode ser percebida por meio das palavras brasileiros, patriotas e amor, valores presentes e inculcados na população em virtude dos desfiles cívicos realizados pelas escolas, entre as décadas de 1940 a 1960. Além disso, essa estratégia de inculcar valores cívicos era reforçado na disciplina de canto orfeônico, na qual as discentes das ENR's aprendiam cantos como o hino nacional, o hino da bandeira e outras músicas para o desfile de sete de setembro.

Diante disso, com o presente trabalho, é possível aferir a importância da implantação das Escolas Normais Regionais do Piauí para o crescimento educacional deste Estado, uma vez que mesmo não preparando os professores para desenvolverem suas práticas de ensino no meio rural, elas formaram professores regentes de ensino primário, que vieram amenizar o quadro de professores leigos presente no Piauí e além disso, colaboraram para o desenvolvimento da escolarização da população, elemento importante que possibilitava uma aproximação com a

modernização, proporcionando ao Estado progredir conforme as novas diretrizes nacionais referentes às mudanças sociais e econômicas.

Em vista disso, como afirmam muitos pesquisadores, nenhum estudo está completo, por conseguinte, pretende-se fornecer subsídios à discussão sobre o tema e, conseqüentemente, contribuir, mediante a análise dos depoimentos e dos vestígios materiais encontrados, para novas pesquisas e problematizações acerca da temática aqui apresentada. Nesse sentido, a pesquisa é relevante para o campo das ciências sociais e História da Educação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sandra Elaine Aires de; MENDONÇA, Roselene Candida Barroso. **A regulamentação do ensino ginasial e a criação do Ginásio Auxilium em Anapólis/GO (1943)**. I Jornada Científica de Educação do curso de Pedagogia e III Seminário do PIBID, Anapólis/GO: 2019.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da rural**: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960). 272f, Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre/RS, 2007.
- ALVES, Beatriz de Sousa; SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco; SILVA, Dainha Pereira da. **EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM PIRIPIRI-PI: MEMÓRIAS E HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES DE PIRIPIRI DE 1930 A 1970**. XIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação – ECHE, Fortaleza, 2014.
- AMARAL, Giana Lage do; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Representações da educação feminina em imagens: trabalhos manuais na Primeira República. **Revista Dimensões**, vol. 34, 2015.
- ANDRADE, Evonaldo Cerqueira. **Almanaque de Piripiri**: Um passeio pela história de
- ANDRADE, Evonaldo. **A história da educação em Piripiri**. 7 maio 2013. Disponível em: <https://piripiricultural.com.br/piri2/colunas/24-historia-da-educacao-em-piripiri>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- ANDRADE, Flávio Anício. O curso Normal Regional e a formação da professora primária rural. IN: CELESTE FILHO, Macioniro; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; MESQUITA, Ilka Miglio. (Org.). **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.
- ANJOS, Irecema Santos Carvalho dos; ÁVILA, Virginia Pereira da Silva de; AZEVEDO, Eliana Oliveira Nunes de; CORRÊA, Rosa LydiaTeixeira; FARIA, Thais Bento. Políticas de formação de professores primários rurais nos estados do Paraná e de Pernambuco (1930-1960). IN: CELESTE FILHO, Macioniro; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; MESQUITA, Ilka Miglio. (Org.). **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. 2 ed. Campinas, SP: Alínea, 2017.
- ARAUJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A Escola Primária e o Ideário Republicanista nas mensagens do presidentes de Estado: investigações comparativas (1893-1918). IN: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. (Org.) **Por uma teoria e uma história da Escola Primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). Cuiabá: EDUFMT, 2013.

ARAUJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A escola primária segundo as mensagens dos presidentes da república e dos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Goiás entre 1930 e 1961: Propósitos comuns e desafios. IN: LOPES, Antônio de Pádua Carvalho; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracajú: Edise, 2015.

ARAÚJO, Romildo de Castro. A expansão do Ensino Secundário no Piauí: uma escola propedêutica ou para o trabalho? **Revista Vozes, Pretérito & Devir**, Ano VIII, v. XII, n. I, 2021.

ATTEM, Rosenilta Maria de Carvalho; COSTA, Cristóvão Augusto Soares de Araújo; SOBRAL NETO, Teodoro Ferreira (Org.). **Coleção Florianenses**. Floriano; Teresina: Fundação Floriano Clube; Gráfica e Editora Halley, 2019.

AVELINO, Jarbas Gomes Machado. Redesenho das subjetividades no plano da família patriarcal e a ação prescritiva dos bacharéis no Piauí da Primeira República. **Revista Vozes, Pretérito & Devir**. Ano VII, v. XI, n. I, 2020.

BAUER, Carlos; FREITAS, Viviane; PISANESCHI, Lucilene Schunck C. **Fotografia como fonte histórica**: Desafios postos à historiografia contemporânea. Disponível em: <https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp>. Acessado em 5 de dez. de 2022.

BENITO, Augustin Escola. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Trad. Helena Pimenta Rocha. Campinas/SP: Ed. Alínea, 2017.

BEZERRA, Maria Irinilda da Silva. **Formação docente institucionalizada na amazônia acriana**: da escola normal regional à escola normal padre Anchieta (1940-1970). 410f, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói/RJ, 2015.

BORIS, Kossoy. **Fotografia & História**. 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASILEIRO, Helena Márcia Rabello. **Professor leigo e políticas educacionais**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1994.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRITO, Itamar Sousa. **Memória Histórica da Secretaria de Educação**. Teresina: Secretaria de Educação, 1985.

BRITO, Lenir Marina Trindade de Sá; WERLE, Flavia Obino Correa. O professor e a escola para a Zona Rural: concepções e desdobramentos em uma Escola Normal Rural. **Revista Contextos e Educação**, Editora Unijuí, ano 21, nº75, Jan/jun., 2006, p.109-129.

BURKER, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMELO, Celina Nayara. **As contribuições da Unidade Escolar Monsenhor Lindolfo Uchôa para a cidade de Floriano na primeira metade do século XX**. 54f, Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Piauí, Floriano, 2016.

CAMPOS, Rita de Cássia. Breve histórico do magistério de Oeiras: a escola normal. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Nº 2, Oeiras/PI, 1982.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MARQUES, Eliana de Sousa Alencar. O significado histórico de práticas educativas: um movimento que vai do clássico ao contemporâneo. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 21, n.35, jul/dez 2016.

CASTAMAN, Ana Sara; MAZUR, Luciana de Souza; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Lei orgânica do ensino normal: dualidade estrutural do ensino e a formação de professores nos anos de 1946 a 1961. **Revista Cocar**. V.14, n. 30, set./dez., 2020.

CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. **Entre trilhas e veredas**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2010.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Meneses. 3 ed. Rio de Janeiro, 2011.

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970). **Educar em Revista**, v. 38, n.84533, ago., 2022.

COSTA, Maria Aparecida Alves da; FIALHO, Lia Machado Fiuzo. História e Memória da Escola Normal Helvídio Nunes de Barros (Bom Jesus, Piauí). **Caderno de História da Educação**, v .19, n. 3, set./dez., 2020.

DAROS, Dilnei Abel. **Percursos Formativos no Curso Normal Regional de São Francisco de Paula-RS (1953-1962)**. 224f, Tese (Doutorado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação, Caxias do Sul/RS, 2020.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMES, Josefina. **Floriano: Sua história, sua gente**. Teresina: Halley, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. IN: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Cultura escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FARIA, Isabel Maria Sabino de; MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano. Ruralismo, memórias e práticas educativas no cotidiano da primeira Escola Normal Rural de Juazeiro do

Norte-CE (1934-1946). IN: WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor** (Org.). Ijuí: Ed.Unijuí, 2007.

FARIA, Thaís Bento. **Paraná: território de “vocação agrícola”?! Interioriza o do Curso Normal (1946-1968).**292f, Tese (Doutorado em Educa o) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Gradua o em Educa o, Maringá/PR, 2017.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; PRADO, Fernanda Batista; SOUZA, Cleic nia Oliveira de. **História da Educa o no Centro-Oeste e Norte brasileiro (Mato Grosso e Rondônia): entre o ofício e a missão: forma o de professoras normalistas e missionárias rurais.** Curitiba: Appris, 2019.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educa o e Sociedade no Piauí republicano.** Teresina: F.C.M.C., 1996.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. **A narrativa do processo de escolariza o formal piauiense entre os anos de 1930-1960.** Vitória da Conquista/Bahia, 2013. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2013/Trabalho_Comunicacao_oral_idin_scrito. Acesso em 13 de março de 2021.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. **Raízes e Memórias: O Florescimento Histórico-Educativo em Esperantina (1930/1960).** Teresina, 2004 (Disserta o de Mestrado).

FREITAS, L. Instru o. “**A Luz**”, Floriano, ano I, n.2, 05 de nov. 1930, p.2.

FREITAS, S nia Maru  de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GALLEGO, Rita de Cassia. Tempo, temporalidades e ritmos escolas públicas em São Paulo e a constru o da cultura escolar primária: incessantes negocia es (1846-1890). IN: SCHWART, Cleonara Maria; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **História das culturas escolares no Brasil.** Vitória: EDUFES, 2010.

GOODSON, Ivor F. **A constru o Social do currículo.** Trad.: Maria João Carvalho. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: V rtice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991.** Trad.: Marcos Santarrita-São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULIA, Dominique. Cultura escolar como objeto histórico. IN: **Revista Brasileira de História da Educa o.** Campinas: Editores Associados, n.1, jan/jun, 2001.

KOSSOY, Boris. **História e Geografia,** 1941. - 2 ed. – rev. – São Paulo: At lie Editoria, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Formando elites condutoras: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942 -1971).** VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Vitória: maio, 2011

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Profissão docente, formação de professores e instituições escolares. In: Regina Helena Silva Simões; Rosa Lydia Teixeira Correa e Ana Waleska Pollo Campos Mendonça. (org.). **História da profissão docente no Brasil.** Vitória: EDUFES/SBHE, v.7, p.59-77,2011.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a pedagogia sertaneja: Grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930).** 282f, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2001.

LOPES, Luiz Paulo. **Flagrantes de uma cidade.** Teresina: Jolenne, 1997.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

MARTINS, Agenor de Sousa (Org.). **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.** Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. **A Formação de professores primários no Piauí (1947 - 1961): entre a apropriações e mudanças decorrentes da Lei Orgânica do Ensino Normal.** 202 f., Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina/PI, 2016.

MELO, Cléa Rezende Neves de. **Memórias de Piripiri.** Brasília: COMEPI, 2001.

MELO, Cléa Rezende Neves de. **Piripiri à sombra de Buganvílias e Madressilvas.** 2ª ed. Ver. Atual. – Teresina: Editora, 2006.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí. (1930-1945).** Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, 2009. 231 f.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDONÇA, Edgar Süssekind de. A escola Regional de Meriti: realizações e projetos. IN: ALBERTO, Armanda Álvaro. **A escola regional de Meriti.** Rio de Janeiro: INEP/CBPE, 1968. MONTEIRO, Ana Nicolaça; SOUZA, Rosa Fátima de. Educação musical e nacionalismo: a história do canto orfeônico no ensino secundário brasileiro (1930-1960). **Revista História Da Educação**, v. 7, n.13, 115–137

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luíz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador.** 2 ed. RJ: Lamparina, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n. 10. 1993.

OLIVEIRA, Juliana Assunção. **GINÁSIO JOSÉ NARCISO DA ROCHA FILHO: implantação e consolidação do ensino secundário em Piri-piri-PI (1961 – 1971)**. Monografia (Graduação em Pedagogia, Universidade Estadual do Piauí, Piri-piri, 2019).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 – estudo histórico-jurídico comparado do Ensino Secundário. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 67-83, jan./mar. 2014.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935 a 1960). IN: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Chaliton José dos Santos. (Orgs). **Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **História e memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987)**. DISSERTAÇÃO (mestrado)- Universidade Federal do Piauí, 2007.
Piri-piri, suas lendas e seu povo. Piri-piri: J.A Gráfica e editora, 2013.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí**. Imperatriz/MA: Ética, 2008.

RANGEL, José. Um administrador que bate pela alfabetização de um povo. **Revista Zodíaco**, Ano 2, n. 9, Teresina/PI, 1944.

RÊBELO, Emília Maria de Carvalho Gonçalves. **Relações entre urbanização e Educação escolar no município de Esperantina, no período de 1960/1980**. Teresina, 1987 (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, Maria do Socorro Meireles. **Do Ensino Normal ao Pedagógico: história e memórias das instituições escolares de formação de professores em Parnaíba (1927-1982)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTANA, Maria do Perpetuo Castelo Branco. **A Constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970**. 178 f, Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

SANTANA, Maria do Perpetuo Castelo Branco. **As Políticas Educacionais para zona rural no Piauí nas décadas de 1940 a 1960**. 102f, Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

SANTOS, Kalline Laira Lima dos. **Expansão da educação secundária em Pernambuco: atores políticos e a interiorização dos ginásios públicos (1948-1963)**. 118f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SCHEIBE, Leda. Formação de Professores no Brasil: a herança histórica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 41-53, jan./dez. 2008.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; VIDAL, Diana Gonçalves. Sobre cultura escolar e história da educação: questões para debate. IN: SCHWARTZ, Cleonara Maria; VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória/ES: EDUFES, 2010.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **A luz dos valores religiosos: escolas confessionais católicas e escolarização das mulheres piauiense (1906-1973)**.159f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Educação, Teresina, 2007.

SILVA, Tiago Rodrigues da; COSTA, Odaléia Alves da. Historiografia das escolas normais regionais rurais do Brasil: estado da arte. **Revista Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 24, n. 1, dez., p. 45-66, 2018.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864 – 2003):** Reconstruindo uma memória da formação de professores. 184f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUSA, Higo Carlos Menezes de. **Um Ginásio para a mocidade picoense:** cultura escolar de uma instituição de ensino secundário. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

SOUSA, Jane Bezerra. **Picos e a consolidação de sua rede escolar:** do grupo escolar ao Ginásio Estadual. 158f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Educação, Teresina/PI, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. A escola pública primária no Estado de São Paulo: políticas de expansão e de renovação pedagógica (1930-1961). IN: CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; FURTADO, Alessandra Cristina; SCHELBAUER, Analete Regina (Org.). **Itinerários e singularidades da institucionalização e expansão da escola primária no Brasil (1930-1961)**. Maringá/PR: Eduem, 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Revista Educar**, Curitiba, n. 18, p. 75-101. 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Revista: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um Itinerário de pesquisa sobre a Cultura Escolar. IN: CUNHA, Marcus Vinícius (Org.). **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara/SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs). **A cultura escolar em debate:** questões conceituais, metodológicas e desafios para pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/jun./ago., p. 61-193, 2000.

TITO FILHA, Arimatéa. **Governos do Piauí: da capitania, província e estado**. 2 ed. Teresina/PI: Artanova, 1975.

URZEDO, Maria da Felicidade Alves. A história da formação docente em Quirinópolis, Goiás: A escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino (1954-1961). **Caderno de História da Educação**. Uberlândia/MG, n.6, jan./dez.p.161-177, 2007.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. Do castigo ao prêmio: concepções de infância e educação numa comunidade do interior (1940-1970). IN: **Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade**/ Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – V. 1, n.1(jan./jun.,1992). Salvador: UNEB, 1992.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Ancorando quadros de formatura na história institucional**. 2006. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-322-int_ok.pdf. Acesso em: 18 de Out. 2022.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor** (Org.). Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola Normal Rural: Espaço de Formação de grupos dirigentes. **Revista Olhar de professor**, Ponta Grossa/RS, n. 15, p.33-39, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell**. Trad. de Vera Joscelyne. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.) **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia de educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287 – 309.

Fontes documentais: Leis, decretos, dados estatísticos e mensagens governamentais

BRASIL. (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil de 1940: Sinopse do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

BRASIL. (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

BRASIL. (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. V. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

BRASIL. (INEP). **I Conferência Nacional de Educação: contribuições dos estados**. Rio de Janeiro: INEP, 1944.

BRASIL. (Ministério da Educação e Saúde). **I Conferência Nacional de Educação e I Conferência Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em:

https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_1.pdf. Acesso: 10 de Julho de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei 8.530 - Lei Orgânica do Ensino Normal – de 2 de janeiro de 1946**. Disponível em: <http://www.sleis.adv.br/htm>. Acesso em 18 de setembro de 2010.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos Pedagógico/ CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Oportunidades de Formação do Magistério Primário**: Piauí. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1959.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1948). **Novos prédios escolares para o Brasil**. Rio de Janeiro: INEP, 1948, Boletim n. 40.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1950). **Organização do Ensino Primário e Normal**: Estado do Piauí. Rio de Janeiro: INEP, 1950, Boletim n. 52.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Serviço de estatística da educação e cultura. Sinopse estatística do ensino médio 1954**. Rio de Janeiro, 1954.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Serviço de estatística da educação e cultura. Secção de Estudo e Análise de 1958**. Rio de Janeiro, 1958

PIAUI. (ALMENDRA). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em sua sessão Legislativa a 21 de abril de 1954, pelo governador Pedro de Almendra**. Teresina: Imprensa Oficial, 1954.

PIAUI. (BARROS). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Helvídio Nunes de Barros, em 1967**. Teresina: Imprensa Oficial, 1967.

PIAUI. (BARROS). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Helvídio Nunes de Barros, em 1968**. Teresina: Imprensa Oficial, 1968.

PIAUI. (FREITAS). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Pedro de Almendra Freitas, em 1951**. Teresina: Imprensa Oficial, 1951.

PIAUI. (FREITAS). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Pedro de Almendra Freitas, em 21 de abril de 1952**. Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

PIAUI. (Freitas). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em sua sessão Legislativa a 21 de abril de 1953, pelo governador Pedro de Almendra Freitas**. Teresina: Imprensa Oficial, 1953.

PIAUI. (FURTADO). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador José da Rocha Furtado, em 21 de abril de 1949**. Teresina: Imprensa Oficial 1949.

PIAUI. (LEAL). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador João de Deus Pires Leal, em 1º de junho de 1930**. Teresina: Imprensa Oficial 1930.

PIAUÍ. (RODRIGUES). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em 1960.** Teresina: Imprensa Oficial, 1960.

PIAUÍ. (RODRIGUES). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em 01 de junho de 1961.** Teresina: Imprensa Oficial, 1961.

PIAUÍ. (RODRIGUES). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em 01 de junho de 1962.** Teresina: Imprensa Oficial, 1962.

PIAUÍ. **Assembleia Legislativa do Estado do Piauí: processo n. 1 autorização de pedido da prefeitura municipal de Picos.** Teresina/PI, 1948.

PIAUÍ. **Decreto n. 151, de 16 de abril de 1956.** Dispõe sobre modificação da lotação de cargos da carreira de Regente de Ensino. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XXVI, n.23, p.1, 20 abr. 1956.

PIAUÍ. **Decreto n. 153, de 12 de maio de 1956.** Dispõe sobre modificação da lotação de cargos da carreira de Regente de Ensino. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XXVI, n.31, p.1, 23 maio 1956.

PIAUÍ. **Decreto n. 154, de 17 de maio de 1956.** Dispõe sobre a alteração de cargos de Professor Primário de Grupos Escolares. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XXIV, n.33, p.1, 30 maio 1956.

PIAUÍ. **Decreto n. 79, de 14 de julho de 1952.** Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XXII, n.65, p.2, 31 de jul. 1952.

PIAUÍ. **Decreto n. 82, de 18 de setembro de 1952.** Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XXII, n.78, p.1, 31 de jul. 1952.

PIAUÍ. **Decreto n. 148, de 19 de novembro de 1955.** Dispõe sobre a lotação de cargos das carreiras de Professor Primário e de Educação Física nos estabelecimentos de Ensino Primário do Estado. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XXVI, n.25, p.1, 28 abr. 1956.

PIAUÍ. **Decreto-Lei 1.438 de 31 de janeiro de 1933.** Revê e altera disposições do Regulamento Geral do Ensino. Imprensa Oficial, Teresina/Piauí, 1933.

PIAUÍ. **Decreto-Lei n. 1.044, de 18 de setembro de 1945.** Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XV, n.116, p.5, 22 de set. 1945.

PIAUÍ. **Decreto-Lei n. 1.402 de 27 de janeiro de 1947.** Dispõe sobre a adaptação do sistema de ensino normal do Estado. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XVII, n.15, p.1, 30 jan. 1947.

PIAUÍ. **Despachos do Governador.** Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XX, n. 10, p.1/2, 02 fev. 1950.

PIAUÍ. **Lei n. 1.188, de 2 de agosto de 1955.** Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XXV, n.58, p.1, 27 ago. 1955.

PIAUÍ. **Lei n. 151 de 20 de setembro de 1948.** Dispõe sobre o provimento do magistério primário, no Estado. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XVIII, n. 109, p.1, 23 set. 1948.

PIAUÍ. **Lei n. 50 de 24 de dezembro de 1947.** Dispõe sobre Criar, no quadro único do Estado, a carreira de Regente de Ensino primário, reestrutura a carreira de Professor Primário, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XVIII, n. 2, p.1, 3 jan. 1948.

PIAUÍ. **Lei n. 620, de 07 de agosto de 1952.** Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XXII, n.38, p.20, 4 maio 1953.

PIAUÍ. **Portaria n. 474.** Dispõe sobre instruções gerais para realização de concurso. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, ano XVIII, n.127, p.2, 5 nov.1948.

PIAUÍ. **Posição relativa do Estado do Piauí.** [S.l: s.n.], [1957?]. Mimeo.

PIAUÍ. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas presidente da República pelo Interventor Federal do Piauí, Landry Sales Gonçalves relativo ao exercício de 1931-1935.** Imprensa Oficial, Teresina, maio, 1935.

PIAUÍ. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas presidente da República pelo Interventor Federal do Piauí, Leônida de Castro Mello relativo ao exercício de 1941.** Teresina, jul.1942.

PIAUÍ. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas presidente da República pelo Interventor Federal do Piauí, Leônida de Castro Mello relativo ao exercício de 1942.** Teresina, jul.1943.

Fontes hemerográficas

CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS. **O Dia**, Teresina, ano XVIII, n.2.523, 13 dez. 1968, p. 3.

COOPERATIVISMO. **O Dia**, Teresina, ano XVIII, n. 2.589, 7 dez 1968, p.6.

CUNHA E SILVA. Marcha para o centro. **O Piauí**, Teresina, ano LVII, 287, 29 nov. 1947, p.4.

EMPRESÁRIOS: Piauí não pode ter indústria sem base agropecuária. **O Dia**, Teresina, ano XX, n. 3.034, 16 jul. 1970. p.1.

EMPRESÁRIOS: Piauí não pode ter indústria sem base agropecuária. **O Dia**, Teresina, ano XX, n. 3.034, 16 jul. 1970. p.1.

ESCOLA Normal de Picos. **O Piauí**, Teresina, ano LX, n. 467, 16 abr. 1949.

ESCOLA Normal de Picos. **O Piauí**, Teresina, ano LX, n. 467, 16 abr. 1949.

NUNES, H. Realidades Piauienses: Estradas. **O Dia**, Teresina, ano XIII, n.1.131, 17 out. 1963. p. 4.

PIAUI. **O Piauí e o Nordeste**. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XII, n.95, p.35-39, 03 de maio de 1942.

Fontes orais

AQUINO, Dália Coelho. **Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana**. (Google Meet) Floriano, out. 2021.

COSTA, Diná Miranda Louzeiro. **Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana**. (Google Meet) Brasília, ago. 2021.

MELO, Francisca Cruz Melo. **Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana**. (Vídeo Chamada) Teresina, nov. 2020.

MELO, Maria Josefina de Castro Andrade. **Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana**. (Vídeo Chamada)Piripiri, jul. 2022.

SILVA, Maria do Carmo Ribeiro da. **Depoimento concedido a Maria do P. Socorro C. B. Santana**. Piripiri, jul. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A: Lista de Professores da Escola Normal Regional de Florianópolis de 1947 até 1965

Nº da Portaria	Data	Nome	Função
116	18/4/47	Antônio Alves da Rocha	Professor de Português
135	22/5/47	Maria de Lourdes Moura	Professora de português
136	22/5/47	Urçula Barbosa	Inspetora
	28/5/47	Maria do Perpétuo Socorro Castro	Professora de noções de fisiologia e anatomia
19	8/8/47	Maria Augusta Ferreira de Castro	Professora de Ciências Naturais
18	8/8/47	Maria das Mercês Sousa e Silva	Professora de Ciências naturais
9	16/2/48	João Barbosa Matos	Professor de português
20	10/3/48	Djalma Silva	Professor de ciências naturais
30	17/3/48	Pedrina de Carvalho Ramos	Professora noção de anatomia e fisiologia humana e noção de higiene
11	3/5/48	José Ribamar Leal	Professor de matemática
12	3/5/48	Maria Deusina Camelo	Professora noção de anatomia e fisiologia humana e noção de higiene
40	14/8/48	Fernando Lopes Sobrinho	Professor de português
53	30/9/48	Maria Hermínia Sobral Rocha	Professora de desenho
55	30/9/48	Maria Augusta Ferreira de Castro	Professora de português
109	5/4/49	Maria Eliete Guimarães	Professora de português
109	5/4/49	Maria do Carmo Leal	Professora de português
142	16/8/49	Maria Amélia Mauriz Cortez	Professora de ciências naturais
16	5/3/51	Violeta Angélica Pacheco da Mota	Professora de Ciências Naturais
15	5/3/51	Maria Amélia Mauriz Cortez	Professora de ciências naturais

49	12/4/51	Maria das Mercês Souza e Silva	Professora de desenho
27	15/3/51	Lelia Martins da Roeba	Professora de Matemática
48	12/4/51	Filadelfo Freire de Castro	Professor de história
79	6/8/52	Maria Miranda de Souza	Professora de Matemática
82	8/8/52	Pedrina de Carvalho Ramos	Professora de noções de anatomia e fisiologia humana
84	8/8/52	Maria Leonides Soares	Professora de Trabalho
83	8/8/52	Filomena Guimarães Soares	Professora de Trabalho
85	8/8/52	Iracema Atem	Professora de noções de anatomia e fisiologia humana e noções de higiene
48	12/4/51	Filadelfo de Castro Freire	Professor de história
16	5/3/51	Violeta Angélica Pacheco da Motta	Professora de ciências naturais
29	16/3/56	Tereza Chaib	Professora de pedagogia
17/60	17/3/60	Adélia Waquim	Professora de trabalhos manuais
88/60	1/9/60	Maria da Conceição Siqueira	Professora de matemática
93/60	20/9/60	Thermutes de Carvalho Pontes	Professora de ciências físicas e naturais
95/60	20/9/60	Edite Mendes	Professora de ciências físicas e naturais
94/60	20/9/60	Raimunda de Matos Drumond	Professora de Higiene
30/61	22/4/61	Maria Miranda de Souza	Professora de Matemática
33/61	15/4/61	Raimunda de Matos Drumond	Professora de Ciências e diretora
134/62	29/10/62	Maria De Lourdes Lopes	Professora de música
58/63	16/4/63	Rita de Cássio Barros	Professora de desenho
23/64	27/4/64	Maria Miranda de Souza	Professora de Educação Física
90/64	14/9/64	Maria de Lourdes Carvalho	Professora de Trabalho
88/64	8/9/64	Rita de Cássia Barros	Professora de desenho

54/65	28/5/65	Ana Luisa da Rocha Martins	Professora de português
55/65	28/5/65	Raimunda de Matos Drumond	Professora de ciências
56/65	28/5/65	Maria de Lourdes Lopes	Professora de Canto
57/65	28/5/65	Maria de Lourdes Carvalho Ramos	Professora de trabalhos manuais
58/65	28/5/65	Rita de Cássia Barros	Professora de desenho
59/65	28/5/65	Solimar Alencar Lima	Professora de geografia
61/65	28/5/65	Maria Miranda de Souza	Professora de matemática
62/65	7/6/65	Francisca Rodrigues de Souza Rêgo	Professor de anatomia
63/65	7/6/65	Maria do Carmo Drumond Martins	Professora de História do Brasil e História geral

Fonte: Livro Ata de Portaria da Escola Normal Regional de Florianópolis

Apêndice B: Lista de funcionários da Escola Normal Regional de Florianópolis

Nº da Portaria	Data	Nome	Função
114	14/3/47	Francisca Lopes Vila Nova	Inspetora
123	14/5/47	Hercília Barros Camarço	Diretor do curso normal regional de Florianópolis
139	21/5/47	Clarice Rodrigues de Sousa	Secretária do curso normal
136	22/5/47	Urçula Barbosa	Inspetora
10	2/6/47	Maria das Mêrcedes Soares	Inspetora
41	24/10/47	Maria de Lourdes Pires de Moura	Vice-diretora
24	10/3/48	Nilsa de Oliveira Passos	Secretária
25	10/3/48	Francisca Lopes Vila Nova	Inspetora
33	20/3/48	João Barbosa Matos	Diretor substituto
48	8/7/48	Francisca Rodrigues	Porteira
143	16/8/49	Maria Conceição Waquim	Vice-diretora
144	16/8/49	Maria Conceição Waquim	Exercer as funções de diretora durante o impedimento de Djalma.
8	19/2/51	Termentes* Pacheco de Carvalho	Diretora Interina
32	26/3/51	Eva Alves dos Santos	Porteira
168	12/10/51	Maria Enedina Ferreira de Castro	Diretora interina
90	1/9/52	Maria Dolores de Carvalho	Diretora
92	2/9/52	Maria Puresa Velôso	Zeladora
93	2/9/52	Maria Benedita da Silva	Porteira
168	12/10/51	Maria Enedina Ferreira de Castro	Diretora interina
96/59	29/4/59	Clarice Rodrigues	Secretária
55/59	17/6/59	Ana Maria de Sousa Barros	Zeladora
180/59	9/9/59	Gilda Alves Moreira Rosado	Inspetora
71/61	14/8/61	Maria Salomé Reis	Inspetora
72/61	14/8/61	Antonia Soares	Inspetora
	21/9/61	Tamina Oka Elias	Secretária
	11/4/62	Tereza Maria da Conceição	Inspetora
22/63	5/3/63	Raimunda de Matos Drumond	Diretora
50/63	5/4/63	Maria Nazaré Duarte	Inspetora
14/64	17/3/64	Custódia e Silva Araújo	Zeladora
78/64	17/8/64	Maria de La-Saete Souza	Inspetora
82/65	4/8/65	Judith Machado	Inspetora

Fonte: Livro Ata de Portaria da Escola Normal Regional de Florianópolis

Apêndice C: Quantidade Anual de Alunos da Escola Normal Regional “Sagrado Coração de Jesus”, em Piripiri de 1952 a 1965.

Ano	Séries	Quantidade de alunos por série	Quantidade de alunos por ano
1952	1º ano	18 alunos	18 alunos
1953	1º ano	18 alunos	27 alunos
	2º ano	09 alunos	
1954	1º ano	08 alunos	28 alunos
	2º ano	14 alunos	
	3º ano	06 alunos	
1955	1º ano	11 alunos	29 alunos
	2º ano	03 alunos	
	3º ano	09 alunos	
	4º ano	06 alunos	
1956	1º ano	14 alunos	35 alunos
	2º ano	09 alunos	
	3º ano	03 alunos	
	4º ano	09 alunos	
1957	1º ano	15 alunos	37 alunos
	2º ano	10 alunos	
	3º ano	09 alunos	
	4º ano	03 alunos	
1958	1º ano	16 alunos	48 alunos
	2º ano	13 alunos	
	3º ano	10 alunos	
	4º ano	09 alunos	
1959	1º ano	16 alunos	51 alunos
	2º ano	16 alunos	
	3º ano	11 alunos	
	4º ano	08 alunos	
1960	1º ano	12 alunos	50 alunos
	2º ano	14 alunos	
	3º ano	14 alunos	
	4º ano	10 alunos	
1961	1º ano	19 alunos	53 alunos
	2º ano	11 alunos	
	3º ano	13 alunos	
	4º ano	10 alunos	
1962	1º ano	12 alunos	51 alunos
	2º ano	18 alunos	
	3º ano	09 alunos	
	4º ano	12 alunos	
1963	1º ano	12 alunos	44 alunos
	2º ano	14 alunos	
	3º ano	09 alunos	
	4º ano	09 alunos	
1964	1º ano	28 alunos	57 alunos
	2º ano	09 alunos	
	3º ano	11 alunos	
	4º ano	09 alunos	
1965	3º ano	10 alunos	18 alunos
	4º ano	08 alunos	